

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Arquitetura sem truques:
bairro de Santa Maria e bairro da Prageira
AS «HE» EM PENICHE, POR VÍTOR FIGUEIREDO
Diana Reis Pereira

M
2017

Diana Reis Pereira. *Arquitetura sem truques:*
bairro de Santa Maria e bairro da Prageira
AS «HE» EM PENICHE, POR VÍTOR FIGUEIREDO



M.FAUP 2017

Arquitetura sem truques:
bairro de Santa Maria e bairro da Prageira
AS «HE» EM PENICHE, POR VÍTOR FIGUEIREDO
Diana Reis Pereira



Arquitetura sem truques:
bairro de Santa Maria e bairro da Prageira
AS «HE» EM PENICHE, POR VÍTOR FIGUEIREDO

Diana Reis Pereira

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura à
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientação

Professora Doutora Maria Fernanda Gaspar Tavares
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Co-Orientação

Professora Doutora Sara Cristina Melo
Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Setembro de 2017

Ao senhor Moura...

Este trabalho enquadra-se no projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014¹ que tem como finalidade identificar os programas de habitação subsidiados pelo estado e as suas concretizações espaciais ao longo do século XX em Portugal.

Cofinanciado por:



¹ Projeto de investigação desenvolvido pelo CEAU (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) e inserido no grupo "Atlas da Casa".

Agradecimentos

À minha orientadora, Maria Tavares, e coorientadora, Sara Cristina Melo, pela confiança e apoio dados ao longo deste percurso.

À minha família, amigos e colegas que me acompanharam. Em especial, pais e irmã, que com a sua paciência e incentivo tornaram isto possível.

A ti, à tua paciência, companheirismo e cuidado.

Ao arquiteto Gonçalo Byrne, que me concedeu o seu valiosíssimo tempo, dando-me uma perspetiva fascinante sobre o seu colega/amigo, Vítor Figueiredo.

À Vanda Maldonado, que se disponibilizou durante o processo quando surgiu alguma dúvida sobre os feitos de Vítor Figueiredo na arquitetura de habitação social.

À Doutora Cátia Martins do SIPA/IHRU, pelo apoio e colaboração na minha pesquisa.

A Peniche e sua gente, que se mostraram recetivos e prestáveis em todo o momento, sobretudo à Câmara Municipal de Peniche e aos seus funcionários, que foram solidários sempre que necessitamos de documentação particularmente ao senhor Augusto Bento. Um especial agradecimento aos funcionários do Arquivo Municipal de Peniche, nomeadamente ao senhor Nuno Santos e ao senhor Óscar Ferreira, cuja ajuda documental foi imprescindível para a realização desta pesquisa.

Ao senhor Henrique Bertino, presidente da junta da Freguesia de Peniche, que se disponibilizou a apresentar-nos aos moradores e se mostrou sempre atento.

A todos os moradores que me permitiram entrar nos seus lares e conhecer o seu quotidiano na habitação.

Ao Vítor Figueiredo, a quem, apesar de não ter tido oportunidade e privilégio de conhecer, nos motivou desde o início, através do seu discurso provocador e motivador, a produzir uma arquitetura sincera, despojada de vaidade.

Resumo

O presente estudo centra-se na produção arquitetónica da habitação programada em Portugal, nomeadamente sobre os programas de Casas de Renda Económica e Casas dos Pescadores, promovidos pelas «Habitações Económicas» -Federação de Caixas de Previdência [HE] em meados do século XX. Tem como objeto de estudo o bairro de Casas de Renda Económica de Santa Maria e o bairro dos Pescadores da Prageira, ambos situados em Peniche, construídos no início da década de 1970 e projetados por Vítor Figueiredo. O enquadramento histórico do organismo, as motivações para a sua fundação e o seu desenvolvimento em Portugal, juntamente com o estudo histórico e sociográfico de Peniche na época da construção dos conjuntos habitacionais, são fundamentais para uma melhor compreensão dos objetos de estudo.

Por outro lado, é pertinente e necessário, para um melhor entendimento da resposta arquitetónica de Vítor Figueiredo em ambos os bairros, conhecer mais a fundo a sua visão, interpretação e fundamento na produção de arquitetura de cariz social.

A razão da escolha dos objetos desta pesquisa prende-se com a oportunidade de estudar dois projetos desenvolvidos na mesma cidade, para o mesmo organismo e pelo mesmo arquiteto, mas para realidades distintas. A forma como as obras foram assimiladas pelos moradores, bem como o estudo, a análise e interpretação documental dos projetos destes conjuntos habitacionais, é a finalidade desta pesquisa. Com a análise da caracterização social de cada bairro, pretende-se perceber qual o impacto social na construção dos conjuntos e o porquê das soluções arquitetónicas.

Palavras chave

Habitação social
Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência
Peniche
Vítor Figueiredo

Abstract

The present study focuses on the architectural production of social housing in Portugal, on the framework of *Casas de Renda Económica* and *Casas dos Pescadores*, programmes included on the state organism of «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência [HE], in the mid 20th century, having as its base project the residential area of low income economic houses of Santa Maria and the residential area of Pescadores da Prageira, in Peniche, and built at the starts of the 70s, both projected by Vítor Figueiredo. The historical framework of this organism, the motivations for its foundations and its development in Portugal, along with the historic and sociographic study of Peniche at the time of building the housing complex, are vital for a better understanding of the study objects.

On the other hand, it is relevant and required, to fully understand the architectural answer of Vítor Figueiredo in both residential areas, to get to know, in a deeper sense, his vision, interpretation and reasoning principles in the production of architecture of social nature.

The reason for choosing these objects in this research is the opportunity of studying two projects in the same city, for the same organism and by the same architect but for different realities. The way as the construction works were handled by the residents, as well as the study, analysis and documental interpretation of these housing complexes projects, is the actual aim of this research. With the analysis of the social characterization of each residential area, it is intended to understand the social impact in the building of the complexes and its architectural solutions.

Keywords

Social housing
Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência
Peniche
Vítor Figueiredo

Lista de abreviaturas

CMP	Câmara Municipal de Peniche
CPs	Casas para Pescadores
CGDCP	Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência
CODA	Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto
CRE	Casas de Renda Económica
DSP	Diagnóstico Social de Peniche
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
GTH	Gabinete Técnico de Habitação
HE-FCP	Habitções Económicas – Federação de Caixas de Previdência
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
INA-Casa	Istituto Nazionale per le Assicurazione-Casa
INH	Instituto Nacional de Habitação
IST	Instituto Superior Técnico
JCCP	Junta Central das Casas dos Pescadores
MOP	Ministério de Obras Públicas
ODAM	Organização Dos Arquitetos Modernos
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

Lista de figuras

Notas introdutórias

Fig. 1 |

Visitas ao bairro de Santa Maria

Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 2 |

Entrevista ao arquiteto Gonçalo Byrne

Produção própria, janeiro de 2017.

Fig. 3 |

Visitas ao bairro da Prageira.

Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 4 |

Planta de localização de bairros de Santa Maria e Prageira, Peniche | Editada

Planta original facilitada pela Câmara Municipal de Peniche.

1 | TRAÇOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E ARQUITETÓNICOS

Fig. 5 |

Localização de Peniche no mapa de Portugal | Editada

Disponível em: http://d-maps.com/carte.php?num_car=61199&lang=en
[Consultado em fevereiro, 2017]

Fig. 6 |

Freguesias de Peniche | 1. Peniche; 2. Ferral; 3. Atouguia da Baleia; 4. Serra d'El Rei; 5. Óbidos ; 6. Lourinhã; 7. Berlengas | Editada

<http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=4a1fc361-826b-444f-b504-d8fa27cba7d5> [Consultado em fevereiro, 2017]

Fig. 7 |

Península de Peniche e Cabo Carvoeiro. Ao longe, o Baleal.

<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2016/09/peniche.html>
[Consultado em março, 2017]

Fig. 8 |

Norte da Vila de Peniche – Peniche de Cima

<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2016/09/peniche.html>
[Consultado em março, 2017]

Fig. 9 |
Peniche de Baixo e Forte de Peniche
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/03/peniche.html> [Consultado em março, 2017]

Fig. 10 |
Peniche, 1940 – Peniche de Baixo.
Peixoto, Luis C., (2003) *Peniche: Bilhetes Postais Ilustrados*. Rio Maior.

Fig. 11 |
Vista aérea a Sul – Peniche de Baixo
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/03/peniche.html> [Consultado em março, 2017]

Fig. 12 |
Urbanização do Istmo de Peniche, 1953 – Arquiteto Paulino Montez GREGÓRIO, Sofia S. – *Arquitectura ou Revolução. Learning from the satellite*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentado ao ISCTE-IUL, 2014, p.279.

Fig. 13 |
Urbanização da Península de Peniche, 1974 – Arquiteto Paulino Montez GREGÓRIO, Sofia Santos – *Arquitectura ou Revolução. Learning from the satellite*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentado ao ISCTE-IUL, 2014, p.279.

Fig. 14 |
Embarcações e pescadores junto ao cais de Peniche
<http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.pt/2011/04/> [Consultado em abril, 2016.]

Fig. 15 |
Atividade na fábrica de conservas Algarve Exportadora.
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 16 |
Um aspeto da Ribeira, posterior a 1912
Correia Peixoto, L. (1993). *PENICHE 100 anos através da fotografia*, Rio Maior: Grafiartes, p.125

Fig. 17 |
Mulheres a consertar as redes, Peniche
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 18 |
Porto de Pesca de Peniche, 1970
<http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.pt/2014/05/peniche-1970-porto-de-pesca-portinho-do.html> [Consultado em janeiro, 2016]

Fig. 19 |
Processo das conservas de peixe em fábrica. Algarve exportadora.
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 20 |
Antiga Ribeira Velha, década de 1930.
PEIXOTO, Luís C. – *PENICHE 100 anos através da fotografia*, Rio Maior: Grafiartes, 1993, p.134.

Fig. 21 |
Antiga Ribeira Velha, 1991.
PEIXOTO, Luís C. – *PENICHE 100 anos através da fotografia*, Rio Maior: Grafiartes, 1993, p.134.

Fig. 22 |
Início das obras da construção do molhe Oeste, ao fundo -1936/1937. Vista da Doca, o Porto do Meio e a Ribeira.
PEIXOTO, Luís C. – *PENICHE 100 anos através da fotografia*, Rio Maior: Grafiartes, 1993, p.140

Fig. 23 |
Barracas da classe operária em Alto da Vela – nas redondezas da Ribeira Velha - atrás da Fortaleza de Peniche, a Sul.
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 24 |
Barracas da classe operária, junto aos Portões de Peniche de Cima (entrada principal), Norte da vila de Peniche (1930)
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 25 |
Barracas da classe operária, junto aos Portões de Peniche de Cima (entrada principal), Norte da vila de Peniche (1930)
Fotografia cedida gentilmente pelo Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 26 |
Casas dos pescadores, junto ao Porto da Areia Norte, Peniche de Cima
<http://cabo-carvoeiro-historico.blogspot.pt/2007/03/o-bairro-dos-pescadores-junto-ao-porto.html> [Consultado em janeiro, 2016]

Fig. 27 |
Coimbra, placa indicativa de um conjunto de habitações contruídas pelas «HE».

TAVARES, Maria F. G. – «Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas –Federação de Caixas de Previdências» in Nuno Portas (coord.) *Habitação para o maior número*. Portugal, os anos de 1950-1980. Lisboa: CML,IHRU, 2013, p. 24.

Fig. 28 |
Instituto Nacional de Estatística – Porfirio Pardal Monteiro. Lisboa, 1929-1932

http://lh6.ggpht.com/-j3CVVA64T_E/UXfpMtgwcbI/AAAAAAAAIPI/grZ5hlYeSIU/s1600-h/INE.1%25255B6%25255D.jpg [Consultado em junho, 2017]

Fig. 29 |
Liceu D. Filipa de Lancastre – Jorge Segurado. Lisboa, 1929-1932

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7785 [Consultado em junho, 2017]

Fig. 30 |
Bloco Duque de Saldanha.

<http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-duque-de-saldanha> [Consultado em junho, 2017]

Fig. 31 |
Bairro de Rebordões, posteriormente chamado São João de Deus.

<http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-de-s.-joao-de-deus> [Consultado em abril, 2017]

Fig. 32 |
Fotografia de grupo no Iº Congresso Nacional de Arquitetura

<https://arquivoatom.up.pt/index.php/fotografia-de-grupo-4> [Consultado em dezembro, 2016]

Fig. 33 |
Bairro de Alvalade, Casas de Renda Económica, Av.^a de Roma – Miguel Jacobetty

TAVARES, Maria F. G. – «*Habitações Económicas*» – *Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto*. Tese de doutoramento apresentada à FAUP, 2016, p.180.

Fig. 34 |
U.R. do Ramalde, CRE, 1952 – Fernando Távora

TAVARES, Maria F. G. – «*Habitações Económicas*» – *Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto*. Tese de doutoramento apresentada à FAUP, 2016, p.316.

Fig. 35 |
Quartiere INA-Casa, Tiburtino, Roma, Mario Rodolfi. Torre, planta e foto exterior

MOLINARI, Luca –«Barrio INA-Casa, Tiburtino» in 2G, *Arquitectura Italiana de la posguerra*, nº15, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2000, p.34.

Fig. 36 |
Quartiere INA-Casa, Tiburtino, Roma, Mario Rodolfi. Bandas, planta e foto exterior.

MOLINARI, Luca –«Barrio INA-Casa, Tiburtino» in 2G, *Arquitectura Italiana de la posguerra*, nº15, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2000, p.30

Fig. 37 |
«Il Biscione», Forte Quezzi, Génova – Luigi Carlo Daneri e outros | Planta de fogo tipo e fotografia

MUGNAI, Francesca – *Un margine per Genova. Il quartiere residenziale di Forte Quezzi di Luigi Carlos Daneri*. Firenze Achittetura. (1, 2016). Disponível em: <http://www.fupress.net/index.php/fa/article/view/18582> [Consultado em junho, 2017]

Fig. 38 |
Quartiere Mangiagalli, Milão 1950-1952 | Franco Alibini, Ignazio Gardella. Plantas e foto exterior

TAVARES, Maria F. G. – «*Habitações Económicas*» – *Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto*. Tese de doutoramento apresentada à FAUP, 2016, p.361.

Fig. 39 |
Edifícios de habitação de 7 pisos em Olivais Sul [Célula C] – Vítor Figueiredo, Vasco Lobo. Lisboa

Produção própria.

Fig. 40 |
Edifícios de habitação de 4 pisos em Olivais Sul [Célula C] – Vítor Figueiredo, Vasco Lobo. Lisboa

Produção própria.

Fig. 41 |
Agrupamento de 168 habitações no Barreiro – Vítor Figueiredo. Setúbal

Produção própria.

Fig. 42 |
Planta de localização dos bairros de habitação social existentes em Peniche | Editado

Desenho cedido pela Câmara Municipal de Peniche.

2 | VÍTOR FIGUEIREDO: O ARQUITETO (não tão) ANÓNIMO

Fig. 43 |

Vítor Manuel de Almeida Figueiredo [1929-2004]

<http://objectourbanoemespacorural.blogspot.pt/2015/10/projectar-com-vitor-figueiredo.html> [Consultado em maio, 2016]

Fig. 44 |

Escola Superior de Artes Decorativas de Caldas da Rainha [1990-1996]

http://guiasdearquitectura.com/pt/produtos/packs/leiria-district/_477
[Consultado em abril, 2017]

Fig. 45 |

Novas Instalações do Polo Mitra da Universidade de Évora [1992-1995]

<http://www.betar.pt/pt/item/11-clientes/271-vitor-figueiredo-gabinete-de-arquitectura-lda>
[Consultado em abril, 2017]

Fig. 46 |

Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro [1997-2000]

<http://www.betar.pt/pt/item/11-clientes/271-vitor-figueiredo-gabinete-de-arquitectura-lda>
[Consultado em abril, 2017]

Fig. 47 |

Projeto: Lotes 41 a 45. Planta de localização. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000111

Fig. 48 |

Projeto: Lote 29. Planta de localização. Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000133.

Fig. 49 |

Planta de implantação – Conjunto de 168 habitações no Barreiro.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000049.

Fig. 50 |

Projeto: Lotes 41 a 45. Alçado principal. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000116.

Fig. 51 |

Projeto: Lotes de 41 a 45. Alçado posterior. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000117.

Fig. 52 |

Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.

Produção própria, fevereiro de 2017.

Fig. 53 |

Projeto: Lote 29. Alçados e secções. Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000122.

Fig. 54 |

Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul.

Produção própria, fevereiro de 2017.

Fig. 55 |

Unidade de fogos T2, T3 e T4 [Categoria I] Bloco G . Plantas, alçados e secções – Conjunto de 168 habitações no Barreiro.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000017.

Fig. 56 |

Unidade de fogos T3 e T4 [Categoria II] Bloco C . Plantas, alçados e secções – Conjunto de 168 habitações no Barreiro.

Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000014.

Fig. 57 |

Conjunto de 168 habitações no Barreiro.

Produção própria, fevereiro de 2017.

Fig. 58 |

Projeto: lote 29. Planta do piso tipo – Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul.

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000135.

Fig. 59 |

Projeto: lote 29. Planta do piso tipo – Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul. Planta do fogo T3B, pormenor do fogo T2

Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU. PT-VFDES 000135.

3 | CASOS DE ESTUDO: BAIRRO DE SANTA MARIA [CRE 104] E BAIRRO DA PRAGEIRA [segunda fase CPs.460]

Fig. 60 |

Bairro de Santa Maria nos seus inícios, circulação interna

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-FOTO 007331, s/d. Amavelmente cedida do arquivo pessoal de Maria Fernanda Tavares

Fig. 61 |

Circulação interna do conjunto na atualidade

Produção própria, novembro 2016.

Fig. 62 |
Vista interna do conjunto nos inícios: vista interna do bairro [a], vista desde nó de acesso vertical [b]

[a]: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-FOTO 007331 s/d.
Cedida amavelmente por Maria Tavares.

[b]: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-FOTO 007342, s/d.

Fig. 63 |
Planta de localização do conjunto [CRE 104], a Norte da Península de Peniche [Freguesia] | Editado

Planta original cedida amavelmente pela Câmara Municipal de Peniche

Fig. 64 |
Aglomerados urbanos (Norte e Sul) e localização do conjunto na península

Google Earth. Acedido em 4 de novembro de 2016. Data de imagem: junho de 2016

Fig. 65 |
Enquadramento do terreno no Plano Geral de Urbanização de Peniche, 1942

Acervo do projeto das CRE 104, do Arquivo Municipal de Peniche, amavelmente cedido pelo Arquivo Municipal de Peniche.

Fig. 66 |
Enquadramento urbano do conjunto [CRE 104] | Editada

Google Earth. Acedido em 4 de novembro de 2016. Data de imagem: junho de 2016.

Fig. 67 |
Vista desde R. 1º de maio, a Sul

Produção própria, novembro 2016

Fig. 68 |
Vista desde R. Humberto Delgado, a Poente | Editado

Fonte: Google Earth. Acedido em 5 de novembro de 2016. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 69 |
Planta de urbanização de Santa Maria [CRE 104].

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, VF-DES 000703.

Fig. 70 |
Planta do conjunto e alçados

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 000703

Fig. 71 |
Volúmetria e percetiva | Categoria I [CRE 104]

Produção própria

Fig 72 |
Vista anterior – Categoria I [CRE 104] – 87

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 000706

Fig 73 |
Vista posterior – Categoria I [CRE 104]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 000707.

Fig. 74 |
Secção – Categoria I [CRE 104]

Produção própria

Fig. 75 |
Acesso vertical Y – Categoria I [CRE 104]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 000709

Fig. 76 |
Acesso vertical Z – Categoria I [CRE 104]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 000710

Fig. 77 |
Nó de acesso vertical e acessos comuns [CRE 104]

Produção própria

Fig. 78 |
Nó de acesso vertical entre dois blocos – Categoria I [CRE 104]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VE-FOTO 0007349

Fig. 79 |
Pormenor estrutural em nó de acesso vertical - Categoria I [CRE 104]

Produção própria

Fig. 80 |
[a] Conjunto habitacional Santa Maria [CRE 104]
[b] Conjunto habitacional do Alto do Zambujal

Produção própria [a]

http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28224

[Consultado em junho de 2017] [b]

Fig. 81 |
Secções transversal e longitudinal - Categoria II [CRE 104]

Produção própria

Fig. 82 |
Vistas – Categoria II [CRE 104]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000714.

Fig. 83 |
Planta tipo de Categoria I [CRE 104] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 1.
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 1.

Fig. 84 |
Planta tipo de Categoria II [CRE 104] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 1.
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 1.

Fig. 85 |
Figura superior: Planta de urbanização do agrupamento de 100 habitações, 1961 [a]; Figura inferior: Planta de urbanização de CRE 104 [b]
Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU [a] PT VF-DES 000791 ; [b] PT VF-DES 000703

Fig. 86 |
Plantas, secção, vistas de banda de dois pisos - Unidade B [100 habitações]
Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000793

Fig. 87 |
Maquete do conjunto [100 habitações]
Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000793.

Fig. 88 |
Apropriação de fachadas – Blocos de categoria I [CRE 104]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 89 |
Diferentes casos de apropriação de nós de acesso vertical – Blocos de categoria I [CRE 104]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 90 |
Apropriação do corredor de ingresso como extensão da habitação – Categoria I [CRE 104]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 91 |
Divisão e privatização do corredor de ingresso às habitações [CRE 104]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 92 |
Bloco de categoria II a Sul do conjunto [CRE 104]
Google earth, acedido em abril 2017. Data de imagem: setembro de 2014

Fig. 93 |
Bloco de categoria II a Nordeste do conjunto [CRE 104]
Google earth, acedido em abril 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 94 |
Relação entre bloco de categoria II (à esquerda na fotografia) e contexto urbano a Poente do conjunto (Rua Humberto Delgado)
Google earth, acedido em abril 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 95 |
Relação entre bloco de categoria II [CRE 104] (à esquerda) e contexto urbano a Nordeste do conjunto (habitações de um piso, B. do Calvário)
Google earth, acedido em abril 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 96 |
Diferentes intervenções do logradouro feitas pelos moradores em blocos de categoria II [CRE 104]
[a] Produção própria
[b] Google earth , acedido em abril de 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 97 |
Planta de fogo SM3, T2, categoria I | 3 moradores [CRE 104]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, Apêndice 1.

Fig. 98 |
Planta de fogo SM5, T2, categoria I | 4 moradores – 2 moradores no presente [CRE 104]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, Apêndice 1.

Fig. 99 |
Planta de fogo SM2, T3 alterado para T2, - Categoria I | 4 moradores – 2 moradores no presente [CRE 104]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, Apêndice 1.

Fig. 100 |
Planta de fogo SM6, T3, categoria I | 5 moradores – 1 moradora no presente [CRE 104]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, Apêndice 1.

Fig. 101 |
Acabamentos alterados por moradores – Categoria I, bairro de Santa Maria
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 102 |
Modificação de fachada: fechamento de acesso principal, abertura de novo acesso pela cozinha – Categoria I [CRE 104]
Produção própria, novembro 2016.

Fig. 103 |

Fachada de acesso original – Categoria I

Produção própria, novembro 2016.

Fig. 104 |

Planta de fogo SM1, T4-T3, categoria II [CRE 104]

Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, Apêndice 1.

Fig. 105 |

Conjunto habitacional da Prageira – Unidade A, nos seus inícios

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-FOTO 007292

Fig. 106 |

Conjunto habitacional da Prageira – Unidade A, na atualidade

Produção própria, novembro 2016.

Fig. 107 |

Planta Cadastral, Peniche 1950. Bairro da Prageira destacado.

GREGÓRIO, Sofia S. – Arquitetura ou Revolução. Projeto final de arquitetura, mestrado em arquitetura (1009-2014). Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Secções cadastrais disponíveis em: http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/ [Consultado em maio de 2017]

Fig. 108 |

Extrato de Ante-plano de urbanização do Istmo – Primeira fase existente do conjunto da Prageira

Acervo do projeto das CPs 406, do Arquivo Municipal de Peniche, amavelmente cedido pelo Arquivo Municipal de Peniche.

Fig. 109 |

Proposta de ampliação do bairro dos pescadores da Prageira

Acervo do projeto das CPs 406, do Arquivo Municipal de Peniche, amavelmente cedido pelo Arquivo Municipal de Peniche.

Fig. 110 |

Localização do bairro da Prageira em Peniche, 2016 | Editada

Google Earth. Acedido em 4 de novembro de 2016. Data de imagem: junho de 2016.

Fig. 111

Planta de localização do conjunto no Istmo de Peniche [CPs 406] – 117 | Editada

Planta original facilitada pela Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 112 |

Zona industrial a Sul do bairro da Prageira

Produção própria, novembro 2016.

Fig. 113 |

Enquadramento urbano do conjunto (CPs 406)

Google Earth. Acedido em 2 de setembro de 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 114 |

Vista desde R. do Juncal, a Noroeste do conjunto [CPs 406]

Google Earth. Acedido em 2 de setembro de 2017. Data de imagem: setembro de 2014

Fig. 115 |

Vista desde R. da Prageira, a Norte do conjunto [CPs 406]. À direita, o conjunto.

Google Earth. Acedido em 2 de setembro de 2017. Data de imagem: setembro de 2014.

Fig. 116 |

Planta de urbanização do conjunto [CPs 406]

Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU PT VF-DES 03528

Fig. 117 |

Volumetrias e percetivas | Unidade A [CPs 406]

Produção própria

Fig. 118 |

Secções | Unidade A [CPs 460]

Produção própria

Fig. 119 |

Volumetrias e percetivas da Unidade B [CPs 406]

Produção própria

Fig. 120 |

Secções | Unidade B [CPs 460]

Produção própria

Fig. 121 |

Tipologia de acesso vertical no conjunto [CPs 406]

[a] e [b]: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-FOTO 007294 [a], SIPA/IHRU, PT VF-FOTO 007331[b].

[c] e [d] Produção própria, 18 de novembro de 2016.

Fig. 122 |
Planta tipo da Unidade B [CPs 406]] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 2
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Fig. 123 |
Planta tipo da Unidade A [CPs 406]] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 2
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Fig. 124 |
Transportando chicharro em cabazes
Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Peniche.

Fig. 125 |
Homens a consertar as redes, na zona industrial próxima do bairro da Prageira.
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 126 |
Apropriação de fachadas
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 127 |
Caixilhos originais [CPs 406]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 128 |
Apropriação de espaços comuns (galerias)[cpS 406]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 129 |
Apropriação de extremidades das galerias [CPs 406]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 130 |
Privatização de galerias centrais – Unidade A [CPs 406]
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 131 |
Anexos precários a Norte do conjunto
Produção própria, novembro de 2016.

Fig. 132 |
Planta de fogo P1, T3 – Unidade B | 7 moradores – 5 moradores no presente [CPs 406]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Fig. 133 |
Planta de fogo P3, T2 alterado para T3 – Unidade A | 4 moradores – 3 moradores no presente [CPs 406]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Fig. 134 |
Planta de fogo P4, T2 alterado para T3 – Unidade A | 3 moradores – 4 moradores no presente [CPs 406]
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Fig. 135 |
Anexos precários a Norte do conjunto
Produção própria, elaborada a partir da planta original do projeto, do Apêndice 2.

Lista de quadros

Quadro 1 |

Caracterização dos vizinhos dos bairros a estudar

Produção própria.

Quadro 2 |

Quadro recapitulativo dos principais indicadores socio-demográficos de Portugal e Concelho de Peniche – 2011, 2015

Composição de informação estatística

Fontes: Censos INE [2011] | Anuário Estatístico Regional do INE [2015]

Quadro 3 |

Alteração dos fogos estudados em planta

Produção própria.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Palavras chave	vii
Abstract	viii
Keywords	ix
Lista de abreviaturas	x
Lista de figuras	xi
Lista de quadros	xxvi
Notas introdutórias	31
1 TRAÇOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E ARQUITETÓNICOS	
1.1 De Peniche	41
1.1.1 Enquadramento Geográfico, Histórico e Urbano do concelho	41
1.1.2 A pesca, a indústria conserveira e a sua repercussão na crise habitacional	45
1.2 Da Arquitetura Social	51
1.2.1 «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência [HE], enquadramento do organismo em Portugal	51
1.2.2 Encontro de dois organismos: HE e INA-Casa e suas influências em Vítor Figueiredo	57
1.2.3 Habitação para o maior número e o pensamento sociológico na arquitetura social	61
1.3 De Peniche e dos seus habitantes	63
1.3.1 Sociografia atual do concelho de Peniche	63
1.3.2 Caracterização dos moradores dos Bairros de Habitação Social de Peniche	68
2 VÍTOR FIGUEIREDO: O ARQUITETO (não tão) ANÓNIMO	73
2.1 Vida e profissão	73
2.2 Perceção e visão da arquitetura	76
2.3 O arquiteto social	81
2.4 Influências INA-Casa em obra analisada: Barreiro e Olivais SUL	83
2.5 Vítor Figueiredo, colega e amigo	89
3 CASOS DE ESTUDO: BAIRRO DE SANTA MARIA [CRE 104] E BAIRRO DA PRAGEIRA [segunda fase CPs.460]	93
3.1 Bairro de Santa Maria [CRE 104]	93
3.1.1 O conjunto: distribuições	99
3.1.2 Comparação do projeto de 1968 [CRE 104] com o de 1961 [100 habitações]	108
3.1.3 Da obra: conclusões	110
3.1.4 Do uso, a reapropriação do espaço: linhas socio-demográficas atuais	113
3.2 Bairro da Prageira [CPs. 460]	127
3.2.1 O conjunto: distribuições	132
3.2.2 Da obra: conclusões	142
3.2.3 Do uso, a reapropriação do espaço: linhas socio-demográficas atuais	143
Considerações finais	155
Referências bibliográficas	167
Apêndice 1 Documentação original de Santa Maria	173
Apêndice 2 Documentação gráfica do Bairro da Prageira	177
Apêndice 3 Entrevista a Gonçalo Byrne	183
Apêndice 4 Quadros	205
Apêndice 5 Análises de Conteúdo das entrevistas realizadas (em CD)²	213

² As respetivas análises de Conteúdo das entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, encontram-se anexadas a este trabalho em forma de CD, como informação acessória.

[Objetos de estudo]

- Conjunto de Casas de Renda Económica em Peniche (HE): Bairro de Santa Maria [1968].
- Conjunto Habitacional para Pescadores em Peniche (HE): Bairro da Prageira [1969].

[Objetivos]

A produção na arquitetura de cariz social é um tema que nos desperta grande interesse. Após aprofundarmos as nossas leituras sobre a vida, obra e discurso de Vítor Figueiredo, a nossa curiosidade alargou-se e decidimos enveredar pela sua projeção arquitetónica no âmbito do organismo das «Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência», enquadrada na segunda metade do século XX, nomeadamente em duas obras projetadas para o mesmo organismo na cidade de Peniche e no mesmo período: o bairro de Santa Maria e o bairro dos Pescadores da Prageira. Não só decidimos analisar e estudar cada um destes conjuntos habitacionais, como também, motivados pela palavra de Vítor Figueiredo, optamos igualmente por focar este trabalho nessa forma fascinante, provocadora e particular com que encarou a arquitetura, procurando, mais do que a produção de um edifício, uma obra que perdurasse no tempo.

Neste sentido, os objetivos desta dissertação são:

- a) Entender como se respondeu às necessidades e à falta de habitação que se verificava em Peniche, na época de construção do Bairro de Santa Maria e do Bairro da Prageira.
- b) Perceber o impacto social de ambas as construções na vida dos residentes, no momento e na atualidade, assim como a adaptação dos moradores às construções e o porquê das reinterpretações na arquitetura das respetivas habitações.
- c) Analisar e comparar ambas as obras, segundo as suas características, tendo em conta que foram projetadas pelo mesmo arquiteto, na mesma linha de tempo para duas realidades distintas, pese embora partilharem a mesma necessidade, a carência de uma habitação condigna.
- d) Perceber como a arquitetura de Vítor Figueiredo perdurou no tempo e de que maneira foi interiorizada pelos moradores.

Achamos importante referir que, na medida em que o nosso estudo se concentra em dois projetos de habitação de cariz social em Peniche, sentimos necessidade de compreender o objeto para além da arquitetura, nomeadamente sobre o papel que esta desempenhou sobre os habitantes desses bairros. Por esse motivo, consideramos que a sociologia, ao promover uma análise do indivíduo no seu contexto, é a ciência que mais se adequa ao encontro de respostas para as questões que se têm levantado. É por esta razão que achamos interessante estender a investigação para a área social, devido à consciência social que representa a habitação programada.



Fig. 1 |
Visitas ao bairro de Santa Maria

[Metodologia]

Assente numa metodologia geral de estudo de casos, onde tivemos como objetivo principal conhecer com profundidade os Bairros de Santa Maria e da Prageira, não só na sua vertente arquitetónica, mas também na sua vertente social, assumimos um procedimento de recolha e análise de dados que privilegiou a diversidade de fontes e de documentação. Neste sentido, a metodologia utilizada para o estudo, compreensão e interpretação dividiu-se em duas fases:

Fase 1— Recolha de informação

Neste processo fizemos três visitas a Peniche. Na primeira, em fevereiro de 2016, tivemos oportunidade de visitar a Biblioteca e o Arquivo Municipal, para a recolha de documentação gráfica, leituras sobre o tema e planos dos projetos antes mencionados. No Arquivo Municipal de Peniche, a documentação gráfica já se encontrava num estado de degradação avançado, pelo que não foi possível aproveitar estes documentos em prol da investigação.

Entrevistamos, igualmente, o diretor do Museu Municipal/ Forte de Peniche, para uma troca de impressões sobre a contextualização social e histórica da cidade em meados do século passado.

Visitamos o Forte de Sacavém em duas ocasiões, em março de 2016 e em fevereiro de 2017, para o estudo e recolha de documentação gráfica, textual e fotográfica pertencente ao espólio do arquiteto Vítor Figueiredo.

Para recolha de documentação e leituras relacionadas com o tema, visitamos, entre outros locais, a Biblioteca Nacional, em Lisboa e a Biblioteca Municipal de Peniche.

[Fig. 2] Realizamos ainda uma entrevista ao arquiteto Gonçalo Byrne, no dia 13 de janeiro de 2017, no seu gabinete em Lisboa.

Igualmente no processo de recolha, nas duas seguintes idas a Peniche, foram feitas visitas aos locais, com a finalidade de recolher entrevistas com moradores e proceder ao levantamento fotográfico [Fig. 1; Fig. 3]. Previamente à primeira visita aos bairros, efetuamos uma reunião com a vereadora Clara Abrantes, em Peniche, que viria a facilitar o primeiro contacto com os moradores. Realizamos então a primeira visita aos conjuntos habitacionais em março de 2016, entrevistando duas famílias do bairro da Prageira [P1, P2] e duas famílias do bairro de Santa Maria. Realizamos uma segunda visita e levantamento fotográfico nos conjuntos habitacionais em novembro de 2016, por intermédio da Associação para o Desenvolvimento de Peniche (ADEPE) para a realização de mais duas entrevistas no bairro da Prageira [P3, P4] e quatro em Santa Maria [SM3, SM4, SM5, SM6].

Posteriormente, realizámos o levantamento arquitetónico dos objetos de estudo e das habitações de cada um dos entrevistados. As plantas foram redesenhadas tendo como base as plantas originais do espólio de Vítor Figueiredo em A4, pelo que se reproduziram, em AutoCad, desenhos proporcionais a estas (certamente não possuem as dimensões exatas dos originais, devido à difícil leitura das cotas em ditos desenhos) pelo que, para ter noção das dimensões nas divisões dos fogos, pareceu-nos apropriado assinalar uma aproximação em m² por espaço, nas plantas das respetivas habitações).

No seguinte quadro, apresenta-se o código anónimo concedido a cada um dos moradores dos bairros a estudar, assim como as suas breves caracterizações.

	Morador	Nomenclatura	Tipo de habitação	Nº de moradores	
				Iniciais	Atuais
Bairro de Santa Maria [CRE 104]	[SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada]	SM1	T4 que transformou em T3	5	2
	[SM2M, mulher, 69 anos, ex-operária fabril no ramo das conservas, reformada, casada]	SM2H - SM2M*	T3 que transformou em T2	4	2
	[SM2H, homem, 70 anos, pescador, reformado, casado]				
	[SM3, mulher, 51 anos, atadeira, empregada, casada]**	SM3	T2	3	
	[SM4, mulher, 76 anos, funcionária na escola secundária, empregada, casada]	SM4	T2 que transformou em T1	4	2
	[SM5, mulher, 68 anos, conserveira, reformada, casada]	SM5	T2	4	2
[SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada]	SM6	T3 que transformou em T2	5	1	
Bairro da Prageira [CPS406]	[P1H, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado]	P1H - P1M	T3	7	5
	[P1M, mulher, 67 anos, empregada hospitalar, reformada, casada]				
Bairro da Prageira [CPS406]	[P2, mulher, 73 anos, operária fabril, reformada, casada]	P2	T3	7	2
	[P3, mulher, 45 anos, desempregada, casada]	P3	T2	4	
	[P4M, mulher, 52 anos, operadora supermercado, empregada, casada]	P4H - P4M	T2 que transformou em T3	3	4
	[P4H, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado]				

*Utiliza-se o H ou M no final para diferenciar Homem ou Mulher, no caso das entrevistas serem feitas a casais de moradores.
**Moradora SM3 dá uma perspectiva tanto do bairro da Prageira como o de Santa Maria, já que teve a oportunidade de viver em ambos. Atualmente reside no bairro de Santa Maria.

Quadro 1 | Caracterização dos vizinhos dos bairros a estudar

Desenvolvemos ainda, em dezembro de 2016, a recolha e tratamento de informação estatística. Nesta fase, para uma pesquisa atualizada, realizou-se uma visita ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), no Porto, onde tivemos conhecimento que os bairros em estudo já não eram geridos pelo Departamento de Património Imobiliário deste Instituto, passando para a gestão do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Realizamos igualmente a recolha de material estatístico e documental através de informações obtidas na Câmara Municipal de Peniche e no Instituto Nacional de Estatística (INE). Em relação à recolha do material estatístico do INE, foram utilizados os dados dos Censos de 2011, assim como dados de 2015, correspondentes ao Anuário Estatístico Regional do INE. Os dados de 2011 foram desagregados até à subsecção estatística. No caso do bairro de Santa Maria, decidimos estudar unicamente uma subsecção [10140100703], na medida em que os dados associados às outras subsecções estatísticas nas quais o bairro se



Fig. 2 |
Entrevista ao arquiteto Gonçalo Byrne



Fig. 3 |

Visitas ao bairro da Prageira.

enquadra, continham também dados populacionais que ultrapassam sobejamente o território do bairro. No bairro da Prageira, foram igualmente utilizados dados desagregados até à subsecção estatística, dos Censos de 2011. No caso deste bairro, decidimos estudar todas as subsecções estatísticas nas quais este se enquadra, uma vez que não há outros dados populacionais associados [10140101304, 5, 6, 7, 8; 10140101402, 3, 6, 7, 8]. Consideram-se os valores para a totalidade do bairro, pese embora o objeto de estudo se foque unicamente no plano de segunda fase de construção do bairro da Prageira.

Fase 2 – Análise

No que se refere à análise de dados no plano arquitetónico, após ter a reprodução das plantas originais, correspondentes aos fogos, foram interpretadas as modificações feitas por cada um dos moradores, comparando e analisando as alterações realizadas nos imóveis.

Quanto aos dados estatísticos foram realizados dois quadros, o *Quadro recapitulativo dos principais indicadores socio-demográficos de Portugal e Concelho de Peniche*, o *Quadro recapitulativo dos principais indicadores socio-demográficos dos casos de estudo - 2011, 2015*, como meio de apoio para uma fácil identificação da caracterização sociográfica do concelho de Peniche face aos valores nacionais, assim como a caracterização sociográfica dos casos de estudo, respetivamente.

Em relação às entrevistas, realizamos, após a sua transcrição, análises de conteúdo de cada um dos moradores e posteriormente dos bairros, organizadas em função das dimensões que a seguir apresentamos:

(i) Caracterização sócio demográfica dos moradores entrevistados: trata-se da descrição de cada família, número de habitantes do alojamento, profissão do entrevistado, estado civil, idade, duração da ocupação do imóvel, entre outros.

(ii) Descrição da história sobre a ocupação/atribuição da habitação: o que permite saber qual o procedimento para a aquisição da habitação.

(iii) Caracterização das redes de sociabilidade: qualidade das relações interpessoais dos moradores do conjunto.

(iv) Caracterização das habitações: descrição das habitações originais e das modificações efetuadas pelos moradores e suas necessidades.

(v) Representação dos moradores sobre as suas vidas nas habitações: nível de satisfação relativamente ao imóvel.

(vi) Desenvolvimento regional: isto permitiu uma aproximação na área de interesse e uma rápida análise e comparação entre os casos de estudo.

Finalmente, reportamo-nos à organização do presente relatório. Deste modo, a dissertação encontra-se dividida em três momentos essenciais:

O primeiro capítulo, como contextualização, é composto por três elementos fundamentais: primeiramente, uma aproximação a Peniche na

sua história e configuração urbana, assim como na sua caracterização sociográfica de meados de século XX, dada a relevância que veio a assumir a crise habitacional do pós-guerra em determinados territórios do país, nomeadamente naqueles, como é o caso de Peniche, que receberam aglomerados populacionais elevados, provenientes de contextos rurais, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Consideramos igualmente importante dedicar alguma atenção à atividade piscatória, na medida em que se veio a configurar, a par da indústria conserveira, como a atividade económica de maior impacto no território. Para além disso, foi especialmente dedicada à mão-de-obra piscatória a projeção e construção de um bairro – da Prageira – que se constitui um dos nossos objetos de estudo. Para a pesquisa, numa primeira aproximação a Peniche e sua história, foi de vital importância a documentação fornecida pela Câmara Municipal de Peniche, variados artigos do jornal penichense, *A voz do Mar*, assim como estatísticas de antigos censos populacionais, o livro *Peniche 100 anos através da Fotografia* (1933), de Luís Correia Peixoto, que retrata a vida do gentílico penichense entre os séculos XIX e XX, a obra de Mariana Calado, *Peniche na História e na Lenda* (1984), assim como *Repercussão das actividades económicas da geografia humana do concelho de Peniche*, obra de Hernâni de Barros Bernardo (1943), entre outras.

Seguidamente, é abordado o estado da arquitetura em Portugal, prévio à criação ao organismo das «HE» no panorama de arquitetura programada, juntamente com uma breve explicação sobre a vida, objetivos e funções das «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência; nesta segunda parte, enquanto programas estatais como resposta à crise habitacional do pós-guerra no âmbito internacional, é apresentada a INA-Casa, organismo italiano de habitação programada, que partilhava afinidades com o organismo português, e influenciou, como se verá ao longo do trabalho, a produção na arquitetura social de Vítor Figueiredo. Posteriormente, nesta temática, refletiu-se sobre a *Habitação para o Maior Número*, tema abordado por Nuno Teotónio Pereira no Colóquio de Urbanismo no Funchal, em janeiro de 1969, e sobre o aprofundamento do pensamento sociológico na arquitetura de habitação social. No âmbito das «HE», foi fundamental a leitura, entre outras, da Tese de Doutoramento de Maria Tavares: *«Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto*.

Na terceira secção deste capítulo, realizou-se a caracterização social dos habitantes do concelho de Peniche, assim como dos moradores de habitação social do mesmo concelho.

O segundo capítulo gira em torno de Vítor Figueiredo, nomeadamente a sua vida profissional, assim como a sua visão na arquitetura e perspetiva enquanto arquiteto social. Posteriormente à introdução do organismo INA-Casa no primeiro capítulo e as suas influências referidas na produção de Vítor Figueiredo, é aprofundado este aspeto através de uma

breve análise de duas das primeiras obras de habitação social produzida por Vítor Figueiredo: os edifícios de habitação de 4 e 7 pisos em Olivais Sul [Célula C] (1960) –sendo a primeira obra de habitação social do arquiteto – e o Agrupamento de 168 habitações no Barreiro (1962). Igualmente, neste capítulo, mostra-se a visão que os colegas de profissão partilham sobre o arquiteto, em particular Gonçalo Byrne, colega e amigo de Vítor Figueiredo. Para uma visão complementar dos projetos de habitação social do arquiteto, foi imprescindível, para além da revisão de documentação do SIPA/IHRU, a revisão do livro de Vanda Maldonado e Pedro Namorado Borges, *Vítor Figueiredo: projectos e obras de Habitação Social 1960-1979*.

Finalmente, no terceiro capítulo, são desenvolvidos os objetos de estudo: os bairros de Santa Maria e da Prageira. Cada um dos respetivos estudos desenvolve-se através do enquadramento histórico e legal do bairro. Seguidamente, é efetuada a análise da obra produzida pelo arquiteto, desde a sua inserção urbana até à conceção nas tipologias dos fogos. Posteriormente, é realizada uma caracterização social do objeto de estudo, para uma melhor compreensão nas intenções de reapropriação por parte dos moradores. Pretende-se, assim, estudar as reapropriações feitas nos espaços comuns do conjunto, de uma maneira generalizada, bem como as reinterpretações na distribuição interna dos fogos, por parte dos entrevistados.

Terminamos esta dissertação com a apresentação da bibliografia utilizada, bem como todas as fontes documentais e estatísticas consultadas, seguidas dos apêndices, onde apresentamos informação acessória importante para a realização do trabalho, mas que não se compagina com o seu posicionamento no corpo central do texto. Os apêndices estão organizados em cinco partes: o Apêndice 1 e Apêndice 2, correspondem à restante documentação gráfica original de ambas as obras estudadas; o Apêndice 3 contém a transcrição da entrevista realizada ao arquiteto Gonçalo Byrne; o Apêndice 4 inclui alguns quadros secundários que completam a informação em diversos campos: Listagem de Marítimos inscritos em Peniche (1954-2017); Habitação Social no Concelho de Peniche; Obras de Vítor Figueiredo; Premiações de Vítor Figueiredo; Quadro recapitulativo dos principais indicadores sociodemográficos dos objetos de estudo - 2011, 2015); o Apêndice 5, em CD, corresponde às Análises de Conteúdo correspondentes às entrevistas dos moradores nos bairros da Santa Maria e da Prageira, uma informação acessória de interesse tanto no campo da Arquitetura como no da Sociologia.



Fig. 4 |
Planta de localização de bairros de Santa Maria
e Prageira, Peniche



1 | TRAÇOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E ARQUITETÓNICOS

1.1 | De Peniche

1.1.1 | Enquadramento Geográfico, Histórico e Urbano do concelho

É na atual freguesia de Peniche que estão inseridos os bairros a estudar. Por esta razão, achamos importante caracterizar brevemente o contexto³ urbano do concelho e respetiva freguesia e, posteriormente, apresentar uma visão social do concelho e dos casos de estudo.

[Fig. 5] Peniche, cidade localizada no continente português, encontra-se na Região Centro do país e sub-região do Oeste, no distrito de Leiria. Está confinada com Óbidos a Norte e a Nascente, com o concelho da Lourinhã a Sul e o Oceano Atlântico a Poente, sendo a cidade mais ocidental de Portugal Continental e também da Europa Continental. O seu território tem uma extensão de 77,7km² de área total, dos quais 74km² são continentais e os restantes abrangem o arquipélago das Berlengas (pertencente a Peniche, classificado como Reserva da Biosfera pela UNESCO). [Fig. 7] Em termos de morfologia, a península de Peniche é uma antiga ilha, unida ao continente por um istmo de areia baixo e estreito. (Calado, 1984, p.44).

[Fig. 6] O Concelho de Peniche encontra-se dividido em quatro freguesias: a freguesia de Peniche (resultado atual da fusão de três freguesias: Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição e São Pedro), a freguesia de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El Rei, consideradas estas últimas três como as povoações mais rurais.

A freguesia de Peniche contém os aglomerados urbanos mais numerosos do concelho. [Fig. 8; Fig. 9] Na freguesia, destacam-se dois aglomerados urbanos de alguma importância, a partir dos quais se desenvolveu Peniche desde os seus inícios, sendo os aglomerados mais povoados da freguesia: Peniche de Cima (a Norte da freguesia) e Peniche de Baixo (a Sul da freguesia). A freguesia de Peniche limita-se a Norte, Sul, e Poente com o Oceano Atlântico, também a Noroeste com o arquipélago das Berlengas; está confinada a Nordeste pela freguesia de Ferrel e a Sudeste pela de Atouguia da Baleia. Em termos de morfologia, a freguesia é rodeada (a Norte, Sul e Leste) por uma costa de praias e formações rochosas, pertencendo à freguesia o extremo mais ocidental do continente: o Cabo Carvoeiro. Também a ela pertence uma pequena secção do Sistema Dunar,



Fig. 5 |
Localização de Peniche no mapa de Portugal



Fig. 6 |
Freguesias de Peniche | 1. Peniche; 2. Ferral; 3. Atouguia da Baleia; 4. Serra d'El Rei; 5. Óbidos ; 6. Lourinhã; 7. Berlengas



Fig. 7 |
Península de Peniche e Cabo Carvoeiro.
Ao longe, o Baleal.



Fig. 8 |
Norte da Vila de Peniche – Peniche de Cima

«
As condicionantes de custo mínimo eram parâmetros e havia que não as considerar espartilhos
»

(Gonçalves & Santos, 1999, p.47)

•
VÍTOR FIGUEIREDO

³ Para realizarmos este enquadramento, socorremo-nos da preciosa obra de Mariano Calado, Peniche da História e na Lenda (1984), bem como de diversos documentos disponíveis na web site da Câmara Municipal de Peniche.



Fig. 9 | Peniche de Baixo e Forte de Peniche



Fig. 10 | Peniche, 1940 – Peniche de Baixo.



Fig. 11 | Vista aérea a Sul – Peniche de Baixo



Fig. 12 | Urbanização do Istmo de Peniche, 1953 – Arquitecto Paulino Montez

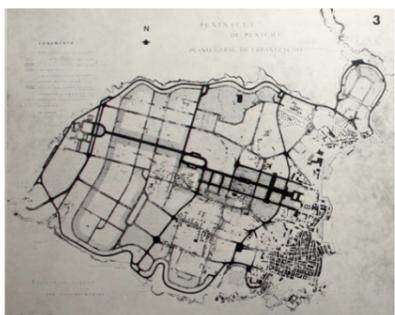


Fig. 13 | Urbanização da Península de Peniche, 1974 – Arquitecto Paulino Montez

o qual se prolonga desde a praia da Gambôa ao Tômbolo do Baleal. A sua área de extensão é de 7,7km² e a sua densidade populacional de 1.915,45 habitantes por km². A nível demográfico, é a freguesia mais habitada com um total de 14.749 habitantes de acordo com os Censos 2011.

[Fig. 10, Fig. 11] No século XX, com o desenvolvimento do setor industrial após a I Guerra Mundial, houve um crescimento associado à economia do mar, o que trouxe para a Vila de Peniche um aglomerado populacional bastante considerável. A par das fábricas, e nas palavras de Paulino Montez (s/d citado na Magna Carta de Peniche, 2009, p.40-41):

«A par das fábricas surgem os armazéns provisórios, e, em maior escala, os armazéns imundos, as miseráveis barracas de madeira onde a população flutuante, chamada à faina do porto e à preparação das conservas, se abriga de qualquer modo». E logo - acrescenta - os cheiros pestilentos, derivados dos coletores industriais e dos depósitos de guano, reduzem, mais do que a falta de alojamento, a frequência dos veraneantes que a Peniche se acolhiam».

Foi então solicitado ao arquitecto nativo de Peniche que elaborasse um plano de desenvolvimento urbano⁴ que veio a privilegiar três grandes dimensões:

- Os acessos rodoviários que potenciasssem a comunicação entre a vila de Peniche e as povoações próximas para dar atenção ao seu potencial em termos de turismo balnear.
- A ausência de edifícios públicos e as necessidades a satisfazer dos habitantes. Neste mesmo plano, estariam especificados os edifícios públicos necessários como resultado de um inquérito urbano realizado pela Câmara Municipal. Figuraram na lista edifícios como escola técnica, quartel dos bombeiros, hospital, entre outros.
- Desenvolver em termos rodoviários as povoações rurais de S. Bernardino, o lugar do Baleal e Consolação.

Entre os vários planos concelhios traçados pelo arquiteto Montez, interessa-nos o [Fig. 12] *Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche* (década de 1950) e o *Plano Geral de Urbanização da Península* (1974) [Fig. 13] (Santos, 2014) os quais foram concebidos com o intuito de reorganizar o território que é na atualidade a freguesia de Peniche, o espaço que nos interessa analisar. No que respeita ao *Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche*, trata-se de um espaço extra-muralha, que se encontrava, segundo a cartografia de 1940, praticamente desabitado, à exceção de uma pequena zona de fábricas e um bairro operário, a norte do istmo. O plano de Paulino Montez foi traçado com o intuito de dividir o território em zonas com usos definidos, como a área portuária que incluiria a lota e os espaços necessários para a preparação do peixe –localizada na costa sul do

4 Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche 1941-1955. Posteriormente, o mesmo arquiteto elaborou o Plano de Urbanização do Istmo de Peniche, na década de 1950, no qual viria futuramente a integrar-se o Bairro da Prageira, e mais recentemente o Plano de Urbanização Geral da Península de Peniche 1974. (Gregório 2014) O arquitecto é ainda autor de diversos outros planos de urbanização quer de freguesias de Peniche quer das demais freguesias do concelho.

istmo, também a zona comercial e zona industrial – dando continuidade à atividade industrial previamente enraizada na zona. O plano previa igualmente um parque desportivo, uma zona para equipamentos de assistência social, dois bairros de pescadores, entre outros equipamentos (Ibidem). A finalidade deste plano foi criar uma zona com usos bem definidos, com a ideia de implantar um espaço maioritariamente industrial e portuário numa zona diferenciada, não estando de todo desconexa da vila em si.

[Enquadramento social em meados do século XX]

«Desde sempre a Península de Peniche foi um grande polo atrativo de população migrante à procura de trabalho, sobretudo no setor da pesca. Com a abertura de novas fábricas de conserva no início do século XX, o movimento migratório tornou-se mais intenso, o que levou à fixação de um elevado número de famílias que vinha à procura de trabalho. À medida que iam chegando, os operários e respetivas famílias foram-se instalando na cidade, passando a residir em precárias condições de habitabilidade» (Conselho Local de Ação Social de Peniche, 2015, p.52). [Fig. 14, Fig. 15].

De 1900 até 1950, a população do concelho aumentou cerca de 158% (passou de 8202 para 21213 habitantes). A península, composta pelas freguesias de Ajuda, Conceição e S. Pedro, atual freguesia de Peniche, representava 49% da população concelhia.

Em 1940, 60% das famílias do concelho eram formadas por mais de três pessoas e só 22% das famílias estavam constituídas por uma ou duas pessoas, valores significativos que podem traduzir a presença de famílias numerosas. Mas há outros valores a destacar ao longo do século XX. Em termos de alojamentos, Peniche viu crescer o seu número em 123% de 1940 a 1981. Para tal, terá contribuído sem dúvida o afluxo repentino de população da década de 70, oriunda das ex-colónias. Após a Revolução do 25 de abril de 1974, o concelho de Peniche, em particular as freguesias peninsulares, foi palco do asilo provisório dos portugueses retornados dos países africanos, tendo havido a necessidade premente de pronta solução à carência habitacional, devido à precariedade das condições provisionais para estes novos residentes.

No que se refere às qualificações⁵, Peniche encontrava-se em homogeneidade face ao restante território. Com efeito, na década de 40, apenas 1,7% da população tinha o 1º Ciclo de Ensino Básico completo, e 0,5% o 2º Ciclo de Ensino Básico completo, sendo que só 34,8% da população concelhia sabia ler, sem que tal correspondesse à frequência do sistema de ensino. Estes valores vão sofrendo alterações positivas ao longo do século XX para atingir os quase 25% no que se refere ao 1º ciclo do ensino básico em 1960.

5 Estes dados foram obtidos a partir do VIII, IX e X Recenseamento Geral da população cedidos pela Câmara Municipal de Peniche.



Fig. 14 | Embarcações e pescadores junto ao cais de Peniche

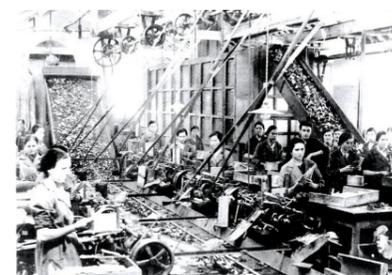


Fig. 15 | Atividade na fábrica de conservas Algarve Exportadora.



Fig. 16 |
Um aspecto da Ribeira, posterior a 1912



Fig. 17 |
Mulheres a consertar as redes, Peniche



Fig. 18 |
Porto de Pesca de Peniche, 1970

O depauperamento qualificacional da população de Peniche traduz-se no Mercado de Trabalho, com um forte contingente populacional associado às atividades do setor primário: agrícolas, pecuárias e, sobretudo, marítimas. O setor primário⁶ em 1960 abrangia 62% da atividade económica concelhia demonstrando a força deste setor, comparativamente com os dados mais atuais, de 2011⁷, que apontam para 9,7%, assumindo mais importância o setor terciário. Isto leva-nos a concluir que, na primeira metade do século XX, mais de metade da população ativa no Mercado de Trabalho dependia do setor primário. Por outro lado, a população empregada por 100 ativos em 1960 era de 96% e diminuiu para 85% em 2011 (Ibidem), podendo constatar-se que, em 1960, a procura de empregados era maior, visto que o ponto forte da economia Penichense era o setor primário, o qual requeria poucas ou nenhuma qualificações escolares, oferecendo numerosas oportunidades, especialmente na pesca e na indústria conserveira, em crescimento e com demanda de operários, assim como na indústria naval e na agricultura, fazendo de Peniche um concelho atractivo como fonte de emprego.

As condições em termos de abundância de trabalho no sector primário, e no sector da indústria conserveira em crescimento, e a existência de um Forte que viria a ser recetor de muitos indivíduos oriundos das ex-colónias vieram a explicar o crescimento desmedido da população e, posteriormente, dos alojamentos no concelho, sobretudo na península de Peniche.

Segundo informações obtidas junto do Coordenador do espaço Fortaleza/Museu Municipal de Peniche, com o desenvolvimento da indústria conserveira, instalaram-se famílias inteiras vindas de diversos cantos do país, já que chegaram a existir no concelho cerca de vinte fábricas de conserva em inícios do século XX. Os operários empregados nas fábricas traziam as famílias, o que ocasionou uma grave crise habitacional, visto que as famílias não tinham possibilidades para sustentar uma adequada instalação e, como referido anteriormente pelo arquiteto Paulino Montez, acabaram por construir habitações miseráveis e de lata nas margens da vila. A este respeito, indica o autor Hernâni de Barros Bernardo (1943): «As casas – e nelas predominam os materiais calcários da Estremadura – têm aumentado por toda a parte, buscando dar escoamento à demografia» (Bernardo, 1943, p. 15). Posteriormente surgiram como resposta a estas necessidades, as «HE», bairros de custo controlado, geridos pela Câmara Municipal de Peniche, e a instalação de bairros operários para os trabalhadores das fábricas. Hoje em dia, contabilizam-se pelo menos onze bairros de cariz social e outros condomínios, todos eles na Península e freguesia de Peniche. O primeiro bairro de cariz social a ser construído na península foi o bairro dos Pescadores junto ao Porto de Areia Norte, finalizado em 1955 (Bernardo, 1943).

⁶ As atividades económicas estão divididas em três setores: o setor Primário - agricultura, pesca, caça e extração mineral; o setor Secundário - atividade industrial e de construção; o setor Terciário - serviços (transporte, administração pública, comércio, educação, saúde, atividades turísticas)

⁷ [http://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica+\(percentagem\)-728](http://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica+(percentagem)-728) [Consultado por última vez em julho de 2017]

1.1.2 | A pesca, a indústria conserveira e a sua repercussão na crise habitacional

[Fig. 16] A pesca é uma arte milenar que se pratica desde tempos pré-históricos e representa uma atividade económica relevante em Portugal, devido à sua longa faixa costeira e à sua vantajosa situação geográfica, desenvolvendo-se de Norte a Sul do país. A pesca deixou, e continua a deixar, em Peniche um legado profundo. Existem cerimónias religiosas associadas ao mar, antigas cantigas e tradições que se perpetuam. Mariano Calado na sua obra *Peniche Na História e Na Lenda* (1984), interpreta de maneira poética e fascinante as práticas do povo pescador de outrora. É importante destacar que Peniche sempre recebeu pescadores ansiosos por trabalhar na faina, vindos de «Viana do Castelo, Vila do Conde, Murtosa, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Setúbal, Sesimbra e quase todos os portos algarvios» (Calado, 1984, p.369) (sobretudo no século XX) e que apesar de partilhar com eles a arte da pesca, o pescador penichense manteve os seus costumes, sem evitar algumas influências das diversas comunidades.

[Fig. 17, Fig. 18] Os métodos de captura do peixe⁸ evoluíram rapidamente no decorrer do século XIX e durante o século XX⁹, com a utilização das primeiras traineiras⁹, simultâneos ao surpreendente crescimento de Portugal no setor da indústria conserveira devido à «capitalização da arte do cerco costeiro» (Pais; Seixas, Mareschi et al, 2012, p.413), pelo consumo desenfreado de conservas durante a I Guerra Mundial. «Em 1896 contavam-se em Portugal 76 fábricas de conservas de sardinha, número este que subiu com a 1ª Grande Guerra (1914/1918). [Fig. 19] Ao terminar a guerra, as fábricas conserveiras deste tipo ultrapassaram o número de 300» (Engenheiro, 2000 in Santos 2002, p. 51[1]), existindo em Peniche cerca de 20 fábricas (Calado, 1984) – 13 delas operacionais no ano 1929 – contabilizadas entre fábricas de conservas e estivas¹⁰, todas de sardinha, na sua maioria em Peniche de Cima. Podemos dizer então que a guerra potenciou a evolução na tecnologia da atividade da pesca e da indústria conserveira em Portugal e, como consequência, em Peniche. O processo das conservas de outrora em Peniche começava com a atividade da pesca; posteriormente, o peixe era adquirido na lota por licitação; mais tarde era descarregado em cabazes e transportado aos armazéns da *Ribeira Velha* [Fig. 20, Fig. 21], *no antigo porto de abrigo*, a sul da atual freguesia de Peniche. A atividade piscatória abrange também toda uma série de atividades as quais empregam uma «não menos importante parcela da população» (Calado, 1984, p. 393) como «nas fábricas de conserva, na congelação, na lavagem e salga do peixe, conservação e tratamento de marisco, caixotaria

⁸ «Antigamente, a pesca era feita à linha, ou por meio das amarrações de copo à valenciana (sistema de redes de diversas malhas fixas num local da costa, perto da terra), pelas sacadas (redes de suspensão empregadas pelas armações redondas), pelos cercos volantes (espécie de redes de arrasto, com as quais se cercava o peixe do mar para a terra), pelas caçadas de sardinheiras (redes compridas e esteiras, de suspensão, onde o peixe se emalhava) e pelas redes de lagosta, sendo cada um destes métodos empregados em diferentes meses do ano, conforme a variedade de peixe a que se destinavam» (Calado, 1984, p.390).

⁹ A este propósito, consulta a obra de Luís Correia Peixoto (Peixoto, 1984)

¹⁰ A estiva é um processo mediante o qual se prensa o peixe – sobretudo a sardinha – depois de estar em salmoura (Peixoto, 1991; 44)



Fig. 19 |
Processo das conservas de peixe ena fábrica Algarve Exportadora.



Fig. 20 |
Antiga Ribeira Velha, década de 1930.



Fig. 21 |
Antiga Ribeira Velha, 1991.

e canastraria, conserto de redes, utensilagem náutica, serralharia, construção e eletrificação naval e ainda recolha de limos para preparação de adubos agrícolas e farinhas alimentícias» (Ibidem), o transporte, exportação e venda do pescado nos quais também contribuíam, na sua maioria, mulheres, na parte de manufatura. Assim, no período de 1914 a 1918, dada a evolução no setor da pesca e indústria conserveira—«atraída pela mão-de-obra e pelos salários compensadores, a população triplicou, principalmente com uma imigração maciça de gente do Algarve» (Calado, 1984, p. 391)—posteriormente, na década de 60, chegaria a Peniche uma onda de população proveniente da Nazaré, que traria aos penichenses «a arte de pescar com «aparelho» (Engenheiro, 2000, in Santos, 2002[1], p.79).

Constata-se, portanto, que, ao longo de todo o século XX, Peniche vivia quase exclusivamente da pesca, pois «não existindo a pesca, toda a atividade industrial paralisava, bem como o comércio aqui – em Peniche – existente» (Engenheiro, 2000, in Santos, 2002[1]).

A primeira metade do século XX foi difícil para o concelho. Excessivamente dependente da atividade piscatória, em 1938, Peniche viu-se a braços com uma crise de mendicidade decorrente de uma crise mais geral que afetava toda a costa penichense (Ibidem). Esta mesma crise terá provocado a paralisação na produção das fábricas de conserva, existindo, num universo de 13 fábricas, apenas 5 operacionais, situação que ameaçou gravemente a economia do concelho. Porém, para além da função de dinamizadora da economia, a indústria viria também a ocupar uma função de auxílio social nestes tempos de maior necessidade, e disso é exemplo a Júdice Fialho. Com efeito, esta empresa dispôs antigos armazéns para confeccionar a *sopa dos pobres*, a qual foi «bastante frequentada pela classe marítima» (Ibidem, p. 71); as fábricas como *Júdice Fialho e António Andrade* contavam com habitação para os operários, visto que a sua grande maioria vinha de outros distritos e vivia em parcas condições económicas.

O concelho de Peniche conseguiu sair da difícil situação graças a uma procura massiva de conservas – devido à «última deflagração mundial» (Calado, 1984, p. 391), investindo em novas unidades de pesca que iriam mais longe da costa penichense e que vieram a permitir capturar pescado; foram também construídos os molhes do oeste (1946) e do leste (1954) e, a sul do istmo, utilizando-se naquele momento como porto, o que atualmente se designa como *antigo porto de Peniche*¹¹, o que viria a garantir a melhoria de condições no setor da pesca [Fig. 22]. Posteriormente, procedeu-se à construção da atual zona portuária, existindo já uma fase culminada para os anos 80¹².



Fig. 22 | Início das obras da construção do molhe Oeste, ao fundo -1936/1937. Vista da Doca, o Porto do Meio e a Ribeira.

11 O antigo porto de abrigo de Peniche, estendia-se desde a Ribeira Velha, junto à fortaleza até ao Largo do Município, segundo o Coordenador do espaço Fortaleza/Museu Municipal de Peniche (26/02/16), formado também pelos molhes oeste e leste.

12 Segundo comentou o Coordenador do espaço Fortaleza/Museu Municipal de Peniche (26/02/16)

Como referido anteriormente, «[m]uitas famílias, nomeadamente as constituídas por operários/as trazidos/as para Peniche aquando da implementação da indústria conserveira no início do século XX, eram obrigados a viver, em muitos dos casos, em verdadeiros cubículos construídos em madeira onde a chuva e o vento entravam implacavelmente e forçando-as a uma vida de forte promiscuidade» (Engenheiro, 2007b, p. 5). Peniche vivia uma situação de carência habitacional para esta classe social, pelo que a comunidade piscatória procurou instalar-se como as suas possibilidades permitiam (assentando-se normalmente em pobres habitações de lata e madeira), nas redondezas dos *Portos da Areia Norte e Sul*. Segundo Calado, no que se refere à localização da habitação, o pescador penichense «retinto e o descendente de algarvios em geral escolhem o norte, aqueles por tradição, estes pelas exigências do trabalho conserveiro onde as mulheres exercem normalmente a sua atividade; o sul é preferido em geral pelos de famílias procedentes da Nazaré e de ascendência nortista» (Calado, 1984, p. 370). Ao norte da vila, próximo da praia da Gambôa, junto aos *portões de Peniche de Cima*, nas proximidades do *Porto da Areia Norte*, foram construídas modestas barracas por negociantes de peixe que, uma vez cessando a sua atividade nessa praia, serviram de habitação para a classe piscatória; posteriormente foram construídas «outras barracas, umas após outras, acanhadas, defeituosas e inestéticas, que alugavam, por boas rendas na época, para habitação, embora sem quaisquer condições para tal fim» (Engenheiro, 2007 a, p.5). Nesta zona, em Peniche de Cima, seria depois construído o Bairro dos Pescadores junto ao Porto da Areia Norte. Por outro lado, o sul da vila – ou *Peniche de Baixo* – era preferido por esta comunidade, pela sua localização nas imediações do *antigo porto de abrigo* e da zona comercial da vila, facilitando o acesso ao *ganha-pão*. [Fig. 23, Fig. 24] As figuras representam habitações precárias da classe operária, na sua maioria instaladas a Norte e Sul de Peniche.

De acordo com o arquiteto Paulino Montez citado na Magna Carta de Peniche (2009, p.41), a instalação das famílias em condições precárias de salubridade, junto de armazéns provisórios, também afetava a aparência da cidade e inevitavelmente a afluência de turistas na vila, visto que os conjuntos de «miseráveis barracas de madeira» (Montez, s/d, citado na Magna Carta de Peniche, 2009) se localizavam junto aos principais portões ou acessos à vila.

[As Casas dos Pescadores]

Enquanto programas de participação estatal às obras de assistência, financiados pelo Fundo de Desemprego¹³, existiram diversas iniciativas respeitantes ao problema de habitação, derivadas de núcleos de apoio e assistência social; entre elas encontramos as Casas Económicas¹⁴, Casas Desmontáveis¹⁵, Casas de Renda Económica¹⁶, Casas Para Famílias

13 Decreto-lei n.º 21699, de 30 de setembro de 1932.

14 Decreto-lei n.º 23052, de 23 de setembro de 1933.

15 Decreto-lei n.º 28912 de 12 de agosto de 1938.

16 Decreto-lei n.º 2007, de 7 maio de 1945.



Fig. 23 | Barracas da classe operária em Alto da Vela – nas redondezas da Ribeira Velha – atrás da Fortaleza de Peniche, a Sul.



Fig. 24 | Barracas da classe operária, junto aos Portões de Peniche de Cima (entrada principal), Norte da vila de Peniche (1930).



Fig. 25 | Barracas da classe operária, junto aos Portões de Peniche de Cima (entrada principal), Norte da vila de Peniche (1930)



Fig. 26 | Casas dos pescadores, junto ao Porto da Areia Norte, Peniche de Cima.

Pobres¹⁷, Casas de Renda Limitada¹⁸, Casas para Pescadores, entre outros. Aachamos pertinente descrever brevemente este programa, dada a Segunda fase do Bairro da Prageira ser promovida pela Casa dos Pescadores de Peniche.

«(...) Esta intervenção do estado junto da classe dos pescadores, com forte coesão social e proatividade política, cumpria o seu programa corporativo de liquidação da luta de classes, através do controlo laboral, do rendimento do trabalho e dignidade social» (Ramos & Silva, 2013, p.6).

Com a promulgação a Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937, até 1972, criaram-se, como consequência, diversas Casas dos Pescadores, dispersas pelas costas portuguesas, geridas pela Junta Central das Casas dos Pescadores, como entidades representativas destas comunidades. As Casas dos Pescadores, segundo ditava a suprarreferida lei, eram «organismos de cooperação social com personalidade jurídica»¹⁹, que representavam três fins: «*Representação Profissional (...) Educação e Instrução (...) Previdência e Assistência*» (Ibidem).

[Fig. 25, Fig. 26] Sendo um programa criado no período do Estado Novo, é importante destacar o quão determinante foi esse período para a reorganização da comunidade piscatória em Portugal, nomeadamente em Peniche. O regime, ao finalizar a década de 1930, pretendia exaltar a cultura popular, mormente «*nacionalizar a tradição marítima portuguesa*» (Garrido, 2008, p. 101) e «recuperar a identidade colectiva» (Garrido, 2008, p. 99) mostrando grande apego ao *maritimismo* e às gentes do Mar. Sendo naturalmente um regime *corporativista*, investiu fortemente no setor das pescas, sobretudo «na pesca do bacalhau e na marinha do comércio» (Engenheiro, 2007b, p. 5); este setor e outros em que investiu o Estado Novo – como a indústria e o comércio – «deviam, ao harmonizarem os interesses sociais, evitar os perigos do progresso económico e a desorientação das classes laboriosas» (Ramos & Silva, 2013, p. 6). Por esta razão, com intenções paternalistas, para estes setores foram criadas instituições como a Junta Central das Casas dos Pescadores²⁰, as Casas do Povo, os Sindicatos e outros (Ramos & Silva, 2013). Através da JCCP foram criados diversos projetos com o intuito de proteger a comunidade piscatória e satisfazer as suas necessidades através das diversas *Casas de Pescadores* espalhadas de norte a sul do país, as quais atuavam «como elemento basilar no funcionamento da organização corporativa, geriam igualmente a sua educação, instrução, previdência e assistência» (Ramos; Silva, 2013, p.7); eram fundadas por capitães dos portos ou delegados marítimos, estando sempre geridas por um elemento da armada, não envolvendo diretamente a comunidade piscatória na gestão das sedes do organismo (Ibidem). No que se refere à Junta Central das Casas dos Pescadores,

17 Decreto-lei n.º 34486, de 6 de abril de 1945.

18 Decreto-lei n.º 36212, de 7 de abril de 1947.

19 Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937, Base I

20 Doravante designada de JCCP.

cabia-lhe a edificação dos equipamentos sociais necessários²¹ segundo as ideologias paternalistas do Estado [Novo].

O primeiro Bairro de cariz social a ser construído em Peniche foi o Bairro dos Pescadores junto ao Porto da Areia Norte, encontrando-se já desenhado na cartografia de 1940 (recompota por Sofia Gregório, em 2014), havendo sido finalizada a primeira empreitada em 1947, com 16 casas – 32 moradias – prontas a habitar, e a segunda empreitada, em 1955, com 70 casas (Engenheiro, 2007a, p. 5). Este bairro pertencia à suprarreferida Junta, sendo por ela administrado até serem vendidos os imóveis aos inquilinos pelo Poder Central (Ibidem). O bairro do Senhor do Calvário (Engenheiro, 2007b), localizado em Peniche de Cima, foi outro exemplo de bairros de cariz social edificados na atual freguesia de Peniche, com o intuito de abater a crise habitacional, sobretudo da classe operária da indústria conserveira. A Câmara Municipal de Peniche teve de pedir um empréstimo à CGDCP²² para a construção do bairro, conduzindo à edificação de «um bairro de 60 casas de habitação para as classes pobres de Peniche»(Engenheiro 2007b, p. 5). A partir de 1951, o bairro estava pronto a habitar.

[Repercussão do Estado Novo na habitação dos pescadores]

Ainda em meados do século XX, particularmente na década de 40, podemos observar a importância da pesca em Peniche que, mais do que atividade económica, configurava a identidade da comunidade piscatória, sendo vista como um património cultural. Como nos indica Hernâni Bernardo, em 1943, «Ressalta à vista o poderoso influxo do mar no conspecto individual e colectivo: na habitação, no vestuário, na linguagem, na psicologia, na alimentação, na arte, na indústria» (Bernardo, 1943, p. 17). Dando sequência a esta reflexão, mencionamos igualmente o documento de Rui Ramos e Patrícia Gaspar Silva (Ramos & Silva, 2013), no qual os autores questionam a alteração dos modos de habitar que o Estado Novo impôs à comunidade piscatória em Portugal através dos projetos de habitações de baixa renda, como foram os suprarreferidos *Bairros dos Pescadores*, geridos pela JCCP. Existem características das antigas habitações precárias dos pescadores que lhe atribuíram certa *identidade* muito sua, existente «na organização do espaço da habitação e da sua contiguidade com o local de trabalho, ou da apropriação do espaço urbano» (Ramos & Silva, 2013, p. 9)

O Estado Novo reorganizou a localização dos bairros dos Pescadores, inserindo-os no tecido urbano e afastando-os da linha do litoral. Ramos e Silva descrevem também o programa habitacional dirigido a este grémio – classe piscatória – como «uma ação concertada para disciplinar a vida dos pescadores, através de uma ideia de casa económica

21 «(...) Escolas de Pesca, Casas de Trabalho, Escola de Mãe e Escolas Primárias, e ainda instalações para albergar Postos de Puericultura, Creches, internatos para ambos os sexos, Lares dos Pescadores e Asilos para idosos.» (Ramos & Silva, 2013, p.8)

22 Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

como instrumento ideológico que explora, abusivamente, a racionalidade construtiva e a organização funcional do espaço doméstico. Se a casa, por um lado, propicia melhores condições sanitárias e prevê a separação de áreas funcionais, o que indica uma profunda modificação do tipo de habitação, por outro lado corta com os hábitos relacionados com a vida em comunidade» (Ramos & Silva, 2013, p. 10).

Ao longo do século XX, assiste-se a uma profunda transformação nas comunidades piscatórias. Com efeito, em meados do século «o pescador idoso, que antigamente encarnava o protótipo do «lobo do mar», conhecedor do ofício, vai cedendo o lugar aos novos, pelo menos no cerco das traineiras, onde as companhas modernas são formadas por marítimos novos e sadios. (...) Os jovens, mal atingem a idade legal de ir para o mar, aventuram-se logo, intimoratos, com aquela seiva transbordante de mocidade que faz perpetuar as tradições de pais para filhos, e abona a sua decidida vocação para o mar» (Bernardo, 1943, p. 18). No texto do mesmo autor destaca-se como a pesca era uma atividade familiar que passava gerações e o interesse pelos jovens no seu momento de seguir a profissão dos pais e dos avós, sendo vista como o «(...) motor de desenvolvimento do Concelho ao longo de mais de quatro séculos» (Câmara Municipal de Peniche, 2009, p. 22)

Todavia, e como refere a Magna Carta de 2025, «a evolução registada pelas actividades económicas da fileira, –referindo-se à pesca– nos últimos anos, teve consequências económicas e sociais em Peniche, tendo-se registado o abatimento da frota, a diminuição do número de pescadores e o encerramento de algumas indústrias de conservas.» (Ibidem)

Pode-se evidenciar na *Sociografia atual de Peniche*²³, o quanto tem decaído nas últimas décadas o trabalho no setor primário (o qual envolve a pesca). Pode-se confirmar através dos dados presentes nas inscrições marítimas de 1954 a 2017 que em média, a atividade parece ter estado no seu auge na década de 70²⁴, com uma média de 180 inscrições, decaindo para 31 inscrições para a década de 90, continuando a decrescer até à primeira década de 2000 [Apêndice 4, A4.1]. Nos últimos anos tem-se assistido a um incremento, todavia consideramos bastante perigosos os tempos futuros no que se refere à continuidade desta atividade económica. Para além da pouca adesão à mesma, crescem os avanços tecnológicos importantes que fazem reduzir a mão-de-obra necessária (Câmara Municipal de Peniche, 2009). Não obstante, muitas foram as influências da classe piscatória em Peniche, não só em tradições e crenças, no sotaque particular do penichense e na maneira afável como se dirige ao *estrangeiro*, mas também no setor da habitação, nos seus bairros particulares e precários e no sentido da *comunidade* que só o povo pescador compreende. Isto faz-nos questionar, no eventual desaparecimento do povo pescador, que configuração teria o futuro usufruto de bairros como o da Prageira e

23 Secção 1.3.1 do Capítulo I

24 Não existem dados prévios a 1954.

para que tipo de comunidade estariam eles direcionados. Conseguir-se-ia adaptar a proposta de Vítor Figueiredo para a Prageira às necessidades da comunidade para que foi idealizada, mas poderá adaptar-se a futuros usos de outras comunidades?

1.2 | Da Arquitetura Social

1.2.1 | «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência [HE], enquadramento do organismo em Portugal

[Fig. 27] Muito se escreveu e debateu sobre este organismo e seus programas. Não nos deteremos a indagar mais sobre este assunto, mas falaremos de maneira breve sobre a fundação do organismo, objetivos e ideias fundamentais para um rápido entendimento da matéria como contexto no âmbito dos casos de estudo, que se encontram enquadrados dentro deste organismo [HE].

Documentação como *Leituras da produção [moderna] da casa: As HE* nos anos 50 e 60 em Portugal* e a Tese de Doutoramento, ambas produções de Maria Tavares, foi fundamental para a compreensão do organismo e seus programas, e a sua extensão a nível nacional, podendo encontrar diversos exemplos de obras representativas deste período, como os *Escritos (1947-1996)* de Nuno Teotónio Pereira que nos deram a visão global de uma significativa personagem de arquitetura portuguesa e a sua perspetiva desde dentro do organismo; *Habitação para o Maior Número. Portugal os anos de 1950-1980* enriqueceu a nossa perspetiva sobre o organismo de uma maneira sucinta e prática; *Arquitetura do Século XX. Portugal* ajudou-nos a compreender todo um contexto histórico na arquitetura portuguesa do século XX e suas repercussões. Esta compilação de documentação, entre outras, permitiu-nos compreender que a estrutura e metodologia foram fundamentais para o entendimento do organismo e seu enquadramento ideológico, obras projetadas, equipa técnica deste e o seu desenvolvimento a nível nacional no enquadramento histórico em que nasceu.

[Enquadramento prévio: As três primeiras décadas do século XIX]

«O período de 1880 a 1940 correspondeu em Portugal, e na maior parte dos países europeus, à consciência plena da crise habitacional nas cidades e à elaboração de estratégias para resolver o problema da habitação das famílias de baixos recursos. Este período corresponde à transição de um mercado não regulamentado, essencialmente privado, para as primeiras intervenções estatais, ainda tímidas e de carácter eminentemente legislativo, e finalmente para o desenvolvimento de programas de habitação estatal de maior escala» (Teixeira, 1992, p.65).

O século XX inicia com intensas transformações para Portugal. No contexto histórico, falamos de uma recém-instaurada República, um



Fig. 27 | Coimbra, placa indicativa de um conjunto de habitações construídas pelas «HE».



Fig. 28 | Instituto Nacional de Estatística – Porfírio Pardal Monteiro, Lisboa, 1929-1932



Fig. 29 | Liceu D. Filipa de Lancastre – Jorge Segurado, Lisboa, 1929-1932

desenvolvimento industrial e demográficos consideráveis, contando como consequência com uma classe operária sempre em crescimento. Apesar de começar uma inclusão de Portugal na economia internacional, existia uma evidente instabilidade política, um índice relevante de emigração, e uma «(...) predominância do campo em relação às cidades» (Da Silva in Tostões, Backer & Wang, 1997, p.11). Existem duas vertentes que influenciaram a arquitetura de habitação de inícios de século: uma busca de «identidade nacional» na arquitetura e, ao mesmo tempo, «um certo cosmopolitismo conformava a influência das beaux-arts divulgada pelos bolseiros parisienses» (Ibidem). É de ressaltar a importância dos princípios na proposta da «casa portuguesa»²⁵ de Raul Lino e como as suas características influenciariam ainda a arquitetura portuguesa do Estado Novo. Até 1920, com respeito aos «programas habitacionais, interessa ainda referir as raras iniciativas dirigidas aos estratos não burgueses da população»²⁶ (Da Silva in Tostões, Becker, Wang, 1997, p. 18). Posteriormente, entre as décadas de 20 e 30, surge um «efêmero modernismo» (Tostões, Becker & Wang, 1997, p.11), durante o qual o Estado Novo impulsiona – pela intervenção e participação de Duarte Pacheco²⁷ como Ministro das Obras Públicas – os primeiros representantes do movimento moderno da arquitetura em Portugal, como foram «Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Cotinelli Telmo (1897-1948), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1889-1990) e Rogério de Azedo (1898-1983)» (Tostões, Becker, Wang, 1997, p. 23). Segundo considera João Vieira Caldas este movimento modernista internacional, com pensamentos de funcionalismo e racionalismo, foi «órfão» sem apresentar algum arquiteto «que tivesse preparado o caminho ao advento moderno de pós-guerra» (Caldas in Tostões; Becker & Wang, 1997, p.24), não obstante, não se abandonou por completo a «expressão nacionalista» (Ibidem). [Fig. 28, Fig. 29].

Após um primeiro modernismo entre as décadas de 1920 e 1930 do século XIX, os primeiros modelos de arquitetura moderna com bases internacionais, foram criticados pelo Estado: em primeiro lugar, parafraseando Nuno Teotónio Pereira (Pereira s/d in Tostões, Becker, Wang, 1997, p.33), pela mentalidade conservadora dos seus representantes, marcada pela presença do movimento *nacionalista* e a utilização da *casa portuguesa* como inspiração, valendo-se de métodos mais tradicionalistas; em segundo lugar, os modelos de arquitetura moderna apresentados continham características e técnicas pensadas de acordo com as condições ambientais de outros países de Europa, portanto era necessária

25 A proposta da «casa portuguesa» de Raul Lino, inspirada na pesquisa da arquitetura sulista Portuguesa, está baseada em três princípios: «o entendimento do sítio», «o gosto pelos materiais tradicionais» e «a elaboração do projeto a partir da planta» (Da Silva in Tostões, Becker & Wang, 1997, p. 17)

26 Desta época cabe apenas destacar o único exemplo de bairro social novo projetado neste período seria o do Arco do Cedo, em Lisboa, iniciando a sua construção entre as duas guerras e finalizado pelo Estado Novo, nos anos 30 (Portas in Tostões, Becker, Wang, 1997: 117).

27 Duarte Pacheco (1900-1943), foi Ministro da Instrução pública, e posteriormente, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, desde os inícios do período do Estado Novo. A seu cargo foram construídas obras como o edifício do INE, a Casa da Moeda, a Emissora Nacional, o Estádio Nacional, entre muitas outras intervenções.

certa experiência no desenvolvimento da dita arquitetura (moderna), para a fazer responder às necessidades do país. Com a afirmação do Estado Novo (1938) – regido por António Oliveira Salazar até 1968 – experimentar-se-á uma fase *nacionalista* na arquitetura, que suprimia os modelos internacionais, que poderiam relacionar-se com ideologias comunistas, censurando as ideias modernas e impondo-se assim o *portuguesismo* na arquitetura. A dita arquitetura caracterizava-se pela «(...) busca de raízes pela via monumental ou regionalista (...)» (Tostões, Becker, Wang, 1997, p.11), verificando-se a referida monumentalidade nos conjuntos urbanos e um «(...) regionalismo ruralista na pequena escala (...)» (Ibidem) presentes nos bairros económicos da época, habitações independentes de um piso. Exemplo nas respostas de habitação social da época é o programa das *Casas Económicas*²⁸, concebido em 1933. Este foi o programa pioneiro na construção social, baseada em oito valores do regime²⁹, o qual dava grande importância aos valores familiares e estimulava as práticas rurais-fundamentais na doutrina moralista e nacionalista do Estado Novo – através do outorgamento de casas individuais com quintal, com fins de por em prática atividades rurais, permitindo de alguma maneira o autossustento. Posteriormente, nasceu o programa das *Casas Desmontáveis*³⁰ (1938), «(...) espaços, de passagem obrigatória destinada ao desenvolvimento de aptidões requeridas por uma habitação definitiva: uma espécie de campo de aperfeiçoamento social e moral» (Pereira, 2012, p. 52) como meio de preparação para estas famílias terem finalmente acesso às habitações permanentes, as *Casas para Alojamento de Famílias Pobres*³¹, cujo programa foi habilitado em 1945. Até à década de 1940, as habitações de baixo custo eram construídas maioritariamente pelo setor privado e não primavam pelo empenho ou qualidade de construção; é apenas no período pós-Segunda Guerra Mundial que os programas de habitação de custo limitado ganharão alguma força no país.

Quanto aos edifícios de caráter público, o Estado criou modelos que, obrigatoriamente, deviam ser seguidos pelos arquitetos. Os bairros camarários, supervisionados pelo MOP, deviam seguir também estes modelos e linhas adequadas, segundo a imagem que o Salazarismo pretendia transmitir. No caso do Porto, o MOP negou a aprovação de futuros projetos de habitações camarárias, dado que o último projeto de habitação camarária a ser construído no Porto tinha sido o bloco Saldanha³², que contradizia firmemente as convicções *estado-novistas* neste ramo,

28 O programa das Casas Económicas foi promulgado a 23 de setembro de 1933 pelo Decreto-Lei n° 23052

29 Estes oito valores são: «i) família; ii) propriedade privada; iii) nação/portugalidade; iv) ruralidade; v) ordem; vi) hierarquização social; vii) isolacionismo; viii) afiliação institucional/corporativismo» (Pereira, 2012, p. 52)

30 O programa das Casas desmontáveis, promulgado pelo Decreto-Lei n° 28 912 de 12 de agosto de 1938, foi criado com o intuito de realojar famílias que ocupavam – com bairros de lata – terrenos designados para obras públicas. Bairros formados por «casas individuais de dimensões mínimas, com materiais muito precários como o fibrocimento» (Pereira, 2012, p.52) Exemplos deste programa foram o bairro da Calçada; Furnas e Boavista.

31 O programa das Casas para Alojamento de Famílias Pobres, foi promulgado pelo Decreto-Lei n°34 486 de 6 de abril de 1945, sucedendo o programa das *Casas desmontáveis*.

32 O bloco Duque de Saldanha foi construído em 1940, sendo constituído por um edifício de 115 fogos, localizado na vizinhança de S.Vítor, Bonfim, no Porto



Fig. 30 |
Bloco Duque de Saldanha.



Fig. 31 |
Bairro de Rebordões, posteriormente chamado
São João de Deus.



Fig. 32 |
Fotografia de grupo no
1º Congresso Nacional de Arquitetura

tratando-se do primeiro bloco de habitação plurifamiliar do Porto [Fig. 30]. Depois do escândalo de Saldanha, foi construído o bairro de Rebordões³³, onde se respondeu aos requisitos do Estado (Teixeira, 1992, p. 65-89) [Fig. 31]. Não obstante, o Porto mostrou-se mais aberto a projetos de cariz moderno, dado que os projetos eram por norma para o setor privado. A escola do Porto contou com o arquiteto Carlos Ramos, que permitiu avançar um passo em direção ao moderno e ensinou parte de uma geração de arquitetos que, curiosamente, mais tarde participariam em projetos de habitação social, como, por exemplo, o arquiteto Figueiredo, que fala do Mestre Ramos como quem «Abriu a Escola à Arquitectura dita moderna, deu liberdade e deu-a com entendimento e prazer». (Gonçalves & Santos, 1999, p.40).

[Os arquitetos fazem-se ouvir]

No final da década de 1940, convergem três gerações de arquitetos; há o aparecimento de uma geração com uma perspetiva diferente para o problema da habitação, geração nascida nos anos de 1920 como Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira e Vítor Figueiredo, permanecendo os nascidos nos anos de 1910 como Keil do Amaral, Viana de Lima e Januário Godinho, com a inserção igualmente de arquitetos mais jovens, nascidos nos anos de 1930, nomeadamente Siza Vieira, com uma vasta trajetória internacional na implementação da arquitetura portuguesa, e Nuno Portas, que tem aprofundado os estudos de compreensão da arquitetura portuguesa, sobretudo a de habitação. Surgem então o ICAT (1947) e ODAM (1948)³⁴, grupos criados em Lisboa e Porto respetivamente, que impulsionaram uma nova perspetiva da arquitetura em Portugal.

[Fig. 32] Estes jovens arquitetos, com ideologias que discordavam das impostas pelo Estado, tinham voz, ganhando na profissão impulso e dinamismo, pronunciando-se ativamente durante o *1º Congresso Nacional de Arquitetura*³⁵, que seria celebrado em 1948 pelo então Sindicato Nacional dos Arquitetos. No dito Congresso, os arquitetos pediram «(...) que aos autores dos projectos não seja imposta pelos organismos oficiais qualquer subordinação a estilos arquitectónicos (...)» (Pereira in Roseta, 1996, p. 227), pediram também uma renovação no ensino da profissão. Falou-se do *portuguesismo*, como uma «imitação de estilos passados» (Ibidem) e da sua imposição perante a arquitetura que se devia projetar antes de acordo com os tempos que se viviam, fazendo referencia à Carta de Atenas (1933); clamava-se uma transformação da arquitetura, em consonância com os difíceis tempos que se viviam (pós-guerra), sobretudo na carência habitacional, que necessitava de resposta imediata e assertiva. Esta nova geração de arquitetos estava determinada a projetar habitação coletiva, visto que a típica *casa portuguesa* com jardim não estava de

33 «O Bairro de Habitações Populares de Rebordões, edificado entre 1941 e 1944, renomeado de S. João de Deus, em 1950, e sucessivamente alargado, em blocos, até 1977, é constituído por 144 habitações em habitações geminadas de dois andares, para duas a quatro famílias, com quintal.» (Almeida, s/d, p. 510), perto da estrada da Circunvalação.

34 ODAM: Organização dos Arquitetos Modernos; ICAT: Iniciativas Culturais Arte e Técnica

35 Realizou-se de maio a junho de 1948, no IST em Lisboa

acordo com as necessidades do momento. A partir de 1948, surge uma mudança na arquitetura de produção social, que ganhou força através do organismo das HE, apostando, como se tinha falado no Iº Congresso de Arquitetura, em soluções de habitação popular coletiva em altura.

[Resposta à crise habitacional: as Casas de Renda Económica das Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência 1946-1972]

As «Habitações Económicas» - Federação de Caixas de Previdência foi um organismo fundado em 1946 cujo fim era o de «aplicar capitais da Previdência, no financiamento e promoção, do projecto e construção de Casas de Renda Económica» (Tavares, 2010, p.1), dada a situação de carência habitacional para a classe trabalhadora nos aglomerados urbanos, que tomava proporções extraordinárias após a II Guerra Mundial, em Portugal. As Casas de Renda Económica são criadas no âmbito da Lei nº. 2007, de 7 maio de 1945, anteriores à criação do organismo.

As ideias Salazaristas, «de pendor ruralizante e ultraconservador» (Pereira, 1983, in Roseta 1996, p.205) vistas anteriormente no programa de Casas Económicas, foram a partir do Iº Congresso de Arquitetura, substituídas por ideias de uma nova geração de arquitetos, que propunha o conceito da habitação popular em altura e abertura a um novo conceito de arquitetura popular. [Fig. 33] São dignas de nomear as células I e II de Casas de Renda Económica, do bairro de Alvalade, em Lisboa, projetadas por Miguel Jacobetty, tratando-se do primeiro conjunto urbano de habitação em altura das CRE que serviria como exemplo e ponto de partida na habitação social em altura em Portugal, padronizado posteriormente em alguns casos de CRE, espalhados por todo o país, a quem Nuno Teotónio Pereira denomina de «pequenos Alvalades» (Pereira, 1983, in Roseta, 1996, p. 207). A propósito da habitação após o primeiro conjunto das CRE, de Alvalade, só a partir de 1959, como refere Nuno Teotónio Pereira, com o conjunto de Olivais Sul e o seu conjunto de habitação plurifamiliar de 4 pisos, «haveria luz verde para a transgressão definitiva do rígido postulado da casa unifamiliar e do bairro segregado, concebido como uma espécie de aldeia (Ibidem, p. 206.). Outro projeto relevante nos inícios da produção de habitação social é o bairro de Ramalde no Porto (1952), também promovido pelas «HE», projetado por Fernando Távora, sendo considerado como um «antialvalade» (Ibidem, p.208) [Fig.34].

Na década de 1960, com o recenseamento da população e o 1.º inquérito às condições de habitação, verifica-se um estado alarmante na questão de carência habitacional para as classes menos favorecidas. Face, a esta situação, foram tomadas novas medidas: o plano de «extinção» das Ilhas do Porto (1956) e a criação do Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal da Lisboa (1959), que levará avante obras sociais de grande envergadura, «retomando a experiência de Alvalade» (Ibidem, p. 208). Como exemplos significativos posteriores a Alvalade em habitação social, promovidos pelo GTH, destacamos os conjuntos habitacionais



Fig. 33 |
Bairro de Alvalade, Casas de Renda Económica,
Av.ª de Roma – Miguel Jacobetty



Fig. 34 |
U.R. do Ramalde, CRE, 1952 – Fernando Távora

Olivais Sul (1959) e Chelas (1973), cujos projetos contaram com a participação de Vítor Figueiredo, ambos promovidos pelo GTH. Igualmente anterior à criação deste organismo, em 1958, é lançada uma nova lei que proporciona a introdução de um programa relevante para este processo: as Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo³⁶. Podemos indicar neste período outra viragem: a construção de CRE não só em aglomerados urbanos, levando-se a cabo projetos em zonas rurais (Ibidem, p.209). Como resposta a esta nova fase, ao longo da década de 1960, as «HE» sofrem uma reestruturação, aumentando a equipa de arquitetos, orientados por João Braula Reis, abrindo passo à criação de uma rede de arquitetos regionais, cujo intuito era «valorizar a arquitetura doméstica portuguesa» assim como «individualizar cada caso através de um projecto dirigido e contextualizado (dizendo, por isso, não aos projectos tipo), e estudar com exactidão todos os aspectos referentes à construção económica da habitação (...)» (Tavares in Portas (coord), 2013, p.34). Cada arquiteto pertencente à rede era responsável pelo estudo de uma região, dividindo o país em 8 zonas³⁷, sendo que Vítor Figueiredo, arquiteto sobre o qual falaremos mais a fundo neste trabalho, foi encarregue da zona 5, Ribatejo, destacando-se uma participação ativa do arquiteto em Santarém.

Através deste programa, proporciona-se um contacto direto com as populações e suas necessidades, «acreditando que o processo de participação no projeto se constitui como uma mais-valia na humanização do habitar» (Ibidem, p.35). Através deste programa, foi possível estudar, reunir e tratar informação de utilidade respeitante a questões de organização, construção e dimensão dos espaços.

São de referenciar Nuno T. Pereira, Nuno Portas e João Braula Reis, três figuras representativas dentro de organismo, que participaram ativamente, através de encontros, congressos, visitas, em prol de manter as HE atualizadas no âmbito internacional da habitação social.

Na década de 60, as carências são novamente verificadas com resultados negativos através do 2.º *Inquérito às Condições de habitação*, calculando-se um défice habitacional de 500mil fogos. Como uma medida de resolução da situação, procedeu-se à criação do Fundo de Fomento da Habitação em 1969, «com o objetivo de reunir, num único organismo, as diferentes formas de intervenção estatal no sector da habitação social» (Pereira,1983, in Roseta,1996, p.211). As «HE» foram extintas em 1972, passando as suas funções para o FFH.

36 Lei n.º.2092, 9 de abril de 1958.

37 Zona 1 [Douro Litoral]: Duílio da Silveira | Zona 2 [Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro]: Augusto Amaral, Arnaldo Araújo | Zona 3: [Beira Litoral] Vasco Cunha | Zona 4 [Beira Alta, Beira Baixa]: Fernando Pinto de Sousa | Zona 5 [Ribatejo]: Vítor Figueiredo | Zona 6 [Estremadura]: Justino Morais | Zona 7 [Baixo Alentejo, Algarve]: Manuel Bagulho | Zona 8 [Baixo Alentejo, Algarve]: Francisco Modesto e Rui Pimentel.

1.2.2 | Encontro de dois organismos: HE e INA-Casa e suas influências em Vítor Figueiredo [INA-Casa]

O *Istituto Nazionale per le Assicurazione-Casa*, denominado como INA- Casa, também conhecido por plano Fanfani³⁸ foi um instrumento legislativo italiano, aprovado em fevereiro de 1949, de estrutura autónoma e centralizada, cujo intuito era a construção de casas para a classe operária. Segundo refere José António Bandeirinha (2007, p. 55):

«Mais de um terço dos arquitetos italianos, escolhidos através de concurso, trabalharam em desempenho liberal neste programa habitacional cujos objetivos eram, para além de solucionar a carência de alojamentos, incentivar a construção civil e criar postos de trabalho que pudessem minorar a forte taxa de desemprego que se fazia sentir em Itália, logo após a Guerra».

O financiamento funcionava com a participação do Estado e dos patrões, bem como dos trabalhadores, que deviam contribuir com um suporte financeiro obrigatório (Piddu, 2012). O plano subsistiu por dois períodos de sete anos, contribuindo para a construção de, aproximadamente, 300 000 habitações e abrindo portas a uma nova geração de arquitetos italianos, os quais, segundo refere Nuno Portas (2004, p.71-72), «(...) chegaram a um conceito não de casa **económica**, mas da casa **popular**, ultrapassando o critério exclusivo do custo pelo critério mais profundo do **social**», através de uma reinterpretação e renovação da linguagem tradicional, procurando dentro das limitações normativas e premissas teóricas, a integração urbana e topográfica pertinente, assim como a integração dos estilos de vida e hábitos da família italiana na tipologia do fogo.

[Tendências e constantes nos projetos INA-Casa]

Segundo comenta José António Bandeirinha (2007), diferenciam-se duas tendências dentro das diversas tipologias no INA- Casa: aquela vista na maior parte dos projetos, «(...) homenageando as formações urbanas “espontâneas”, mas também através do recurso a técnicas construtivas artesanais, ferros forjados, abobadilhas à romana, etc.», assim como uma outra tendência: uma inclinação por «implantações e linguagens sem renegar obsessivamente a influência do Estilo Internacional» (Bandeirinha, 2007, p. 55). [Fig. 35, Fig. 36, Fig. 38] A primeira tendência é exemplificada com o conjunto residencial Tiburtino (1949-1956), em Roma, do Mario Ridolfi, Ludovico Quaroni e outros, construído no primeiro período do plano italiano e projectado para alojar 4000 habitantes em 88 000m²; da segunda, destaca-se o conjunto residencial «Forte Quezzi» e o seu característico «Biscione» [Fig. 37] de Luigi Carlo Daneri (1956-1968), construído durante o segundo septénio de INA-Casa, para 4 400 habitantes em 365 000m de construção (Mugnai, 2016)³⁹.

38 Conhecido igualmente, como plano Amintore Fanfani, pelo seu promotor, que como Ministro do Trabalho e da Segurança Social, propôs este plano de habitação programada.

39 Edifício pertencente ao conjunto, conhecido como a *serpente*.

«Em todas estas experiências, a confrontação com uma tradição popular idealizada converte-se na base para a transformação de um léxico construtivo e linguístico simplificado, capaz de representar as novas comunidades urbanas e de indicar um possível ponto de contacto entre a modernidade e o contexto» (Molinari, 2000, p.8)⁴⁰.

Importa salientar que INA- Casa não previa unicamente habitação; nas unidades com mais de 1 000 habitantes, previam-se também equipamentos coletivos (Tavares, 2015). Foram estudados a fundo, através de manuais INA- Casa e de inquéritos, o funcionamento interno e externo dos fogos, através de ensaio e sistematização de diversas soluções e tipologias, descobrindo soluções fora e dentro do fogo, por exemplo, a importância da organização da cozinha para famílias rurais, como a cozinha – sala de estar – sala de jantar num só espaço fluido (Piddu, 2012), permitindo distinguir e criar modelos que se adequavam a necessidades específicas.

Dentro das características generalizadas nas diversas obras deste plano, destaca-se a presença de um espaço que foi estudado, e posteriormente sistematizado nos fogos, como resultado dos constantes ensaios sobre as necessidades dos moradores: o *Lavoro*, como um espaço destinado a funções domésticas, como «cerne organizativo do fogo» (Bandeirinha, 2007, p.55). Sobre este espaço de reunião-trabalho, Portas (2004, p.158) refere:

«Foram dois arquitectos entre os mais realistas dos pioneiros do movimento transalpino – Mario Rodolfi e Mario Fiorentino – que introduziram na temática da habitação essa dimensão não já funcional, como na alínea anterior, mas antes social: tornou-se peça que congrega e distribui toda a zona de permanência. A ela se articula a cozinha a sala-reservada, o gabinete de lavagem de roupa e, expressamente a loggia»

Neste texto, Portas alega que, anteriormente a esta reinterpretação do espaço como foi o *Lavoro*, o espaço de trabalho era visto como algo plenamente funcional, o que depois da conceção italiana passou a ser também um espaço de reunião, com uma grande valorização social e de convívio dentro do fogo. Igualmente refere (Ibidem):

«O espaço de reunião-trabalho, (...) é aliás, uma realidade corrente nas habitações populares portuguesas quando as famílias chegam a preferir a promiscuidade de um quarto superlotado, para ter a vantagem de ficarem com uma sala principal e desenvolveram a sua vida numa “casa de entrada” de que a lareira constitui o recanto de cozinha e congregação social».

Pode afirmar-se que, como constante, predominam conceitos antagónicos aos propostos pelo Estilo Internacional, quanto à especialidade e à «inflexível secura da linguagem funcionalista» (Bandeirinha, 2007,



Fig. 35 |
Quartiere INA-Casa,
Tiburtino, Roma, Mario Rodolfi.
Torre, planta e foto exterior



Fig. 36 |
Quartiere INA-Casa, Tiburtino, Roma, Mario Rodolfi.
Bandas, planta e foto exterior.

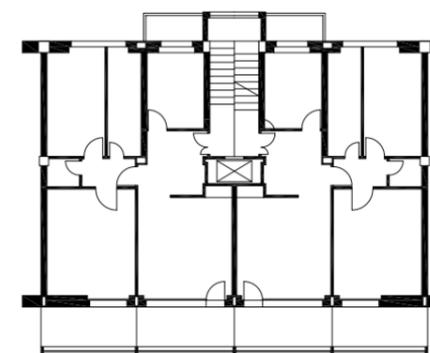


Fig. 37 |
«Il Biscione»,
Forte Quezzi, Génova
– Luigi Carlo Daneri e
outros | Planta de fogo
tipo e fotografia

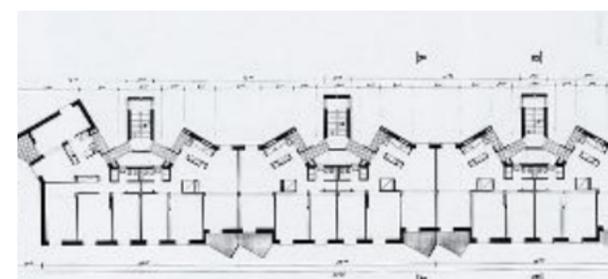


Fig. 38 |
Quartiere Mangiagalli, Milão 1950-1952
| Franco Alibini, Ignazio Gardella. Plantas e foto exterior

40 Excerto traduzido do texto original.

p.55). A nível espacial, denota-se uma procura por linhas não ortogonais, a presença de longos vãos verticais, o destaque e a utilização do nó de acesso vertical como peça de destaque no conjunto, um elemento por vezes escultórico, relevante e evidente no edifício, como se observa no Quarteri Mangiagalli, em Milão (1950-1953) dos arquitetos Franco Albini e Ignazio Gardella [Fig. 38]. Outra constante é a «incessante procura de “fluidez” e de “heterogeneidade” espacial» (Ibidem), também demonstrada nos exteriores, na organização urbana e distribuição dos edifícios. Outro elemento distintivo que surge no campo artístico, mas que também determina de certa forma a produção arquitetónica deste organismo, é a presença do neorrealismo italiano do pós-guerra, através do cinema e da literatura, procurando um estímulo para a transformação social, sendo uma arte compreensiva também para o povo. Nas palavras de Domingos Tavares:

«A versão de um neo-realismo em arquitectura marca a aparição da procura do real, no sentido ideológico de um novo realismo social apoiado nas tradições populares. Os arquitectos procuram combinar as formas urbanas modernas com as técnicas de construção e materiais tradicionais bem como com os modelos decorativos vernaculares saídos do mundo rural» (Tavares, 2008, p.12).

Está indubitavelmente implícita a reinterpretação do neorrealismo da arquitetura no organismo e nos seus objetivos, existindo um desejo por parte de quem projeta, «da penetração da arquitectura erudita no seio do gosto das populações a servir» (Bandeirinha, 2007, p.55).

[«HE» e INA-Casa: coincidências]

Em outubro de 1958, Nuno Teotónio Pereira, que neste momento exercia o papel de técnico nas HE, realiza, na companhia de Nuno Portas, uma visita a Espanha e Itália, com intenções de conhecer de perto organismos congéneres que se dedicam à causa da habitação, percebendo os contextos sociais e as respostas destes à necessidade habitacional, num enquadramento internacional. Segundo refere Maria F. Tavares (2015, p.283), foi mencionado por Nuno Teotónio Pereira que as intenções de maior interesse nas respostas dos projetos em INA-Casa, eram as soluções urbanas nos conjuntos, independentemente das dimensões: as respostas e o relacionamento «orgânico» na distribuição dos edifícios e espaços exteriores e dos edifícios de habitação para com os equipamentos dos conjuntos. Verificou-se também uma preocupação na criação de logradouros comuns e privados em zonas de carácter rural, que não se observavam nas zonas urbanas. Outra impressão sobre as soluções arquitetónicas do organismo, na distribuição interna do fogo, foram os já mencionados espaços de *lavoro*, cujo conceito é de relevância na arquitetura de Vítor Figueiredo. Como indica Maria Tavares (2015, p. 286-290), a viagem representou para Nuno Teotónio Pereira um estímulo nas respostas e tipologias do habitat italiano, fazendo refletir sobre as semelhanças entre ambos organismos (HE e INA-Casa): o trabalho de cobertura de todo o território nacional, o facto de ambos serem estruturas independentes e centralizadas por órgãos coordenadores, a participação de arquitetos jovens e dinâmicos, um programa

funcional não só habitável (que nem sempre foi possível no organismo português), um interesse pelo real e reinterpretação tendo em conta a arquitetura popular, para além das tendências e dos estilos internacionais da época.

[Influências de INA-Casa em Vítor Figueiredo]

Encontramos algumas afinidades evidenciadas na obra de arquitetura social de Vítor Figueiredo – se analisarmos de forma genérica – que podemos relacionar com as já referidas constantes presentes nos projetos do plano italiano. Observa-se o cuidado na implantação urbana assim como o relacionamento entre os edifícios e as respostas no espaço exterior, por vezes orgânicas. O «lavoro», espaço antes mencionado, presente na organização do fogo habitacional de INA-Casa é reinterpretado por Vítor Figueiredo como um espaço sem função que permite ser utilizado como espaço de trabalho caseiro, de acordo com as necessidades dos moradores. Poderemos verificar e exemplificar estas e outras características e afinidades com a arquitetura italiana de INA-Casa em análise duas obras, prévias aos casos de estudo, no seguinte capítulo: [Fig. 39, Fig. 40] Os edifícios de habitação de 4 e 7 pisos em Olivais Sul [Célula C] (1960) – sendo a primeira obra de habitação social do arquiteto– e o Agrupamento de 168 habitações no Barreiro (1962) [Fig. 41].

1.2.3 | Habitação para o maior número e o pensamento sociológico na arquitetura social

«(...) A preservação e a renovação dos valores familiares, tais como os ponderam e recomendam à nossa atenção os sociólogos, só poderão ser efectivamente considerados pelos projectistas quando se aceite todo o peso de exigências de espaço, sanidade e equipamento e se não se enverede pelo caminho de uma economia absurda – construída sobre uma negação da própria qualidade – susceptível de alienar o melhor que o urbanismo e a arquitectura podem oferecer para o bem estar e a evolução social dos escalões humanos das famílias, do indivíduos.

(...) [Os] programas habitacionais, para além da urgência e da dificuldade económica que trazem consigo, necessitam ser encarados num plano realista, onde ser considerem, a par do custo do fogo e dos processos de financiamento e reintegração de verbas, a sua importância social, a sua vida ao serviço de uma população que certamente evoluirá, tendendo para padrões de vida mais conformes com a época que passa. O contrário estaria certo em soluções de emergência, que, nesse caso, deveriam ser aceites com todas as suas implicações e consequência». (Vítor Figueiredo (s/d) citado em Maldonado & Namorado Borges, 2015, pp. 57-58).



Fig. 39 | Edifícios de habitação de 7 pisos em Olivais Sul [Célula C] – Vítor Figueiredo, Vasco Lobo. Lisboa



Fig. 40 | Edifícios de habitação de 4 pisos em Olivais Sul [Célula C] – Vítor Figueiredo, Vasco Lobo. Lisboa



Fig. 41 | Agrupamento de 168 habitações no Barreiro – Vítor Figueiredo. Setúbal

Na esteira de Vítor Figueiredo que, na memória descritiva do projeto do Agrupamento de 100 habitações em Peniche (1961), reitera a importância social de afrontar o problema de forma realista, com a intenção de deixar uma arquitetura atemporal, que desenvolva a capacidade de satisfazer as necessidades das futuras famílias, outros arquitetos, internacionalmente, adotaram a mesma linha de trabalho. É disso exemplo o trabalho de A. Rapoport⁴¹ (1969, in Machado, 2012), que, chama a atenção para as especificidades socioculturais dos destinatários da arquitetura, ou C. Abrams⁴² e H. Fathy⁴³, que defendem o «envolvimento intenso das populações mal alojadas na produção da sua própria habitação» (Machado, 2012, p.27), ou ainda, J.F.C. Turner⁴⁴, arquiteto britânico que desenvolveu trabalhos nesta mesma linha, partindo das suas experiências profissionais no Perú, entre 1957 e 1965. Para qualquer um destes autores, tornar os usuários dos espaços em projeto participantes desse mesmo projeto era condição fundamental para que o alojamento correspondesse às expectativas e características idiossincráticas dos indivíduos e classes a quem viriam a pertencer. Só dessa maneira a arquitetura constituiria uma resposta não só, mas também social.

Subjaz a esta perspetiva, a existência de uma consciência social partilhada, nomeadamente no mundo da arquitetura, e, em particular, em Nuno Teotónio Pereira⁴⁵, quando expõe no Colóquio de Urbanismo no Funchal, em janeiro de 1969, a constatação de que a criação das «HE»-Federação de Caixas de Previdência, ainda não tinha conseguido solucionar os problemas de (i) ausência de alojamento para todos os indivíduos em necessidade e (ii) o mau alojamento de uma outra parte da população. Socorremo-nos de Idalina Machado, quando apresenta uma argumentação que contribui para que se compreenda uma parte dos fatores deste deficitário alojamento:

«(...) Por motivos diversos, o Estado acabara por vir a ter um papel determinante ao nível do setor habitacional, especificamente no que diz respeito à criação de condições que permitam melhorar a vida dos agregados familiares mal alojados. Centrar na iniciativa privada este

41 Presente no livro *House Form and Culture* (1969), como refere Machado (2012).

42 [1901-1970] Urbanista e advogado. «Foi encarregado pelo Setor de Alojamento, Construção e Planeamento das Nações Unidas, de fazer um levantamento da política de habitação e do problema das terras urbanas no mundo» (Machado, 2012). Autor de *Man's Struggle for Shelter in an Urbanizing World* (1964); *The City is the Frontier* (1965); *Housing in the Modern World* (1966)

43 «Arquiteto egípcio que, dedicando-se à análise dos processos de renovação da habitação dos camponeses pobres, chama a atenção para o facto de se dever aproveitar os recursos locais, pois os materiais e as técnicas importadas são inadequados» (Machado, 2012, p.27). Foi chamado a participar num projeto de realojamento de 7 000 pessoas. O seu trabalho caracterizou-se pelo envolvimento dos futuros moradores no processo construtivo, o que, por um lado reduzia custos de obra, e por outro, «criavam-se vínculos indispensáveis aos usos das casas pelos futuros moradores - o esforço empregue na construção da própria casa reforçava o apego à mesma» (Ibidem, p.27)

44 Das obras de referência do autor, segundo refere Machado (2012) são *Dweller Control of the Housing Process* (1972); *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments, Ideas in progress* (1976)

45 Nuno Teotónio Pereira [1922-2016], arquiteto pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, nascido nesta cidade. Foi consultor de «Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência, sendo uma das peças basilares deste organismo, que incentivou o caminho experimental e estudou arduamente sobre o problema de habitação em Portugal a meados do século XX, participando em diversos projetos de habitação programa em diversas partes do país, como por exemplo, as Casas de Renda Económica em Barcelos (1955), as Casas de Renda Económica de Trancoso (1958), entre muitas outras envolvidas no organismo e fora dele. A sua obra e discurso sobre as «HE» são fundamentais para a compreensão do funcionamento do organismo.

tipo de intervenção significa, desde logo, vulnerabilizar todo um conjunto de pessoas socialmente mais desfavorecidas que, por limitação ou até mesmo ausência de recursos, está privado do acesso a uma habitação condigna no mercado formal através da compra ou arrendamento. E quanto ao papel do Estado na promoção direta de habitação para populações carenciadas, há que reconhecer que a política desenvolvida, resolvendo alguns problemas, acabou por gerar outros, novos, não previstos. Desde logo, a aposta na construção de habitação a custos controlados se, efetivamente, permite tornar menos onerosa a habitação, a médio prazo tornar-se-á um custo acrescido por força das necessidades de manutenção do edificado que, devido à natureza dos materiais usados, se degrada mais facilmente e mais rapidamente. Para além disso, a lógica de instalação dos bairros de habitação social nas zonas periféricas das cidades contribui fortemente para estigmatização das populações alojadas e para produção de modos de vida que acentuam processos de exclusão em diversos domínios» (Machado, 2012, p. 24-25).

Embora a autora tenha em particular atenção o processo SAAL, no Porto, entendemos que é uma argumentação que pode ser tomada de empréstimo para compreender o organismo das «HE». Seja quantitativamente, seja qualitativamente, dúvidas não restam que os planos arquitetónicos devem, para estes autores, ser desenvolvidos em articulação com outras áreas científicas, nomeadamente, aquelas que se dedicam à explicação do comportamento humano.

1.3 | De Peniche e dos seus habitantes

1.3.1 | Sociografia atual do concelho de Peniche

Como referido anteriormente, o concelho de Peniche encontra-se dividido em quatro freguesias: a freguesia de Peniche (resultado atual da fusão de três freguesias: Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição e São Pedro), com um total de 14 749 habitantes, a freguesia de Ferrel com 2 649 habitantes, Atouguia da Baleia com 8 954 habitantes e Serra d'El Rei com 1 401 habitantes.

Segundo os Censos de 2011, o concelho de Peniche contava com uma população total de 27 753 habitantes e uma densidade de 351 habitantes por km² em 2011⁴⁶, acima de média nacional (113 hab/km²), verificando-se um crescimento de número de habitantes com um aumento de +1,6% para 2011 com respeito a 2001. Todavia, a freguesia de Peniche, apesar de ser a mais populosa do concelho, apresentando 14749 habitantes e 1 915 hab/km², (Conselho Local de Ação Social de Peniche, 2015), indicou perda de habitantes de -3,6% entre 2001 e 2011, comparativamente com as freguesias de Ferrel e Serra d'El Rei, cujos valores subiram surpreendentemente (+27,8% e +25,6% respetivamente), podendo-se concluir

46 PORDATA. <http://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591>

que houve uma perda de residentes da freguesia de Peniche para as periféricas, como indica o Diagnóstico Social do Concelho de Peniche em 2015. Segundo este diagnóstico, verificou-se também um aumento populacional no concelho entre 2001 e 2011, aumento esse que vem sendo neutralizado. De acordo com os dados mais recentes fornecidos pela Câmara Municipal de Peniche⁴⁷, em dezembro de 2016, habitavam no concelho 26994 indivíduos.

Das 10.971 famílias no concelho de Peniche (2011), 3.045 possuem membros menores de 15 anos, e 4.064, membros com 65 ou mais anos de idade, permitindo-nos deduzir que a população idosa em Peniche tem vindo a crescer de forma exponencial. Para além disso, considerando o número de indivíduos por família, diz-nos o Diagnóstico Social de Peniche que a maioria das mesmas tem entre 2 e 5 membros (76,7%).

Peniche demonstrou no passado uma população com tendência para o envelhecimento, mas, nos últimos anos, essa tendência tem sofrido um agravamento considerável. O concelho de Peniche mostrou uma Taxa de Longevidade bastante elevada em 2012, na ordem dos 46,2%, em comparação ao Índice Bruto de Natalidade, que apontava para 8,6% em 2015, mostrando também uma população idosa que abrange cerca de 21% de população concelhia (5 733 habitantes num total de 26 994). Como era de esperar, resultou em 2012 um Índice de Envelhecimento de 134,4%, o que se traduz em 134 idosos por cada 100 jovens da população concelhia. O Índice de Dependência de Idosos nos Censos de 2011 foi de 31,8%, o que significa que, por cada 100 habitantes em idade ativa (dos 15 aos 64 anos), há aproximadamente 32 idosos. A crescer a esta tendência para o envelhecimento da população, associamos o Índice de Famílias Clássicas Unipessoais com idosos de 64 ou mais anos, o que corresponde a 11,45%, sendo demonstrativo de um crescimento acelerado do isolamento social. Em 2012, foram registados cerca de 71,1 idosos por km², um valor bastante superior ao nacional (21,9 hab/km²). Assim, quando falamos de uma comunidade altamente envelhecida, referimo-nos simultaneamente a uma comunidade com baixo índice de crianças e jovens. O índice de habitantes entre os 20 e os 64 anos de idade no concelho de Peniche aponta para um 59,56% da população, sendo mais de ½ dos seus habitantes. As crianças dos 0-14 anos e os jovens dos 15-24 só figuram com uma percentagem de 14,8% e 10,3% respetivamente, valores claramente insuficientes para uma regeneração geracional.

No que respeita à escolaridade, podemos dizer que os níveis concelhios são baixos. De uma forma geral, se somarmos o índice de habitantes não escolarizados (20,4%) e o daqueles que completaram unicamente o 1º ciclo de ensino básico (28,2%), temos um total de 48,6% de habitantes que não ultrapassaram o 1º ciclo de ensino básico, sendo quase a metade da população do concelho. Se falarmos nos habitantes da população jovem e

⁴⁷ INE, Caracterização Socioeconómica do município, dezembro 2016. (Retorno de informação personalizada dos municípios – Peniche).

Quadro 2 |
Quadro recapitulativo dos principais indicadores socio-demográficos de Portugal e Concelho de Peniche – 2011, 2015* (X20)

Dimensões	Indicadores	Portugal	Peniche (Concelho)
	População Residente (n)*	10.341.330,00	26.994,00
	Homens*	4.901.509,00	12.913,00
	Mulheres*	5.439.821,00	14.081,00
	Com menos de 15 anos*	1.460.832,00	3.929,00
	Entre 15 e 65 anos*	6.739.674,00	17.332,00
	Com 65 ou mais anos*	2.140.824,00	5.733,00
	Densidade populacional (n/km2)*	112,1	348,1
	Taxa de crescimento efetivo anual (%)*	-0,3	-0,1
	Taxa de crescimento natural anual (%)*	-0,2	-0,3
	Índice de envelhecimento (%)*	146,5	145,9
	Índice de dependência *	32%	33%
Indivíduos	Indivíduos que não sabem lêr e escrever	499936	1519
	Indivíduos residentes que cursaram o ensino Básico	5817858	16605
	Indivíduos residentes com ensino secundário completo	1411801	3158
	Indivíduos residentes com ensino superior completo	1244742	2094
	Indivíduos residentes à procura de 1º emprego	122310	263
	Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego	539870	1602
	Indivíduos residentes empregados	4361187	10972
	Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	2339094	6556
	Indivíduos residentes sem atividade económica	3966482	10797
	Indivíduos residentes empregados no setor primário	133386	1060
	Indivíduos residentes empregados no setor secundário	1154709	2794
	Indivíduos residentes empregados no setor terciário	3073092	7118
	População empregada por 100 ativos	86,8	85,5
	Taxa de desemprego 1960	2,4	2,6
	Taxa de desemprego 2011	13,2	14,5
Famílias	Total de famílias clássicas	4043726	10971
	Famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas	2144385	6082
	Famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas	1636847	4276
	Famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos	1399627	4064
	Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos	1139698	3045
	Total de núcleos familiares residentes	3226371	8707
Edifícios	Edifícios clássicos	3544389	13329
	Edifícios com 1 ou 2 pisos	3007616	11492
	Edifícios com 3 ou 4 pisos	432760	1648
	Edifícios construídos entre 1946 e 1960	387340	1238
	Edifícios construídos entre 1961 e 1970	408831	1428
Edifícios construídos entre 1971 e 1980	588858	2731	
Alojamentos	Total de Alojamentos	5878756	21222
	Alojamentos familiares de residência habitual	3997724	10901
	Alojamentos familiares vagos	735128	1944
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante	2923271	7895
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados	794465	2192

*Dados de 2015: Anuário Estatístico Regional do INE

Dados de 2011: Censos, INE

ativa, a partir dos 15 anos, podemos apontar em 42,6% na soma dos índices de habitantes não escolarizados e que completaram unicamente o 1º ciclo de educação básica desta idade, taxa superior à nacional. Relativamente ao analfabetismo, o concelho apresenta uma taxa de 6,05%, superior à taxa nacional (Conselho Local de Ação Social de Peniche, 2015, p.138). Apesar do panorama menos favorável, segundo o Diagnóstico concelhio, tem havido um progresso nos níveis da qualificação escolar entre 2001 e 2012, graças ao aumento de efetivos com formação mais elevada, diminuindo ao mesmo tempo a proporção de efetivos não escolarizados ou com baixas qualificações escolares (Ibidem, p.153). A taxa de abandono no ensino superior continua a ser superior à taxa nacional (1,71% e 1,58% respetivamente). Verificamos também que o concelho mostra taxas de retenção e desistência no ensino básico desfavoráveis com respeito aos valores do país, sobretudo no 2º ciclo do ensino básico com um valor de 19,04% (enquanto Portugal apresenta 15,9%) (Ibidem, p.141).

As qualificações da população têm direta influência sobre o mercado de trabalho dessa região, e relativamente ao mercado de trabalho penichense, outrora conhecido pela importância do Setor Primário, este demonstrou nas últimas cinco décadas, um decréscimo acentuado neste setor, e simultaneamente um aumento considerável do setor terciário, podendo-se verificar esta transformação através dos índices de população empregada nos três setores económicos em 1960 comparativamente com 2011.

Segundo refere a Magna Carta de Peniche (2009, p. 23):

« (...) a actividade da pesca –setor Primário- em Peniche representa um rendimento anual acima de trinta milhões de euros, beneficiando as actividades económicas e populações aí localizadas. Com mais de 1400 pescadores matriculados, o porto de pesca de Peniche foi o que, na Região Centro, em 2005, mais toneladas de peixe descarregou (20.394 toneladas), tendo contribuído para 14% da pesca descarregada nos portos de pesca do país».

Não obstante, foi calculada uma média de 43,1 de ofertas de emprego nos centros de emprego do concelho em 2014, das quais 39,4 pertencem ao setor terciário (0,8 do setor primário e 2,8% do secundário)⁴⁸. Na verdade, em 2011, 65,9% da população estava empregada no setor terciário, 24,5% no setor secundário e apenas 9,7% no setor primário. Estes valores revelam uma inversão completa no setor gerador de recursos e angariador de mão-de-obra. Deduzimos que a crescente relevância do setor terciário se deve ao incremento na atividade turística e náutica de Peniche, «(...) já que é passível de potenciar a exploração e desenvolvimento de outras atividades ligadas ao mar, algumas delas já em expansão, relacionadas com os desportos náuticos e de escolas de Surf e Vela e Centros de mergulho» (Câmara Municipal de Peniche, 2009,

48 [http://www.pordata.pt/Municipios/Ofertas+de+emprego+\(m%C3%A9dia+anual\)+dispon%C3%A9veis+nos+centros+de+emprego+e+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica+\(2001+2014\)-234](http://www.pordata.pt/Municipios/Ofertas+de+emprego+(m%C3%A9dia+anual)+dispon%C3%A9veis+nos+centros+de+emprego+e+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica+(2001+2014)-234) [Consultado por última vez em julho de 2017].

p.24), trazendo para os moradores de Peniche novas fontes de rendimento económico neste setor. Deduzimos, de igual modo, que os jovens se encontram mais interessados por se desenvolverem no setor terciário, o qual poderia transformar a realidade económica de Peniche nas próximas décadas. A constante perda de trabalhadores no setor primário também se deve ao facto de a «(...) agricultura e pesca serem duas atividades pouco atrativas para jovens, nem sempre bem remuneradas e pouco reconhecidas socialmente» (Ibidem, p.67-68). Isto poderia vir a provocar uma futura cessação de atividade, ou pelo menos na mão de obra local.

No Mercado de Trabalho local, existem várias fraquezas, como por exemplo a prática de salários baixos no concelho, sobressaindo a diferenciação salarial do sexo feminino em desvantagem com o masculino, e também com as pessoas de baixas qualificações escolares (uma percentagem elevada da população), sendo consideravelmente mais baixos em comparação com os salários do resto do país. A sazonalidade do Mercado de Trabalho local é outra agravante para a economia dos penichenses, já que pelo menos metade dos casos de desemprego são causados por trabalhos não permanentes, criando assim um quadro instável na oferta de emprego (Conselho Local de Ação Social de Peniche, 2015, p.216). Em 2014, o concelho apresentou uma evolução mensal da taxa de desempregados inscritos no IEFP cujo motivo de inscrição é o fim de trabalho não permanente, demonstrando um índice 59,7% em janeiro e 63,4% em novembro de 2014, sendo o pico mais alto o mês de agosto, com 80,9% (Ibidem, p.167).

Assim, podemos dizer que o concelho de Peniche se encontra numa situação vulnerável a nível social. Entre as características mais preocupantes, existe uma baixa natalidade e, com ela, uma comunidade altamente envelhecida, encontrando, segundo dados suprarreferidos de 2012, 134 idosos por cada 100 jovens. Um terço das famílias unipessoais concelhias é constituída por idosos. Juntamente com estes dados, aparecem fatores como o isolamento social, convertendo-se esta numa comunidade mais frágil que requer mais atenções. A presença de baixas qualificações escolares e de abandono escolar - que têm diminuído nos últimos anos, mas que ainda são consideráveis - também é outra determinante para uma sociedade fragilizada.

Finalmente, a nível económico-social, o mercado de trabalho encontra-se igualmente debilitado, visto que as principais fontes de emprego concelhias – pesca, agricultura, turismo balnear - apresentam característica sazonais, o que se traduz numa alta instabilidade nas condições de emprego e traz como consequência desemprego de curta e média duração, sobretudo «na população mais adulta e menos escolarizada» (Ibidem, p.187). Estas características antes referidas enquadram-se com maior tendência no perfil dos moradores dos bairros de habitação social ou de custo controlado do concelho, nos quais que se enquadram os casos de estudo, sendo estas consideradas comunidades vulneráveis às referidas características. É por esta razão que achamos pertinente retratar a continuidade dos habitantes dos bairros sociais de Peniche.

1.3.2 | Caracterização dos moradores dos Bairros de Habitação Social de Peniche

As fragilidades que se identificaram na caracterização do concelho, tornam-se mais evidentes nos bairros de habitação social, «(...) uma vez que estes contextos territoriais traduzem-se em “palcos” propícios à concentração de problemas sociais e situações desqualificantes» (Conselho Local de Acção Social de Peniche, 2015, p.53).

[Fig. 42] Segundo informação disponível no site da CMP, existem no concelho um total de catorze empreendimentos habitacionais de cariz social no total, contabilizando bairros e blocos de edifícios, localizados todos eles na freguesia de Peniche [Quadro A4.2., Apêndice 4]. Sete deles são da responsabilidade da CMP, tais como o bairro do Calvário, Fundação Salazar Velha (conjunto dentro do primeiro bairro), Fundação Salazar Nova, bairro dos Funcionários Públicos, Valverde, Fernão de Magalhães e edifício Coosofi. Três dos sete bairros restantes, antes geridos pelo IGFSS, nomeadamente o bairro de Santa Maria, bairro da Prageira e bairro dos Pescadores, passaram, recentemente, a ser propriedade do IHRU em conjunto com os bairros que já lhe pertenciam: Luis de Camões, Arco-íris, CAR I e CAR II. Somam um total de 643 fogos geridos pelo IHRU, 602 encontram-se arrendados e 45 desocupados⁴⁹.

Utilizamos o *Retrato da Habitação Social no Concelho de Peniche*, secção presente no *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche* (2015, p.53-76), para retratar brevemente a realidade dos moradores dos quatro bairros sociais geridos pela CMP. Criamos, a partir destas referências, um perfil generalizado do morador de habitação social do Concelho, que servirá posteriormente de base para a interpretação da *Sociografia*⁵⁰ de cada um dos bairros a estudar, o de Santa Maria e o da Prageira.

De acordo com os dados presentes numa amostra representativa da população moradora em bairro social (45% do universo ao considerarmos os 4 bairros em análise), verificou-se em 2013 uma média de 2,4 membros por agregado familiar, sendo constituídas 63% das famílias por dois membros e 19% por mais de três membros. As famílias unipessoais representam 28,46% nestes bairros, o que se traduz numa percentagem significativa de famílias fragilizadas. Particularmente em dois dos casos de estudo, 50% de famílias unipessoais eram constituídas por idosos, isto é, pessoas na sua maioria em condições precárias no consumo de todos os bens essenciais, como saúde, alimentação e o sustento habitacional, apresentando um alto risco para o isolamento social. Isto reflete os valores apresentados pela freguesia de Peniche, onde 1/3 das suas famílias

⁴⁹ Existem no site da CMP, <http://www.cm-peniche.pt> dados sobre os fogos vendidos e arrendados. Decidimos não utilizar estes dados, devido a algumas incongruências nos resultados das somatórias relativas aos dados e pela inexistência de uma data desta informação. Decidimos utilizar os dados fornecidas pelo Diagnóstico da CMP de 2015, o qual, apesar de proporcionar menos informação, apresenta datas das fontes.

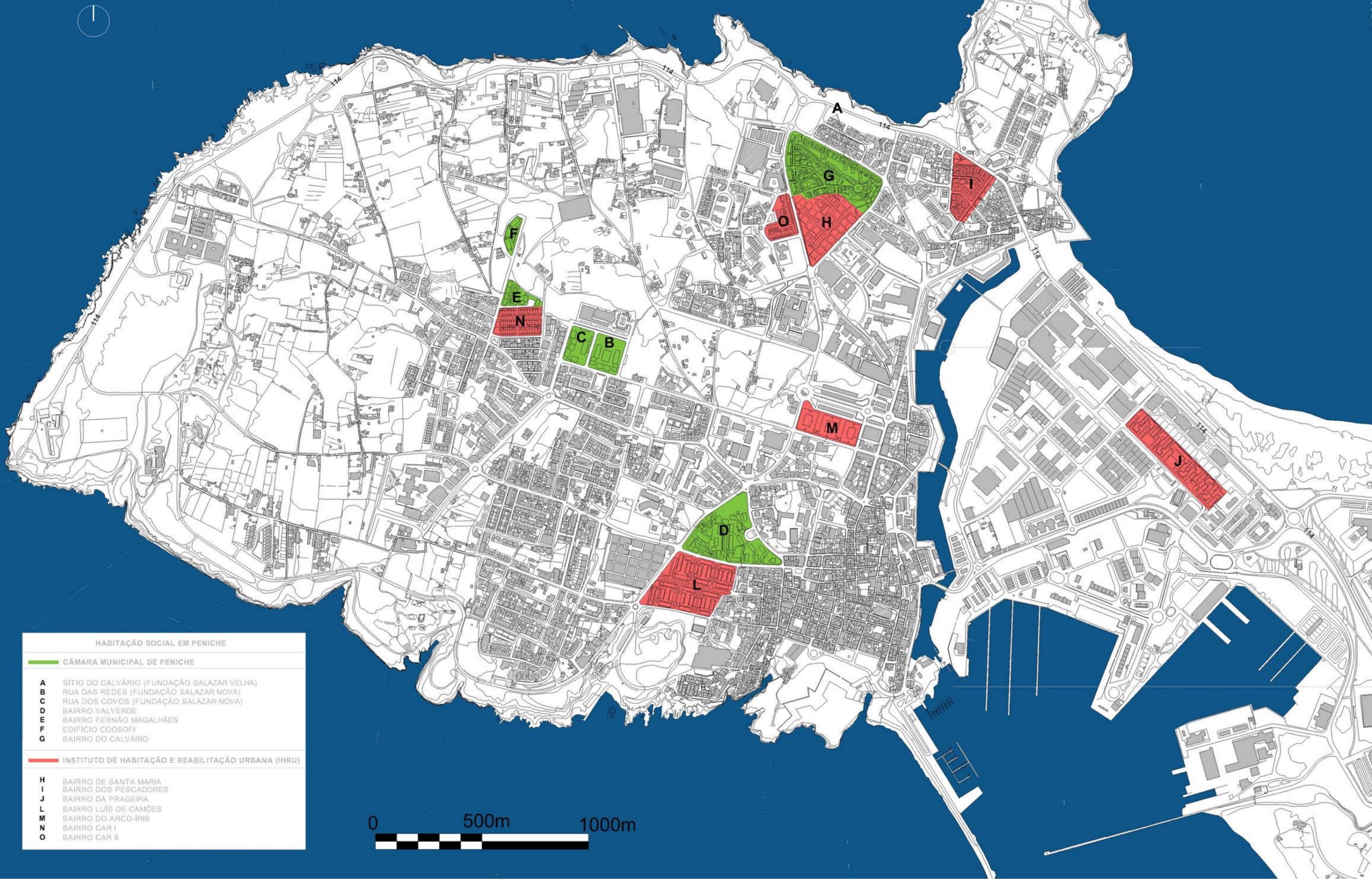
⁵⁰ Presente no Capítulo 3 do presente trabalho de Dissertação.

unipessoais (32,64%) é constituída por idosos de 65 anos ou mais (Conselho Local de Acção Social de Peniche, 2015, p.34).

- Quanto à faixa etária, verificou-se que 68% da população dos casos de estudo oscila entre os 14 e os 64 anos de idade, verificando-se uma idade média de 43 anos. O fenómeno de um envelhecimento, já alarmante a nível concelhio, evidencia-se igualmente nestes quatro casos de estudo, superando em dois deles, por mais de 22% os valores concelhios do Índice de Envelhecimento (134,3%) e os da freguesia de Peniche (147,9%) à qual correspondem os valores mais elevados a nível de freguesias.
- No que refere às qualificações escolares, de acordo com dados de 2014, referidos no Diagnóstico Social de Peniche, 91% dos residentes não ultrapassaram o 2º ciclo de ensino básico, dentro dos quais 60,1% não avançaram mais do que o 1º ciclo de ensino básico. Evidenciou-se, nos casos de estudo, a nível global, um baixo grau de escolaridade.
- No que se refere ao mercado de trabalho nos bairros em análise, constatou-se que 67,4% de moradores se encontram em idade ativa, dos quais 1,9% têm negócio próprio, 49,1% trabalham por conta de outrem e 49,1% encontram-se sem emprego. Isto quer dizer que metade dos residentes em idade ativa se encontram inativos, situação preocupante, visto o contexto social no qual se encontram. Cabe destacar que 56% dos moradores destes bairros se encontram subsidiados (37,6% por reforma, pensão ou outro), pelo que só 44% têm como meio de sustento o trabalho. A taxa de desemprego certamente é oscilante, devido à sazonalidade característica do mercado de trabalho concelhio, sendo que 86% dos residentes desempregados têm qualificações escolares inferiores ao 6º ano. Finalmente, verifica-se que 57,3% dos agregados familiares vivem com menos do que o salário mínimo nacional e 16% abaixo do limiar de risco de pobreza.
- Em relação aos jovens e crianças, 45% deles já mostram insucesso escolar, verificando-se assim negligência infantil por ausência de competências parentais e fracasso escolar.

O resumo sobre a caracterização do residente de habitação social nos bairros geridos pela CMP retrata uma população carenciada, altamente envelhecida, com um nível preocupante de famílias unipessoais constituídas por idosos, baixas qualificações escolares, alto índice de abandono escolar, baixas aptidões no mercado de trabalho e uma grande proporção de população desempregada. Deste modo podemos concluir que as características de fragilidade apresentadas a nível concelhio ganham evidência e proporção nos bairros de habitação social e de certa maneira proporcionam parâmetros a considerar na hora do desenho arquitetónico. De que maneira poderá ter influenciado o perfil do morador de bairro social na arquitetura de Vítor Figueiredo e de que maneira a arquitetura social influencia os moradores é o que pretendemos desvendar no capítulo III.

Fig. 42 |
Planta de localização dos bairros de habitação social existentes em Peniche



HABITAÇÃO SOCIAL EM PENICHE	
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE	
A	SÍTIO DO CALVÁRIO (FUNDAÇÃO SALAZAR VELHA)
B	RUA DAS REDES (FUNDAÇÃO SALAZAR NOVA)
C	RUA DOS COVOS (FUNDAÇÃO SALAZAR NOVA)
D	BAIRRO VALVERDE
E	BAIRRO FERNÃO MAGALHÃES
F	EDIFÍCIO COOSOFI
G	BAIRRO DO CALVÁRIO
INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA (IHRU)	
H	BAIRRO DE SANTA MARIA
I	BAIRRO DOS PESCADORES
J	BAIRRO DA PRAGEIRA
L	BAIRRO LUÍS DE CAMÕES
M	BAIRRO DO ARCO-IRIS
N	BAIRRO CAR I
O	BAIRRO CAR II

2 | VÍTOR FIGUEIREDO: O ARQUITETO (não tão) ANÓNIMO

2.1 | Vida e profissão

«Aos que conheceram e ouviram Vítor Figueiredo terá ficado a memória do que dizia e de como o dizia: com fina ironia, subtil provocação, com a alegria da conversa e da partilha; por vezes, também, com a gravidade de quem convoca a nossa atenção para coisas cujo esquecimento seria alienante; coisas que não sendo exaltantes, serão afinal as que nos podem salvar, como arquitectos e, sobretudo, como pessoas.»

Assim descreve Nuno Arenga (2012, p.12) as suas impressões sobre esta personalidade da arquitetura portuguesa.

[Fig. 43] Vítor Manuel de Almeida Figueiredo nasceu a 17 de outubro de 1929 na Figueira da Foz (Coimbra, Portugal).

Na impossibilidade de entrar na escola náutica e formar-se como capitão de navio bacalhoeiro, tal como seria o seu primeiro desejo, Vítor Figueiredo finalmente decidiu estudar arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e formou-se em 1959. Esta ideia surge uma vez que desde a escola primária o seu jeito para o desenho foi evidente.

No decurso da sua formação académica, concilia a sua aprendizagem com a prática ao colaborar com outros arquitetos e engenheiros civis, sobretudo no desenho da construção do betão armado. O próprio Vítor Figueiredo refere:

«No primeiro ano, no Porto, passei pelo atelier do Mário Bonito, do Veloso e do Amorim e no outro ano vim para Lisboa. De volta ao Porto e enquanto estudante não trabalhei em ateliers. Preferi aprender a desenhar betão armado. (...) Trabalhei com os engenheiros Delgado e Soares no projecto do Palácio Cristal e foi extremamente gratificante.» (Gonçalves & Santos, 1999, p.43)

Ainda neste período, não se deixou ficar apenas pelo Porto e, em 1957, viajou para Lisboa, onde realizou colaborações em ateliês com diversos arquitetos, entre os quais podem ser mencionados, como aponta Duarte Cabral de Mello (1979): Leonardo Castro Freire (cujo atelier projetava «*arquitetura de compromisso histórico*» (Gonçalves & Santos, 1999, p.43) que marcou Vítor Figueiredo) Maurício de Vasconcelos, Nuno Teotónio Pereira e Januário Godinho. Foi no final da sua formação académica (1957-1958), que Vítor Figueiredo teve a oportunidade de conceber o projeto para uma habitação em São João do Estoril.

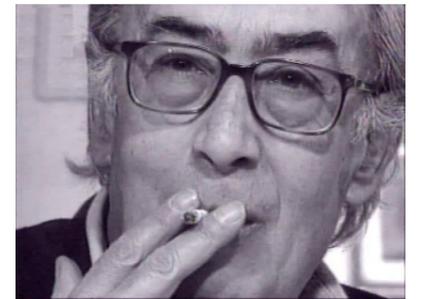


Fig. 43 |
Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
[1929-2004]

«
Falta-me sempre o tempo,
para as coisas maturarem e acontecerem,
**para não ter de usar a «mala de truques»
que qualquer arquitecto tem,**
como tem o ilusionista,
e se quiser sabe usar melhor ou pior
»

(Gonçalves & Silva, 1999, p.60)

•
VÍTOR FIGUEIREDO

Foi este o projeto que apresentou no CODA, para a obtenção do diploma de arquiteto, o qual foi avaliado com 19 valores, em 1959, na Escola Superior de Belas Artes do Porto, como se referiu anteriormente e que desenvolveu para o atelier do arquiteto Leonardo Castro Freire. O arquiteto apresentou uma obra que lhe foi encomendada com um programa específico (condicionado às necessidades da família que ocuparia a habitação) e num período de tempo limitado (teria de estar pronta num mês e meio). Na memória descritiva do CODA, Vítor Figueiredo conta o quão limitante é entregar um projeto sem ter oportunidade de o amadurecer. Já desde os seus primeiros anos no campo arquitetónico formara uma opinião tão própria quanto a sua personalidade:

«Servir o real não é rejeitar totalmente as aporções inegáveis do racionalismo e a ascese real que ele significa para a arquitectura; é tomar uma posição corajosa de busca: inquietante no aceitar que cada tema tem o seu carácter, a sua problemática específica, a sua expressão própria; é considerar o homem na sua totalidade humana. Posição difícil, sem dúvida, mesmo terrível na exigência constante de humildade que implica, como na liberdade que pressupõe.» (Figueiredo, 1959, in Arenga, 2012, p.18)

Uma vez formado, a partir de 1960, inicia a sua atividade profissional em Lisboa. A primeira obra identificada desse período foram as Unidades de Habitação em Olivais Sul [Célula C], em Lisboa, em coautoria com o arquiteto Vasco Lobo. Esta foi também a primeira obra de cariz social realizada pelo arquiteto. Foi a partir desse momento e nos anos consecutivos, que se dedicou quase por completo a colaborar com diversos programas habitacionais (especialmente com as HE, FFH, INH) e algumas autarquias (destacam-se as de Lisboa e Setúbal). A notoriedade do seu trabalho possibilitou a atribuição do cargo de «Arquiteto Regional para a zona de Santarém» em 1963 para a Rede de Arquitetos Regionais pertencente às HE, participando em regime de avença até 1972, data de extinção do organismo.

Em 1965, abre o seu atelier de arquitetura, «Vítor Figueiredo – Gabinete de Arquitetura, Lda» em Lisboa, no qual trabalhou até a data da sua morte, em 2004. Ao longo de seu percurso profissional, trabalhou em coautoria com diversos desenhadors, técnicos de construção, engenheiros, arquitetos, tais como:

«António Costa Pinheiro, António Noiva, Areosa Feio, Armando Manuel, Beatriz Madureira, Borges Rayagra, Carlos Calvet, Costa Lobo, Diogo Zuquete, Duarte Cabral de Mello, Eduardo Trigo de Sousa, Eduardo Trindade, Erasto Machado, Ernesto Ferreira, Fernando Batista, Fernando Carvalhada, Ferreira da Silva, Filipe Figueira Alves, Gastão Ricou, Gentil Noras, Gonçalo Afonso Dias, Horácio Cruz, João Seguro, Jorge Filipe Pinto, Jorge Gil, Jorge Silva, José António Crespo, José Gil, José Manuel Ferreira, Luís Faro Viana, Luís Filipe Caixinhas, Luís Moreira, Luís Noronha da Costa, Manuel dos Santos, Manuel Guerra, Margarida Vieira, Nuno Arenga, Nuno

Gonçalves, Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, Octávio Freitas, Óscar Praga Santos, Pedro Lobo, Rui Laranjinha, Valdemiro Garcia, Vasco Lobo e Vítor Silva.» (Terenó, 2013)⁵¹

Ao longo do seu percurso profissional, assumiu outros papéis, entre eles integrando os órgãos sociais do Sindicato dos Arquitetos (1963, 1974-1976) (Ibidem).

Uma faceta que se pode destacar na sua vida é o papel de docente no meio académico, não tanto pelo tempo que dedicou à causa, mas pela alegria que lhe causava a conversa partilhada. Lecionou como professor convidado na licenciatura em Arquitetura da Faculdade de Ciências de Coimbra (1997-2001) e como docente no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa até à data da sua morte na mesma cidade, no dia 30 de janeiro de 2004.

«No claustro, caminha um homem alto, misterioso, com um sobretudo escuro, um chapéu de abas largas e um cachecol vermelho – faz lembrar Aristide Bruant, nos cartazes de Toulouse-Lautrec. A sua presença intimida-nos, tanto quanto nos atrai. Sabemos apenas que é professor de Projeto no 3º ano, que os alunos o temem, que a sua acutilância deixava alguns a chorar». (Couceiro, s/d, in Arenga, 2012, p.5).

Assim descreve Joana Couceiro Vítor Figueiredo, revelando a sua perspetiva e carinho de antiga aluna que relembra com nostalgia no livro *Vítor Figueiredo Fragmentos de um Discurso* os tempos em que o arquiteto lecionava em Coimbra. Faz-se alusão à sua intimidante presença e ao seu dom de palavra, que enchiam uma sala de aula, sempre com um tom provocador, em busca de um diálogo rico com os seus alunos e fazendo questão que nenhum dos seus alunos perdesse a correção feita a outro colega, já que as suas palavras eram dirigidas a todos os alunos. Menciona também o quanto era participativo no momento de ser necessário, como foi 2001, em que os estudantes da Escola de Coimbra se barricaram dentro da escola durante um dia, exigindo melhorias, mostrando-se recetivo e compreensivo para com os alunos nesta situação.

Vítor Figueiredo é referência da arquitetura portuguesa do século XX, com grande participação entre as décadas de 1960 e 1970, na habitação programada, pela extensa lista de obras que projetou neste âmbito da arquitetura e noutros, ao longo do seu percurso de vida profissional. A última obra dele concretizada, da qual se tem conhecimento na arquitetura dita social, foi uma obra encomendada pelo FFH (1973): o Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal, trabalhada em coautoria com o Duarte Cabral de Mello, com a participação de Jorge Gil e Eduardo Trigo de Sousa.

51 TERENO, Paula - «Vítor Figueiro. Obtido de Sistema de Informação para o Património Arquitectónico». Novembro de 2013. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a57ec936-171d-433b-a64c-da9a41566521 [Consultado em abril, 2016]



Fig. 44 |
Escola Superior de Artes Decorativas de
Caldas da Rainha [1990-1996]



Fig. 45 |
Novas Instalações do Polo Mitra da
Universidade de Évora [1992-1995]

Para além da sua contribuição nas obras de cariz social, foi também reconhecido, entre outras obras, pela conceção da Escola Superior de Artes Decorativas das Caldas da Rainha (1990-1996), ganhadora do Prémio Secil de Arquitetura (1998) [Fig. 44], o Polo da Mitra da Universidade de Évora (1992-1995) [Fig. 45] e o Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro (1997-2000) [Fig. 46], galardoado na Menção Honrosa, categoria de Obra de Qualidade Excecional (2002-2003). Podemos verificar esta informação mais a fundo, no quadro sobre as obras realizadas por Vítor Figueiredo [Apêndice A4.3] e no quadro de premiações do mesmo [Apêndice A4.4]

Vítor Figueiredo faleceu aos 75 anos, no dia 30 de janeiro de 2004, em Lisboa. Após a sua morte, fica a lembrança de um homem com uma ideologia própria, um humor característico e uma figura que intimida e interessa a quem estuda a sua obra.

2.2 | Perceção e visão da arquitetura

Vítor Figueiredo não se considerava apaixonado pela sua profissão. Em nenhum momento escondeu a sua relação difícil com a arquitetura. Admitia esta sua posição sem vergonha, com a galhardia do cavalheiro que cumpre com o seu labor e nada mais. Sabemos que este parecer não influenciou a execução dos seus projetos, já que para exemplificar a sua relação com a arquitetura, contava a história do senhor Henrique Cardoso, o seu barbeiro de confiança, o qual admitia não gostar da sua profissão, mas trabalhava-a com empenho e com cuidado, desta maneira era *«menos infeliz»* (Figueiredo, 2000, in Arenga, 2012, p.36). Considerava-se um indivíduo que se enquadraria com mais facilidade num ofício em que pudesse começar e acabar as coisas sem nenhum tipo de interrupções *«como um pintor ou um marceneiro»* (Ibidem, p.37), não existindo outros fatores que determinassem ou atrasassem o seu labor.

«(...) É uma luta com «agentes» em que o único interesse é a tentativa do lucro e às vezes ainda com o acréscimo de intervenientes desinteressados e com pressa de inauguração» (Gonçalves & Santos, 1999, in Arenga, 2012, p.37).

Vítor via a arquitetura como uma profissão dependente de fatores externos: apesar da presença do arquiteto ser constante, em obra a intenção pode ser distorcida ou mal-interpretada. Encarava-a assim como um processo desgastante para o arquiteto, limitante, impossível de ser controlado da mesma forma que na profissão onde o produto final depende só de quem o idealizou. Considerava, então, o arquiteto como *«a mulher-a-dias do Poder»* (Ibidem).

Figueiredo salientava a importância de escolher sobretudo a profissão ao emprego. Com base nesta posição, interpretamos que o arquiteto

combatia a alienação do pensamento dentro da classe profissional. A escolha pela profissão convida à reflexão, a traçar objetivos e a formar critério próprio. Descrevia este processo como mais complexo, e consequentemente mais desgastante, mas também mais enriquecedor:

«Falta-me sempre tempo, tempo para as coisas maturarem e acontecerem, para não ter de usar a «mala de truques» que qualquer arquiteto tem, como tem o ilusionista, e se quiser sabe usar melhor ou pior» (Gonçalves & Santos, 1999, p.60).

Esta era uma filosofia que caracterizava o seu processo criativo. Portanto, Figueiredo repudiava a utilização do que ele denominava como *«mala de truques»* (Ibidem): uma série de artifícios administrados segundo a necessidade do arquiteto, tirando da mala os mais adequados à situação. Refere-se com isto a fazer a escolha menos arriscada, à utilização e readaptação de estilos que já deram certo, considerando-se *«aceitáveis»*, levando-nos assim a refletir sobre a sua posição, onde rejeita o que designava como uma *«arquitetura de superstição»* (Figueiredo, 2000, in Arenga, 2012, p.53), ou seja: pragmática, *«uma Arquitetura sem arriscar»* (Gonçalves & Santos, 1999, p. 44), de modas, efêmera, despachada e impessoal da mensagem do seu autor. Em contrapartida, acreditava no que chamava por *«arquitetura de fé»* (Dias, 2001, in Arenga, 2012, p.54), o que ele considerava como a transmissão de uma mensagem através da arquitetura que suscita o questionamento, obrigando à reflexão e desafiando o profissional a sair de sua zona de conforto e a expandir os seus horizontes. Esta forma de projetar transcende a obra e pretende transmitir uma curiosidade que perpetue no tempo. A suprarreferida reflexão faz-nos lembrar o autor Christopher Alexander na sua obra *Notes on the Synthesis of form* (1973). Nela, o autor refere que é a pertinente que exista por parte do arquiteto uma *«perda de inocência intelectual»* (Alexander, 1973)⁵², traduzida como a aplicação da *«lógica»* no desenho, pondo de parte a utilização única da intuição no projeto, incitando à crítica e ao raciocínio:

«Uma imagem lógica é mais fácil de criticar do que uma imagem vaga, uma vez que os pressupostos nos quais se baseia são trazidos para fora (tornados públicos). A sua maior precisão dá-nos a oportunidade de aprimorar nossa concepção do que envolve o processo de design. Mas uma vez que o que fazemos intuitivamente pode ser descrito e comparado com formas não intuitivas de fazer as mesmas coisas, não podemos continuar a aceitar inocentemente o método intuitivo» (Alexander, 1973, p.8)⁵³.

A este respeito, interpretamos que, pela aceitação e aplicação da lógica na produção arquitetónica, se poderá analisar de maneira crítica o trabalho intuitivo, abandonando a superstição do que se pensa que se deveria projetar, procurando, desta maneira, questionar o porquê das soluções arquitetónicas, sem excluir *«a possibilidade de fazer perguntas razoáveis»*



Fig. 46 |
Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico
da Universidade de Aveiro [1997-2000]

52 Excerto traduzido do texto original.

53 Excerto traduzido do texto original.

(Ibidem, p.9). Este pensamento recorda-nos inevitavelmente Vítor Figueiredo, pela maneira como convidava os jovens arquitetos a «questiona[rem] o mundo» através da arquitetura (Dias, 2004, in Arenga, 2012, p.54), sendo que, a arquitetura «de superstição» (Ibidem) resolvia problemas imediatos, mas não atemporal ou estimulante.

Em «*Notes on the Synthesis of Form*» (Alexander, 1973), o autor refere que na Europa do Século XVIII emergiram dúvidas e perguntas sobre o «formalismo das academias» (Alexander, 1973, p.9) que nos anos finais do mesmo século, foram esquecidas e substituídas por uma série de regras baseadas em diversos estilos arquitetónicos para explicar a «invenção formal» (Ibidem, p.10), como por exemplo, o Neo-tudor e Neoclassicismo. Segundo Christopher Alexander, os estilos mantêm a «segurança da inocência» (Ibidem). Neste sentido, o autor refere:

«As decisões arquitetónicas feitas dentro de um estilo estão a salvo da persistente dificuldade da dúvida, pela mesma razão que as decisões se tomam mais facilmente a partir da tradição e do tabu, do que a partir da própria responsabilidade» (Ibidem, p.10)⁵⁴.

Esta reflexão remete-nos novamente para Vítor Figueiredo e essa sua insistência em não se acomodar aos estilos ou modismos arquitetónicos, empenhando-se em responder de maneira individual a cada projeto, e, procurando propositadamente, a «perda de inocência intelectual» (Ibidem), o que vai ao encontro de uma arquitetura crítica, que convida a questionar.

Tal como é mencionado em *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso* (Arenga, 2012), Figueiredo alegava que a sua arquitetura passava por um longo processo mental, mais do que propriamente no papel. «*Um cão dá muitas voltas antes de se deitar*» (Gonçalves & Santos, 1999, p.59) ou: «*A dúvida como método e o método como dúvida*» (Ibidem), eram frases muito utilizadas no atelier do arquiteto, referindo-se ao constante estudo do projeto, o desassossego, dúvidas e questões que se geravam no processo criativo. O arquiteto confessou ter cultivado, ao longo dos anos, minimizar a utilização do desenho como ferramenta e como inspiração. Como referiu: «*O processo tem cinco por cento de inspiração e noventa e cinco por cento de trabalho*» (Amaral & Neves, 2001, in Arenga, 2012, p.90). O que nos permite interpretar o seu processo criativo como um ato mais intelectual do que inspirado, levantando-se, através dele, uma série de determinantes: perguntas, experiências, conversas, partilha de questões, e sobretudo preferindo as dúvidas às certezas e administrando-as no seu processo criativo⁵⁵. A estes elementos que compreendemos como formadores do proceder do Vítor Figueiredo em cada um dos seus projetos, acrescenta-se a fase vivida por ele e os seus colaboradores e o

⁵⁴ Excerto traduzido do texto original.

⁵⁵ Alusivo à frase do autor «Eu poderia dizer que a inspiração me chega quando estou a trabalhar – o que é também uma frase feita. Mas terei todas as dúvidas. Au administro dúvidas, prefiro-as às certezas» (Figueiredo 2000, in Arenga, 2012, p.91).

tempo estipulado para o projeto (que é diferente do tempo determinado e necessário para a evolução da obra) juntamente com as vivências que este traz junto com ele. Afirmava que só se utilizava o desenho como recurso quando havia algo para dizer, caso contrário, era um meio que «a certa altura torna-se perigoso» (Ibidem, p.86).

Figueiredo preferia ter uma aproximação o mais real possível, por meio de maquetes de estudo, escapando ao embelezamento que oferecia o desenho. Era a favor de estudar diversas situações em tamanho real, sempre que a situação o permitisse, entendendo esta consideração tomada pelo arquiteto, apesar de ser um processo mais trabalhoso do que o desenho, como mais produtiva do que o desenho, permitindo visualizar de maneira concreta as consequências mais próximas à realidade e descartar ideias que, em papel, pareciam ter sentido e na realidade não se encaixavam como imaginado, ajudando desta forma a uma tomada de decisões mais consciente nos projetos e ao descartar imediatamente ideias que não funcionavam como se tencionava.

Apesar do seu discurso descrente relativamente à profissão, Vítor Figueiredo demonstrou que, se em certo modo, declarava não ter uma boa relação com a arquitetura, parecia senti-la, sofrê-la e vivê-la intensamente, demonstrando compromisso e empenho, questionando o mundo através dela, tal como o próprio arquiteto referia (Idem). A preocupação de fazer arquitetura “estimulante” falou mais alto e demonstrou ser prioridade durante o seu percurso profissional.

Vítor Figueiredo refere, numa entrevista dada à D.A. (Gonçalves & Santos, 1999), que várias pessoas o tocaram no decorrer dos seus primeiros anos de estudo e vida profissional, ajudando a formar a sua visão de arquitetura. Na Escola Superior de Belas artes do Porto, foi o Mestre Carlos Ramos, que para Figueiredo, foi quem «abriu a Escola à Arquitetura dita Moderna, deu liberdade e deu-a com prazer». Durante os seus inícios na arquitetura, quando vai viver para Lisboa, no segundo ano de estudos da profissão, sente-se atraído por edifícios lisboetas como o cine-teatro Éden e os edifícios da Rua Alvares Cabral, obras de Cassiano Branco (1897-1970)⁵⁶. Frank Lloyd Wright (1867-1959) e Alvar Aalto (1898-1967), também influenciaram o arquiteto nos seus primeiros anos. Como o próprio Figueiredo indica na suprarreferida entrevista:

«*O Wright deu-me a descoberta do sentir, do gostar de volumes, de alçados, de desenhos coloridos, de nas plantas fazer percursos com prazer e de imaginar estar, permanecer, em espaços com encanto*» (Gonçalves & Santos, 1999, p.43).

⁵⁶ Prestigiado arquiteto modernista português do século XX, considerado o «fazedor de cidade», ajudando a definir a cidade de Lisboa através das suas obras. Dois edifícios a destacar projetados pelo arquiteto serão o Éden Teatro em Lisboa e o Coliseu do Porto, duas obras onde o arquiteto demonstra uns marcados traços e características Art Deco.

Por outro lado, consideramos Alvar Aalto uma influência importante na ideologia e na obra de Vítor Figueiredo e de outros arquitetos portugueses do seu tempo. Apesar de Figueiredo não se ter inclinado pela vertente orgânica, na qual Aalto é alvo de referência, existe um ponto comum na análise de ambas as intenções dos arquitetos ao projetar: Pensar numa arquitetura que abrange mais do que um «funcionalismo técnico». De acordo com Aalto, no seu ensaio *A Humanização da arquitectura*, a arquitetura deve ser a síntese de todos os campos dentro da humanidade, não podemos visualizar o seu funcionalismo meramente como técnico, devemos considerá-la –a arquitetura– bem mais como um todo, tendo em conta também o seu funcionalismo humano e psicológico, de outra maneira não traria mais do que «resultados superficiais e unilaterais» (Aalto, 1950, p.7). De acordo com este conceito de síntese, Aalto dedica-se também ao processo de investigação arquitetural em unidades hospitalares, como o sanatório de tuberculose de Paimio, na Finlândia, onde, mediante o uso de salas experimentais, se conseguiram informações úteis sobre o indivíduo e como se relaciona com a habitação, concluindo que, para os doentes – e até no dia-a-dia – se devem estabelecer certas medidas e precauções no desenho dos quartos, mantendo especial cuidado na iluminação, na disposição e no desenho especial dos móveis para o usuário. *A humanização da arquitetura* de Aalto lembra-nos Vítor Figueiredo e a sua preocupação por criar um espaço estimulante, que se deixa viver pelo usuário, um espaço onde as coisas acontecem, visualizando a arquitetura como «a síntese entre um conhecimento que oscila entre as ciências humanas, as ciências da tecnologia e da construção»⁵⁷ – tal como conceitualiza o arquiteto Gonçalo Byrne – e como tal, deve existir uma preocupação por parte do arquiteto de pensar no usuário que iria usufruir do espaço e das atividades que aí iria desenvolver. Como aponta o próprio Figueiredo:

«Ainda em relação ao espaço, o que é preciso saber é se é um espaço onde se pode chorar, se é estimulante ou se é exaltante, se é um espaço que permaneça e onde a gente está «aconchegado» (...) há certas coisas que acontecem em certos sítios e noutros não acontecem» (Alarcão, 1997, in Arenga, 2012, p.66)

O arquiteto Gonçalo Byrne, relativamente à visão e perceção de Vítor Figueiredo, refere:

«(...) Creio que o Vítor não o diria desta maneira, aliás, certamente o diria de maneira diferente porque o Vítor Figueiredo tinha uma qualidade que eu não sou capaz [de ter] mas que era genial nele, que era através de imagens extremamente redutoras e muito cinematográficas – porque o Vítor também era um homem do Cinema, ele vivia o mundo do Cinema – ele conseguia traduzir expressões de uma riqueza enorme, muitas vezes utilizando raciocínios, diria eu, quase iconoclastas e de destruição, contradizendo todas as figuras mais ou menos estabelecidas da arquitetura. Portanto, criava uma espécie de enredo sobre as obras numa perspetiva que eu também

57 Conversa com Gonçalo Byrne, Apêndice 3.

*acho que é muito cinematográfica. Num pequeno artigo que está publicado naquele livrinho, eu chamava a esta capacidade uma capacidade de intriga. Eu chamava ao Vítor um arquiteto de obras intrigantes. Intriga não no sentido da fofoca ou do boato, mas intriga no sentido de criar enredo, capacidade de, num filme, por exemplo, criar aquilo que os ingleses chamam de drama, no fundo, é criar tensão na maneira como projeta. Por isso, as obras dele são obras que aparentemente são quase de um Classicismo, são de uma arquitetura quase morta, como diz o Giorgio Grassi, uma linguagem quase morta. O Vítor não está minimamente preocupado com fazer edifícios segundo estilos ou linguagens pré-determinadas. Ele está muito interessado em secar ao máximo a arquitetura e, por isso, tem esta noção de um Classicismo monumental porque, segundo ele e eu concordo, esta é a melhor maneira de tornar estes edifícios um pouco intemporais e de os tornar apropriáveis pelas pessoas que vão viver neles. Eu estou muito de acordo com esta perspetiva dele, acho que de facto ele é o grande mestre nesta maneira de olhar para a arquitetura».*⁵⁸

Desta maneira, Byrne exemplifica melhor do que ninguém, a curiosidade que, para ele, gera a obra de Vítor Figueiredo, que, despojada de qualquer artifício, consegue criar «enredo», como no cinema, através da sua riqueza arquitetónica.

2.3 | O arquiteto social

A produção de Vítor Figueiredo é vasta desde a década de 1960 até o final da década de 1970, a nível nacional. Foi valioso o papel que o arquiteto desempenhou e assumiu na arquitetura de compromisso social, ao longo destes anos. A esse compromisso (de investimento social) não é alheia a função de Vítor Figueiredo enquanto arquiteto regional no período ao longo da década de 1960, na zona que lhe foi outorgada, Ribatejo [Zona 5], como se referiu anteriormente, no capítulo I.

«(...) Houve formas de sentir e estar na vida que, obsessivamente, me esforcei para que pautassem o meu trabalho de projectar habitação dita social. Sempre procurei estar atento às formas subtis de segregação. No atelier aos futuros utentes, chamávamos com humor negro “os queridos”, como denúncia, como forma de estar atento a que projectar habitação social não era projectar para “outros” para pobrezinhos nos gostos, na necessidade e na fruição. Sempre neguei que o mundo fosse nós e os outros» (Gonçalves & Silva, 1999, p.47).

Nas palavras de Vítor Figueiredo, denota-se um compromisso social, uma sensibilidade e cuidado no que respeita à segregação da qual geralmente os moradores de habitação social são vítimas. Por esta razão, veremos ao longo deste trabalho diferentes soluções arquitetónicas, mediante as quais, Vítor Figueiredo procura *desestigmatizar* a habitação de cariz social, referindo:

58 Conversa com Gonçalo Byrne, Apêndice 3.

«Na cozinha, o azulejo só por cima da bancada, era na cozinha que as pessoas comiam normalmente, com as dimensões mínimas que tinham, revestir a azulejo era gastar dinheiro e transformar a cozinha numa espécie de câmara frigorífica.

O acesso vertical com dimensão mínimas, a escada em betonilha e as paredes em reboco areada e pintado, com um mecânico movimento de distribuição, era triste e ficava sórdido passada a inauguração (...)» (Ibidem, p.47-48)

Estas e outras intenções, humanizavam a arquitetura de mínimos, pensando através de projeção, no quotidiano dos moradores e na futura evolução da habitação, procurando entender para quem a estava a projetar e mostrando interesse pelo bem-estar de quem iria usufruir das suas obras. Como refere Vítor Figueiredo: «(...) Há ambientes que vejo e considero que são muito bonitos, muito assépticos, mas que não dão para comer sardinha frita» (Figueiredo, 2000, in Arenga, 2012, p.66).

Uma preocupação de Figueiredo na arquitetura dita social era demonstrar que esta não tem necessariamente que ser monótona, triste, e os seus espaços com usos perfeitamente definidos, pelo que referia: «O dinheiro para dois pães compra um pão e margarina ou um pão e uma rosa» (Ibidem, p.48). Querendo com isto dizer que, com pouco, também se pode fazer muito.

Relativamente ao limite de custo de um projeto de habitação social, e aos sacrifícios que isto implica, denota-se uma vez mais a sensibilidade quanto às necessidades dos futuros moradores, o arquiteto comenta:

«É um exercício quase centímetro a centímetro, milímetro a milímetro. Por exemplo, temos um compartimento com dois metros e cinquenta por três metros, mas se tirarmos ali talvez não ganhemos grande coisa, mas se tirarmos aqui já ganhámos um tostãozinho e, tostãozinho a tostãozinho, mais alguma batota, no fim, aquilo às vezes vai. Eles queriam muitos T2, por exemplo; trinta T2 mais quinze T3 mais vinte e cinco T4. E eu, depois, aparecia-lhes com um projeto com vinte T2, vinte e cinco T3 e mais uns tantos T4. Alterava este número porque um T3, como dizia há pouco, dá para qualquer família: se tiverem três quartos, têm o quarto de casal e mais dois quartos para filhos de sexo diferente. É um trabalho de chinês, é quase um puzzle. Depois, por exemplo, a galeria não é mais barata do que o esquerdo direito, enganei-os muitas vezes» (Alves & Gomes, 2003, in Arenga, 2012, p. 73- 74)

2.4 | Influências INA-Casa em obra analisada: Barreiro e Olivais SUL

Através de um pontual estudo de duas das primeiras obras de habitação social projetadas por Vítor Figueiredo, prévias aos casos de estudo, pretende-se assinalar semelhanças com as constantes apresentadas no INA- Casa e verificar se os casos a estudar, posteriormente, apresentam soluções da mesma natureza. Trata-se dos edifícios de 4 e 7 pisos em Olivais Sul Célula C (1969), em Lisboa [Fig. Célula C Olivais], projetados em co-autoria com Vasco Lobo, por encomenda do GTH e o Agrupamento de 168 habitações no Barreiro (1962), em Setúbal, por encomenda das HE.

[Arranjo urbanístico]

Quanto ao arranjo urbanístico das unidades de Olivais Sul [Célula C], de 4 e 7 pisos (1960), respetivamente, Vítor Figueiredo assinala alguns obstáculos na sua estruturação como:

«(...) o retalhamento dos espaços que se procuravam organizar, a natureza do terreno em regra desfavorável a uma ocupação intensiva, o número excessivo de fogos que o programa estabelecia (...)» (Figueiredo, s/d, in Borges & Maldonado, 2015, p.37)⁵⁹.

[Fig. 47, Fig.48] Portanto, contrariamente às que seriam as intenções do arquiteto, segundo o próprio refere em entrevista à revista D.A. (Gonçalves & Santos, 1999), não encontramos semelhança com os espaços fluidos que caracterizam a inserção urbana dos projetos INA- Casa. Podemos considerar que, de igual modo, no agrupamento de 168 habitações Barreiro, houve uma determinante que limitou a fluidez dos edifícios no conjunto: a topografia e «(...) o sentido, de certo modo contraditório, de uma encosta baixando de Sul para Norte e de uma abrupta barreira levantada para Nascente» (Figueiredo, s/d, in Borges & Maldonado, 2015, p.67), que determinou o posicionamento dos edifícios, impedindo um melhor relacionamento entre estes [Fig. 49].

[Volumetrias dos edifícios]

[Fig. 50, Fig. 51, Fig. 52] Relativamente às volumetrias, nos Olivais Sul, os edifícios de 4 pisos encontram-se constituídos por vinte fogos [T2, T4], distribuídos em 4 pisos, reunidos em núcleos 8 fogos entre os nós de acesso vertical, sendo que um destes edifícios tem mais um piso de galerias destinadas a comércio no rés-do-chão, convertendo o piso superior das galerias num átrio de entrada ao edifício, como relação entre os espaços internos e exteriores.

Os edifícios de 4 pisos são de linhas ortogonais e simples, com varandas na fachada e estrutura à vista. Na fachada, podemos ler as caixas de escadas, que, apesar de não sobressaírem, tornam-se um elemento distintivo e rítmico; apontamos igualmente os longos vãos das janelas, sendo esta uma característica recorrente nos edifícios de INA- Casa.

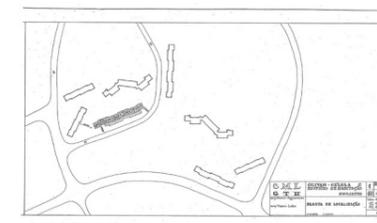


Fig. 47 | Projeto: Lotes 41 a 45. Planta de localização. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul

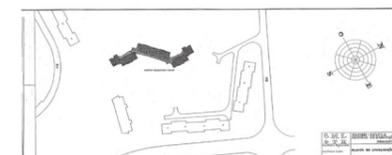


Fig. 48 | Projeto: Lote 29. Planta de localização. Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul

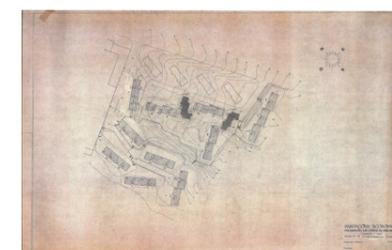


Fig. 49 | Planta de implantação – Conjunto de 168 habitações no Barreiro.



Fig. 50 |
(2.8) | Projeto: Lotes 41 a 45. Alçado principal. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.

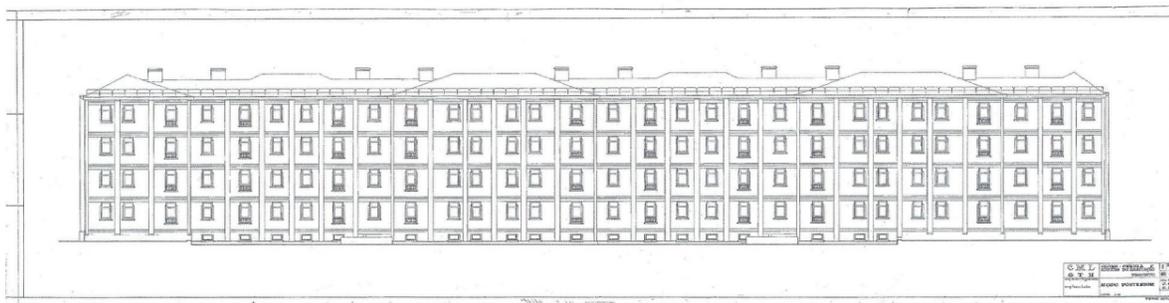


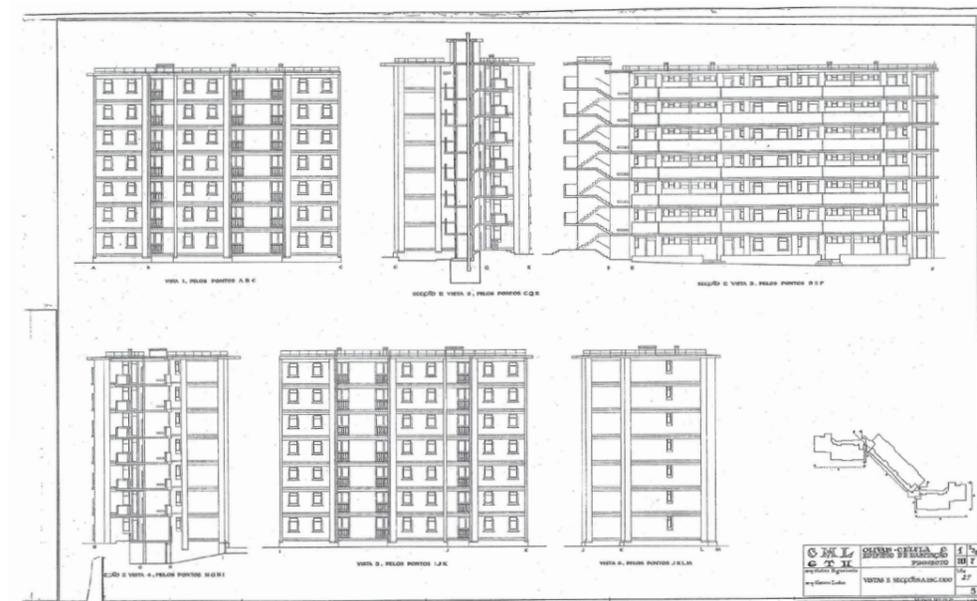
Fig. 51 |
(2.9) | Projeto: Lotes de 41 a 45. Alçado posterior. Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.



Fig. 52 |
Edifícios de 4 pisos – Olivais Sul.



Fig. 54 |
Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul.



PT V- DES 000/22
Fig. 53 |
Projeto: Lote 29. Alçados e secções. Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul

[Fig. 53, Fig. 54] Não obstante, notamos uma maior importância atribuída às escadas nos edifícios de 7 pisos, como elementos de destaque no edifício, o que nos remete às experiências INA-Casa e o valor concedido aos acessos verticais, garantindo «(...) máxima dignificação destes nós (dada a importância que assumem num edifício de presença indiscutível pela altura e extensão que se lhe atribuiu)» (Ibidem, p.49), assim como também relacionamos à arquitetura do organismo italiano, a não-ortogonalidade do volume central destas unidades (de 7 pisos). O edifício desta tipologia está constituído por 28 fogos T2, 28 fogos T3 e 4 T4. O volume é tratado em fachada da mesma forma que o de 4 pisos, numa volumetria muito diferente enquanto forma, comunicando os fogos por galerias, o que atribui uma interessante leitura de fachada.

Verificamos, por meio de visita ao local, que teriam sido construídos 5 edifícios de 4 pisos e 2 de 7.

[Fig. 55, Fig. 56, Fig. 57] No agrupamento de 168 habitações no Barreiro, encontramos edifícios de 4 pisos divididos em duas Categorias: a Categoria I, de fogos T2, T3 e T4; a Categoria II, de fogos T3 e T4. Relativamente à volumetria, parece-nos uma linguagem semelhante à utilizada nos edifícios de 4 pisos, linhas simples, estrutura à vista (pintada) e as caixas de acesso vertical presente na leitura de fachada, de maneira discreta, fechadas por janelas de régua fixas não envidraçadas. Evidenciamos a presença, como nas habitações de 4 pisos nos Olivais Sul, de vãos alongados nas fachadas, sendo, como anteriormente mencionado, uma característica constante nos projetos de INA-Casa.

[A reinterpretação do *Lavoro* em ambas obras]

Verificamos em Figueiredo, sobretudo nestas duas obras iniciais, a reinterpretação do antes mencionado *Lavoro*⁶⁰, que ele traduz como espaço sem função determinada, uma área livre oferecida ao morador, no que seria determinado como espaço supérfluo, nas palavras de Cabral de Mello (maio/junho 1976, p.30):

«Na habitação, a invenção do supérfluo traduziu-se na criação de um espaço “sem função”, onde o ajustamento (“fit”) forma/função seria impossível: um espaço marginal à hierarquia “tradicional” das funções propondo-se como um desafio à invenção»

A intenção para esta área sem função determinada é a de ser utilizada segundo as necessidades do usuário. [Fig. 58, Fig. 59] Verificamos esta zona nos fogos T2 e T3 dos edifícios de 7 pisos em Olivais Sul, em que a sala se encontra diferenciada, como um espaço fechado, existindo uma área destinada a hall de entrada/cozinha/circulação, sem função definida, que poderia reinterpretar-se como espaço de trabalho doméstico, segundo as necessidades dos moradores. Como o próprio Vítor Figueiredo refere (Figueiredo (1995) in Borges & Maldonado, 2015, p.72):

«(...) Depois há outra coisa: eu consigo administrar a área da sala subdividindo-a mais uma vez – e aí vou buscar outra vez os Olivais – num grande espaço de entrada, para o qual dá um quarto. Está longe de qualquer esquema funcionalista ou racionalista. Zona diurna, zona nocturna, corredor, utilização, espaços com função definida. Não existem aqui. Para que serve isto? Não vos sei responder. Não têm nenhuma função a atribuir a isto, a não ser uma macro função, se vocês quiserem.»

Sendo esta uma solução que repete noutros casos, como no Conjunto Habitacional de Chelas [Zona N2] (1973) e no Conjunto Habitacional no Alto do Zambujal (1974).

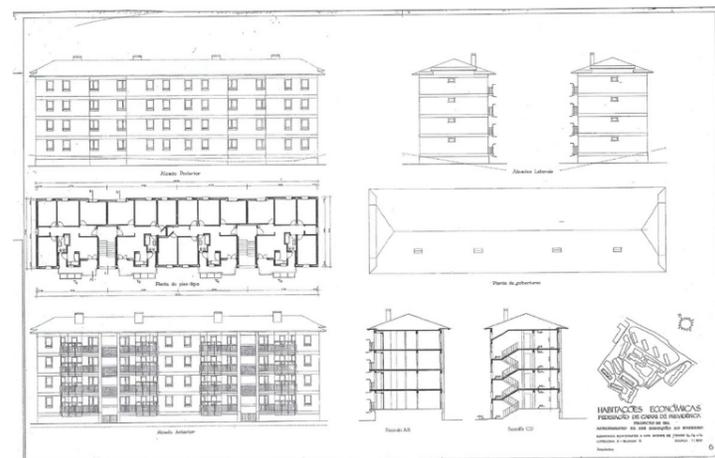


Fig. 55 | Unidade de fogos T2, T3 e T4 [Categoria I] Bloco G. Plantas, alçados e secções – Conjunto de 168 habitações no Barreiro

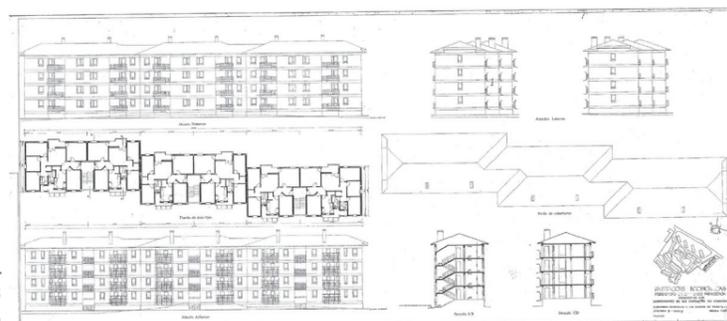


Fig. 56 | Unidade de fogos T3 e T4 [Categoria II] Bloco C. Plantas, alçados e secções – Conjunto de 168 habitações no Barreiro



Fig. 57 | Conjunto de 168 habitações no Barreiro.

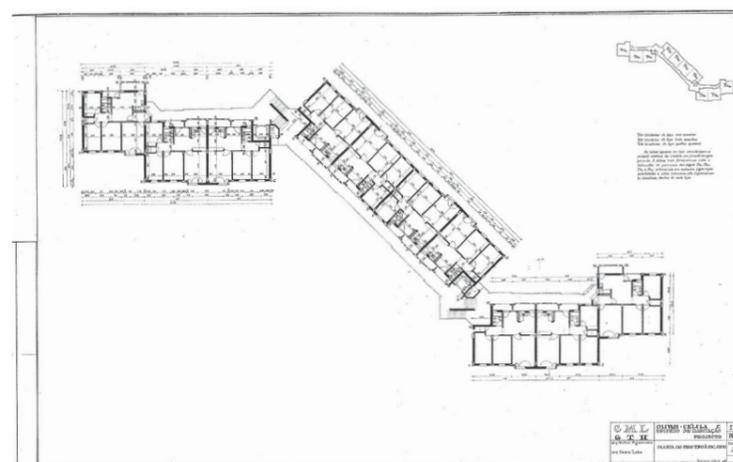


Fig. 58 | Projeto: lote 29. Planta do piso tipo – Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul.

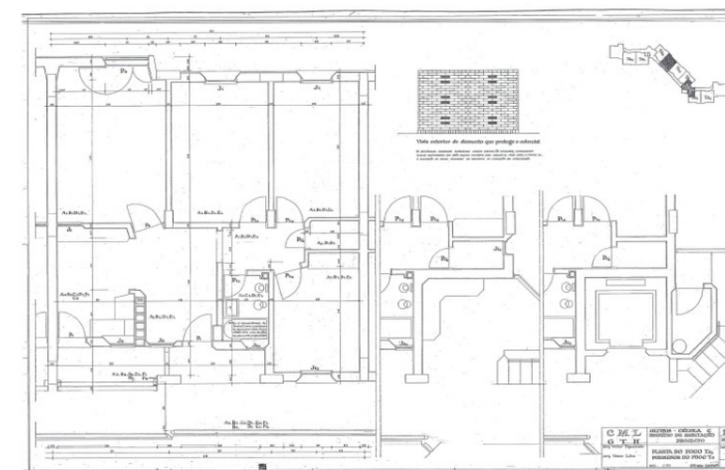


Fig. 59 | Projeto: lote 29. Planta do piso tipo – Edifícios de 7 pisos – Olivais Sul. Planta do fogo T3B, pormenor do fogo T2.

⁶⁰ Espaço extra, destinado a tarefas domésticas, espaço ensaiado e sistematizado no programa INA-Casa.

[Programas não só habitacionais]

Tanto nos edifícios de 4 pisos dos Olivais Sul, como nos do Barreiro, verificamos a presença de comércio inseridos nos programas habitacionais. Na nossa visita aos Olivais Sul, confirmamos que o programa comercial foi concluído, não podendo evidenciar o mesmo no conjunto habitacional do Barreiro. Um programa de usos variados era uma constante em INA-Casa, característica não verificada com a mesma determinação nos programas de habitação económica portugueses, mas que se encontra presente em ambos.

[Reflexão: O Neorrealismo Italiano em Vítor Figueiredo]

Como se referiu no capítulo I, no que refere a INA- Casa, os valores realistas de consciência social e miséria do cinema italiano do pós-II Guerra Mundial encontram-se introduzidos nas ideologias do programa, atitude verificada com constante na arquitetura social de Figueiredo, visto que existe uma consciência social e reinterpretação da arquitetura popular, no entanto, numa perspetiva do neorrealismo muito própria. Desta maneira, Gonçalo Byrne descreve o neorrealismo italiano:

«(...) é quase uma imersão no mundo da miséria, do proletariado explorado, de todas as fraturas, lutas de classe e rejeições, marcando uma posição muito ideológica e militante (...) Mas o Vítor não é um militante de todo, é o contrário. Ele entra nesse mundo nesta postura ambígua, que eu chamo como sendo quase que um pouco aristocrata. Ele sabe que a melhor maneira de enfrentar aqueles problemas não é colar à miséria, não é mimetizar a miséria nem é monumentalizar a miséria, é exatamente confrontando-a com outros mundos que são os mundos do racional».⁶¹

Encontramos em Vítor Figueiredo uma visão «aristocrática» (Ibidem) do Neorrealismo Italiano. Esta visão justifica-se no sentido em que ele deixa os moradores reapropriar-se de certos espaços, através do «excesso de área» ou «recanto não designado» (Ibidem), concedendo um ar de grandeza e não de miséria; sendo que a sua arquitetura «é muito menos orgânica, muito menor hierática. O importante é que haja um bom ambiente de vida ali dentro e as pessoas apropriem como entenderem» (Ibidem), transmitindo uma mensagem antagónica à do Neorrealismo Italiano. Gonçalo Byrne, desta forma, relaciona Vítor Figueiredo com o cinema neorrealista, mas de igual forma o identifica com o grande e deslumbrante cinema americano das décadas de 1940 e 1950, que coexistiu com esta tendência mediterrânica (Neorrealismo Italiano).

⁶¹ Transcrição de Entrevista a Gonçalo Byrne, Apêndice 3.

2.5 | Vítor Figueiredo, colega e amigo

Com base na apreciação das deposições existentes na publicação *Percursos de Carreira* (Pinto, 1994, in Arenga, 2012), de alguns arquitetos que acompanharam o Vítor Figueiredo ao longo da sua vida profissional, (quer como coautores de algumas das suas obras, quer como colegas) nomeadamente: Manuel Vicente [1934-2013], Duarte Cabral de Mello [1941-2013], Gonçalo Byrne e Jorge Spencer, pode constatar-se que todos os depoimentos acerca do arquiteto vão ao encontro de uma ideia em comum: a celebração da arquitetura através de uma conversa bem travada, um debate que surge da interpelação do mundo, interrogando os seus colegas e a sua própria obra, a alegria da partilha e o intercâmbio do conhecimento adquirido. Vítor Figueiredo não gostava de falar do que sentia pela arquitetura, mas utilizava-a como instrumento para cristalizar a sua posição crítica frente à realidade que o cercava.

É salientado por Duarte Cabral de Mello, Gonçalo Byrne e Manuel Vicente o valor imensurável do contributo que Vítor Figueiredo deixou à arquitetura portuguesa, e também como a sua personalidade crítica e curiosa se envolvia na prática de uma arquitetura rica e digna de ser estudada.

Cabral de Mello e Jorge Spencer particularmente colocam outra questão em comum sobre a obra do Figueiredo, que é o despojamento de um modelo único e reconhecível por parte do arquiteto. Não se identificam traços que relacionem a sua arquitetura com alguma tendência (ou moda) identificável.

As relações que Vítor Figueiredo estabelecia não eram confinadas exclusivamente à formalidade dos cargos que ocupava para a conceção dos projetos, mas transcendia para uma relação de compromisso, partilha e envolvimento quase imediato dos projetos e das pessoas que o cercavam.

[Conversa com Gonçalo Byrne]

Tivemos oportunidade de conversar pessoalmente com o Arquiteto Gonçalo Byrne⁶², quem privou como docente com Vítor Figueiredo na escola de Coimbra e com quem conviveu como arquiteto ao longo do seu percurso profissional. A conversa abrange vários pontos que serão abordados ao longo da dissertação, é por esta razão que se falará das generalidades da conversa neste ponto e serão utilizadas, pertinentemente, algumas citações dos comentários do arquiteto Byrne.

Descrito pelo arquiteto Gonçalo Byrne como um indivíduo com uma «capacidade de intriga»⁶³ tanto naquilo que ele produzia nas pessoas como na arquitetura que projetava, o mesmo explica esta capacidade «não

⁶² Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne. Apêndice 3.

⁶³ Ibidem.

no sentido da fofoca ou do boato»⁶⁴, refere-se então àquilo que Vítor Figueiredo dizia e como o dizia, com fina ironia e bom humor negro, suscitando questões e dúvidas nas pessoas à sua volta e fazendo repensar no assunto, tornando esta personagem da arquitetura sinónimo de mistério diante dos alunos e de todo aquele que tentasse perceber a sua maneira. Na arquitetura, o arquiteto Byrne descreve esta «capacidade de intriga»⁶⁵:

«(...) [uma] capacidade fabulosa de criar tensões, que no fundo depois jogam muito bem trabalhadas nos projetos. Curiosamente ao mesmo tempo parecem projetos extremamente serenos, mas onde este potencial está todo lá dentro. É uma coisa incrível e quase impercetível» (Ibidem).

Ambiguidade é uma das palavras usadas por Gonçalo Byrne para melhor definir Figueiredo. Para nos fazer entender o porquê, fala-nos sobre o primeiro arquiteto para quem trabalhou: Leonardo Castro Freire, pertencente à *socialite* lisboeta, cujo atelier estava no Estoril. Define-o como o extremo oposto de Figueiredo, contudo ele falava com muita frequência de Castro Freire (segundo afirmou Gonçalo Byrne):

«No fundo, esta atitude do Vítor em relação às pessoas, quando eu falava nesta capacidade de intriga, ao mesmo tempo ele era um falso aristocrata. Ele dizia «mas o colega vai sujar as mãos por causa de uma coisa dessas?». No entanto, depois era o tipo mais de baixo para cima, quer dizer, é incrível. Quando ele me contou que tinha trabalhado com o Castro Freire eu não queria acreditar porque o Castro Freire era um tipo com um mundo oposto ao do Vítor. «O colega acha isso?! Hum, se calhar não é tanto», dizia ele» (Ibidem).

Refere também Byrne que, como professor, Figueiredo era «pouco ortodoxo» (aponta, de igual modo, esta característica no arquiteto Raul Hestnes Ferreira, com quem privou também como docente na faculdade de Ciências de Coimbra, junto de Figueiredo):

«Não primava pela pontualidade, tinha a sua vida e não sei o quê. Mas o que é curioso é que fazia uma espécie de conjugação com os alunos em que, apesar de tudo, eles se adaptavam, gostavam e iam às aulas porque funcionava muito bem e para mim isso era muito interessante perceber isso. De facto, o Vítor tinha essa capacidade de sentar as pessoas à volta de uma mesa, ir começando a contar histórias e ao mesmo tempo ia falando dos projetos, a seguir passava pelas mesas a falar dos projetos e tinha uma maneira muito direta e empenhada de pôr as pessoas à volta das coisas que faziam» (Ibidem).

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

CASOS DE ESTUDO: BAIRRO DE SANTA MARIA [CRE 104] E BAIRRO DA PRAGEIRA [segunda fase CPs.460]

3.1 | Bairro de Santa Maria [CRE 104]

[Enquadramento histórico e legal]

Como se contextualizou no capítulo I⁶⁶, vivia-se em Peniche no final da década de 1950 uma alarmante situação de carência habitacional, relacionada, entre outros fatores, com a deslocação da classe operária para o concelho; a dita crise prejudicava principalmente as classes menos privilegiadas da então vila de Peniche. Por esta razão, em 1959, foi realizado um estudo por parte dos funcionários do Ministério das Corporações e Previdência, através do qual se pretendia entender as condições de habitação na sede do Concelho, por meio de um inquérito, que devia ser preenchido por todos os chefes de família, como referiu Fernando Engenheiro no seu artigo (2007c).

«De entre as possíveis soluções procuradas podia evidenciar-se a construção de casas económicas em regime de propriedade resolúvel beneficiando, entre outras, das seguintes vantagens:

- a) – Após o pagamento de prestações mensais durante 25 anos a casa passaria para a posse do morador;
- b) – No caso de falecimento ou invalidez absoluta e permanente do chefe de família cessava imediatamente o pagamento das prestações» (Engenheiro, 2007c, pg.5)»

Promoveu-se este bairro como parte do programa de Casas de Renda Económica, promulgado pela Lei nº 2007, de 7 de maio de 1945, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 35611, de 25 de abril de 1946, e ao abrigo do disposto no artigo 6º desse decreto. Houve acordo entre os organismos aí previstos, que no caso em apreço foram a Câmara Municipal e as «HE», com a finalidade de colaboração na construção do bairro de Santa Maria. O acordo assinou-se a 28 de fevereiro de 1946. Os terrenos pertenciam no início à CMP; a 5 de novembro de 1974 passaram a ser propriedade da Caixa Nacional de Pensões.

Evidencia-se que o autor desta obra foi o arquiteto Vítor Figueiredo, cujo projeto data de 1968 [Fig. 60, Fig. 61].

O bairro seria construído em duas fases: «A primeira fase foi constituída por cento e quarenta e oito fogos» e a segunda, «constituída por noventa e dois fogos. (...) Depois de concluídas as obras em 18/2/1975, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Peniche



Fig. 60 |
Bairro de Santa Maria nos seus inícios,
circulação interna



Fig. 61 |
Circulação interna do conjunto na atualidade

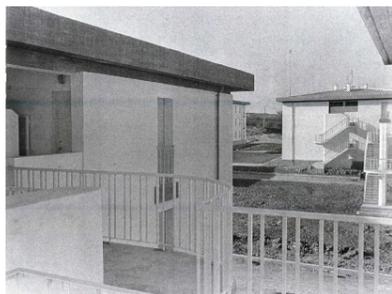
«
Não sou muito atento ao
FENÓMENO DA ARQUITECTURA,
prefiro falar-vos daquilo que afecta
o quotidiano das pessoas
»

•
VÍTOR FIGUEIREDO

66 No capítulo I, fala-se extensamente sobre o enquadramento histórico da cidade, também sobre a sua contextualização social e urbana a mediados do século XX



[a]



[b]

abriu concurso, pelo prazo de 30 dias a partir da data da publicação, para atribuição dos 240 fogos que constituíam o bairro de habitações sociais de Peniche. (...) Dias depois da Câmara Municipal tornar público o concurso para a atribuição das habitações, mais propriamente nos dias 26 e 27 de março de 1975 (quando o número de candidatos inscritos era inferior ao número de habitações a atribuir) dá-se o inesperado: o bairro é ocupado (...)» (Ibidem). [Fig. 62] O bairro foi assaltado por famílias das mais diversas classes sociais, como afirma Fernando Engenheiro, «(...) foi um verdadeiro assalto ao fortim da burocracia. Havia ocorrido mais de um ano desde que o bairro em causa, no tocante às moradias propriamente ditas, se encontrava acabado» (Ibidem), privando, desta maneira e há mais de um ano, famílias necessitadas de terem uma vivenda digna, como afirma uma das entrevistadas deste bairro:

«Na altura assaltámos o bairro porque já estava fechado há muito tempo e depois como houve o 25 de Abril, eles começaram a assaltar e como eu não tinha casa, vim também. Mas hoje em dia é minha, fui eu que a comprei. Umas são compradas e outras ainda são da segurança social»⁶⁷

Segundo referiram os entrevistados, uma vez ocupados os imóveis, os moradores passaram de arrendatários a proprietários, sendo que alguns ainda pagam renda. Dos seis moradores entrevistados, cinco deles adquiriram a habitação por assalto, entre 1974 e 1976, que ocorreu após o 25 de abril de 1974⁶⁸. Uma das entrevistadas [SM6] afirma que ocupou a casa dias depois do 25 de abril. Descreve o evento:

«Ah, pois era. Eu não sou de andar em cowboyada nem nada, mas entendi que estas casas tinham de ser nossas. Eu disse logo que se fosse presa pelo menos ia presa por esta que apanhei e pela que apanhei para a minha irmã»⁶⁹.

O marido desta moradora era pescador, mas esta não esclarece se pertenciam a alguma Caixa de Previdência, afirmando que decidiram assaltar; a moradora [SM6] ainda comenta: «(...) já estava tudo definido para os médicos e os enfermeiros que viessem de fora». Segundo afirma outro morador, «90% dos moradores entraram assim»⁷⁰; a sua esposa comenta, igualmente: «Assaltámos, mas depois começamos a pagar, como toda a gente»⁷¹. A mesma moradora [SM2M], cujo marido é pescador, refere que aguardava para lhe ser atribuída uma casa no bairro dos pescadores da Prageira: «Eu morava numa barraquinha num quintal. A minha casa-de-banho era no quintal, não tinha duche, não tinha nada». Devido à falta de resposta, decidiram tomar de assalto essas habitações, em perfeitas condições e vazias.

67 [SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada]. Transcrição de entrevista disponível em Apêndice 5.

68 Só uma moradora adquiriu a casa posteriormente por compra a uma conhecida [SM3]

69 [SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada], entrevista em Apêndice 5.

70 [SM2, homem, 70 anos, pescador, reformado, casado], entrevista em Apêndice 5.

71 [SM2, mulher, 69 anos, operária fabril no ramo das conservas, reformada, casada], entrevista em Apêndice 5.

Como era evidente, a ocupação repentina alterou todas as bases que se tinham definido para a conceção do bairro, segundo a caracterização dos futuros moradores, já que passou a ser habitado pelas mais variadas classes e não só pelo setor menos favorecido, para o qual teria sido projetado: famílias que viviam em boas condições abandonaram as suas habitações para se apropriarem das deste conjunto; famílias com habitações atribuídas por concurso ficaram sem elas; outras teriam ficado com uma habitação que não se adequava às suas necessidades (Engenheiro, 2007c). Por este motivo, questiona-se se esta poderia ser em parte a razão pela qual todos os entrevistados deste conjunto fizeram transformações na sua vivenda, tomando em consideração que Vítor Figueiredo teria projetado os fogos para uma população específica, pessoas de baixo estrato social, lembrando que foram realizados inquéritos em 1959 sobre as condições da habitação. No momento do assalto, apesar de as habitações estarem acabadas, os exteriores, como equipamentos e a calçada, seriam arranjados apenas posteriormente ao assalto, como afirma moradora do fogo SM6⁷², a respeito dos acessos:

«As estradas eram todas em barro, a gente patinava por aí fora. Ao fim de anos é que arranjaram isto».

O autor refere igualmente (Engenheiro, 2007c) que, a partir de 23 de abril de 1991, o bairro seria designado pela CMP como Bairro de Santa Maria, antes conhecido popularmente como *Bairro da Caixa*; igualmente teria sido reconhecido como *Bairro do IGFSS*⁷³, sendo conhecido entre seus moradores como *Bairro da Caixa*.

[Local]

[Fig. 63] O conjunto de habitação plurifamiliar encontra-se localizado na atual freguesia de Peniche (antiga freguesia da Ajuda), a norte da península e a poente do canal que a divide; localiza-se pois na zona outrora amuralhada, designada como a *vila de Peniche de Cima*. Desde os seus inícios, a trama urbana de Peniche definiu-se, e define-se, claramente por dois aglomerados urbanos, um a norte (*Peniche de Cima*), de caráter residencial e de serviços e outro a sul da Península (*Peniche de Baixo*), de caráter comercial, visto que, nesta área, se encontra localizada a zona portuária de Peniche. Ambos os aglomerados se desenvolveram nas adjacências dos Portos de Areia Norte e Sul. Nestes dois extremos, encontram-se as principais portas da cidade, que conectam transversalmente a freguesia entre si, através do fosso que a divide. [Fig. 64]

O Bairro de Santa Maria encontra-se, pois, numa posição vantajosa, próximo do acesso rodoviário ou porta de *Peniche de cima*, que liga a zona norte da Península com o istmo e demais freguesias, sendo a primeira passagem rodoviária existente da Península. [Fig. 65] Pode verificar-se



Fig. 64 | Aglomerados urbanos (Norte e Sul) e localização do conjunto na península



Fig. 65 | Enquadramento do terreno no Plano Geral de Urbanização de Peniche, 1942

72 Transcrição de entrevista a [SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada]. Apêndice 5.

73 Instituto que geriu o bairro de Santa Maria, passando recentemente (2016) a ser gerido pelo IHRU



Fig. 66 |
Enquadramento urbano do conjunto [CRE 104]



Fig. 67 |
Vista desde R. 1º de maio, a Sul



Fig. 68 |
Vista desde R. Humberto Delgado, a Poente

ainda a existência e importância do território na trama urbana da cidade, estando já definido este espaço (ainda sem designação) no *Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche de 1942*, desenhado pelo arquiteto Paulino Montez⁷⁴. [Fig. 66] Atualmente, o conjunto de Santa Maria encontra-se limitado por dois bairros de habitação social: o bairro do Calvário⁷⁵, a norte (em verde na Fig. f) e o bairro CAR II⁷⁶, poente (em azul); a sul (em laranja) limita-se com uma faixa de comércio e habitação; a sudoeste do conjunto encontra-se situado o Hospital Gonçalves Telmo (amarelo), que, apesar de ter começado a funcionar posteriormente à construção do bairro, já se encontrava designado no *Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche de 1974*, do arquiteto antes mencionado.

Quanto a equipamentos, num contexto menos imediato, encontra-se também a sudeste o parque do Baluarte e, mais a sul, a escola básica Luís de Ataíde, mencionada por alguns dos entrevistados, pela facilidade de deslocação para levar as crianças. Relativamente à localização do bairro na cidade, duas famílias comentaram que, nos primeiros anos em que viveram no bairro, era inexistente o serviço de transportes públicos perto do conjunto⁷⁷. De igual forma, nos primórdios do bairro, até à abertura do hospital próximo, não existiam equipamentos de saúde ao alcance dos moradores. Só posteriormente, a partir da década de 1980, esta situação se altera, com a abertura do hospital e outros locais comerciais no seu contexto.

[Programa e implantação: respostas ao contexto urbano]

O vasto terreno, de configuração triangular, encontrava-se limitado quando projetado: a Nordeste e Nascente, como já referido, como bairro do Calvário; a Sul limita-se com a rua 1º de maio [Fig. 67] a Poente com a rua General Humberto Delgado⁷⁸ [Fig. 68]. Quanto ao programa, Vítor Figueiredo descreve-o da seguinte forma, na sua memória descritiva:

«Trata-se de ocupar um amplo espaço de excelente terreno, marginado por vias (existentes ou projectadas) de evidente importância no plano de arruamentos de aglomerado urbano, por forma a conseguir uma densidade elevada, nunca inferior a 200 fogos segundo a preocupação da Câmara Municipal, dada a agudíssima falta de habitações verificada localmente e a dificuldade cada vez maior em conseguir-se terrenos para construções económicas. Era pedido que as categorias I

74 Este plano não se realizou por completo. Realizaram-se trechos de algumas vias e algumas zonas definidas mantiveram as funções assinaladas pelo arquiteto, para o desenvolvimento de futuros equipamentos.

75 O bairro do Calvário é um bairro camarário de cariz social, construído em meados de século XX (entre as décadas de 50 e 60), sendo dos primeiros bairros sociais do concelho.

76 Bairro de cariz social, gerido atualmente pelo IHRU.

77 [SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada], [SM2 Entrevista [SM2, mulher, 69 anos, ex-operária fabril no ramo das conservas, reformada, casada] e [SM2, homem, 70 anos, pescador, reformado, casado] Apêndice 5.

78 Esta rua na atualidade, forma um eixo de conceção perpendicular com a estrada Marginal Norte, que corta toda a marginal da península, de norte a sul. Mudança posterior à Carta Militar de Peniche de 1965.



Fig. 63 |
Planta de localização do conjunto [CRE 104],
a Norte da Península de Peniche [Freguesia]

e II, fossem resolvidas respetivamente em 3 e 2 pisos, correspondendo a este último caso habitações de 2 andares, independentes, ainda que agrupados em banda».⁷⁹

[Fig. 69] O contexto urbano, indubitavelmente, determinou a distribuição dos blocos de habitação no conjunto. O arquiteto teve especial preocupação na integração urbana com o contexto imediato a nordeste: uma faixa de habitações geminadas pertencentes ao bairro do Calvário e habitações de dois pisos; dadas as condições degradadas destas habitações, Vítor Figueiredo preferiu não integrar diretamente os conjuntos entre si, procurando uma organização não segregadora. Teve em conta a realização de ligações pedonais e rodoviárias entre o conjunto de CRE e estas habitações existentes. Não obstante, manteve uma margem entre as habitações e os limites do terreno. A nível espacial, para manter uma coerência com o contexto, utilizou os blocos da categoria II de 2 pisos, na faixa limite nordeste, como elemento de transição entre as habitações existentes de 1 e 2 pisos e os blocos de categoria I, de três, sendo a maioria deste tipo. A intenção do arquiteto em relação às envolventes, segundo comenta na memória descritiva, era a disposição de fachadas contínuas que oferecessem certa permeabilidade, mantendo alguma relação com o contexto.

No que respeita a equipamentos dentro do conjunto, previram-se dois espaços centrais, constituídos por um parque de jogos e campos de basquetebol e patinagem.

3.1.1 | O conjunto: distribuições

[Distribuição dos edifícios e circulações]

Vítor Figueiredo decide aceitar, perante a morfologia do terreno uma diagramação ortogonal dos elementos, dispostos em faixas desalinhadas, horizontal e verticalmente. Igualmente, considerou a topografia do terreno, vendo que há blocos de diferentes alturas, nivelados pelo acesso vertical existente entre cada um deles, mantendo, não obstante, uma leitura de fachada contínua. As circulações rodoviárias, com capacidade de servir todos os blocos, articulam-se internamente. Existem cinco acessos que dão entrada ao conjunto: um a sudoeste, dois a nordeste e um a noroeste, que, em termos de projeto, parecem solucionar o problema da circulação automóvel no conjunto. Tanto as circulações rodoviárias internas, assim como os estacionamentos, foram resolvidos de maneira pragmática, de forma a alcançar todos os blocos e a criar um movimento fluido no interior do conjunto. Segundo indica Vítor Figueiredo na sua memória descritiva⁸⁰:

«O critério seguido para a circulações auto, internas, fez-se com evidentes preocupações de economia, se tivermos em conta que o “T” que drena o agrupamento mais a “marginal” situada a nordeste, servem 240 fogos, sem necessidade de mais “blocos” ou penetrações».



Fig 69 |
Planta de urbanização de Santa Maria [CRE 104]
Elementos a cor representam blocos de
habitação; categoria I são os blocos mais claros;
categoria II, os mais escuros.

79 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104.Vítor Figueiredo s/d,p.1
80 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104.Vítor Figueiredo s/d,p.3

A forma dos espaços exteriores, como estacionamento e espaços verdes, é consequência da solução arquitetónica, utilizando os vazios gerados pelo desalinhamento rítmico dos blocos [Fig. 70].

Os acessos pedonais estão definidos pelos acessos verticais entre os blocos, que marcam a entrada para as habitações e pelos vazios que percorrem o perímetro dos volumes. Os ditos espaços exteriores, como referido na sua memória descritiva:

«(...) foram estudados, repete-se, tendo em vista salvaguardar o mais possível o mau trato futuro, que a experiência nos faz recear mais do que outros perigos de menor acuidade efectiva para quem “vive” estas soluções depois de materializados no terreno»⁸¹.

[Volumetrias, tipologias e acessos verticais]

Foram planificados 240 fogos, divididos em dois tipos de blocos, antes referidos, de categorias I e II, encontrando-se 19 blocos de categoria I e 3 blocos de categoria II.

[Fig. 71] O intuito do Vítor Figueiredo quanto à volumetria do conjunto, em ambas as categorias, foi a articulação de blocos maciços através do desfasamento rítmico destes, atribuindo dinamismo ao conjunto e, ao mesmo tempo, gerando um desalinhamento das bandas contínuas, como se vê na planta de urbanização do conjunto. A respeito da volumetria do conjunto, Vítor Figueiredo refere:

«(...) a expressão que se pretendeu diferenciadas das vulgares bandas contínuas, sem contudo perder o sentido económico da construção concentrada»⁸²

Expõe também que a razão da solução esquerdo-direito foi meramente económica. A nível estrutural, os blocos são independentes; o elemento da escada funciona quase como uma junta de dilatação entre eles (na categoria I) [Fig. 72, Fig. 73]. Na fachada, assumem-se os elementos de águas pluviais, em vez de embutidos. Relativamente aos materiais e acabamentos em ambas as categorias, com fachadas em reboco, evidenciando ritmicamente os vãos exteriores. Observa-se igualmente que o telhado de quatro águas é oculto por uma platibanda na extremidade da planta de cobertura. Observa-se como medida de segurança nos nós de acesso vertical, a utilização de guardas metálicas com prumos verticais nas escadas, e uma guarda horizontal nos vãos das janelas. Vítor Figueiredo confere aos vãos das janelas, uma ênfase rítmica na fachada através das cantarias do alçado. Teve em atenção a colocação de uma porta como «ligação» ao exterior e iluminação e ventilação nos espaços que obedecem às salas dos fogos. As soluções de acabamentos e detalhes construtivos são simples e resistentes, escolhidos por questões económicas e de uso.

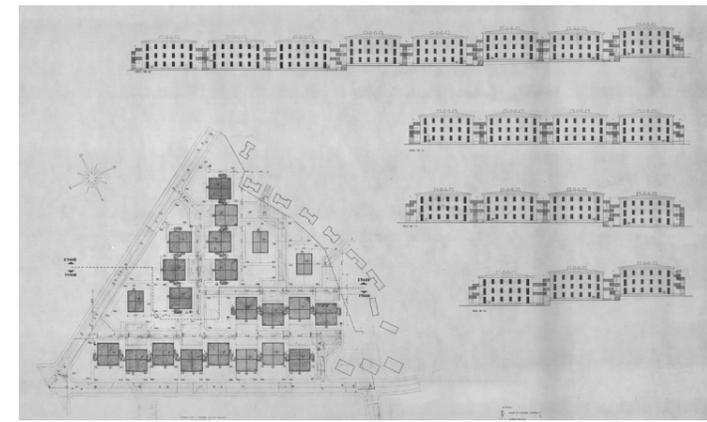


Fig 70 |
Planta do conjunto e alçados

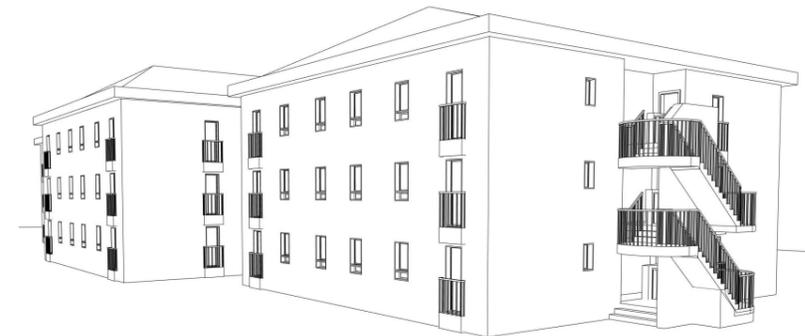


Fig. 71 |
Volumetria e percepção
| Categoria I [CRE 104]

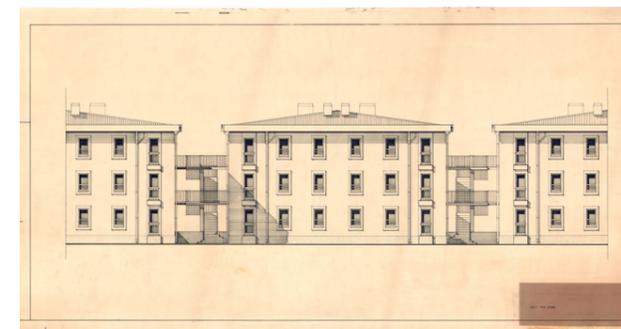


Fig 72 |
Vista anterior – Categoria I [CRE 104]

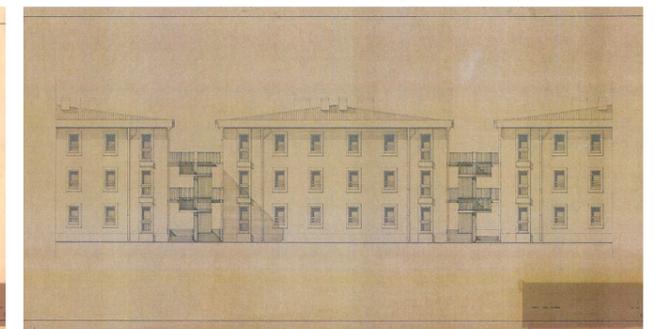


Fig 73 |
Vista posterior – Categoria I [CRE 104]

81 Ibidem, p.4

82 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo, s/d, p.3-4

Volúmetria de Blocos categoria I

Constituem-se por blocos de três pisos, com um total de 4 fogos por piso, 2 deles T2 e os outros 2 T3. Cada bloco contém um total de doze fogos, o que faz, em soma, 114 fogos T2 e 114 T3 da categoria I, em todo o conjunto. Quanto à fachada e distribuição dos fogos, os blocos são completamente simétricos [Fig. 74].

Verifica-se aqui o protagonismo concedido aos nós de acesso vertical [Fig. 75, Fig. 76, Fig. 77], como articulação entre os edifícios e como o único elemento permeável na composição do conjunto, que confere transparência e leveza entre os blocos maciços, com a intenção de, igualmente, encurtar os percursos, como refere Vítor Figueiredo na sua memória descritiva⁸³; estes nós transformam-se num elemento de passagem obrigatória, que, de alguma maneira, influencia os encontros entre os moradores. A nível de forma, em contraste com os sólidos blocos, as escadas são tratadas com sensibilidade, descobertas, esqueléticas, flutuantes, hierarquizando todas as fachadas [Fig. 78, Fig. 79].

Relativamente à solução de esquerdo-direito que se utilizou no conjunto, Vítor Figueiredo preferia a utilização de passagens ou galerias sobre esta tipologia. O próprio referiu: «(...) verdade era a galeria ser mais festiva que o esquerdo-direito possível» (Gonçalves & Santos, 1999, p.49). Apesar da sua apatia por esta resposta, procura realçar os nós de acesso vertical, escondendo os ingressos aos fogos na lateral. Esta mesma intenção – de realçar o acesso vertical na obra – observa-se nos edifícios de banda contínua do Alto do Zambujal (1974)⁸⁴, como indica a [Fig. 80], no qual o acesso vertical responde como uma intenção de corte na constância nos elementos de fachada de uma banda contínua. O próprio Vítor Figueiredo refere a intenção de criar um desafogo nos acessos verticais e «(...) com uma solução que subverte o movimento mecanicista corrente para este tipo de acesso» (Ibidem, p.52).

Volúmetria de Blocos Categoria II

São 3 blocos independentes de habitações que contêm quatro fogos de dois pisos cada um, distribuídos numa planta quadripartida; 2 deles são T3 e os outros dois, T4, fazendo um total de 6 fogos T3 e 6 T4 no conjunto. [Fig. 81] Quanto à volumetria, corresponde a um volume de menor dimensão, possui a mesma linguagem que a categoria I: é igualmente um bloco maciço, utiliza a mesma tipologia nos vãos de portas e janelas e os mesmos acabamentos, com caixilharias em madeira.

Os acessos exteriores a estes fogos são independentes, de igual maneira encontramos isolada esta categoria a nível de implantação [Fig. 82]. Não obstante, desta vez não se evidencia um elemento de



Fig. 74 |
Secção – Categoria I [CRE 104]

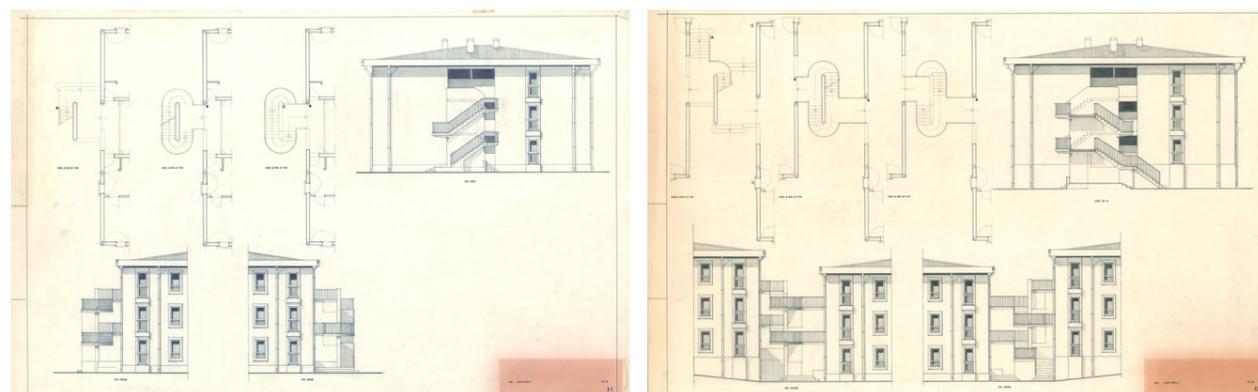


Fig. 75 |
Acesso vertical Y – Categoria I [CRE 104]

Fig. 76 |
Acesso vertical Z – Categoria I [CRE 104]



Fig. 77 |
Nó de acesso vertical e acessos comuns [CRE 104]



Fig. 78 |
Nó de acesso vertical entre dois blocos – Categoria I [CRE 104]



Fig. 79 |
Pormenor estrutural em nó de acesso vertical – Categoria I [CRE 104]



Fig. 80 |
[a] conjunto habitacional Santa Maria [CRE 104],
[b] conjunto habitacional do Alto do Zambujal

⁸³ Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo. Secção 2.3 Acessos e Circulações, s/d, p.4

⁸⁴ Obra realizada para o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), em coautoria com Duarte Cabral de Mello, Jorge Gil e Eduardo Trigo de Sousa.

transparência, mas sim um volume inexistente na categoria I, presente no alçado anterior e posterior (sendo simétricos), o qual corresponde a dois logradouros privados em cada alçado, um para cada habitação (4 logradouros por bloco), embora a leitura de dito volume corresponda a uma só peça. O arquiteto decidiu fechar este espaço parcialmente por meio de um murete, finalizando com uma pala que evidencia a entrada ao fogo e se estende sobre os respectivos acessos. Destaca-se igualmente, nos alçados anterior e posterior, a porta exterior correspondente à sala, presente na categoria I.

[Distribuição das Habitações]

Categoria I, T2 e T3

Para melhor análise das plantas, organizamos os espaços em diurnos (de serviço, cozinhar, comer, trabalhar) e noturnos ou íntimos, o que nos permite perceber a esquematização e relação dos usos nas plantas [Fig.83].

Na tipologia T2, Vítor Figueiredo divide claramente o espaço diurno em dois: a sala como espaço diurno de reunião e comer, independente, e a zona de trabalho e serviços (WC, cozinha, e lavanderia em anexo à cozinha). Nesta tipologia, encontramos a cozinha parcialmente aberta sobre uma zona de distribuição, entendendo que não se fechou a cozinha para não confinar demasiado os espaços, já limitados. Há uma preocupação em conferir luz natural aos espaços noturnos e à sala como área comum, também à cozinha, por meio da lavanderia. Um elemento de destaque é uma saleta, com dimensões superiores a um corredor, que dá acesso a um dos quartos e ao WC, à qual o arquiteto não atribui função alguma, mas com características para ser mais um local de dormir ou a possibilidade⁸⁶ «[d]a individualização da tão desejada saleta encerrada, que a economia de custo nem sempre permite», oferecendo ao morador a possibilidade de reinterpretar o espaço de acordo com as suas necessidades.

Já na tipologia T3, o espaço de sala e reunião representa a única zona aberta que comunica a área diurna de serviços e a área noturna. Nesta tipologia, fecha-se a cozinha e o espaço sem funções existente no T2 converte-se na extensão da sala como corredor. Vemos que no T3, não existe a solução da saleta.

Se compararmos o projeto com o estudo prévio e esquemático do bloco desta categoria [Apêndice 1], notamos que foi no projeto posterior que o arquiteto resolveu a forma do corpo de circulação vertical; verificando também posteriormente, no projeto final, o surgimento de uma espécie de vestíbulo que determina o acesso ao fogo; também observamos que a solução da saleta fechada do T2 aparece posteriormente ao estúdio prévio. Observamos que foram detalhes sensíveis que terão aparecido após a definição do programa e distribuição dos espaços.

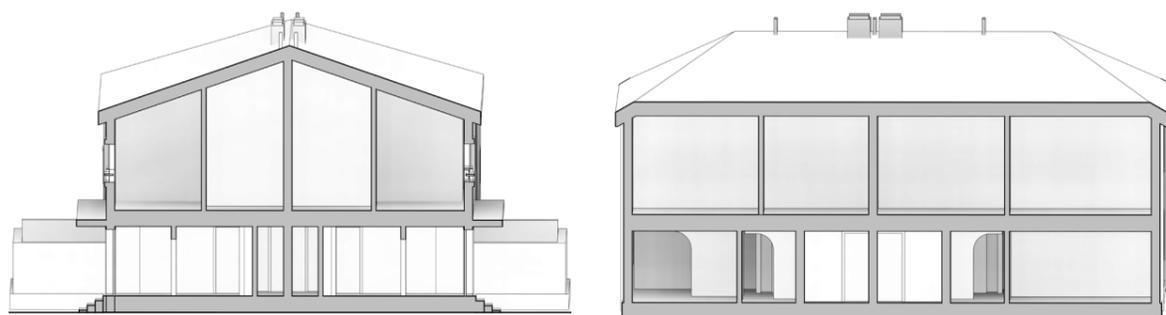


Fig. 81⁸⁵ |
Secções transversal e longitudinal – Categoria II
[CRE 104]

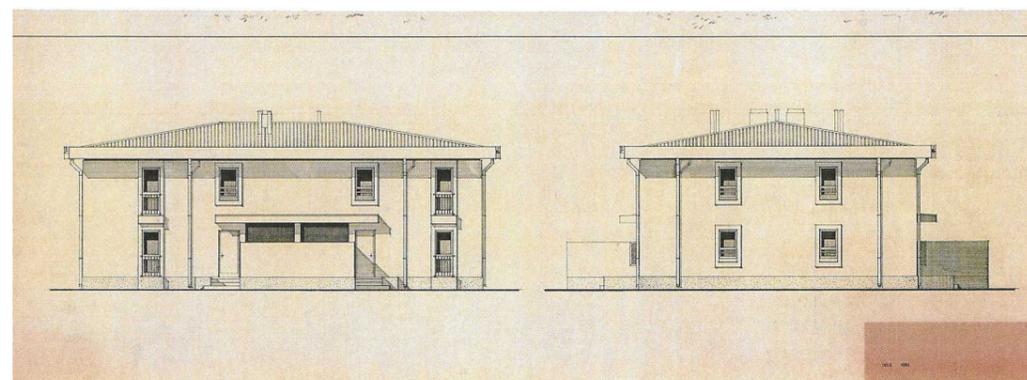


Fig. 82 |
Vistas – Categoria II [CRE 104]

85 Planta correspondente a este corte, em Apêndice

86 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo, s/d, p.6



Planta tipo

Legenda de usos:

- Circulação / acessos
- Zona diurna (reunião)
- Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
- Zona diurna (quarto de lavar)
- Zona diurna (espaço supérfluo)
- Serviços (WC)
- Zona noturna

Legenda T2:

1. Acesso/sala (4,2 m²)
2. Sala (10,2 m²)
3. Circulação integrada na cozinha (4,1 m²)
4. Cozinha (7,8 m²)
5. Quarto de lavar (2,8 m²)
6. WC (2,8 m²)
7. Espaço supérfluo (4,6 m²)
8. Quarto (8,4 m²)
9. Quarto (9,4m²)

Legenda T3:

1. Acesso/sala (1,3 m²)
2. Sala (12,4 m²)
3. Cozinha (7,5 m²)
4. Quarto de lavar (2,8 m²)
5. WC (2,8 m²)
6. Circulação (4,5 m²)
7. Quarto (10,8 m²)
8. Quarto (9,3 m²)
9. Quarto (9,7 m²)



Fig. 83 |
Planta tipo de Categoria I [CRE 104] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice I.

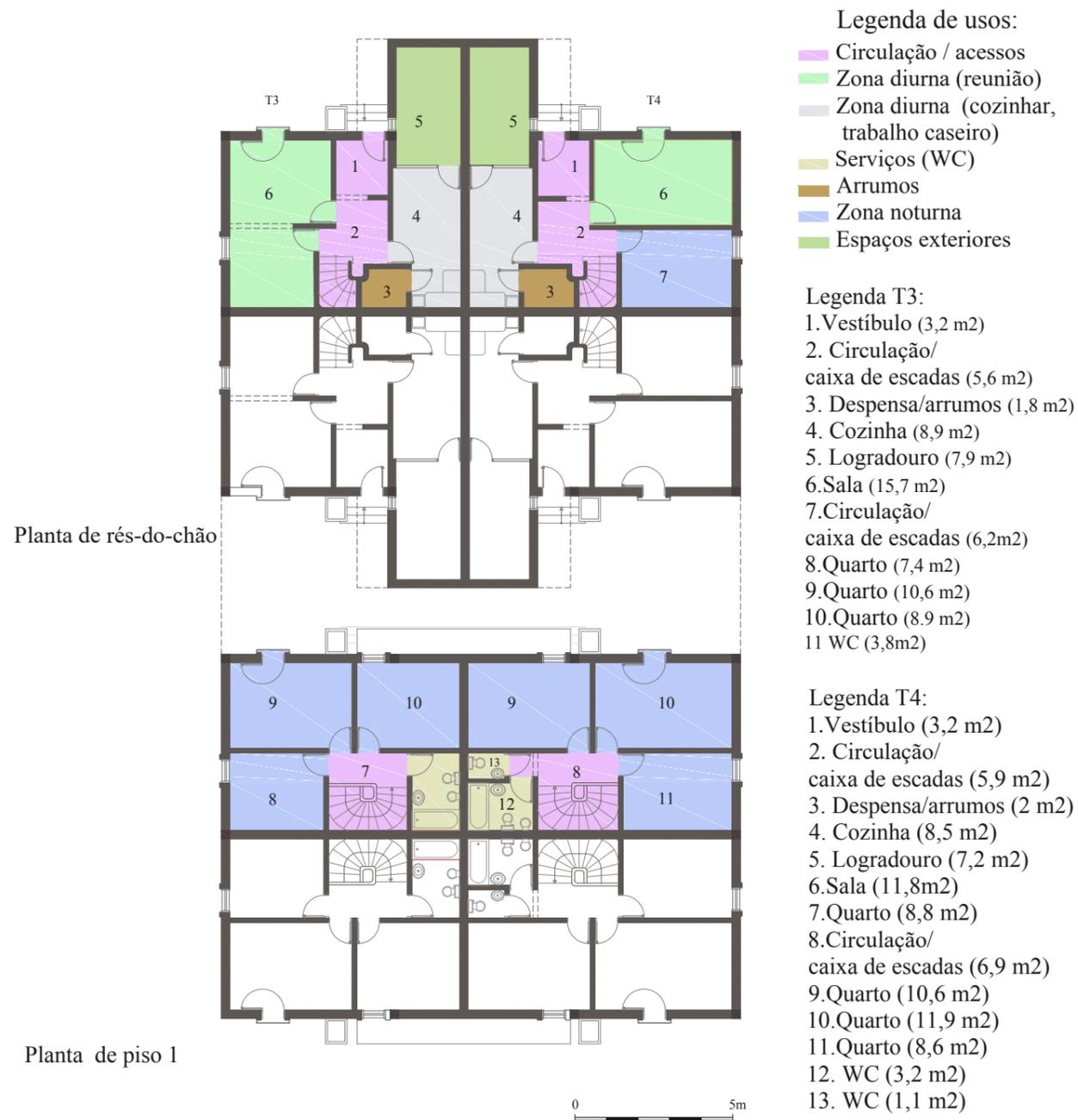


Fig. 84 | Planta tipo de Categoria II [CRE 104] – representação de acordo com os usos dos espaços, elaborada a partir da planta original, do Apêndice I.

[Fig. 84] Para a habitação T3 desta categoria [II] –de dois pisos –accede-se a partir do rés-do-chão por um vestíbulo, separado das demais funções, que levava ao acesso vertical interior e aos demais usos. Os espaços do acesso vertical e de circulação à sua volta comportam-se como espaços organizadores da planta, através dos quais se dispõem as divisões radialmente. Relativamente à distribuição dos usos, observa-se que a zona central da planta, composta pelo vestíbulo e a caixa de escadas, divide o espaço em dois: num lado, a sala como espaço diurno de reunião e refeições, e por outro lado, a zona de serviços e exteriores, definida pela cozinha, a qual dá acesso a uma pequena despensa e ao logradouro privado. A sala encontra-se parcialmente dividida por um arco em dois espaços, definindo zona de reunião e zona de refeições, mas ao mesmo tempo parece deixar em aberto uma possível redução da sala e a conceção de um novo espaço. No piso superior, encontra-se a zona noturna ou íntima, a área em torno à circulação vertical funciona novamente como espaço de ligação entre os quartos e o único WC.

No T4, o rés-do-chão obedece à mesma organização dos espaços ao redor do núcleo de acesso vertical vista no T3, sendo que, o segundo compartimento que é atribuído à sala no T3, nesta tipologia corresponde a um espaço independente da sala, um quarto suplementar no rés-do-chão. O piso superior comporta-se da mesma maneira que no T3, com a diferença que o espaço que corresponde ao WC no T3, corresponde a dois WC, um completo e um de serviço.

3.1.2 | Comparação do projeto de 1968 [CRE 104] com o de 1961 [100 habitações]

O projeto de 1961 foi concebido igualmente para as Casas de Renda Económica, como uma primeira proposta para este terreno. Os alinhamentos para a realização deste projeto foram certamente outros, começando pelo facto de serem projetados somente 100 fogos (o nosso objeto de estudo, [CRE 104] de 1968, teria 240). Apesar de as respostas serem muito diferentes, há em ambas as soluções urbanas uma mesma preocupação em responder à topografia e às construções no enquadramento urbano, a nordeste, de um piso. [Fig. 85] Enquanto na obra de 1968 se soluciona a distribuição por meio de blocos maciços, dispostos em *bandas desalinhas* através de um eixo ortogonal, que delineiam os espaços de permanência e estacionamento, existindo diversos acesso de entrada ao conjunto, no primeiro projeto existe um espaço central, sendo «criados quatro locais de interesse generalizado, modelando pequenos escalões de duas a três dezenas de famílias (...) francamente vinculados por um amplo espaço central e por um esquema viário extremamente simplificado»⁸⁷. Nesta solução (de 1961), utiliza-se a área central como elemento de

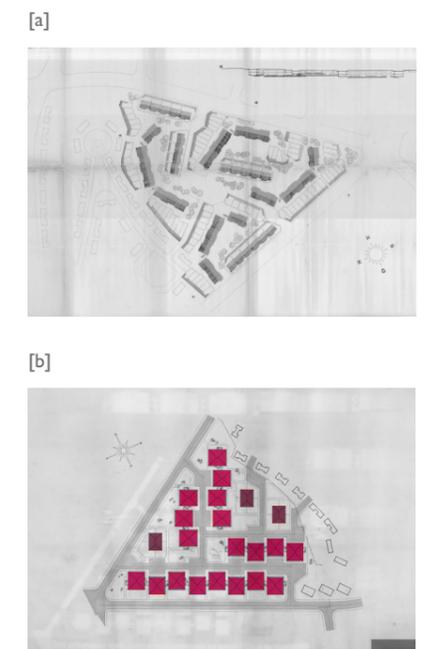


Fig. 85 | Figura superior: Planta de urbanização do agrupamento de 100 habitações, 1961 [a]; Figura inferior: Planta de urbanização de CRE 104 [b]

⁸⁷ Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo, s/d, p.6

ordenamento e hierarquia dos espaços, relativamente à organização das bandas de habitação; as bandas dispõem-se em torno deste espaço central, adaptando-se em todos os perímetros do terreno. Relativamente à resposta urbana dada às construções de um piso, que limitam com o conjunto a nordeste do terreno, no projeto de 1961 o arquiteto responde à faixa limite por meio de logradouros incluídos no programa, definindo e separando claramente o conjunto; no projeto posterior, aceita o contexto sem fechar o limite, respondendo às construções vizinhas com blocos retirados e de menor altura.

Quanto às volumetrias, em comparação com a solução posterior de blocos, que atendem mais do dobro dos fogos do projeto anterior e, para além disso, se dividem em três pisos, com acessos mais restritos e maior privacidade, o projeto de 1961 trata de distribuir 100 fogos em duas tipologias em banda: habitações de um piso formadas por fogos de 5 e 6 T3 e de dois pisos constituídas por fogos T2, T3 e T4 [Fig. 86]; encontramos logradouros privados nas habitações de um piso e baterias de logradouros independentes distribuídos pelo conjunto, como se podem verificar na maquete [Fig. 87]. As tipologias encontram-se bem diferenciadas: as de um piso, logradouro privado, procurando-se que haja uma comunicação interior-exterior através de uma entrada de serviço; quanto à forma, estas bandas estão projetadas em dentes de serra para maior privacidade no acesso ao fogo. Na solução de dois pisos, responde-se por meio de um sistema de galerias que comunica com os fogos e acesso vertical lateral.

Em suma, relativamente ao projeto de 1961, podemos dizer que, tomando em conta a divergência nos programas de ambos os projetos, estas soluções de distribuição e disposição dos fogos, assim como a conceção de volumetrias e acessos às habitações, comparativamente com as posteriores, sugerem maior convívio e encontros entre os vizinhos, assim como uma arquitetura focalizada numa vida rural e comunitária; não obstante, verifica-se o mesmo cuidado na integração urbana e na previsão de espaços de recreio.

3.1.3 | Da obra: conclusões

Da obra, pode destacar-se o cuidado no que respeita à implantação no meio urbano e a sensibilidade com que se respondeu ao contexto imediato, sobretudo, aos edifícios a nordeste, respondendo com tipologias de escala semelhante [categoria II] à do contexto. Uma constante nesta obra e nas demais visitadas e de cariz social projetadas pelo arquiteto é a preocupação de *desestigmatizar* o conceito de habitação social, sendo que o próprio Vítor Figueiredo referia: «Sempre procurei estar atento às formas mais subtis de segregação» (Gonçalves & Santos, 1999, p.48). Neste sentido, G. Byrne comenta:

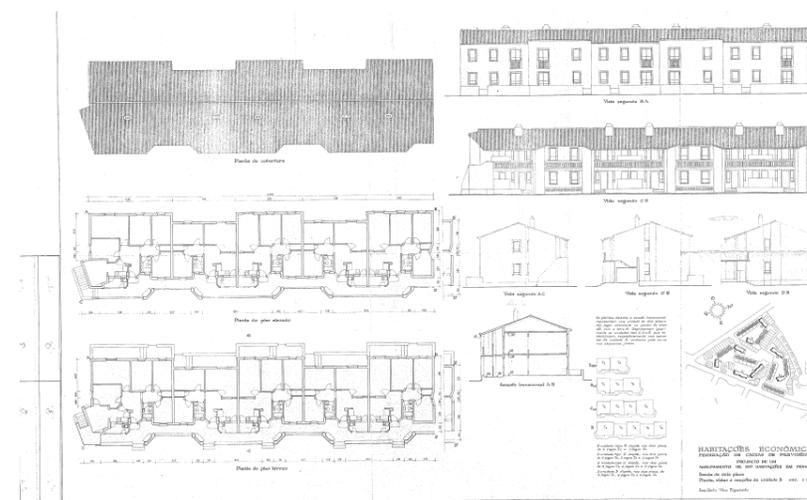


Fig. 86 | Plantas, secção, vistas de banda de dois pisos - Unidade B [100 habitações]

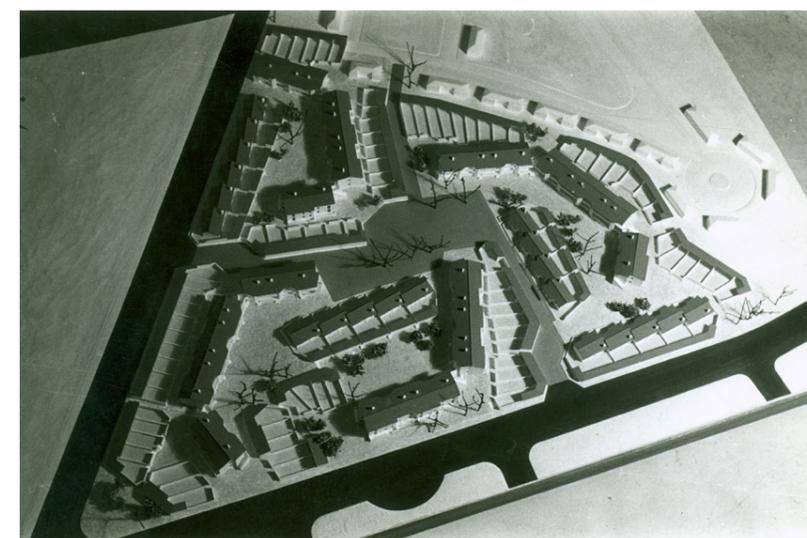


Fig. 87 | Maquete do conjunto [100 habitações]

«Quer dizer, a propósito da habitação social o Vítor costumava dizer «porque é que os pobrezinhos hão de ter casas para pobrezinhos? Nós fazemos casas para ricos, quer eles sejam ricos ou quer eles sejam pobres»

Sendo notável esta preocupação na utilização dos recursos ao seu alcance, no caso de Santa Maria, essa intenção traduz-se num acesso vertical folgado, no espaço sem função na habitação, ou até na maneira inteligente como dispõe os edifícios dentro do conjunto, a riqueza espacial dos acessos verticais e a maneira como dignifica os espaços, sendo humanos, sem importar a classe social. Mais detalhadamente, observamos esta intenção na disposição dos blocos de categoria I no conjunto, que, apesar de serem peças protótipos, são articuladas de maneira dinâmica por nós de acesso vertical, gerando espaços de acesso, recreio e estacionamento. Esta intenção verifica-se também na conceção dos ditos nós e na relevância que lhes dá no conjunto, destacando-se pela sua forma escultórica e unificando as fachadas. A maneira como estes nós articulam as peças e marcam os acessos às habitações concede-lhes o papel de pontos de passagem e de encontro social entre moradores, sendo que cada nó dá acesso unicamente a seis fogos, o que confere também certa exclusividade e mesmo privacidade e familiaridade ao quotidiano dos usuários.

Outro ponto a destacar é a preocupação pelo estado futuro dos edifícios e espaços comuns, o que determina a escolha de materiais simples e acabamentos de baixa manutenção, pensando na durabilidade e resistência.

Relativamente às tipologias, enquanto os blocos de categoria I se encontram ligados por nós de acesso vertical, encontramos os de categoria II como espaços isolados, com acessos independentes. Quanto à distribuição interna dos fogos, apontamos como constante no conjunto um pequeno vestíbulo e a inexistência do corredor, conectando-se os espaços entre si através de um «circuito»⁸⁸ (Gonçalves & Santos, 1999, p.48), lembrando uma arquitetura neoclássica; neste sentido, Gonçalo Byrne comenta:

«É curioso que muitas das plantas das casas do Vítor remetem para uma coisa que eu chamo de constante arquitetura palaciana, sobretudo a partir do barroco, que se vê através de não haver corredores (...) Eu acho que o Vítor trabalha muito este tipo de espaços. Agora, o que é absolutamente ambíguo e paradoxal é que ele trabalha esse espaço não no palácio, mas na pequeníssima casa da «célula habitativa». De facto, esse pequeno mundo é um mundo onde, se houver hierarquias, são as pessoas que habitam que criam essas hierarquias»⁸⁹.

Outra constante que se verifica nos fogos T2 é a presença de um espaço fechado sem função determinada, um espaço mais no programa,

que o arquiteto denomina de «supérfluo» (Gonçalves & Santos, 1999, p.48), permitindo a reapropriação por parte do usuário de acordo com as suas necessidades, contradizendo o movimento moderno e a arquitetura de mínimos, onde cada espaço cumpre uma função específica. O T4 apresenta um dos quartos junto aos serviços na planta térrea, como um «local de dormir suplementar»⁹⁰. É nestes espaços que Vítor Figueiredo assume o papel de arquiteto anónimo, permitindo a reapropriação do espaço. Nas palavras de Byrne:

«Não é o espaço que pretende desenhar as hierarquias, o espaço está em aberto ao uso e, se houver hierarquias, elas são resultado da apropriação das pessoas. De certo modo e nesse aspeto, o espaço é mais neutro, não anda à procura do recorte ou da função»

3.1.4 | Do uso, a reapropriação do espaço: linhas socio-demográficas atuais

[Sociografia do bairro de Santa Maria]

[Quadro A4.5, Apêndice 4] Verifica-se, no conjunto, uma população de 286 habitantes⁹¹, dos quais 132 são homens e 154 mulheres. Da população total do bairro, podemos dizer que 28 são crianças com menos de 13 anos, 202 concentram-se entre os 15 e 65 anos (idade ativa) e 56 deles encontram-se com mais de 65 anos.

Os 286 habitantes encontram-se distribuídos por 88 núcleos familiares, num total de 109 famílias, das quais 7 são constituídas por mais de 4 moradores, 44 são compostas por 3 a 4 pessoas e 58 famílias são formadas por 1 a 2 pessoas.

Podemos deduzir, neste sentido, que a taxa de envelhecimento no conjunto ronda os 200%, valor claramente acima quer da média nacional, quer do concelho de Peniche (145,9%), o que nos remeterá forçosamente para a não renovação das gerações e para um potencial de isolamento social muito forte no contexto em análise. Constatam-se 135 alojamentos para esta subsecção estatística, dos quais 14 estão vagos, 87 ocupados em regime de propriedade e 17 arrendados, o que nos leva a levantar a hipótese de que, associado a um sentimento de pertença muito forte, se encontra um sentimento de propriedade também muito forte. Aquilo que começou por ser habitação económica no quadro do arrendamento social transformou-se, para a maioria dos moradores, em habitação económica num quadro de propriedade. Em termos qualificacionais, a população do bairro de Santa Maria apresenta a mesma fragilidade que tínhamos já apontado para o concelho de Peniche. Na verdade, mais de 71% da população tem

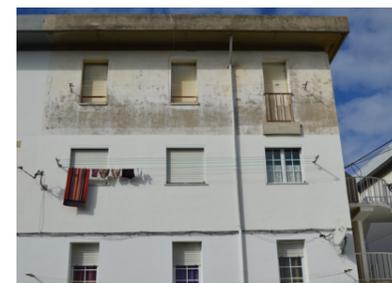


Fig. 88 | Apropriação de fachadas – Blocos de categoria I [CRE 104]

90 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo, s/d, p.6

91 Como já tivemos oportunidade de referenciar, utilizamos os dados dos censos de 2011, desagregados até à subsecção estatística. No caso deste bairro, decidiu-se estudar unicamente uma subsecção [10140100703], na medida em que os dados associados às outras subsecções estatísticas nas quais o bairro se enquadra, continham também dados populacionais que nada têm a ver com o bairro.

88 «Sempre procurei que houvesse um “circuito” nas casas, era só mais uma porta».

89 Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne (janeiro, 2017). Apêndice 3.



apenas o ensino básico, sendo seguida do ensino secundário. Concluímos ainda que apenas 3 indivíduos, num universo de 286, frequentaram o ensino superior. Esta fragilidade cultural em termos qualificacionais tem obviamente consequências no que se refere à inscrição no mercado de trabalho.

Com efeito, 44,4% de população do conjunto não tem atividade económica. Consideramos dentro desse grupo os indivíduos que são reformados e que correspondem a 73%.

Dos indivíduos que têm atividade económica e que correspondem a 35% do universo do bairro, e contrariamente aos números de meados do século XX, apenas 11,8% permanecem ligados ao setor primário, sendo que os restantes se dividem entre o setor secundário e o terciário, tendo este último alguma preponderância.

De alguma maneira, os indivíduos que tivemos oportunidade de entrevistar no bairro de Santa Maria, enquadram-se nas características sociográficas gerais do bairro. Na verdade, os agregados familiares são compostos principalmente apenas pelo casal [SM1, SM2, SM4 e SM5]. Existe um caso de uma família nuclear, onde habita o casal e o filho [SM3] e um outro caso de uma família unitária, em que a entrevistada vive sozinha [SM6]. As famílias variam entre 1 e 3 elementos. Na altura da ocupação do bairro, os agregados eram mais numerosos, compostos por famílias nucleares [pais + filhos], que variavam entre 3 a 7 elementos.

Encontramo-nos, nas entrevistas, com uma maioria de moradores numa faixa etária superior aos 60 anos, à exceção de uma entrevistada que tem 51 anos [SM3]. Verifica-se que estão todos reformados, sendo apenas os filhos os únicos que continuam a trabalhar, à exceção da entrevistada mais nova [SM3]. As suas carreiras profissionais têm passagem por várias áreas. Alguns entrevistados trabalhavam no ramo da pesca e da conserva; uma entrevistada trabalhou essencialmente em restauração [SM6]; uma outra entrevistada trabalhava numa escola e o seu marido (já falecido) como pescador [SM4]; a mãe de uma entrevistada era costureira [SM3].

[A reapropriação dos espaços comuns e fachadas]

Observa-se, nas fachadas da categoria I, a individualização do espaço, por meio de pinturas, revestimento de fachadas e colocação de vãos diferentes aos estandardizados. Vemos como constante no conjunto, a substituição de caixilhos e portas, originalmente de maneira, por caixilhos metálicos e portas de outros materiais [Fig. 88].

[Fig. 89] Verificam-se três constantes nas transformações dos nós de acesso vertical: a utilização do espaço residual do nó como quarto de arrumos; a utilização da sua estrutura como apoio para privatizar os acessos, evitando a passagem dos moradores entre os corredores do rés-do-chão, e a apropriação deste como extensão do fogo.

Encontramos, igualmente, diversas formas de apropriação dos espaços comuns entre os fogos, como por exemplo: a privatização do corredor de acesso aos fogos; a fragmentação do corredor entre os dois fogos, por meio de um murete; outro exemplo é a apropriação do corredor que antecede o acesso ao fogo, privatizando-o como parte da habitação [Fig. 90; Fig. 91]. Estas reapropriações por parte dos moradores, modificam e diversificam por completo a leitura das fachadas laterais, eliminando, em alguns casos, a zona comum de acesso entre os fogos. Observou-se, igualmente, a privatização do acesso a um sótão comunitário na zona de ingresso aos fogos do último piso, através do encerramento deste e abertura do mesmo no interior do fogo do morador (sendo este o caso da moradora SM6⁹²).

Nos blocos da categoria II, a reapropriação é evidentemente exclusivista. A tipologia deste espaço é de habitações independentes, em contraste com as habitações multifamiliares em altura que representa a categoria I. Os blocos alojam quatro famílias cada um, encontrando-se diferenciados dos restantes na planta conjunto. Denota-se, por parte dos moradores, uma rejeição à integração no conjunto, evidenciando-se, através do levantamento de muros, a privatização de espaços exteriores. Marca-se igualmente uma diferenciação económica e social através da utilização de materiais e elementos decorativos nos exteriores [Fig. 92; Fig. 93]. Curiosamente, esta individualização é mais notória no bloco a Poente [Fig. 94], enquanto nos dois restantes, que limitam com o bairro do Calvário, a Nordeste, a diferenciação é menos abrupta, parecendo responder com uma linguagem semelhante ao contexto, integrando-se a este visualmente, apesar de se notar uma privatização do terreno exterior. [Fig. 95].

Os moradores desta categoria assumem «divorciar-se» do conjunto, partilhando unicamente os acessos ao bairro. [Fig. 96] Podemos observar, como constante, que todos os moradores destas habitações subiram o murete do espaço de logradouro, cobrindo igualmente o espaço por meio da extensão da pala que marca o acesso, transformando-o em anexo; em alguns casos, gera-se, como consequência, uma varanda no piso superior. A apropriação do logradouro como anexo foi observada nos 3 blocos existentes desta tipologia.

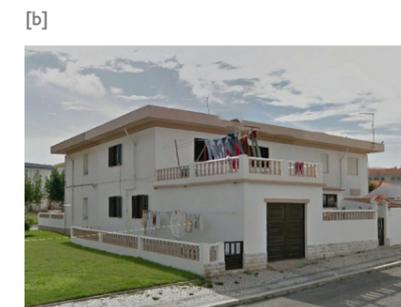


Fig. 89 | Diferentes casos de apropriação dos nós de acesso vertical – Blocos de categoria I [CRE 104]

Fig. 96 | Diferentes intervenções do logradouro feitas pelos moradores em blocos de categoria II [CRE 104]

92 Transcrição de entrevista [SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada]. Apêndice 5.



Fig. 90 |
Apropriação do corredor de ingresso como extensão da habitação – Categoria I [CRE 104]



Fig. 91 |
Divisão e privatização do corredor de ingresso às habitações [CRE 104]



Fig. 92 |
Bloco de categoria II a Sul do conjunto [CRE 104]



Fig. 93 |
Bloco de categoria II a Nordeste do conjunto [CRE 104]



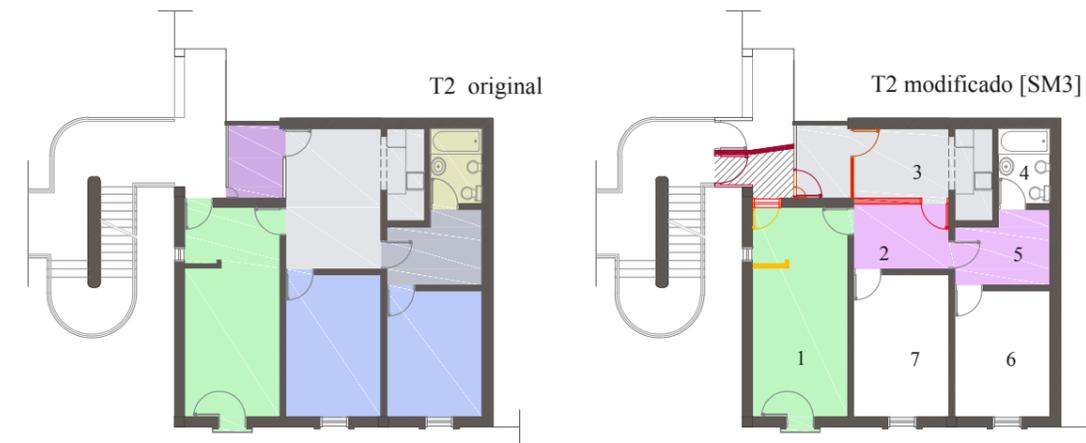
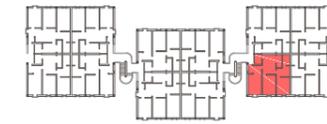
Fig. 94 |
Relação entre bloco de categoria II (à esquerda na fotografia) e contexto urbano a Poente do conjunto (Rua Humberto Delgado)



Fig. 95 |
Relação entre bloco de categoria II [CRE 104] (à esquerda) e contexto urbano a Nordeste do conjunto (habitações de um piso, B. do Calvário)

[A reapropriação das habitações
| T2:SM3, SM4⁹³, SM5 | T3:SM2,SM6⁹⁴]

Categoria I



- Modificação:
- Construído pelo morador
 - Demolido pelo morador
 - Construído por anterior morador
 - Demolido por anterior morador
 - Espaço exterior privatizado

- Legenda de usos:
- Circulação / acessos
 - Zona diurna (reunião)
 - Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 - Zona diurna (quarto de lavar)
 - Espaço supérfluo
 - Serviços (WC)
 - Zona noturna

- Legenda T2 [SM3]:
1. Sala (13,7 m²)
 2. Circulação (4,1 m²)
 3. Cozinha (10 m²)
 4. WC (2,8 m²)
 5. Espaço supérfluo utilizado como corredor (4,6 m²)
 6. Quarto (8,4 m²)
 7. Quarto (9,4m²)

Fig. 97 |
Planta de fogo SM3, T2, categoria I
| 3 moradores [CRE 104]

93 Não existe levantamento do fogo, só referência das modificações feitas através de entrevista à moradora [SM4, mulher, 76 anos, funcionária na escola secundária, empregada, casada], referindo-se ao primeiro fogo onde habitaria no bairro. Atualmente habita num fogo diferente, sobre o qual não existe informação concreta. Transcrição de entrevista em Apêndice 5.

94 A apresentação do fogo SM6 é feita através de referências dadas pelo morador entrevistado



Modificação:
 ■ Construído pelo morador
 ■ Demolido pelo morador

Legenda de usos:
 ■ Circulação / acessos
 ■ Zona diurna (reunião)
 ■ Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 ■ Zona diurna (quarto de lavar)
 ■ Espaço supérfluo
 ■ Serviços (WC)
 ■ Zona noturna

Legenda T2 [SM5]:
 1. Sala (13,7 m²)
 2. Circulação (4,1 m²)
 3. Cozinha (10,7 m²)
 4. WC (2,8 m²)
 5. Espaço supérfluo utilizado como arrumos (4,6 m²)
 6. Quarto (8,4 m²)
 7. Quarto (9,4m²)

Fig. 98 |
 Planta de fogo SM5, T2, categoria I
 | 4 moradores – 2 moradores no presente [CRE 104]



Modificação:
 ■ Construído pelo morador
 ■ Demolido pelo morador

Legenda de usos:
 ■ Circulação / acessos
 ■ Zona diurna (reunião)
 ■ Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 ■ Zona diurna (quarto de lavar)
 ■ Espaço supérfluo
 ■ Serviços (WC)
 ■ Zona noturna

Legenda T3 modificado a T2 [SM2] :
 1.Sala (13,3 m²)
 2. Sala de jantar (9,5 m²)
 3. Circulação (1,7 m²)
 4. Cozinha (10,3 m²)
 5. WC (5,7 m²)
 6.Quarto (10,8 m²)
 7. Quarto (9,6 m²)

Fig. 99 |
 Planta de fogo SM2, T3 alterado para T2, - Categoria I
 | 4 moradores – 2 moradores no presente [CRE 104]



Fig. 100 |
 Planta de fogo SM6, T3, categoria I | 5 moradores
 – I moradora no presente [CRE 104]

As plantas dos fogos estudados e apresentados anteriormente encontram-se codificadas da mesma maneira que os moradores: [SM1], [SM2], [SM3], [SM4]⁹⁵, [SM5], [SM6], de acordo com a ordem em que foram feitas as entrevistas. Nas plantas reapropriadas, unicamente se destacam os compartimentos da habitação que foram modificados, diferenciando a vermelho o que foi construído e, em amarelo, o que foi demolido da habitação.

Achamos pertinente esclarecer que não tivemos oportunidade de conhecer o interior de um fogo original, já que todos os imóveis visitados foram alterados, tanto na sua distribuição interior como nos acabamentos no interior e exterior.

Para a categoria I, foram feitos 2 levantamentos de 2 dos fogos T2 [SM3, SM5] [Fig. 97; Fig. 98] e 2 de fogos T3 [SM2, SM6] [Fig. 99; Fig. 100], sendo que, em todos os fogos estudados de ambas categorias (I e II), a planta original foi intervencionada pelos moradores [Fig. 102; Fig. 103]; em todos os casos há modificação em acabamentos e materiais predefinidos [Fig. 101]. Devemos igualmente ter em conta que foram habitações tomadas de assalto antes de serem atribuídas, sendo que alguns moradores fizeram modificações em acabamentos e distribuição desde o início. Há que referir que, nos levantamentos estudados, não existe apropriação relevante do espaço comum, salvo uma exceção, SM3, cujo corredor de acesso se encontra dividido por murete [Fig. 91]. Uma característica comum em todos os T2 estudados desta categoria [SM2, SM3⁹⁶, SM5, SM6] é a apropriação do espaço anexo destinado ao estendal, integrando-o como parte da cozinha, como refere a moradora [SM5, mulher, 68 anos, conserveira, reformada, casada]⁹⁷:

«(...) dantes isto não era assim. Isto fechava ali. Ali tinha uma marquise, esta cozinha era uma cozinha pequenina»

Contrariamente, a moradora de um T2 [SM4, mulher, 76 anos, funcionária na escola secundária, empregada, casada], refere que, para a dimensão do fogo, a cozinha era grande de mais:

«Pois. A casa tinha era uma cozinha maior. As casas pequenas tinham a cozinha muito grande»

No caso dos fogos SM3, SM5, SM6 [Fig. 97; Fig. 98; Fig. 100], criou-se um acesso principal pela cozinha, encerrando o anterior acesso, que era feito pela sala, alterando como consequência a fachada de acesso à habitação; os moradores do fogo SM2 [Fig. 99] decidiram manter o acesso principal original, adicionando igualmente uma entrada de serviço pela cozinha. Segundo descreve a anterior citação e mostra a própria solução dos moradores, entendemos a importância da cozinha como espaço de



Fig. 101 |
 Acabamentos alterados por moradores
 – Categoria I, bairro de Santa Maria



Fig. 102 |
 Modificação de fachada: fechamento de acesso principal, abertura de novo acesso pela cozinha
 – Categoria I [CRE 104]



Fig. 103 |
 Fachada de acesso original – Categoria I

95 Não existe levantamento do fogo, visto que a moradora descreve o fogo onde viveu anteriormente, t2. Transcrição de entrevista disponível no Apêndice 5.

96 A reapropriação do estendal como parte da cozinha no fogo SM3 foi reliazada pelo morador anteriormente à entrevista [SM3].

97 Transcrição de entrevista em Apêndice 5.

convívio e reunião (até mais do que a própria sala), havendo uma preferência de amplitude deste espaço sobre a necessidade meramente funcional do espaço de serviço (representado pelo estendal) tendo como resultado uma cozinha, em que se propicia o trabalho e o convívio, como é recorrente na arquitetura popular portuguesa, existindo, de facto, uma preferência do acesso pela cozinha, em vez da sala. Podemos destacar igualmente a eliminação do vestíbulo, como uma constante nos casos de estudo desta categoria, optando por uma sala fluida. Contraditoriamente, a moradora do fogo SM3, que viria a habitar o imóvel com a cozinha já intervencionada, como anteriormente exposto, decidiu encerrar este espaço (a cozinha) que Vítor Figueiredo teria disposto aberto como parte do circuito entre os espaços diurnos e noturnos; através do fecho desta área, gera-se um espaço fechado central de distribuição, que a moradora designou de «hall»⁹⁸, usufruindo dele com esse intuito [Fig. 97]

Quanto às transformações nos usos, destacamos nos fogos SM2 [T3] [Fig. 99] e SM4 [T2]⁹⁹ a mesma intenção: a transformação de um espaço noturno (quarto) em espaço diurno de convívio. Estas mudanças, em ambos os casos, devem-se à diminuição do número de moradores no imóvel, o que permitiu a ampliação dos espaços diurnos de convívio. Esta reinterpretção já seria assumida por Vítor Figueiredo, como refere na memória descritiva deste conjunto:

«Ambos os fogos da Categoria I oferecem uma organização muito elástica, permitindo, como é evidente, melhor fruição à medida que a densidade de ocupação diminui»¹⁰⁰.

Quanto à pequena saleta existente nos fogos T2, referente à interpretação nos casos de estudo, não verificamos um uso específico para este espaço; no fogo SM3 foi usado unicamente como um corredor, sem nenhuma função extra [Fig. 97], enquanto no fogo SM5 [Fig. 98], além de zona de circulação, os moradores designaram o espaço como arrumos, atribuindo-lhe a função necessária para a família. Era, precisamente, esta a intenção do arquiteto e, a respeito deste espaço, comenta (Gonçalves & Santos, 1999, p.48):

«(...) Nunca acreditei muito que um compartimento, por ligeiro aumento de área, pudesse ter multifunções. Acreditei sim, e procurei espaço extra que, por supérfluos, redimem e acrescentam alguma coisa àquele mundo de mínimos»

Assim, relativamente aos usos atribuídos aos espaços, esta obra está definida desde a sua fase de projeto como a afirmação de uma futura adaptação, parecendo que o arquiteto deixa propositadamente «partes incompletas»¹⁰¹ que os moradores devem assumir e completar, confirmando-se o seu papel anónimo na obra.

98 Transcrição de entrevista [SM3, mulher, 51 atadeira, empregada, casada], Apêndice 5.

99 Referido pela moradora em entrevista, visto não ter tido possibilidade de realizar o levantamento deste imóvel.

100 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo. Vítor Figueiredo, s/d, P.6.

101 Referindo-nos com esta expressão a zonas sem uso definido, sem imposição de nenhum tipo.

[A reapropriação da habitação | T4: SM1]

Categoria II



Fig. 104 | Planta de fogo SM1, T4-T3, categoria II [CRE 104]

[Fig. 104] Desta categoria, tivemos unicamente oportunidade de conhecer um T4, pertencente à primeira moradora entrevistada, [SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada]¹⁰². A família, composta por um casal e 3 filhos, ocupava três quartos do primeiro piso, eliminando o WC de apoio, referindo que « (...) [e]sse era muito pequenino, nem dava para a gente lá entrar» (obtendo um único WC, mais amplo) e utilizando o «local de dormir suplementar»¹⁰³ da planta térrea referido por Vítor Figueiredo, como espaço diurno: uma sala de jantar como parte da sala, transformando-se num espaço só. O espaço do logradouro foi fechado na sua totalidade, sendo utilizado como quarto de arrumos. Não se registam outras modificações relevantes na distribuição.

102 Transcrição em Apêndice 5.

103 Memória descritiva e justificada do Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104. Vítor Figueiredo, s/d, p.6

[Satisfação relativamente ao imóvel]

Relativamente à estruturação dos espaços no fogo, existe uma insatisfação em todos os casos relacionada com as dimensões mínimas dos espaços diurnos, doméstico e convívio (cozinha e sala); sendo que todas as transformações estão relacionadas com a ampliação destes espaços para maior conforto (excetuando o fogo SM3); secundariamente, existem arranjos ou ampliação no WC. É curioso não existirem modificações nos espaços noturnos (apenas no quarto suplementar do fogo SM1, ao qual se deu um outro uso). Apesar das queixas, deduzimos que haja algum sentimento de pertença comunitária pelo facto de os moradores terem permanecido nestas habitações desde a ocupação (todos os moradores habitam o bairro desde os inícios, em meados da década de 70, excetuando SM3), e por terem, de facto, assumido o empreendimento das obras de melhorias nos respetivos fogos e, posteriormente, por os terem adquirido, tornando-se assim proprietários dos imóveis, todos eles. Uma vez estabelecidos, nenhum morador entrevistado tenciona sair do seu espaço que readaptou às suas necessidades.

[Redes de sociabilidade no conjunto]

Em relação às redes de sociabilidade, a moradora do fogo SM5 refere a dificuldade inicial de convívio como consequência da ocupação por assalto, existindo moradores dos mais diversos meios; comenta igualmente que, posteriormente, houve uma adaptação e normalização do ambiente, existindo um sentimento de entreajuda. Na atualidade, de um modo geral, os entrevistados consideram que a relação entre moradores é boa, mas distante. Vivem as suas vidas afastados, no seu ambiente e sem grandes momentos de convivência e partilha do dia-a-dia. Já não acontece como antigamente, em que todos conversavam, conviviam e passavam o seu dia juntos uns com os outros, «às portas» uns dos outros. Foi possível constatar, na visita efetuada, o abandono de alguns fogos; neste sentido, a moradora do fogo SM5, refere como vários vizinhos faleceram e os imóveis ficaram nas mãos dos filhos, pelo que o convívio se torna menos frequente.

Contraditoriamente, os moradores do fogo SM2 descrevem uma relação sólida e fortificada com os vizinhos do seu bloco, sendo estes ainda os mesmos da época da tomada de assalto. Os moradores do fogo SM2 referem, igualmente, no que respeita às áreas comuns, após negociação e entendimento entre os vizinhos, que todos eles devem contribuir para a execução das obras/ manutenção/conservação, como refere [SM2, mulher, 69 anos, operária fabril no ramo das conservas, reformada, casada]¹⁰⁴:

«Por acaso, aqui nós damo-nos bem e não precisamos de condomínio. Quando tivermos de arranjar alguma coisa nós arranjamos (...) Até aqui, nas limpezas dos varandins, todos nos temos organizado»

Quanto ao relacionamento com os vizinhos de bairros próximos, como o Bairro do Calvário, a Nordeste, os moradores referem que este é quase nulo e que tendem a não conhecer os moradores deste outro bairro, ainda que não haja conflito com os mesmos. Neste aspeto, podemos afirmar que os cuidados que o arquiteto teve para com este contexto urbano se encontram refletidos numa convivência quase nula, mas presente, sem interferir nas vidas dos moradores de ambos ambientes.

Como anteriormente referido, constatou-se a presença de diversos fogos reapropriados pelos descendentes dos moradores iniciais, que, de acordo com informações dos vizinhos, teriam já falecido, e outros, em estado de deterioração. Identificamos ainda alguns fogos com traços marcantes de abandono, situação também confirmada por habitantes atuais do bairro com quem tivemos oportunidade de conversar.

¹⁰⁴ Transcrição de entrevista em Apêndice 5.

3.2 | Bairro da Prageira [CPs. 460]

[Enquadramento histórico e legal]

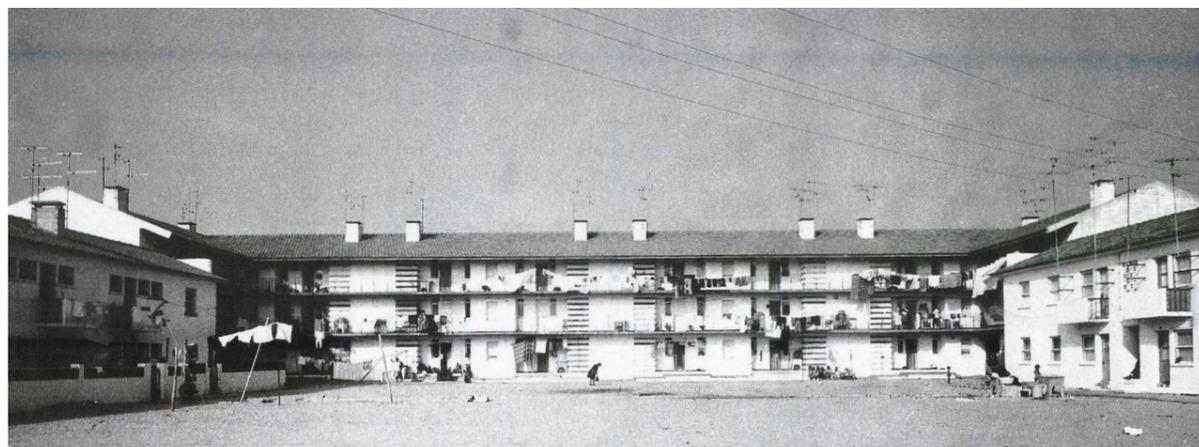


Fig. 105 | Conjunto habitacional da Prageira – Unidade A, nos seus inícios



Fig. 106 | Conjunto habitacional da Prageira – Unidade A, na atualidade



Fig. 107 | Planta Cadastral, Peniche 1950. Bairro da Prageira destacado

[Fig. 105; Fig.106] Como referido no Capítulo I, em meados de século XX, vive-se em Peniche uma angustiosa crise habitacional, que requeria soluções pragmáticas. Igualmente mencionado anteriormente, Peniche tornou-se uma proposta atrativa para quem procurava emprego no setor da pesca e da indústria conserveira, tornando-se ainda mais cativante após a consolidação da primeira fase da área portuária, localizada no istmo de Peniche. As suprarreferidas situações precárias em que viviam famílias inteiras deste setor roçavam a miséria e a infundiam preocupação nos habitantes da cidade. Segundo refere Fernando Engenheiro (2007c)¹⁰⁵, na década de 1960 «encontravam-se pendentes, a aguardar vaga, pedidos de habitação social superior a quatrocentos». Face a estes alarmantes números, a JCCP, tendo já construído o bairro de pescadores no porto da Areia Norte, decidiu gerir a construção de um novo bairro para pescadores com 112 fogos¹⁰⁶.

[Fig. 107] O terreno seria cedido pela CMP, tendo este mais de 300 000 m², localizado num «vasto areal ao leste da vila» (Engenheiro, 2007c, p.5) e a Norte da área portuária. De fato, este terreno já se encontrava destinado à construção de um bairro para pescadores no *Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche* do suprarreferido arquiteto Montêz na década de 50¹⁰⁷; o espaço destinado para tal encontrava-se limitado (na altura) a norte por um bairro operário já existente, e a poente por fábricas conserveiras existentes, como foi a fábrica Júdice Fialho¹⁰⁸. Este plano pretendia reestruturar a área portuária de Peniche no istmo, concentrando a zona portuária, assim como lota, comércio, zona industrial e zona residencial, parque desportivo, entre outros. Esta zona encontrava-se destinada sobretudo para áreas industrial e portuária; apesar de não se ter seguido exatamente o plano original, esta zona destinou-se efetivamente às atividades industrial e portuária, como estava previsto, para além de concentrar habitações e outros equipamentos. Desta maneira, a construção da primeira fase do bairro dos pescadores da Prageira começaria em 1961, amparada pela Lei n.º 1953 de 11 de março de 1937, sendo assumidas pela CMP as obrigações quanto a saneamento, arruamentos, entre outros trabalhos. Uma situação interessante respeitante à construção da primeira fase foi a existência, no contrato, da cláusula que obrigava a empregar indivíduos em estado de mendicidade, que estivessem habilitados para o trabalho.

105 [d] ENGENHEIRO, O bairro dos pescadores da zona da Prageira. *A Voz do Mar*

106 Dos quais se construíram 96 fogos, segundo Vítor Figueiredo, na memória descritiva do conjunto CPs 460 (Prageira).

107 Encontra-se entre os encargos de planificação urbana de diversas áreas de Peniche, feitos ao arquiteto Paulino Montez

108 A antiga fábrica Fialho, hoje outra, que trabalha, como trabalhou Fialho, na conserva de sardinha.

[Fig. 108, Fig. 109] Em 1965, a JCCP interessou-se pela construção duma necessária segunda fase do bairro, para a qual a CMP cedeu novamente o terreno necessário de 4304 m² (Engenheiro, 2007c). Ficou, então, entregue ao arquiteto Vítor Figueiredo, em coautoria com Eduardo Trigo de Sousa, a execução do projeto (1969) da segunda fase do bairro dos Pescadores da Prageira, denominado como CPs 460 gerido pelas «HE», promovido pelas Casas dos Pescadores de Peniche.

Quanto à ocupação do bairro, segundo as entrevistas efetuadas, os agregados apresentam histórias distintas sobre a aquisição das suas habitações. Existem casos de entrevistados em que o imóvel lhes foi atribuído e outros em que os entrevistados invadiram e ocuparam a habitação onde vivem atualmente. Relativamente à tomada de assalto, um morador [PIH] referiu:

«Para acabar [as obras do bairro] demoraram para aí dois anos. Nós mudamo-nos para as casas e depois ainda demoraram um ano e tal para acabar o prédio (...)Na altura, após o 25 de Abril de 1974, as casas foram todas assaltadas. O bairro estava em construção, havia poucas casas desabitadas e essas foram todas assaltadas»

Portanto, no caso de P1, P3 e P4¹⁰⁹, conseguiu-se imóvel através de assalto pouco tempo após o 25 de abril; os moradores referiram, igualmente, que os imóveis foram também assaltados por famílias de outras regiões portuguesas, não só penichenses. Dos entrevistados, P2 e a família de SM3¹¹⁰ conseguiram as suas habitações por estatuto¹¹¹. Posteriormente ao assalto, a entidade promotora resolveu levar a cabo um processo de ordenamento e regularização dos invasores e atribuiu-lhes o valor duma renda mensal a ser paga para continuar a viver nas habitações, com possibilidade, mais tarde, de comprar o imóvel. Apesar dos assaltos, este bairro, contrariamente à diversidade de Santa Maria, parece mais homogêneo quanto à caracterização dos moradores e à sua relação com a pesca e outras atividades relacionadas com o mar.

Relativamente à existência de equipamentos e facilidades de transporte para os moradores nos primeiros anos, Engenheiro (2007c, p.5) refere:

«Durante vários anos o Bairro da Prageira, situado nos limites de Peniche, esteve desprovido de qualquer equipamento comercial. Já lá se vivia há muitos anos quando a Câmara Municipal ali promoveu a construção de um pequeno Centro Comercial»

A este respeito, os moradores comentam que demoravam acerca de 30 minutos a pé a chegar ao centro da cidade, onde se encontravam os equipamentos principais. Descrevem o bairro como sendo construído num local com poucos acessos, desprovido de equipamentos sociais, serviços e transportes públicos. Todo o bairro era um descampado com ruas em terra e areia.

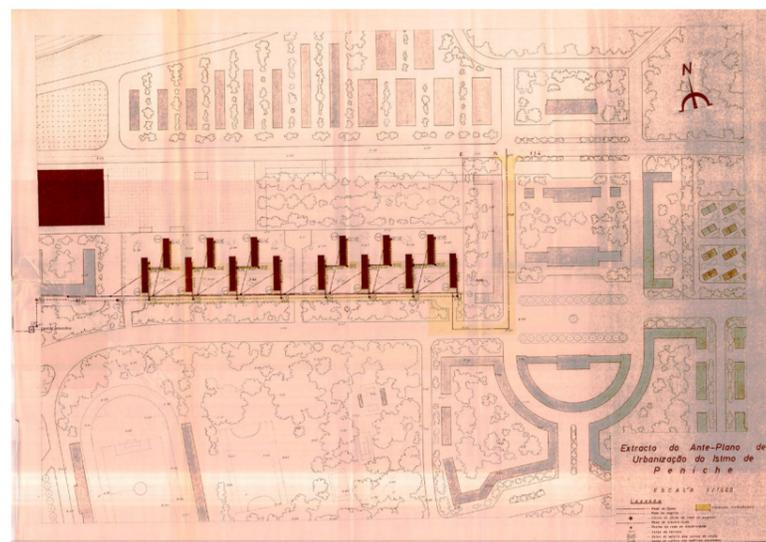


Fig. 108 |
Extracto de Ante-plano de urbanização do Istmo
– Primeira fase existente do conjunto da Prageira

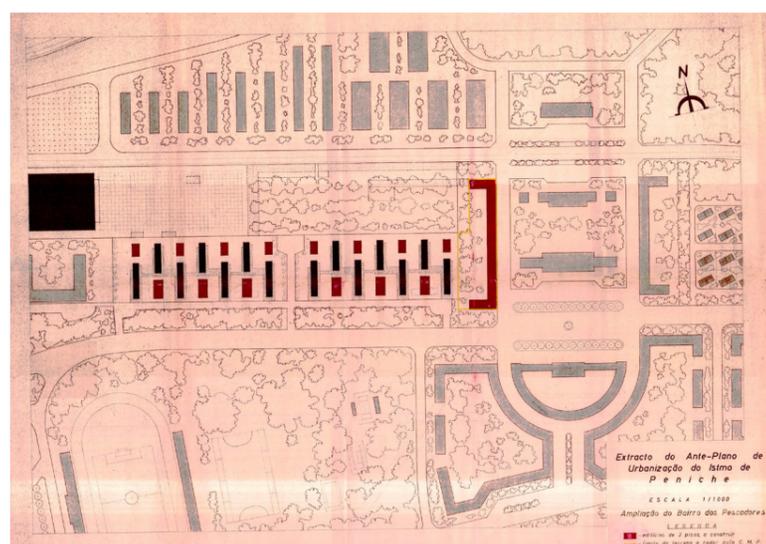


Fig. 109 |
Proposta de ampliação do bairro dos
pescadores da Prageira

¹⁰⁹ P1 e P4 teriam feito o requerimento para a habitação, sobre o qual não tiveram resposta.

¹¹⁰ Moradora do bairro de Santa Maria, que viveu por muitos anos com a sua família na Prageira, pelo que pode dar a sua perspetiva como moradora de ambos conjuntos.

¹¹¹ Em ambos casos, o pai da família era pescador.

Não existiam muitos outros bairros próximos da Prageira e, por tudo isto, havia uma certa sensação de isolamento. Foi-nos referida, enquanto equipamento existente, a construção de uma escola básica do 1º ciclo no bairro, já numa fase posterior. A este respeito, PIM comenta:

«O bairro não era isto que você vê. Isto era montes de areia. Este sítio onde estão os bombeiros e onde está este parque eram montes de areia. Não havia nada. À noite nós tínhamos medo de passar aqui porque havia muitos altos de areia cheios de erva. Não havia maneira de passar aqui a pé, mas conforme a gente vai andando a pé vai criando um carreiro, não é? Havia aquele carreirinho onde já era costume as pessoas passarem e era assim que se passava. À noite isto metia respeito. As escolas já foram feitas depois.»

A mesma moradora [PIM] refere igualmente que o padeiro passava em mota e que, relativamente a transportes, posteriormente à criação do bairro, foram introduzidos, pela CMP, autocarros que serviam o bairro, aos quais os moradores chamavam *choras*.

Hoje em dia, e desde há cerca de trinta anos, os acessos estão bem mais facilitados. Existem estradas e o próprio bairro já possui serviços, como cafês, um minimercado, comércios, empresas, fábricas, armazéns e a referida escola.

[Local]

[Fig. 110] Este conjunto de habitação social em altura localiza-se na freguesia de Peniche, a Nordeste da vila, próximo das portas de *Peniche de Cima*¹¹², ao Sul da Estrada Nacional n.º114. Enquadra-se na zona portuária no istmo de Peniche [Fig. 111, Fig. 112]. Na atualidade, apresenta facilidades rodoviárias que permitem a comunicação desta zona com o centro da cidade. A zona, contrariamente a Peniche de Cima – onde está situado o bairro de Santa Maria – encontra-se deslocada dos aglomerados urbanos e desprovida dos principais equipamentos, no entanto, está bem situada e a poucos minutos do centro de Peniche. [Fig. 113] O conjunto limita-se a Norte e Este com conjuntos de habitação plurifamiliar (azul)¹¹³, próximos da praia do Cerro e a nordeste com um terreno vazio, onde anteriormente se encontravam habitações; a Sul limita-se com armazéns industriais, alguns com comércios (em laranja) –incluindo uma zona comercial dentro do conjunto¹¹⁴ – e um campo de jogos (verde) inserido num terreno descampado sem uso determinado; a Nascente com a suprarreferida escola¹¹⁵; a Poente com diversos armazéns industriais. Alguns deles contêm comércios (castanho).



Fig. 110 |
Localizaçao do bairro da Prageira em Peniche, 2016



Fig. 112 |
Zona industrial a Sul do bairro da Prageira



Fig. 113 |
Enquadramento urbano do conjunto (CPs 406)

112 Acesso rodoviário que comunica a norte o istmo e a zona norte da vila de Peniche.

113 As cores fazem referência à Fig. (0p5).

114 A dita zona ter-se-á construído posteriormente à segunda fase deste conjunto.

115 Escola Básica do 1º ciclo – Prageira. Rua Nossa Senhora da Boa Viagem.

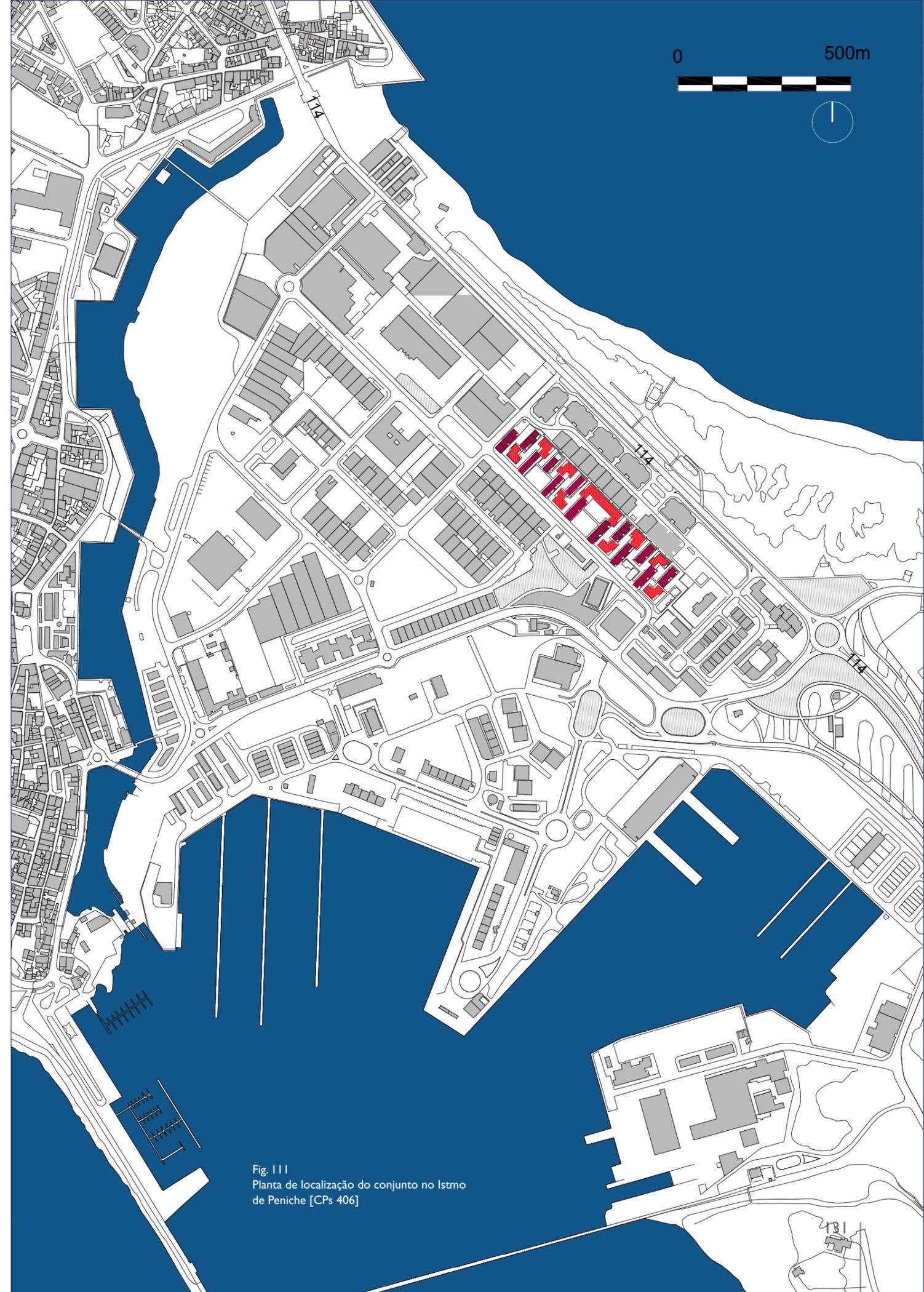


Fig. 111
Planta de localizaçao do conjunto no Istmo de Peniche [CPs 406]



Fig. 114 |
Vista desde rua do Juncal, a Noroeste do conjunto [CPs 406]



Fig. 115 |
Vista desde rua da Prageira, a Norte do conjunto [CPs 406]. À direita, o conjunto.

[Programa e implantação: respostas ao contexto urbano]

O projeto encontrava-se limitado por um único acesso rodoviário, a Norte do conjunto, a rua da *Pragueira* [Fig. 114]. Atualmente, a rua do Juncal limita igualmente com o conjunto, a Oeste (inexistente no tempo da projeção do conjunto) [Fig. 115]. No momento de projeção, não existia um contexto imediato que, de alguma maneira, determinasse o projeto, dado que esta zona se encontrava por urbanizar¹¹⁶. O que determinaria a resposta urbana do conjunto a projetar seriam os 14 edifícios já existentes, de 2 pisos, que pertenciam à primeira fase do bairro e a maneira como os futuros edifícios responderiam ao conjunto existente de 96 fogos.

O programa exigia 96 fogos, sendo que se projetaram 102: 24 deles T2 e 78 T3, distribuídos em duas tipologias:

- Unidade A: uma só unidade central de 3 pisos, composta por 3 pisos, 8 fogos T2 e 2 T3 por piso.
- Unidades B1 e B2: trata-se de 8 edifícios iguais de 3 pisos (implantados em direções diferentes), 3 fogos T3 distribuídos por piso.

Relativamente a equipamentos presentes no programa, previram-se dois núcleos de comércio, nas laterais do conjunto e um «núcleo de apoio sócio-cultural»¹¹⁷ localizado na praça central. Nenhum destes elementos foi concretizado no conjunto habitacional Cps 460.

3.2.1 | O conjunto: distribuições

[Distribuição dos edifícios e circulações: respostas à primeira fase]

[Fig. 116] A preocupação dos arquitetos, quanto à integração dos novos edifícios foi «(...) o conseguir que o todo – conjunto do agora projectado com o já existente – apresentasse o mínimo de carácter urbano suficientemente rico e diferenciado»¹¹⁸. Tomou-se uma decisão: evitar a repetição de blocos paralelos, visto que limitaria a fluidez dos espaços exteriores e seu usufruto, proporcionando ruas paralelas, o que levaria a um «conjunto indiferenciado e uniforme»¹¹⁹.

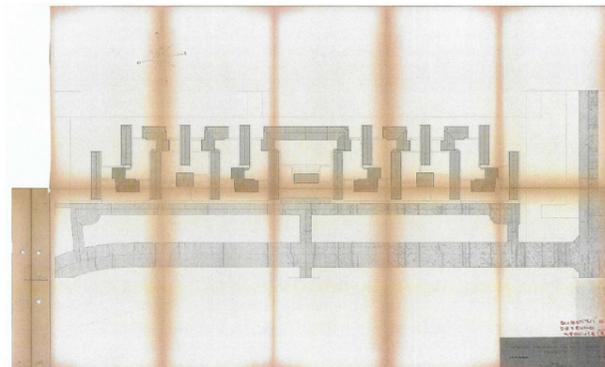


Fig. 116 |
Planta de urbanização do conjunto [CPs 406]

116 Excetuando a existência de um bairro operário já existente e das fábricas de conservas, do qual o Vítor Figueiredo não faz menção na memória descritiva do projeto [CPs 406]

117 Memória descritiva do Conjunto Habitacional de Peniche [CPs 460] – Vítor Figueiredo, p. I

118 Ibidem

119 Ibidem

É notória a inteligente organização de blocos em L, que estão colocados convenientemente *enquadrando* o espaço em parcelas a uma escala adequada aos edifícios, demonstrando continuidade e fluidez entre os volumes. A unidade A, edifício central, é um elemento importante na composição do conjunto, sendo um edifício central que integra decididamente os edifícios da primeira fase, definindo uma vasta praça central. Tomou-se uma decisão essencial quanto à organização do conjunto, referida na memória descritiva¹²⁰. Essa decisão foi a projeção de blocos de três pisos, fase às necessidades habitacionais, procurando que estes edifícios (com um piso a mais que os da primeira fase) «(...) que uma ocupação do tipo urbano, relativamente elevada, não destruísse a possibilidade de prolongar para o exterior a vida dos habitantes, como é o seu hábito (...)»¹²¹.

Relativamente à distribuição e organização dos edifícios no conjunto:

*«Esse projeto em Peniche acho que é um exemplo notável de como ele desmonta um bairro que eu diria que era quase banal, de barras, através de algo que é uma coisa muito moderna e chamada de urbanismo de tábula rasa, em que os espaços que são gerados são os espaços que são motivados por razões mais higiénicas, de apanhar sol ou de deixar passar o vento»*¹²²

Gonçalo Byrne identifica esta intenção como uma característica da arquitetura moderna. A preocupação de Vítor Figueiredo e Eduardo Trigo de Sousa é, sem dúvida, tentar dar uma resposta coerente e simples ao existente, que permitisse a ventilação das áreas e não tornasse o percurso entre as habitações labiríntico, e, sobretudo, que esta resposta «(...) apresentasse um mínimo de carácter urbano suficientemente rico e diferenciado»¹²³.

Quanto à circulação no conjunto, refere-se:

«O conjunto é servido por estradas que se encontram profusamente planeadas e rudimentarmente efetivadas.

*Foi definida, entretanto, uma malha interior de acessos destinada a peões e acesso auto de emergência subordinada a um evidente critério de economia»*¹²⁴

Podemos evidenciar circulações pedonais que se definem através de linhas de calçadas perpendiculares que atravessam os blocos de habitação, definindo assim diversos espaços de permanência e estacionamento. Como se tornaria evidente, a malha interior é utilizada como espaço de estacionamento para os moradores do bairro, mais do que como espaço de convívio.

120 Ibidem

121 Ibidem, p.2.

122 Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne. Apêndice 3.

123 Memória descritiva [CPs 460] – Vítor Figueiredo, p. I.

124 Ibidem, p.3.

[Volumetrias, tipologias e acessos verticais]

Como mencionamos anteriormente, encontramos dois tipos de edifício nesta segunda fase do conjunto, as unidades A e B.

[Fig. 117, Fig. 118] A unidade do tipo A é composta por um só edifício central no conjunto, de 3 pisos, conformado por um bloco horizontal de 8 fogos T2 e um fogo T3 nas laterais, por piso, desenhando uma forma de U que enquadra a praça central. Encontra-se servido por um sistema de galerias, conectadas pelos nós de acesso vertical, nas duas laterais do edifício.

As unidades B [B1, B2] são edifícios iguais, distribuídos em duas orientações distintas pelo conjunto. Relativamente à orientação dos blocos, refere-se na memória descritiva «um relativo desrespeito por normas vulgarmente aceites de boa orientação dos fogos»¹²⁵ face às necessidades de aproveitar ao máximo o espaço determinado. Não obstante, existe uma preocupação de ventilar os edifícios através das pracetas.

[Fig. 119, Fig. 120] Quanto à volumetria, entende-se como um edifício em L, dividido em dois fogos T3 de um lado e mais um, perpendicular; encontram-se conectados por galerias ligadas pelo núcleo de acesso vertical.

Por outro lado, apesar de se tratar de edifícios que respondiam a uma «única intenção arquitetónica»¹²⁶ existente, não se pretendia renunciar a uma expressão arquitetónica própria na nova fase do conjunto. Resolveu-se então, como decisão fundamental relativamente à estética do conjunto, responder em ambas unidades [A e B1, B2] com uma fachada que correspondia à linguagem da primeira fase, nas fachadas opostas às pracetas, encontrando perfeita coerência com os espaços anteriores; nas fachadas que enfrentam as pracetas, decidiu-se responder com galerias ao longo da fachada:

«Estas surgem assim como esventramento da construção contida por um muro de fachada, numa dualidade em que se propões uma outra poética de habitar, mais rica de intimismo, em oposição a uma certa frieza de linguagem nas fachadas opostas às pracetas»¹²⁷.

Quanto a acabamentos, utiliza-se a mesma linguagem que na fase anterior, sendo volumes simples revestidos com acabamento em reboco, com cobertura com telhado de duas águas; guardas metálicas das galerias e acessos verticais, formadas por elementos verticais, como meio de segurança. Evidencia-se, na fachada, uma «proteção aos estendais»¹²⁸ em cada um dos fogos de ambas as unidades, contribuindo como elemento de destaque, constituída por elementos de fibrocimento, segundo se refere na memória descritiva.

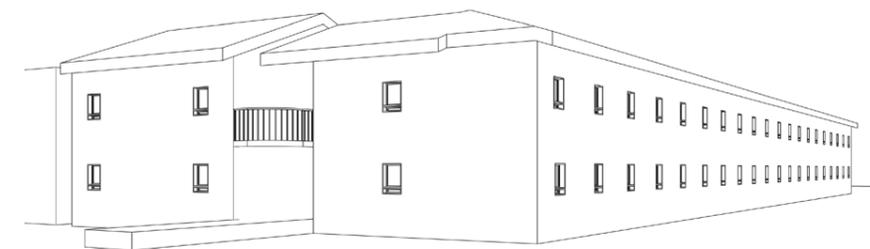
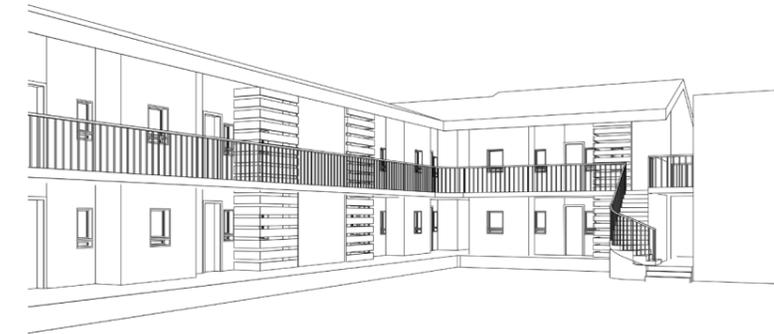
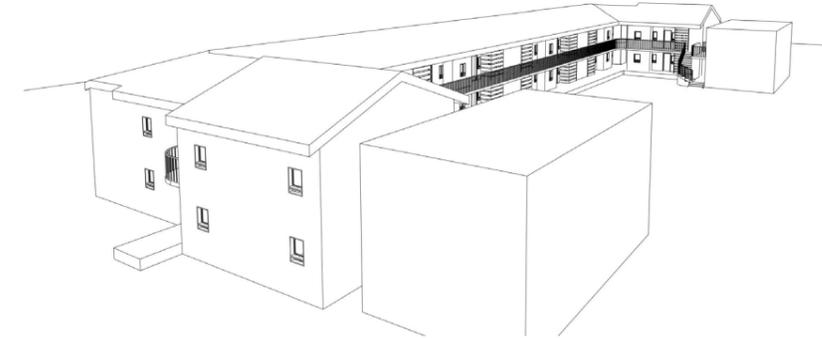
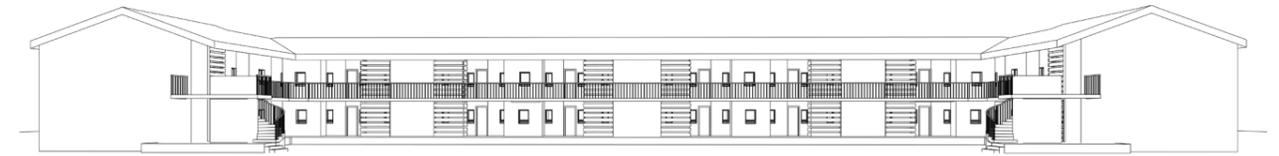


Fig. 117 |
Volumetrias e percetivas | Unidade A [CPs 406]

125 Memória descritiva [CPs 460] – Vítor Figueiredo, p.4.

126 Memória descritiva [CPs 460] – Vítor Figueiredo, p.2.

127 Ibidem.

128 Ibidem, p.5.

[Fig. 121] No que refere aos nós verticais, podem interpretar-se, em ambas as tipologias presentes nesta segunda fase, como elementos de conexão visual entre os novos elementos e os anteriores; esta conexão é apenas visual, pois os nós não permitem o acesso aos blocos anteriores. Sobre a forma, destaca-se, da mesma maneira que no conjunto de Santa Maria, um especial cuidado na conceção destes nós, atribuindo-lhes um carácter escultórico, através de um elemento quase flutuante, suportado por um muro; um detalhe significativo num mundo de mínimos e blocos habitacionais repetitivos e impessoais.

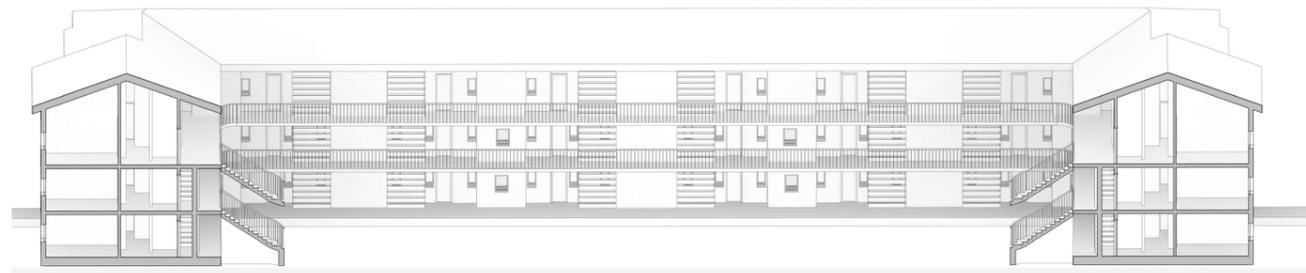


Fig. 118 |
Secções | Unidade A [CPs 460]

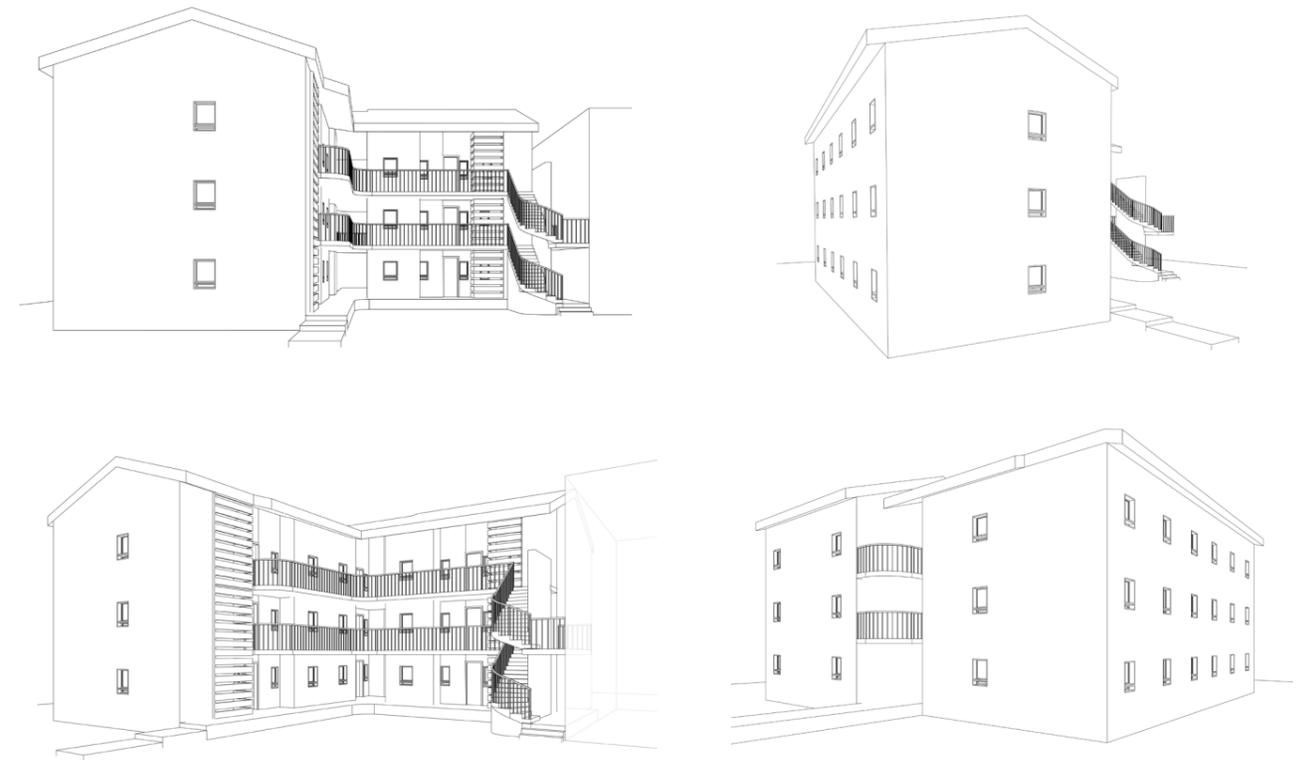


Fig. 119 |
Volumetrias e perceções da Unidade B [CPs 406]

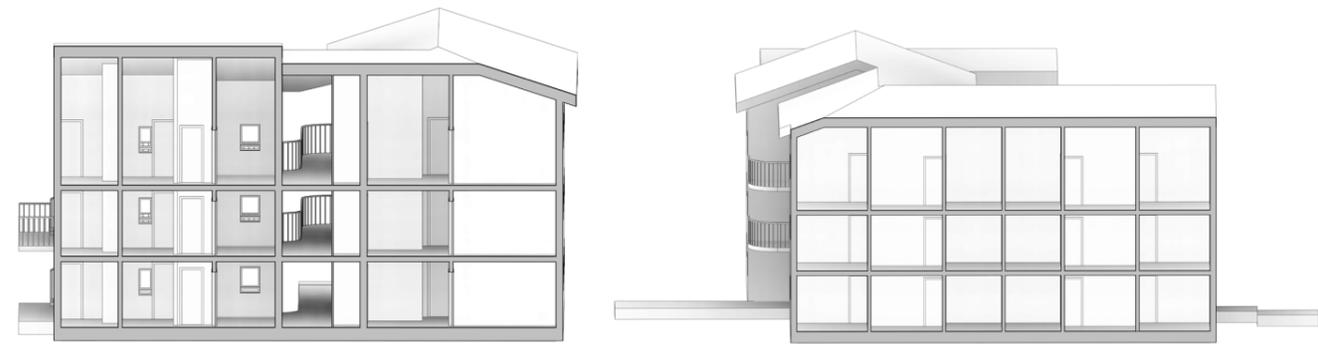


Fig. 120 |
Secções | Unidade B [CPs 460]

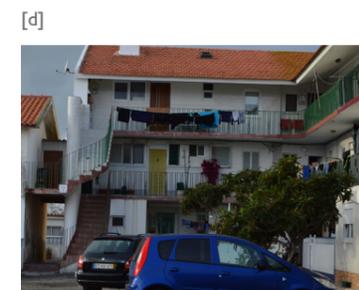
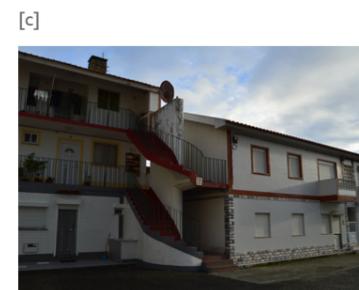


Fig. 121 |
Tipologia de acesso vertical no conjunto [CPs 406]

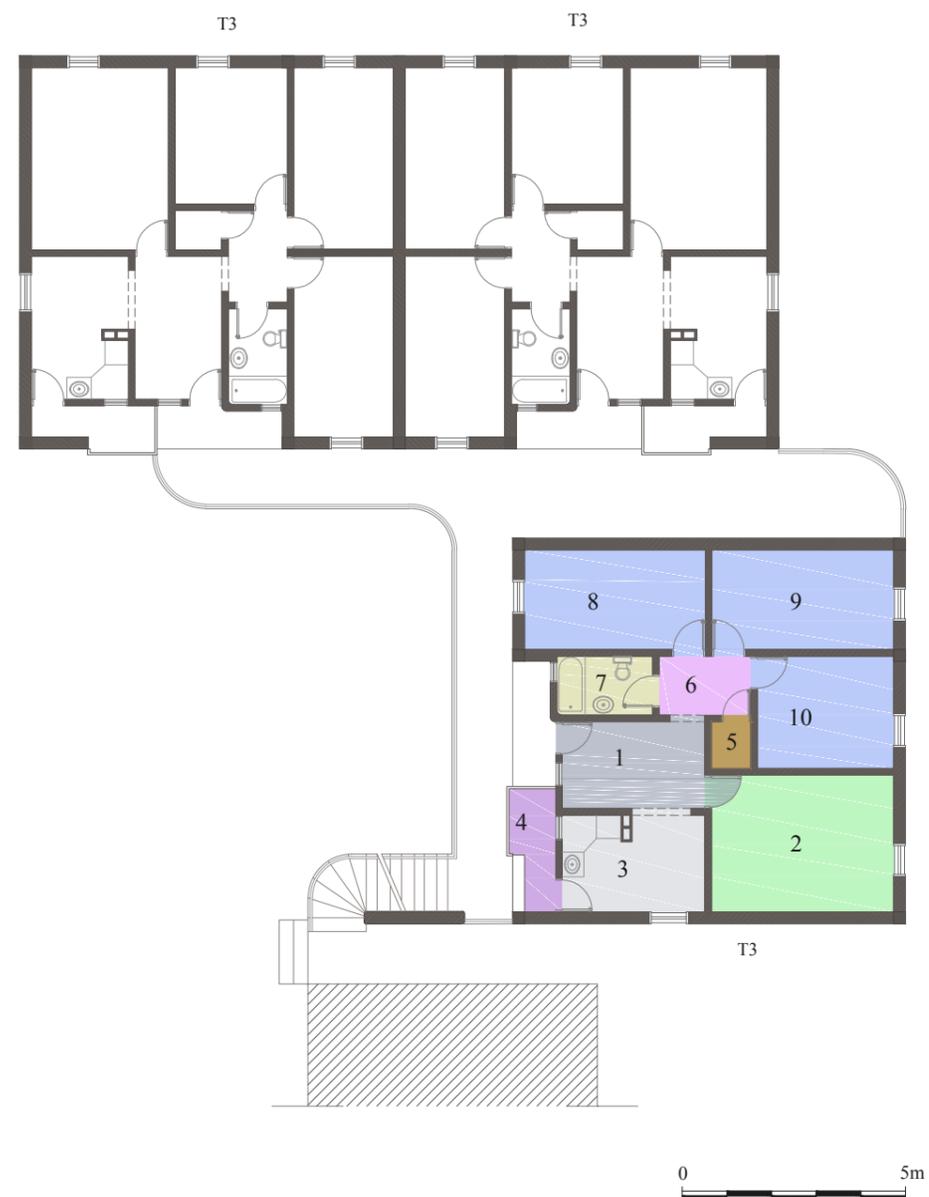
[Distribuição das Habitações]

[Fig. 122, Fig. 123] No conjunto, independentemente das unidades, sejam A ou B, encontramos unicamente uma tipologia de T2 e T3.

A organização é explicada de maneira breve na memória descritiva:

«Referimos unicamente o aspecto que consideramos particularmente significativo na concepção dos fogos: a existência para além dos quartos, sala, arrumos e instalações sanitárias, de um espaço polifuncional articulado com a área especificamente destinada a cozinha. Nos fogos T2 este espaço tem maior área, propondo uma elasticidade quase semelhante a um T3».

Efetivamente, o elemento de maior importância no fogo é um espaço central como ponte de encontro entre os espaços diurnos e noturnos (ou íntimos), um espaço de transição e sem função estipulada, que atribui um ar palaciano à entrada de uma habitação de custos mínimos, e um espaço supérfluo.



Legenda de usos:

- Circulação
- Zona diurna (reunião)
- Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
- Zona diurna (quarto de lavar)
- Zona diurna (espaço supérfluo)
- Serviços (WC)
- Arrumos
- Zona noturna

Legenda T3:

- 1. Vestíbulo/espaço *superfluo* (6,2 m²)
- 2. Sala (12,4 m²)
- 3. Cozinha (7 m²)
- 4. Quarto de lavar (2,4 m²)
- 5. Despensa (1 m²)
- 6. Circulação (2,4 m²)
- 7. WC (3 m²)
- 8. Quarto (9,1 m²)
- 9. Quarto (9,2 m²)
- 10. Quarto (7,8 m²)

Fig. 122 | Planta tipo da Unidade B [CPs 406] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 2

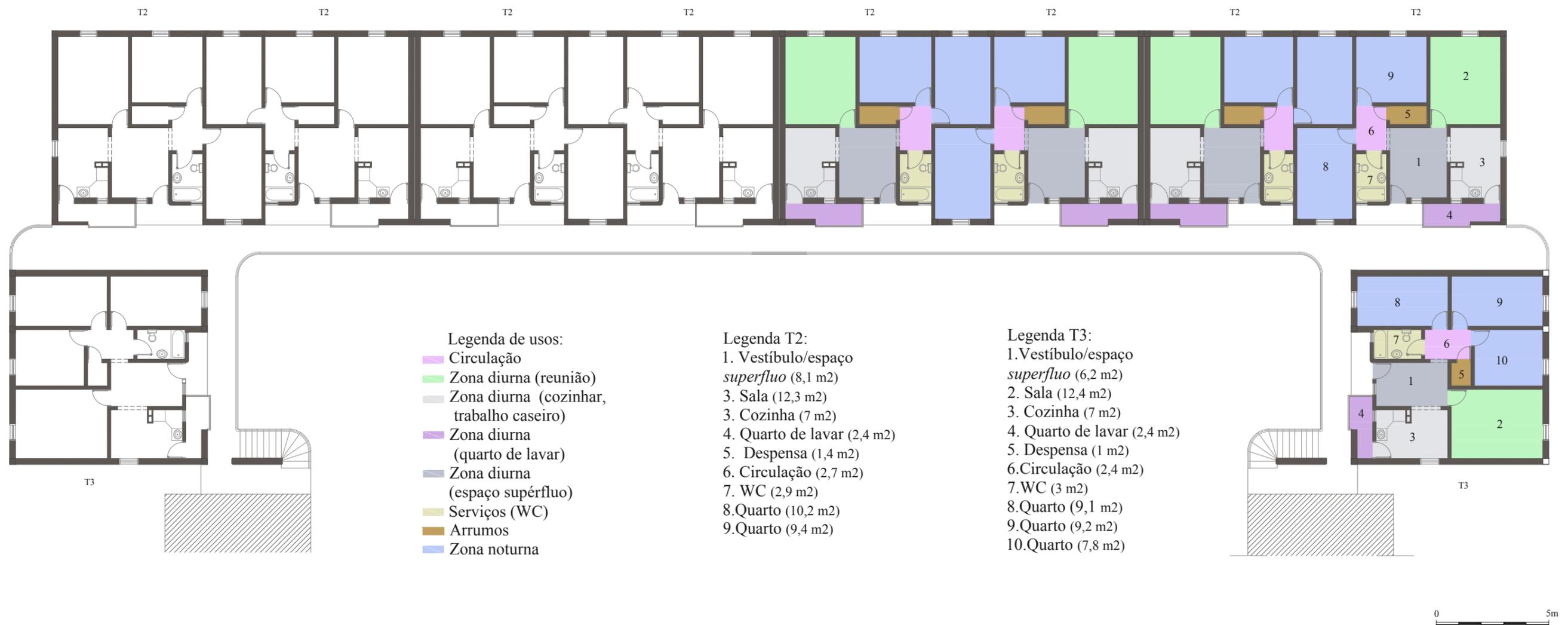


Fig. 123 |
Planta tipo da Unidade A [CPs 406] – representação de acordo aos usos dos espaços. Elaborada a partir da planta original, do Apêndice 2

3.2.2 | Da obra: conclusões

A obra destaca-se por três intenções evidentes:

- Organização e integração dos edifícios no conjunto existente;
- Utilização de galerias para comunicação entre as habitações;
- Existência de um espaço «polifuncional»¹²⁹

Relativamente ao primeiro ponto, após análise do projeto e visitas ao conjunto, conclui-se, sem lugar a dúvidas, que a resposta dos edifícios da segunda fase se integrou respeitando o existente, sem intenções de modificar o que já se encontrava, mas *instituindo*¹³⁰ uma nova realidade, de acordo com as palavras de Gonçalo Byrne:

*«Há um sítio e esse sítio tem uma história e uma cultura por trás, já teve transformações e tem identidade e memórias. Portanto, a capacidade de inovação na arquitetura só faz sentido se ela partir do conhecimento do existente.»*¹³¹

Este projeto é exemplar de uma notória riqueza urbana, que se evidencia, neste caso, através da conceção de uma «peça urbana»¹³², os edifícios em L como elemento de repetição que se vai orientando convenientemente pelo terreno, de forma a gerar espaços diversos de permanência, ao mesmo tempo que articula as peças existentes com as instituídas, encaixando tudo através da peça chave que dá coerência ao conjunto, o edifício central, que dá sentido e escala ao espaço. Uma característica cativante da obra é a subtilidade e discrição com que os arquitetos, neste projeto, relacionaram os edifícios.

Relativamente à resposta urbana Gonçalo Byrne também refere respeito a esta peça urbana e a maneira em que as articula no conjunto:

«Este é um exercício que ele faz a partir de um nível de abstração relativamente grande e eu acho isto muito interessante. O Vítor não é, de todo, um contextualista no sentido orgânico e de andar a fazer, nesse aspeto é uma pessoa muito racional, mas com uma capacidade inventiva muito grande a partir da maneira como joga este tabuleiro, quase como um jogador de xadrez, mas percebe e tem consciência da qualidade do espaço urbano que gera.»

Sobre a utilização do sistema de galerias, entende-se esta solução como a intenção de estimular a interação entre os moradores. A propósito das galerias, Vítor Figueiredo comenta:

«(...) Assim, andei anos a defender a solução da distribuição por galeria dizendo que era mais barata – a verdade é que não era e eu não morria de amores pelas galerias, mas havia crentes nas relações de vizinhança, “ó vizinha, dê cá um raminho de salsa” recomendava um teórico francês... (...)» (Gonçalves & Santos, 1999 p.48-49).

Assim, pretendia-se proporcionar um sentido de comunidade mais profundo, de convívio, tomando em conta neste sentido que o bairro se caracteriza como um espaço destinado à habitação de classe piscatória.

Quanto ao terceiro ponto, a presença do suprarreferido espaço supérfluo, manifesta-se na conceção interna dos fogos, um espaço central que organiza a casa, ao redor do qual tudo ocorre, sem exercer nenhum tipo de função determinada. Ao contrário da saleta fechada que Vítor Figueiredo proporciona nos T2 da categoria I em Santa Maria, este espaço não permite ser utilizado como quarto suplementar, devido ao seu carácter organizativo da habitação, mas sim como um espaço de trabalho, arrumos ou até um amplo hall de entrada. Aqui transparece, uma vez mais, a oportunidade que proporcionava Vítor Figueiredo aos seus «queridos»¹³³ (Gonçalves & Santos, 1999, p.48) de usufruir do espaço de acordo com as características da família que iria habitar o espaço.

Em suma, podemos dizer que, nesta obra, existe um interesse pelos hábitos da comunidade representado na obra através das diversas praticas, das galerias, dos espaços comuns. Quanto à conceção dos edifícios, concordamos com as palavras de Nuno Portas referindo-se aos edifícios de Peniche e Alto do Zambujal (maio/junho 1976, p.30): «Vítor Figueiredo recorreu à memória arquitetónica não elitista e popular (a tradição da rua) sem cair no historicismo».

3.2.3 | Do uso, a reapropriação do espaço: linhas socio-demográficas atuais

[Sociografia do bairro da Prageira]

[Quadro A4.5, Apêndice A4] Verifica-se, no conjunto, uma população de 427 habitantes¹³⁴, dos quais 203 são homens e 224 mulheres. Da população total do bairro, pode-se dizer que 37 são crianças com menos de 13 anos, 256 moradores concentram-se entre os 15 e 65 anos (idade ativa) e 134 deles encontram-se com mais de 65 anos de idade. Estes intervalos etários permitem-nos calcular desde já um índice de envelhecimento na ordem dos 276%, com um índice de dependência de idosos na ordem dos 53,5%. Qualquer um destes valores ultrapassa, praticamente no dobro, a média nacional e tornam-se amplamente mais dramáticos se a eles se associarem outros indicadores de fragilidade social.

129 Memória descritiva de CPs 460 - Vítor Figueiredo, p.5.

130 Gonçalo Byrne em entrevista refere sobre «Instituição», (...) Portanto, entre estes dois extremos [Inovação e Restauração] ele [Leon Battista Alberti] dizia que há uma figura, essa sim que a arquitetura faz, que é instituir uma realidade, instituição. Ou seja, um projeto instituiu uma realidade na altura em que ele é feito e esta instituição tanto pode ser um edifício feito novo, de raiz, como pode ser pegar num edifício existente e adaptá-lo às condições de vida de agora (...)

131 Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne. Apêndice 3.

132 Ibidem

133 A maneira como ele e os seus colegas no atelier se referiam aos moradores de habitação social.

134 Foram utilizados os dados dos censos de 2011, desagregados até à subsecção estatística. No caso deste bairro, decidiu-se estudar todas as subsecções estatísticas nas quais se enquadra, uma vez que não há outros dados populacionais associados [10140101304, 5, 6, 7, 8; 10140101402, 3, 6, 7, 8]. Consideramos os valores para a totalidade do bairro, embora o nosso objeto de estudo se foque unicamente no plano de segunda fase de construção do bairro da Prageira.



Fig. 124 | Transportando chicharro em cabazes



Fig. 125 | Homens a consertar as redes, na zona industrial próxima do bairro da Prageira.



Fig. 126 | Apropriação de fachadas



Fig. 127 | Caixilhos originais [CPs 406]



Fig. 128 | Apropriação de espaços comuns (galerias) [cpS 406]

Os 427 habitantes encontram-se distribuídos em 139 núcleos familiares, num total de 169 famílias, das quais 14 são compostas por mais de 4 elementos, 52 são constituídas por 3 a 4 moradores e 103 são compostas por 1 a 2 moradores. É inevitável que confluam entre si famílias diminutas em dimensão e famílias em que os seus membros têm mais de 65 anos. Trata-se, por isso, de um duplo problema: o da quase impossível regeneração geracional e o do isolamento social dos idosos que, ao habitarem um bairro social, avançam também uma terceira carência: e económica. Temos portanto, na Prageira, uma população envelhecida e pobre.

Ao contrário do que observamos no bairro de Santa Maria, encontramos no bairro da Prageira, uma menor incidência da propriedade privada; na verdade, apenas 58% dos alojamentos foram comprados pelos seus ocupantes, permanecendo os restantes alojamentos ao abrigo do arrendamento social, ou então, vagos¹³⁵.

Em termos qualificacionais, a população do bairro da Prageira reforça a mesma debilidade que tínhamos já apontado para o concelho de Peniche e para o bairro da Santa Maria. Na verdade, mais de 70% da população tem apenas o ensino básico, sendo seguida do ensino secundário. Concluimos ainda que, num universo de 427 indivíduos, 0,007% frequentaram o ensino superior, o que se traduz num valor irrisório. A taxa de analfabetismo neste bairro enquadra-se nos 12%. Apesar das baixas qualificações dos habitantes da Prageira, percebemos que elas se enquadram na configuração da atividade económica que está concentrada nessa zona da cidade. Aí, permanecem focos importantes do setor da pesca e da indústria conserveira, onde grande parte dos habitantes da Prageira trabalhou e/ou trabalha, indústria essa pouco exigente em termos de qualificações escolares.

Um último dado que consideramos ser de importância crucial diz respeito à ausência de atividade económica para cerca de 50% da população. Dos indivíduos que permanecem enquadrados no mercado de trabalho, encontramos uma preponderância de concentração da mão-de-obra no setor secundário, na ordem dos 44%, seguido do setor terciário com 38,6% e 17,5% no setor primário.

De alguma maneira, os indivíduos que tivemos oportunidade de entrevistar no bairro da Prageira enquadram-se nas características socio-gráficas gerais do bairro. Na verdade, atualmente, os agregados familiares são compostos, na sua maioria, pela tipologia de famílias alargadas (casal + filhos + pais de um dos cônjuges), como é o caso de P1, P3 e P4. Existe um caso em que a casa só é partilhada pelo casal [P2]. Os habitantes das casas variam, assim, entre 2 e 5 elementos por família. Na altura da ocupação do bairro os agregados eram mais numerosos, compostos por

¹³⁵ Do diferencial entre o número de alojamentos privados, arrendados e vagos e o número total de alojamentos, deduzimos que corresponda a habitação secundária, sobre a qual não incidimos o nosso trabalho.

famílias nucleares (pais + filhos) e variavam entre 3 a 7 elementos. Para este caso considera-se também o caso de SM3, que residiu no bairro em criança. Metade dos entrevistados tem idade superior a 60 anos [P1, P2, P4 [homem]], a outra metade está entre os 45 e os 52 anos [P3, P4 [mulher] e SM3]. Os entrevistados com mais de 60 anos estão reformados, sendo apenas os filhos os únicos que continuam a trabalhar. Os outros ainda continuam a trabalhar, assim como os companheiros.

[Fig. 124, Fig. 125] As suas carreiras profissionais possuem passagens pelo ramo da pesca, nomeadamente quando são do sexo masculino. Todos os homens das famílias entrevistadas eram/são pescadores, enquanto as mulheres dispersam também por outras áreas: a mãe de uma entrevistada era doméstica [mãe de P3], uma entrevistada era costureira [SM3], outra era empregada hospitalar – mas trabalhou na fábrica de conservas [P1] – e outra, operadora de supermercado [P4, mulher]. Ainda assim, também há mulheres com ligação ao mar: duas trabalharam enquanto empregadas na indústria do peixe [P1, P2], uma enquanto atadeira de redes de pesca [SM3] e a mãe de uma entrevistada enquanto operária na fábrica do Fialho [P4].

[A reapropriação dos espaços comuns e fachadas]

Observamos como constante, enquanto tratamento de fachadas, da mesma forma que se evidencia em Santa Maria, a individualização do espaço da habitação por meio de variados tratamentos e a substituição dos caixilhos de madeira originais por outros metálicos [Fig. 126, Fig. 127]. Nas fachadas, evidencia-se a adição de anexos em altura. Destaca-se, igualmente, na fachada de ambas as unidades [A e B], a substituição do limite transparente do estendal, (cujas intenções eram permitir a entrada de luz por uma janela interna da cozinha) por paredes em reboco. Na visita, foi possível observar ainda numa habitação da unidade A, o elemento transparente do estendal, não obstante, não foi possível encontrar uma habitação com as fachadas inalteradas.

[Fig. 128] Relativamente aos espaços comuns, em ambas as unidades, observa-se a privatização do espaço de galeria no rés-do-chão por meio de muretes ou extensão do imóvel.

[Fig. 129] Em ambas unidades, nas habitações dos pisos superiores, as galerias que estavam projetadas como espaços abertos de acesso aos fogos foram apropriadas nas extremidades pelos moradores, transformando o espaço comum em privado, obstruindo a passagem e fechando este espaço para usufruir dele enquanto espaço extra da casa, privatizando-o como varanda ou como anexo das habitações. [Fig. 130] Na unidade A, também chamada de «comboio» pelos moradores, destaca-se também, a apropriação das galerias centrais em altura, privatizando os corredores, já que a sua morfologia em U, que dispõe de um nó de acesso vertical em cada uma das suas laterais, propicia a ocupação das galerias nas habitações centrais, pelo que a privatização não interrompe o acesso aos demais



Fig. 129 | Apropriação de extremidades das galerias [CPs 406]



Fig. 130 | Privatização de galerias centrais – Unidade A [CPs 406]



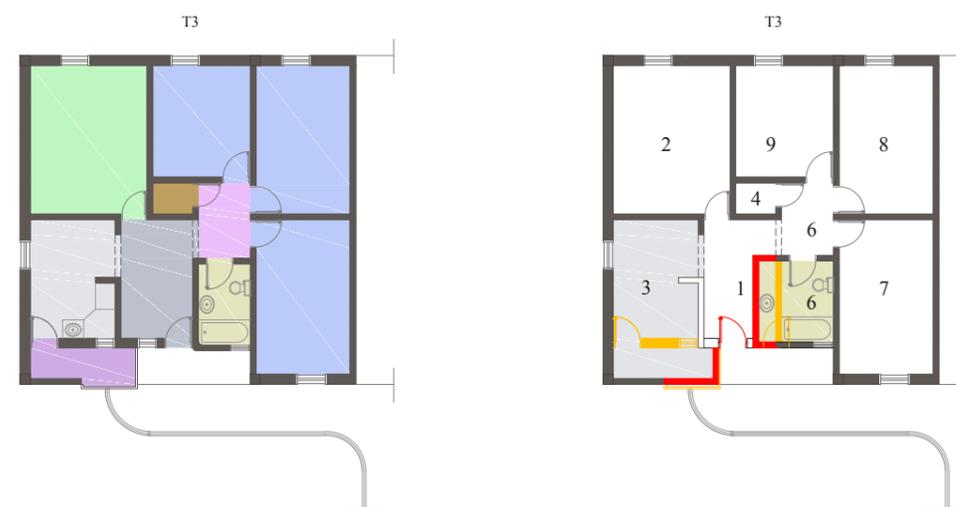
Fig. 131 | Anexos precários a Norte do conjunto

fogos, mas evita a passagem dos demais moradores. Esta atitude contraria a cultura de comunidade e convívio com que se pretendia responder neste conjunto. No fundo, o que foi uma resposta apropriada no momento da conceção do conjunto parece não se adequar à comunidade que habita o bairro na atualidade.

Destaca-se, em relação à apropriação de espaços comuns, a construção de pequenos e precários anexos num acesso pedonal posterior que limita as traseiras de edifícios de habitações multifamiliares em altura vizinhos com a fachada Norte do conjunto [Fig. 131].

[A reapropriação das habitações | T2: P3, P4 | T3: P1]¹³⁶

Unidade A



Legenda de usos:



Modificação:
 ■ Construído pelo morador
 ■ Demolido pelo morador

Legenda de usos:
 ■ Circulação
 ■ Zona diurna (reunião)
 ■ Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 ■ Zona diurna (quarto de lavar)
 ■ Zona diurna (espaço supérfluo)
 ■ Serviços (WC)
 ■ Arrumos
 ■ Zona noturna

Legenda T3 [P1]:
 1. Vestíbulo/espaço *superfluo* (4,6 m²)
 3. Sala (12,6 m²)
 3. Cozinha (9,5 m²)
 4. Despensa (1 m²)
 5. Circulação (2,7 m²)
 6. WC (4,2m²)
 7. Quarto (9,1 m²)
 8. Quarto (9,2 m²)
 9. Quarto (7,8 m²)

Fig. 132 | Planta de fogo P1, T3 – Unidade B | 7 moradores – 5 moradores no presente [CPs 406]

¹³⁶ A entrevista à moradora P2 foi transcrita e revista para fins de estudos sociais, no entanto, a sua participação não é válida no estudo arquitetónico, já que se trata de uma moradora da primeira fase do bairro da Prageira. participação não é válida no estudo arquitetónico, já que se trata de uma moradora da primeira fase do bairro da Prageira.

Unidade B

De um modo geral, quando as famílias ocuparam as habitações, estas ainda não estavam plenamente prontas e, como refere uma entrevistada, nem a canalização estava concluída [P1].

Duas famílias entrevistadas vivem em habitação T3 [P1, P2] [Fig. 132] (três quartos, sala, cozinha e casa de banho), à exceção de uma entrevistada que viveu num T2 [SM3]¹³⁷. Em dois outros casos, o fogo original era T2 [P3 e P4] [Fig. 133, Fig. 134], mas foram os moradores que o transformaram em T3.

Todas as habitações foram alvo de obras. Relativamente a alterações externas, verifica-se a apropriação do corredor correspondente às galerias no rés-do-chão, prévio ao acesso do fogo, como pequeno logradouro frontal. No caso do fogo T3, verifica-se a inexistência do corredor lateral (de que o vizinho se terá apropriado); o fogo P1 privatizou um acesso ao sótão.

Nos três fogos visitados [P1, P3, P4], verifica-se a supressão do elemento ondulado utilizado como fechamento da marquise, substituído por uma parede de alvenaria de tijolo com diversos acabamentos, segundo o morador, assim como alterações em caixilhos e acabamentos em fachada.

Sobre a distribuição interior das habitações, as divisões das mesmas foram alteradas em dois dos casos estudados, por isso, modificaram o desenho original que fora concebido pelo arquiteto [P1, P4]¹³⁸, no entanto, houve outro caso em que os moradores apenas fizeram pequenas obras de manutenção e interpretaram as divisões da habitação, sem alterar a distribuição interna, modificando unicamente os usos destinados aos espaços [P3]. [Fig. 135].

Relativamente às alterações, as obras de P1 e P4, fogos dos quais se dispõem levantamentos, coincidentemente, realizaram a mesma alteração na cozinha: a eliminação da divisão entre a cozinha e o estendal, resultando numa cozinha mais ampla com a simultânea supressão da marquise. Sobre outras obras verificadas, destaca-se igualmente a ampliação da casa-de-banho no fogo T3, correspondente a P1.

Relativamente aos usos nas divisões do fogo, encontrou-se outra apropriação coincidente, desta vez em P3 e P4, sendo este o ponto mais relevante no estudo das plantas deste conjunto. Trata-se da apropriação da entrada do fogo (o espaço polifuncional) como sala e a da suposta sala



Fig. 135 | Bancada de cozinha original [CPs 406]

137 A moradora do fogo SM3 é aqui mencionada, visto que viveu com a sua família muitos anos neste bairro, pelo que ofereceu as características da antiga habitação, como referência, ilustrando igualmente os modos de vida no bairro da Prageira.
138 A habitação de SM3 na Prageira também sofreu alterações quanto à distribuição interna, não especificando quais. De igual forma, quanto a exteriores, a família da moradora privatizou espaço relativo à habitação, correspondente às passagens comuns no rés-do-chão.



- Modificação:
- Construído pelo morador
 - Demolido pelo morador
 - Construído por anterior morador
 - Espaço exterior privatizado

- Legenda de usos:
- Circulação
 - Zona diurna (reunião)
 - Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 - Zona diurna (quarto de lavar)
 - Zona diurna (espaço supérfluo)
 - Serviços (WC)
 - Arrumos
 - Zona noturna

- Legenda T2 modificado a T3 [P3]:
- Espaço superfluo apropriado como sala (8,1 m²)
 - Sala apropriada como quarto (12,3 m²)
 - Cozinha (7 m²)
 - Estendal (2,4 m²)
 - Despensa (1,4 m²)
 - Circulação (2,7 m²)
 - WC (2,9 m²)
 - Quarto (10,2 m²)

Fig. 133 | Planta de fogo P3, T2 alterado para T3 – Unidade A | 4 moradores – 3 moradores no presente [CPs 406]

como mais um quarto, alterando a tipologia para T3. Com esta mudança, não alteraram a estrutura física da habitação, apenas mudam a distribuição das divisões para sua conveniência. Tal foi possível pela proporção quase palaciana de entrada, que permitiu uma interpretação própria e pessoal por parte de cada família, consoante as suas necessidades e gostos. O espaço supérfluo ou sem função determinada provou ser, em ambos os casos, suficientemente nobre para assumir o espaço de sala. Por outro lado, no fogo P1, de três quartos, assume-se o espaço como um amplo hall de entrada, sem alterar os usos.

Concluindo este ponto sobre as alterações, destaca-se a ampliação da cozinha, (uma constante na reapropriação, que se evidencia também no bairro de Santa Maria), que nos permite compreender a importância desta zona como espaço de convívio e trabalhos domésticos do núcleo familiar, preferindo uma cozinha maior e integrando aí a zona de trabalho doméstico (estendal). Não obstante, não se procurou a entrada pela cozinha, contrariamente às reapropriações em Santa Maria. Observa-se uma preferência por manter a cozinha como zona «privada» e o espaço supérfluo de hall (que, em alguns casos, é a sala), como o espaço de receção e acolhimento das pessoas, o que resulta curioso, tratando-se da comunidade piscatória, que relacionamos como um núcleo interdependente, no qual existe a ajuda entre famílias e o hábito da reunião e da partilha de ocasionais refeições em comunidade.

[Satisfação respeito ao imóvel]

Os moradores manifestam gosto pelas suas habitações e consideram-nas úteis e funcionais. Alegam que, desde o início, quando ocuparam os apartamentos, a sua conceção (exceto aos espaços que foram mencionados anteriormente e que foram alvo de obras/melhorias) satisfaziam as suas necessidades. Quando tal não acontecia – como no caso em que precisaram de criar um novo quarto [P3 e P4] – a habitação permitiu fazer tal apropriação, o que os deixou satisfeitos. Todas as obras foram sempre no sentido de melhorar a habitação e a vivência na mesma, ainda que esta já fosse boa. Apenas um dos entrevistados refere que a cozinha e o WC poderiam ser maiores [P4]. Lamentam ainda o facto de os organismos que gerem as habitações não demonstrarem preocupação em fazer manutenção e tal ter de ficar ao encargo dos moradores [P3]. Dois dos entrevistados referem que o bairro lhes facilita a vida por ser próximo do mar e, por isso, estarem perto dos seus locais de trabalho – associados à pesca [P4 e SM3].

[Redes de sociabilidade no conjunto]

Os moradores demonstram satisfação não só pela sua habitação, mas também pelo ambiente e o convívio entre vizinhos, demonstrando igualmente satisfação quanto às relações entre os moradores. Todos os casos relatam que há uma boa convivência. Os primeiros anos de ocupação das habitações são caracterizados como o período em que estava mais presente o sentimento de entreajuda entre os vizinhos e uma relação de maior proximidade. Ainda assim, também descrevem que o convívio



- Modificação:
- Construído pelo morador
 - Demolido pelo morador
 - Construído por anterior morador
 - Espaço exterior privatizado

- Legenda de usos:
- Circulação
 - Zona diurna (reunião)
 - Zona diurna (cozinhar, trabalho caseiro)
 - Zona diurna (quarto de lavar)
 - Zona diurna (espaço supérfluo)
 - Serviços (WC)
 - Arrumos
 - Zona noturna

- Legenda T2 modificado a T3 [P4]:
1. Espaço superfluo apropriado como sala (8,1 m²)
 2. Sala apropriada como quarto (12,3 m²)
 3. Cozinha (10 m²)
 4. Despensa (1,4 m²)
 5. Circulação (2,7 m²)
 6. WC (2,9 m²)
 7. Quarto (10,2 m²)
 8. Quarto (9,4 m²)

Fig. 134 | Planta de fogo P4, T2 alterado para T3 – Unidade A | 3 moradores – 4 moradores no presente [CPs 406]

inicial entre mulheres não era fácil, por se intrometerem na vida pessoal umas das outras e por ainda não se conhecerem. Já entre os pescadores sempre houve um grande espírito de união. A cristalização desta entreajuda é enunciada na forma como todos se ajudavam uns aos outros no processo de ocupação dos imóveis, nomeadamente entre os moradores da primeira e segunda fase. Um dos entrevistados relembra inclusive que contou com a ajuda de pessoas exteriores à família para tomar a casa de assalto sem ter de partir vidros ou estragar portas [P4]. Os moradores eram respeitados e partilhavam (de forma ilegal) com os antigos moradores o fornecimento de água e eletricidade e ajudavam-se, dentro do possível, na manutenção e conservação dos espaços comuns dos edifícios. Conhecem-se uns aos outros, mantêm relações próximas e consideram-se como uma família. A definição de P4H, sobre a sua relação entre vizinhos é: «*Maravilha. Ainda hoje é. É tudo gente boa.*»

SM3¹³⁹, por exemplo, atual moradora do bairro de Santa Maria, que viveu anteriormente muitos anos no bairro da Prageira, e tendo vivido as duas realidades, refere:

«Prageira era um bairro mais popular do que este. Este bairro [Santa Maria] é mais fechado. Na Prageira as pessoas tinham mais convívio, estás a perceber?»

Na Prageira, segundo a entrevistada, o convívio é outro e as relações entre moradores são mais próximas. A relação entre moradores no bairro da Prageira era boa e todos se conheciam.

Encontramos, por outro lado, uma relação mais próxima e mais contactos entre os moradores comparativamente com Santa Maria, há uma identificação com a atividade profissional de quem constituiu o bairro.

Relativamente à caracterização profissional no bairro, P4H, pescador, que ainda hoje arranja redes de pesca artesanalmente, acrescenta:

«(...)Em Matosinhos, havia muita, muita, muita malta nova [a propósito de uma visita que fez a Matosinhos há 5 anos atrás], de vinte e poucos anos, mas aqui em Peniche não há. Aqui, se não fossem alguns reformados que ainda andam ao mar, se calhar perdia-se a atividade e eu sou da opinião que, mais anos ou menos anos, isto acaba (...) Pode não ser ainda no meu tempo, mas isto vai ter um fim triste.»

¹³⁹ Transcrição de entrevista [SM3, mulher, 51 atadeira, empregada, casada], Apêndice 5.

[Resposta à falta de habitação]

Ambos os bairros foram construídos como uma resposta estatal à falta de habitação verificada no concelho decorrente do êxodo rural, asso país, associado ao crescimento industrial, nomeadamente na indústria conserveira. Face a esta situação, conceberam-se, praticamente no mesmo período, duas respostas habitacionais direcionadas às classes mais carenciadas. Santa Maria, surge como uma resposta mais generalizada ao setor mal alojado, como uma opção atrativa, no que diz respeito à sua excelente localização no aglomerado urbano. No que se refere ao conjunto da Prageira, respondeu-se, através de uma segunda fase de construção, à falta da habitação da classe piscatória, que representava na altura (meados de século XX) uma das maiores preocupações para o concelho, tratando-se de uma comunidade abundante, que se encontrava na situação mais crítica relativamente ao alojamento.

[Dos objetos de estudo: análise e comparação]

Conforme mencionado no início da dissertação, interessaram-nos ambos os objetos principalmente por terem três pontos em comum:

1. Encontram-se enquadrados na habitação programada, «HE».
2. Encontram-se situados na freguesia de Peniche e foram construídas no mesmo período de tempo (finais da década de 60, inícios de 70).
3. Foram projetados por Vítor Figueiredo.

Não obstante, apesar destas afinidades, cada um dos objetos responde de maneira singular, manifestando, ao mesmo tempo, diferenças significativas. Apesar de ambos os conjuntos serem projetados para um morador caracterizado pela sua carência económica, entre outros fatores, o bairro de Santa Maria enquadrava-se num perfil mais generalizado de morador de classe operária, enquanto o bairro da Prageira, foi concebido como resposta à necessidade habitacional, nomeadamente da classe piscatória e da gente do mar.

O bairro de Santa Maria insere-se num terreno de evidente importância, no aglomerado Norte da cidade, no qual se teve a oportunidade de planificar, desde o início, a resposta urbana do conjunto, assim como a resposta no contexto imediato e a distribuição do fluxo veicular no interior do conjunto, assim como a distribuição e articulação dos edifícios; tudo isto sem maiores limitações. No entanto, a intervenção no bairro da Prageira enquadra-se na zona industrial e portuária, a Nordeste da vila, numa zona relativamente afastada dos centros urbanos. A obra encontra-se integrada numa primeira fase já existente, que determinou os critérios na resposta urbana e na linguagem dos edifícios a projetar, assim como uma coerência e fluidez entre ambas as fases do conjunto.

A nível formal, como é evidente, cada conjunto respondeu a um programa, contexto e necessidade distintos, sendo que o bairro de Santa Maria é composto por 240 fogos e o da Prageira por 102. Como resposta quanto à volumetria, Vítor Figueiredo reinterpreta, em Santa Maria, o conceito em banda através de blocos maciços de três pisos, articulados por nós de acesso vertical, e uma outra categoria, isolada, de dois pisos; na resposta arquitetónica do conjunto, a distribuição de edifícios dispostos em bandas desalinhas determina os demais espaços. Enquanto, no bairro da Prageira, se pretende ordenar o espaço por meio de um edifício em L, que se repete de maneira pertinente, determinando diversos espaços de permanência, recoráveis e fluídos, um edifício no meio do conjunto, em forma de U, configura o conjunto e limita um amplo espaço central. Comparativamente, no bairro de Santa Maria, é utilizada a solução esquerdo-direito como acesso às habitações, de uma maneira menos mecânica, através dos nós de acesso vertical, repetitivos e descampados, que outorgam um certo desafogo dentro do sistema, mas no bairro da Prageira, opta-se pelo sistema de galerias, como solução «festiva», que sugeria encontro, convívio e quotidiano em comunidade. (Gonçalves & Santos, 1999, p.49).

Relativamente à solução escolhida como acesso aos fogos em ambos conjuntos, podemos deduzir, que era evidente intenção do arquiteto, propiciar um ambiente social e de convívio no bairro da Prageira, mais do que em Santa Maria, cuja intenção sugeria a procura de acessos quase exclusivos às habitações, evitando a passagem pelas habitações dos vizinhos, e, ao mesmo tempo, os momentos quotidianos de convívio.

O já referido espaço *supérfluo* que Vítor Figueiredo integra nesta sua arquitetura de mínimos, ao qual não atribui função, permite ser reinterpretado pelos seus moradores. Apesar das tipologias de habitação em ambos os bairros serem de dimensões semelhantes (nos T2 e T3), o espaço *supérfluo* é reinterpretado pelo arquiteto de maneira distinta e particular nas habitações de cada conjunto. Em Santa Maria, apresenta este espaço como uma saleta fechada, explicando na sua memória descritiva que, precisamente, a sua intenção é atribuir este espaço sem função ao morador, deixando-o à sua interpretação, segundo as suas necessidades e gostos. Não obstante, no bairro dos pescadores, o espaço *supérfluo* é «imposto» como um vestíbulo, a partir do qual se distribuem os espaços do fogo, que confere à habitação desafogo, e, ao mesmo tempo, limita a utilização deste espaço como fechado, pela sua condição distributiva, contrariamente ao que acontece em Santa Maria a este respeito.

Em ambas as obras se denota uma especial sensibilidade no tratamento dos espaços comuns e na distribuição dos edifícios, que observamos como soluções «des-estigmatizadoras» por parte de Vítor Figueiredo, perante os repetitivos, mecânicos e evidentes edifícios que caracterizam a arquitetura de habitação programada, desvirtuada pela sociedade.

[Influências INA-Casa nos objetos de estudo]

No que se refere às influências do INA-Casa presentes em duas das primeiras obras de cariz social de Vítor Figueiredo, analisadas no Capítulo II [os conjuntos de Olivais Sul e do Barreiro], estas encontram-se igualmente presentes nestas duas obras, através de alguns elementos que constatamos:

1. O cuidado na inserção urbana e na comunicação interior-exterior em ambas as obras, sobretudo na fluidez entre os edifícios, apesar de não apresentar uma distribuição tão orgânica quanto a italiana;
2. O destaque do nó de acesso vertical em ambas as obras, conferindo uma importância quase escultórica à peça;
3. Os longos vãos das janelas – solução característica nos alçados da arquitetura em INA- Casa – presente unicamente em Santa Maria, pois, na Prageira, foi reproduzida uma linguagem já existente na primeira fase, distinta da de Santa Maria;
4. Uma semelhança do espaço *supérfluo* ao Trabalho ou espaço de trabalho, mantendo o seu caráter «organizativo» no interior da habitação. Não obstante, o caráter de espaço de trabalho presente no Trabalho não se encontra neste espaço *supérfluo* que Vítor Figueiredo reinterpreta nestas duas obras.

De uma maneira geral, notamos ainda a presença da influência INA- Casa nos casos em estudo, tal como nos seus primeiros trabalhos.

[Do arquiteto aos bairros: as intenções e os efeitos]

Santa Maria, Intenções

No bairro de Santa Maria, consideramos que as intenções do arquiteto foram as seguintes:

1. Projetar espaços e edifícios de materiais simples e resistentes, para uma fácil manutenção e durabilidade.
2. Respeitar o contexto vizinho, sem excluir os moradores deste, criando o bairro de Santa Maria penetrável, mas controlando os acessos.
3. Conferir elasticidade aos fogos, assumindo futuras modificações. Pensou-se no futuro da habitação e na evolução da família.

Santa Maria, efeitos

De acordo com a visita feita ao conjunto, entrevistas e os estudos dos fogos, podemos evidenciar que:

1. Os edifícios, apesar de modificados nos seus exteriores pelos moradores, encontram-se em bom estado, assim como os espaços comuns, contando com a construção de um campo de basquetebol.
2. A resposta, no que diz respeito à solução para o contexto foi positiva, sendo que o mesmo não comprometeu de maneira nenhuma a condição do bairro, e, além disto, existe uma resposta visual coerente entre ambos.
3. Efetivamente, como o arquiteto previu, as famílias evoluíram e responderam ao intuito do arquiteto, ampliando algumas divisões ou atribuindo outra função aos espaços, quando necessário.

Prageira, intenções

Na Prageira, as intenções na conceção do conjunto que podemos interpretar são:

1. A adaptação e compenetração da segunda fase à já existente, sem perder uma certa individualidade.
2. A criação de espaços comunitários e de permanência dentro do conjunto.
3. O sistema de galerias como intenção que proporciona o encontro comunitário.
4. O amplo vestíbulo com o intuito de conferir um espaço «extra».

Prageira, efeitos

1. Definitivamente, as novas peças desenhadas por Vítor Figueiredo adaptaram-se com facilidade às já existentes. Após, pelo menos 4 décadas da sua construção, o bairro verifica-se como um só. Não obstante, os edifícios de Vítor Figueiredo destacam-se pelo sistema de galerias, sem sobressair sobre os edifícios existentes. A solução das galerias, como uma forma dinâmica de acesso aos fogos, foi recebida de maneira positiva, fomentando as relações entre vizinhos nos primeiros tempos, segundo referem os entrevistados.
2. Os espaços que foram projetados como pequenas pracetas, são na atualidade espaços alcatroados – excetuando as circulações pedonais internas do conjunto – sendo utilizadas maioritariamente como estacionamento/zona de recreio.
3. Atualmente, vemos a intenção das galerias quase sem efeito, visto que foram privatizadas pelos moradores que, evidentemente preferem um espaço privado sobre o convívio com os vizinhos, um raciocínio distinto à comunidade piscatória de meados de século XX.
4. Relativamente à solução dos vestíbulos, nenhum morador entrevistado no bairro da Prageira alterou esta intenção, pelo que se pode considerar que foi bem aceite pelos moradores.

	Morador Entrevistado	Nomenclatura	Tipologia de fogo	Nº de moradores	Alteração em fachada	Apropriação de espaços comuns	Ampliação de cozinha	Ampliação de casa de banho	Transformação dos usos	Colocação de acesso pela cozinha
B de Santa Maria (CRE 104)	[SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada]	SM1	T4 que transformou em T3	5 2	•			•	•	
	[SM2M, mulher, 69 anos, ex-operária fábri no ramo das conservas, reformada, casada]	SM2H - SM2M	T3 que transformou em T2	4 2	•		•	•	•	•
	[SM2H, homem, 70 anos, pescador, reformado, casado]									
	[SM3, mulher, 51 anos, atadeira, empregada, casada]*	SM3	T2	3	•	•	•			•
	[SM5, mulher, 68 anos, conserveira, reformada, casada]	SM5	T2	4 2	•		•			•
	[SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada]	SM6	T3 que transformou em T2	5 1	•		•			•
B da Prageira (Ps 406)	[PIH, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado]	PIH - PIM	T3	7 5	•		•			
	[PIM, mulher, 67 anos, empregada hospitalar, reformada, casada]									
	[P3, mulher, 45 anos, desempregada, casada]	P3	T2	4	•	•			•	
B da Prageira (Ps 406)	[PAM, mulher, 52 anos, operadora supermerado, empregada, casada]	P4H - P4M	T2 que transformou em T3	3 4	•	•	•		•	•
	[P4H, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado]									

*Ampliação feita por morador anterior

De acordo com o quadro anterior, podemos observar que todas as habitações sofreram alterações da sua conceção original após a sua ocupação. No entanto, houve fogos em que as suas divisões foram alteradas e, por isso, modificaram o desenho original, e um único caso em que os moradores apenas fizeram pequenas obras de manutenção da mesma e interpretaram as divisões da casa de outra forma sem mexerem na estrutura [P3¹⁴⁰]. Em todos os casos estudados, deu-se, como consequência, a modificação de fachada¹⁴¹. Dos 7 casos estudados em planta, constatou-se que 4 deles se apropriaram de espaços comuns.

Relativamente à distribuição interna das habitações, as obras que foram feitas situam-se em três espaços específicos: a cozinha, a sala e a casa de banho. A descrição dos entrevistados alega que estes consideravam estas divisões pequenas. Por isso, as obras foram feitas com o intuito de aumentar o seu espaço para que pudessem estar mais à vontade e ter maior conforto. A obra mais repetida é a junção da marquise à cozinha. No caso das transformações dos usos dos espaços [P3, SM2, SM4], em todos os casos verifica-se a transformação de espaços noturnos em diurnos [SM2, SM4]¹⁴² e diurno em noturno [P3]¹⁴³. Quanto ao espaço supérfluo no bairro da Prageira, o amplo hall de entrada foi, num caso, aceite como vestíbulo (intenção do arquiteto) [P1] e, noutros, reinterpretado como sala [P3, P4]. Quanto ao bairro de Santa Maria, o espaço supérfluo que Figueiredo dispõe como uma saleta fechada no T2 é interpretado como espaços de circulação [P3] ou espaço de arrumos [P5].

[Consciência participativa]

Em ambas as obras, há uma consciência de abertura de uma possível reapropriação do espaço por parte do morador, portanto, Vítor Figueiredo assume essa futura intervenção dos moradores, como uma possibilidade muito viável. Vítor Figueiredo, no seu anonimato, deixa o espaço pronto para que, se for essa a vontade dos habitantes, este possa ser intervencionado.

De uma forma distinta do Processo SAAL, em que arquitetos e moradores trabalharam de forma articulada, evidenciando-se uma participação dos futuros usuários no processo criativo, Vítor Figueiredo assegura, logo na planificação do espaço, a possibilidade de que a sua obra possa ser reapropriada de forma distinta do projetado, pelos indivíduos que vierem a ocupar o espaço. Desta maneira, consideramos que a obra de Vítor Figueiredo também é marcada por uma lógica participativa dos

140 Apesar de não ser referido no texto, SM4 reinterpretou igualmente os espaços da sua anterior habitação, sem modificar as divisões. Dado o texto referir unicamente os casos estudados em planta e referenciados em tabela, não se menciona este caso, já que não foi possível realizar o levantamento desta habitação.

141 Apesar de não ter alterado as divisões, a moradora P3 apropriou-se do espaço designado como espaço comum e alterou os acabamentos exteriores, pelo que, consequentemente, se define como alteração de fachada.

142 Quartos apropriados como sala.

143 O espaço destinado a sala foi apropriado como quarto, pelo que o vestíbulo foi apropriado como sala.

moradores, desta feita convertida numa participação *ex ante*¹⁴⁴ e não numa participação ao longo do processo. O exemplo mais central desta nossa conclusão diz respeito à sua projeção do espaço supérfluo, mencionado ao longo do trabalho, do qual foi pioneiro, podendo verificar-se este espaço pela primeira vez, nos edifícios de 7 pisos da Célula C de Olivais Sul. Vítor Figueiredo assume este espaço, muito contrariamente aos conhecimentos de modernismo, como um espaço sem função, mas, ao mesmo tempo, como «cerne organizativo» da habitação, permitindo ao morador participar posteriormente e assumindo essa intenção desde o início.

Neste sentido, concordamos com as palavras de Gonçalo Byrne, cujo pensamento relativamente ao papel do arquiteto em habitação social é coincidente com o que terá sido a obra social em Vítor Figueiredo:

«(...) no fundo, o que toca aos arquitetos é pensarem, projetarem e, se possível, construírem um contentor de vida, creio que a melhor alegria e o melhor reconhecimento que o arquiteto pode ter é ver que a vida que se desenvolve nesse edifício é uma vida participativa e eventualmente criativa, até para interferir com ela ou para continuar, mas será sobretudo uma alegria ver que criou espaços que são estimulantes e que são apetecíveis de viver».

[Do arquiteto: versatilidade e intemporalidade]

Quanto à resposta arquitetónica na habitação social, de uma maneira generalizada, concordamos com as palavras de Duarte Cabral de Mello (1979, p.25), quando refere que há influências da «arquitetura chã» em Vítor Figueiredo, arquitetura enquadrada entre os séculos XVI e XVII, durante o período das descobertas no Brasil, sendo «um estilo marcado pela sua liberdade face às regras académicas (...), uma arquitectura vernácula mais ligada às tradições locais vivas do que aos autores de um passado remoto» (Kubler, 1972 citado em Mello, 1979). Relacionamos estas soluções arquitetónicas com Vítor Figueiredo, pelo seu interesse em respeitar a arquitetura vernacular portuguesa, pelo que não se verifica a introdução de estilos ou artificios, senão a intenção de interpretar, através desta, numa linguagem que o morador conhece, e, de uma maneira mais íntima, as suas necessidades.

A intemporalidade da arquitetura do Vítor nestes dois bairros demonstra-se através da rejeição na utilização de estilos ou tendências, podendo notar-se, sim, influências como a da arquitetura italiana do pós-guerra. Vemos, assim, uma resposta muito particular para cada um dos conjuntos. Nas palavras de Gonçalo Byrne:

144 Ex ante significa antecipadamente, pelo que o parece que o arquiteto criou antecipadamente condições para que os moradores viessem participar do processo de planificação do espaço. Uma medida de arquitetura participativa, diferente do habitual.

«O Vítor não está minimamente preocupado com fazer edifícios segundo estilos ou linguagens pré-determinadas. Ele está muito interessado em secar ao máximo a arquitetura e, por isso, tem esta noção de um Classicismo monumental porque, segundo ele e eu concordamos, esta é a melhor maneira de tornar estes edifícios um pouco intemporais e de os tornar apropriáveis pelas pessoas que vão viver neles»¹⁴⁵

Por outro lado, a aceitação de uma futura reinterpretação por parte dos moradores permite a regeneração da própria obra, sem perder a identidade, visto que a intenção de Figueiredo ultrapassa os revestimentos exteriores ou o modelo do caixilho, baseando-se em intenções que permanecem no tempo e que assumem um papel cambiante, uma arquitetura. A este respeito, concordamos com Gonçalo Byrne quando afirma:

«Pelo menos no meu ponto de vista, eu acho que o que pode ser mais gratificante num trabalho de arquitetura é perceber que, uma vez construído, vivido e habitado, não só o edifício tem uma boa reação por parte de quem o habita – e essa boa reação não significa manter o edifício como está – mas que as pessoas que o usam - porque pode não ser uma habitação, pode ser um edifício público - se sintam bem no edifício e que o edifício transmita esse estímulo de estarem em confronto, a viver, a trabalhar ou o que quer que seja, nesse edifício. (...) Em primeiro lugar, nós sabemos que as cidades e a arquitetura em princípio têm condições de permanência no tempo, mas é verdade que os hábitos de vida das pessoas mudam com os tempos. Portanto, pensar que um projeto que um arquiteto fez é uma obra sagrada em que ninguém lhe pode tocar eu acho que não é um erro, é uma perversão.»¹⁴⁶

Como refere Gonçalo Byrne, e referia Vítor Figueiredo no discurso aos seus alunos, existe uma preocupação de deixar o legado da arquitetura estimulante, através da sua humanização, uma arquitetura que cause bem-estar a quem a vive, «dando uma arquitetura que para ele [Vítor Figueiredo] tendencialmente será muito idêntica à que ele também cria para os ricos»¹⁴⁷. É aqui que entendemos que Vítor Figueiredo não projeta para classes, mas sim para necessidades. Aliás, ele não está interessado em atribuir-se o papel de arquiteto, não pretende atribuir-se a responsabilidade de decidir um espaço para uma família cujas necessidades desconhece, pelo que concede esse direito aos moradores, através do *supérfluo*, do «recanto não designado»¹⁴⁸.

[As minhas perspetivas: dos usos futuros do espaço]

A caracterização sociográfica realizada em cada um dos bairros, como se referenciou anteriormente, demonstra que as comunidades de ambos os objetos de estudo, se encontram altamente vulnerabilizadas, sobretudo no que refere ao envelhecimento, verificando-se um índice de 200% no bairro de Santa Maria e de 276% no bairro da Prageira. Estes valores traduzem populações altamente envelhecidas, sobretudo no bairro dos pescadores da Prageira. Isto indica que num futuro relativamente próximo, os bairros serão, inevitavelmente ocupados por outros moradores, o que trará uma transformação na caracterização e necessidades dos novos habitantes. Como anteriormente referido, Vítor Figueiredo projeta pensando na reapropriação e elasticidade futura, que, até agora tem satisfeito a comunidade (sendo que a grande maioria dos entrevistados são moradores desde os inícios do bairro).

No que ao sítio concerne, o bairro de Santa Maria, pela sua localização estratégica no aglomerado norte da cidade, aparenta ter conseguido uma importância urbana no tecido da cidade, o que, na nossa perspetiva, poderia atribuir-lhe um futuro de longa permanência, sendo que a caracterização dos moradores é mais diversa do que na Prageira. No que refere a este bairro (Prageira), relembramos a questão levantada no Capítulo I:

«Conseguir-se-ia adaptar a proposta de Vítor Figueiredo para a Prageira às necessidades da comunidade para que foi idealizada, mas poderá adaptar-se a futuros usos de outras comunidades?»

Relativamente à adaptação do bairro, lembrando que foi um bairro projetado para a gente do mar, apesar de se encontrar isolado quanto à sua inserção no tecido urbano e apresentar características muito distintas face às presentes nas rudimentares habitações piscatórias (entre elas, habitações em altura, em vez de habitações unifamiliares de um piso), tem respondido às necessidades do morador para o qual foi idealizado, já que os entrevistados, pertencentes ao setor da pesca e das conservas e moradores desde os inícios da segunda fase, se mostram satisfeitos e identificados com a sua habitação e não pretendem mudar para outro bairro. No que se refere à profissão pela qual o bairro é caracterizado (a atividade piscatória), tem vindo a diminuir nos últimos anos. Os residentes jovens, em idade ativa, mostram desinteresse pela atividade, enquanto os que ainda a exercem, segundo se constatou no bairro pelas entrevistas e observações, se encontram em idade já avançada. Na perspetiva do morador P4H, pescador reformado de 73 anos de idade, que ainda compõe redes, a atividade piscatória está condenada a terminar eventualmente em Peniche, seja por falta de mão-de-obra ou pelo avanço da tecnologia, o que compromete a existência e caracterização do bairro num futuro, próximo ou não.

145 Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne. Apêndice 3.

146 Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne. Apêndice 3.

147 Ibidem.

148 Ibidem.

[Perspetivas de trabalhos futuros]

Em continuidade com o ponto anterior, podemos deixar em aberto a possibilidade de futuros trabalhos focalizados no que poderia vir a ser uma futura reinterpretação dos bairros já estudados. Neste sentido, o caso da Prageira é o que se demonstra mais sensível a uma transformação, pelas razões anteriormente expostas. Assim, observamos que, na medida em que a pesca vai perdendo importância na Prageira, os desportos aquáticos como o surf, ganham relevância na economia da cidade de Peniche. Por esta razão, e pela proximidade do conjunto com o mar, poderíamos deduzir um futuro uso das instalações como segunda habitação, o que nos leva a pensar de que maneira poderia adaptar-se o bairro da Prageira (sobretudo os edifícios da segunda fase, aqui estudados) a uma possível transformação na sua caracterização e como esses novos moradores repercutiriam no conjunto habitacional, indagando como se adaptaria a obra de Vítor Figueiredo e Eduardo Trigo de Sousa a uma possível nova realidade.

Outro possível tema a desenvolver num trabalho futuro, quanto à intervenção participativa dos moradores na habitação que Vítor Figueiredo facilitou desde a sua projeção, poderia ser o estudo de outras obras de habitação social do arquiteto, realizadas no mesmo período que os objetos do presente trabalho, permitindo perceber se existiu por parte do arquiteto a mesma intenção de elasticidade na habitação e de reinterpretação futura que se observou no presente trabalho e de que maneira foi reapropriada pelos moradores, comparativamente com os conjuntos que aqui foram estudados.

Referências bibliográficas

- AALTO, Alvar – «A humanização da arquitetura». *Arquitetura*, n.º35, agosto, 1950.
- ALEXANDER, Christopher – *Notes on the synthesis of form*. 7ª edição. Massachusetts: Harvard University Press, 1973.
- ALMEIDA, Paulo. «Bairros Económicos: a casa como arma política,», s/d. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10715.pdf>. [Acedido em abril de 2017]
- ARENGA, Nuno – *Vitor Figueiredo: Fragmentos de um Discurso*. Porto: Circo de Ideias, 2012.
- BANDEIRINHA, José A. – *O processo SAAL e a arquitectura do 25 de abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- BECKER Annette, TOSTÕES Ana & WANG, Wilfried – *Portugal: Arquitectura do século XX*. Lisboa. Munique: Prestel, 1997.
- BERNARDO, Hernani B. – *Repercussão das actividades económicas da geografia humana do concelho de Peniche*. Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1943.
- CALADO, Mariano – *Peniche na História e na lenda*. 3ª edição. Peniche: edição de autor, 1984.
- ENGENHEIRO, Fernando – «Apontamentos para a historia das fabricas de conservas e estivas em Peniche» in Santos, Nuno – *Compilação de artigos*. Peniche (Agosto, 2002 [1]), p.51.
- ENGENHEIRO, Fernando – «Crises, fome e mendicidade ao longo dos anos em Peniche» in Nuno Santos. – *Compilação de artigos*. Peniche (Agosto, 2002 [2]), p.78-79.
- ENGENHEIRO, Fernando – «O bairro dos pescadores junto ao Porto da areia norte em Peniche». *A Voz do Mar*, (13 de março 2007 [a]), p.5.
- ENGENHEIRO, Fernando – «O Bairro Senhor do Calvário e as suas ampliações». *A voz do Mar* (27 de março, 2007 [b]), p.5
- ENGENHEIRO, Fernando – «O Bairro de Santa Maria, a sul do Bairro do Senhor do Calvário». *A voz do Mar* (24 abr. 2007 [c]) p.5.
- ENGENHEIRO, Fernando – «O bairro dos pescadores da zona da Prageira». *A Voz do Mar*, (8 mai. 2007 [d]), p.5.

GARRIDO, Álvaro – «O Estado Novo e a Pesca: A recriação Historicista de uma “Tradição Marítima Nacional”» in *Estados Autoritários e Totalitários e suas representações*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/32197> [Consultado em fev. 2016]

GREGÓRIO, Sofia S. – *Arquitectura ou Revolução. Learning from the satellite*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao ISCTE-IUL, 2014

GONÇALVES, Rogério & SANTOS, Davide S. – Entrevista a Vítor Figueiredo. D.A.: *Documentos de Arquitectura* N°2, 1999.

MACHADO, Idalina M. M. – *Lutas sociais, habitação e quotidiano: análise da génese e estruturação do Bairro da Bouça na cidade do Porto (do SAAL à solução cooperativa)*. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2012.

MALDONADO, Vanda; BORGES, Pedro N. – *Vítor Figueiredo: Projectos e obras de habitação social 1960-1979*. Porto: Circo de Ideias, 2015.

MELLO, Duarte C. (1979). «Vítor Figueiredo/ Arquitecto» in *Arquitectura - Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e Equipamento*, n° 135, 4* série (setembro/outubro) pp.25-67.

MELLO, Duarte C. & PORTAS, Nuno – «Vítor Figueiredo: La misère du superflu» in *L'Architecture d'Aujourd'hui* (maio/junho 1976), p.30.

MOLINARI, Luca – «Entre continuidad y crisis: Historia e proyecto en la cultura arquitectónica italiana de la posguerra» in *2G, Arquitectura Italiana de la posguerra*, n°15. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2000.

MUGNAI, Francesca – *Un margine per Genova. Il quartiere residenziale di Forte Quezzi di Luigi Carlos Daneri. Firenze Achittetura*, 2016, pp. 44-49. Disponível em: <https://flore.unifi.it/handle/2158/1073706#WdBxwWjWzIU> [Consultado em junho, 2017]

PAIS, Marco; SEIXAS, Sónia; AGGIO, Rafael [et al]. – «A pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade» in *Revista da Gestão Costeira Integrada* (Dezembro, 2012) p.405-427. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rgci/v12n4/v12n4a02.pdf>. [Consultado em maio de 2016].

PEIXOTO, Luis C. – *Apontamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche*. Peniche: CMP, 1991.

PEREIRA, Sandra M. – *Casa e mudança social: uma leitura das transformações de sociedade portuguesa a partir da casa*. 2ª edição. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

PIDDIU, Maria M. – *O plano INA-Casa: Uma leitura transversal do projeto de Via Pessina em Cagliari*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à FAUP em 2012.

PORTAS, Nuno – *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004.

PORTAS, Nuno (coord.) *Habitação para o maior número*. Portugal, os anos de 1950-1980. Lisboa: CML,IHRU, 2013.

RAMOS, Jorge R.; SILVA, Patrícia G. – *Comunidades Piscatórias: do legado da arquitectura popular às estratégias habitacionais do Estado Novo*. *Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular*. Município de Arcos de Valdevez (2016).

ROSETA, Helena – *Escritos (1947-1996)*. Nuno Teotónio Pereira. Porto: FAUP, 1996.

TAVARES, Domingos – *Francisco Farinhas. Realismo moderno*. Porto: Dafne Editora, 2008.

TAVARES, Maria F. G. – «Leituras da produção [moderna] da casa: As HE* nos anos 50 e 60 em Portugal.» Artigo que tem por base a comunicação no Colóquio Internacional C+C+W 2010, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, no dia 14 de abril de 2010.

TAVARES, Maria F. G. – «Habitações Económicas» - *Federação das Caixas de Previdência: Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto*. Tese de doutoramento apresentada à FAUP, 2016.

TERENO, Paula – *Vítor Figueiredo*. Obtido de Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Novembro, 2013. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a57ec936-171d-433b-a64c-da9a41566521 [Consultado em maio, 2016]

TEIXEIRA, Manuel C. – *As estratégias de habitação em Portugal – 1880-1940. Análise Social*, Vol. XXVII, n°115, 1992. [Consultado em 7 de junho de 2016]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf>

Legislação

Lei n.º 2007, de 7 de maio de 1945.
Decreto-lei n.º 35611, de 25 de abril de 1946.
Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937

Documentação – Fontes Primárias

Câmara Municipal de Peniche – *Diagnóstico Estratégico. Estratégia de Desenvolvimento e Programa de Actuação. Magna Carta, Peniche 2025*, fevereiro, 2009.

Conselho Local de Acção Social de Peniche – *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche*, 2015.

Memória descritiva e justificada de Conjunto Habitacional de Peniche CRE-104, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/IHRU, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00048

Memória descritiva e justificada de Projeto de um Conjunto de 100 Habitações em Peniche, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/IHRU, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00049

Memória descritiva e justificada de Conjunto Habitacional de Peniche – CPs 460 Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/IHRU, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 00044

Dados Estatísticos

INE – *Censos 2011*, disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS
[Consultado ao longo do processo de pesquisa]

INE – *Anuário estatístico regional. Região Centro*, 2015.
Disponível em www.ine.pt
[Consultado ao longo do processo de pesquisa]

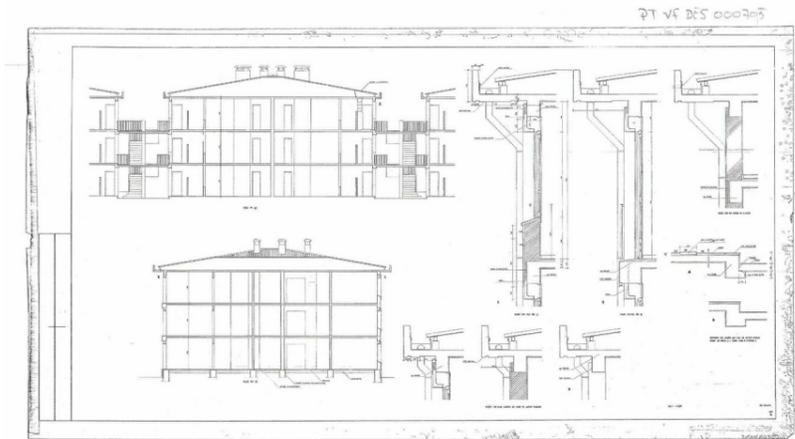
PORDATA - Base de dados Pordata, disponível em www.pordata.pt.
[Consultado ao longo do processo de pesquisa]

Apêndice 1 |
Documentação original de Santa Maria

A1 [a] |

Esquema de plantas de fogo – Categoria I

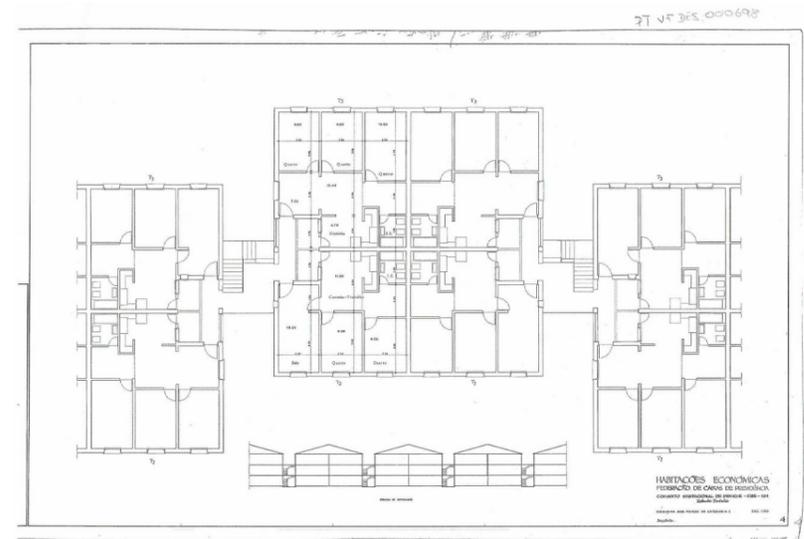
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000698



A1 [b] |

Secções – Categoria I [CRE 104]

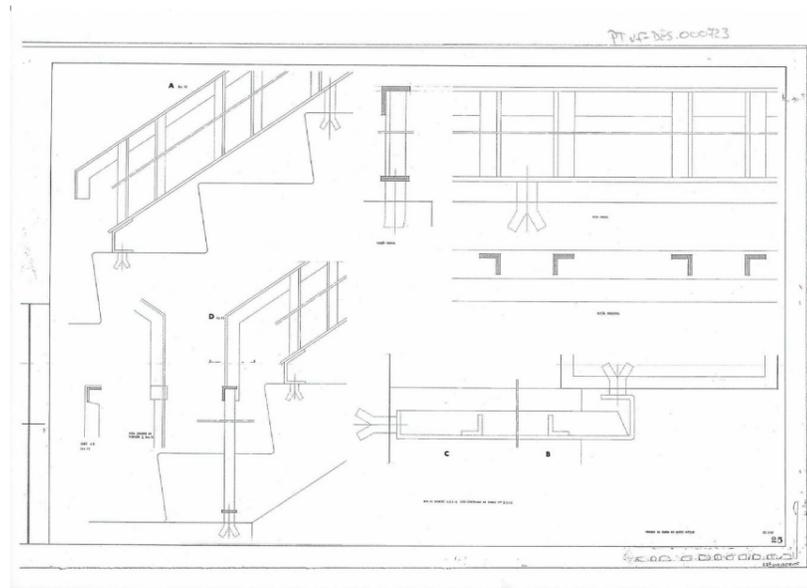
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000705



A1 [c] |

Projeto: Pormenor da guarda dos acessos verticais

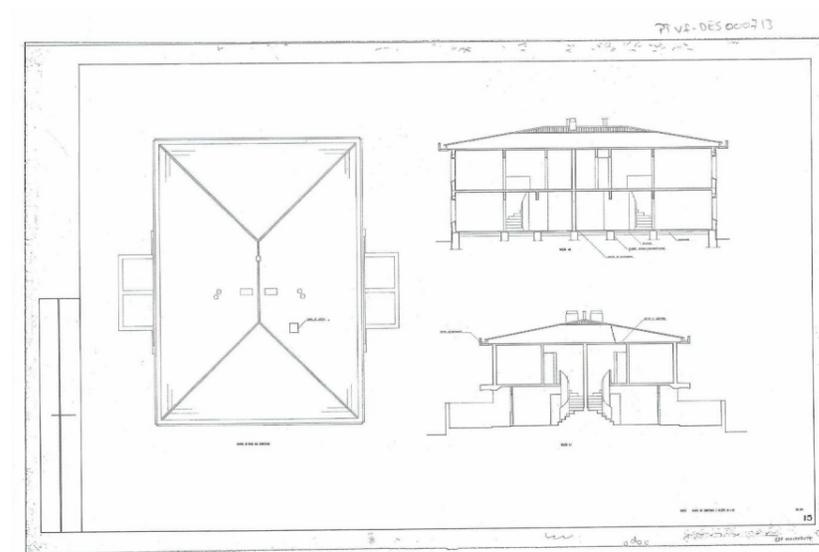
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000723



A1 [e] |

Fig. | Planta de cobertura | Secções – Categoria II [CRE 104]

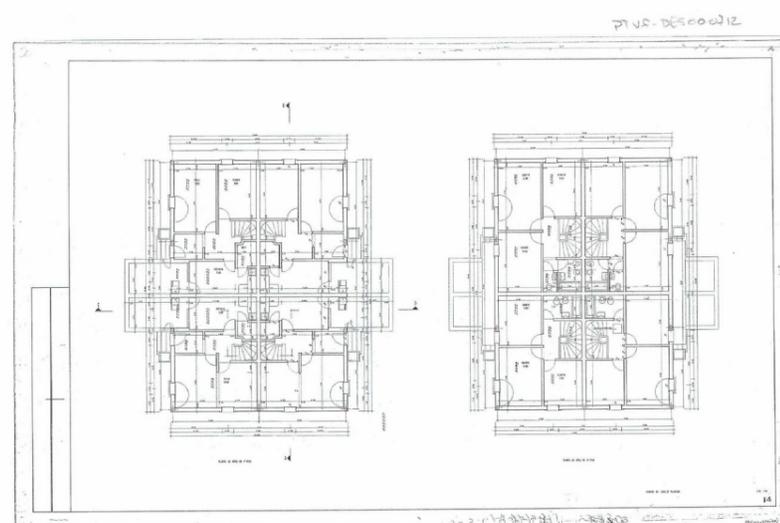
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 000713



A1 [d] |

Esquema de plantas de fogo – Categoria II

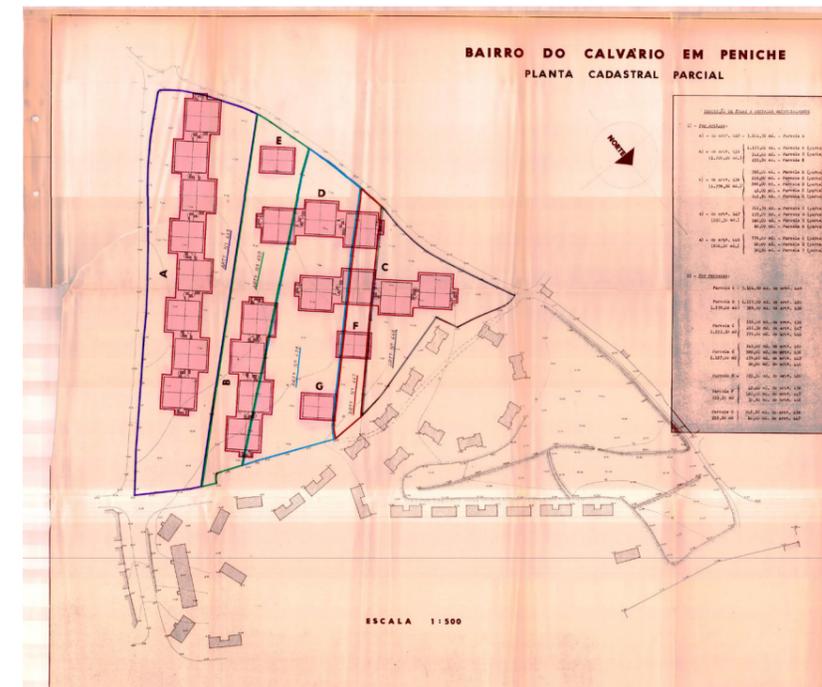
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES000712



A1 [f] |

Bairro do Calvário – Planta Cadastral. Esc:1:500.

Fonte: Acervo documental do Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.



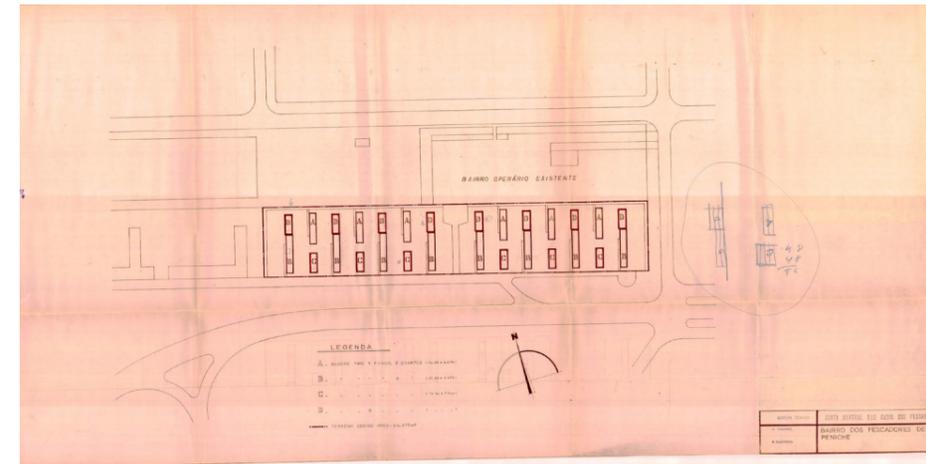
Apêndice 2 | Documentação gráfica do Bairro da Prageira

A2 [a] |

Planta de Conjunto Fase 1 – Fase 2. Esquema [CPs 406]

Fonte: Do Acervo documental do Arquivo Municipal de Peniche.

Cedida pela Câmara Municipal de Peniche.

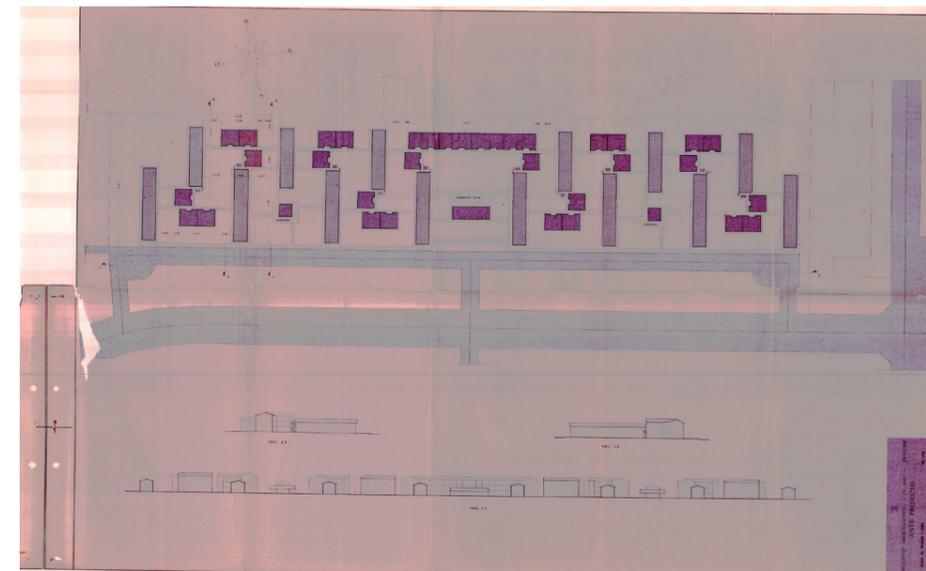


A2 [b] |

Planta do Conjunto Habitacional [CPs 406]

Fonte: Do Acervo documental do Arquivo Municipal de Peniche.

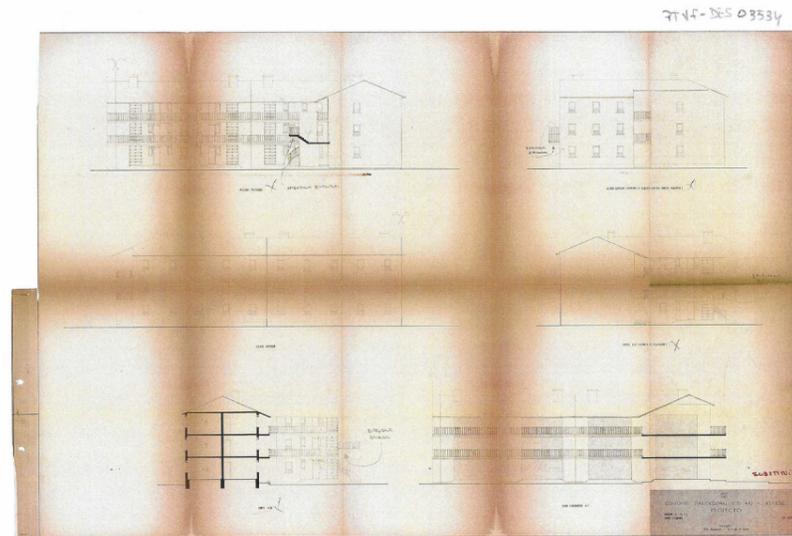
Cedida pela Câmara Municipal de Peniche.



A2 [c] |

Unidade A – Alçados, secções [CPs 406]

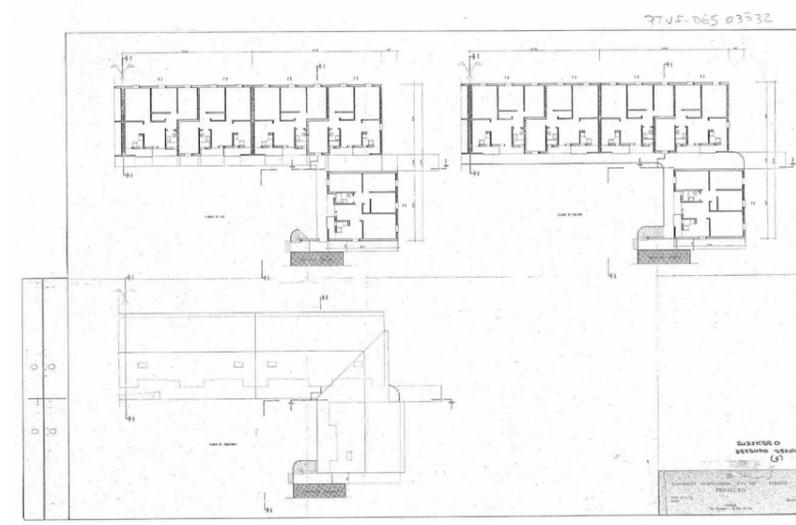
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03534



A2 [e] |

Unidade A – Planta tipo [CPs 406]

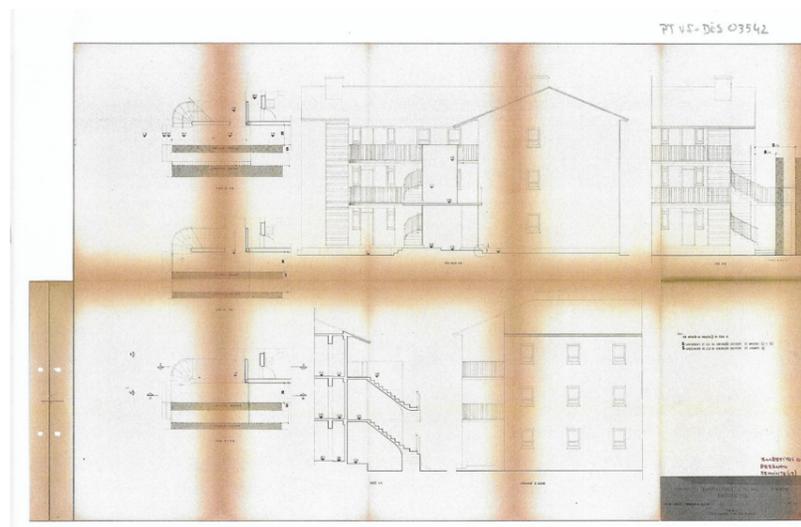
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03532



A2 [d] |

Unidade B – Alçado, secção [CPs 406]

Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03542



A2 [f] |

Unidade B [B1, B2] – Planta tipo [CPs 406]

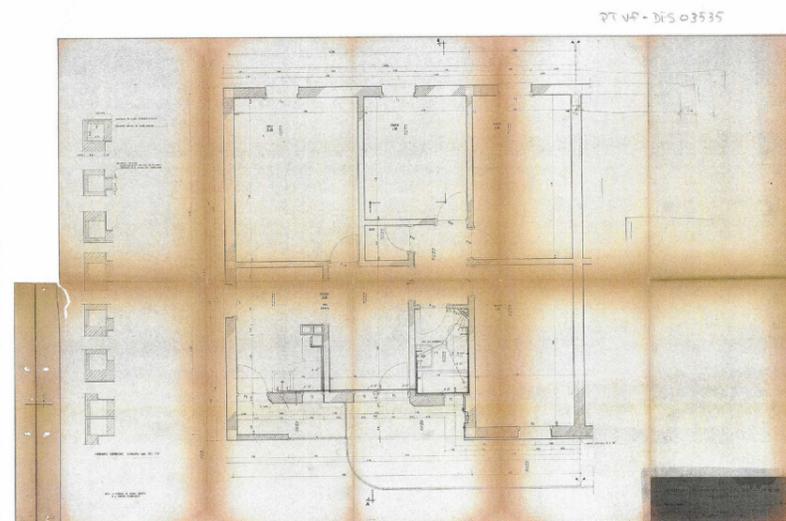
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03530



A2 [g] |

Planta tipo – Fogo T3 [CPs 406]

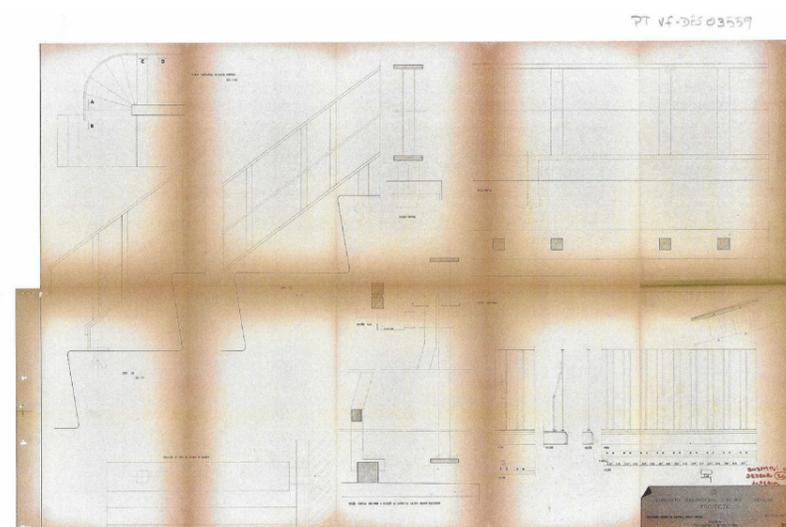
Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03535



A2 [h] |

Pormenores – guarda da galeria e acesso vertical [CPs 406]

Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo, SIPA/IHRU, PT VF-DES 03559



Transcrição de entrevista a Gonçalo Byrne, efetuada dia 13 de janeiro de 2017, em Lisboa

E: Em primeiro lugar queria agradecer a sua disposição ao me receber no seu atelier e por disponibilizar o seu tempo para esta conversa. Como adiantei no e-mail, eu tenho vindo a estudar o Vítor Figueiredo, mais propriamente a sua faceta em arquitetura social, nomeadamente através de dois projetos em Peniche: o do Bairro de Santa Maria, também conhecido como bairro da Caixa, e o do Bairro da Prageira, que despertaram a minha curiosidade, me fizeram ler mais e conhecê-lo melhor.

e: O de Peniche está construído?

E: Sim, ambos estão.

e: É que eu não me lembro de nada.

E: Este aqui é o Bairro da Caixa, que por acaso visitei há pouco tempo. Este livro é de uma arquiteta que está a fazer o doutoramento sobre as obras sociais do Vítor Figueiredo e registou isto muito bem.

e: Mas este livro já está editado?

E: Sim, está, só que ela fez pouquíssimos exemplares. Este livro tem sido a minha bíblia para a dissertação (risos).

e: Eu não conhecia este livro, mas é uma pena [haver poucos exemplares]. De facto, o Vítor Figueiredo merece mais do que um livro, mas este é o único que eu conheço. Eu tenho a impressão que será a primeira bibliografia [sobre ele] que existe. Isto deveria estar editado com uma edição grande.

E: Os livros foram editados pelo Circo de Ideias, só que foi difícil fazer uma edição com muitos exemplares do livro. É maravilhoso o trabalho que eles fizeram.

e: Pois é. Quem fez o livro?

E: O livro é da Vanda Maldonado e de Pedro Namorado Borges. Eles trabalharam em conjunto como parte do seu trabalho a desenvolver para o doutoramento.

e: Mas não foram colaboradores dele?

E: Não. Ela foi aluna do primeiro ano do Vítor Figueiredo em Coimbra. Por acaso ontem estive a falar ao telefone com ela e comentou que ficou sempre com aquele bichinho de depois conhecer o Vítor Figueiredo.

e: Isso acontece com toda as pessoas que tiveram contacto com ele e sobretudo com aqueles que foram alunos dele.

E: Ele fez o bairro de pescadores, que é uma segunda fase do bairro já existente e fez este da Caixa.

e: Agora estou a ver as imagens e estou-me a lembrar. Isto é um projeto de que ano?

E: De 1968.

e: De 1968... Deixe-me localizar-me. Em 1968 eu já conhecia o Vítor, sim, mas ainda o conhecia pouco. 1968 foi o ano em que eu acabei o curso e em que fui para o serviço militar, para a tropa. Mas falava-me de outro bairro também no seu texto.

E: Sim, o Bairro da Prageira que é de 1969.

e: Em Peniche também?

E: Sim, em Peniche também. Este é um bairro de pescadores. Isto já era a parte existente, os edifícios retos, e estes são os que ele tenta inserir.

e: Quais eram os existentes? As barras?

E: Sim, as barras. Ele inseriu aqueles pequenos blocos.

e: Isso é muito interessante.

E: Muito, extremamente. Eu percorri o bairro e achei fantástico.

e: Esse eu não conheço mesmo.

E: Eu achei interessantíssima a importância que ele dá às escadas e aos acessos. Esse bairro está um pouco fora da cidade e sempre foi uma comunidade piscatória.

e: Como é que o bairro funciona hoje? Ainda está habitado e muito bem habitado?

E: Sim, ainda hoje está. Eu senti que, pronto, há sempre aquelas modificações que os moradores vão fazendo e que são inevitáveis, mas achei este bairro muito mais interessante do que o de Santa Maria.

e: O de Santa Maria é o primeiro, também de Peniche.

E: Exatamente.

e: Com exercício de facto eu não conhecia este bairro, mas acho isto genial.

E: [No Bairro da Prageira] Há um sentimento de pertença por parte dos moradores incrível.

e: Ah, com base na visita atual?

E: Sim. Eu falei com alguns moradores, fiz algumas entrevistas. Muitos deles chegaram ao bairro em crianças e ficaram a viver lá até agora.

e: Este bairro também é de 1968?

E: Projeto de 69.

e: Então tem quase cinquenta anos.

E: Apesar de serem projetados pelas HE-FCP, ambos bairros foram invadidos após o verão quente.

e: Mas estavam desabitados?

E: Sim, estavam. As habitações ainda não tinham sido entregues, então as pessoas decidiram romper e começar a habitar.

e: A obra foi acabada e nunca foi habitada?

E: Eu acho que a obra de Santa Maria tinha sido acabada em 1973, [quando invadiram] ainda faltavam uns pormenores e ainda não tinha sido entregue. Em 1974, as pessoas invadiram a obra.

e: Claro, agora estou-me a lembrar desse processo. E com o bairro da Prageira a mesma coisa.

E: Exatamente. Foi posterior ao Bairro de Santa Maria, mas na Prageira as pessoas ficaram com a mesma ideia e fizeram o mesmo.

e: Isso são fotografias de época, da altura?

E: Sim. Tenho também fotografias atuais.

e: É muito provável que hoje estes pavimentos estejam diferentes porque dá a impressão que esta pavimentação nunca foi acabada.

E: Hoje em dia isso está com lajetas de cimento. Já lhe vou mostrar, eu tenho aqui umas fotografias.

e: Tem fotografias atuais?

E: Tenho. Então, sabe como é, o Vítor Figueiredo acaba por ser tão interessante que eu comecei com estas duas obras e agora estou a dar uma olhada também aos Olivais e a umas moradias no Barreiro. O Bairro da Prageira está numa zona industrial, então, chamou a minha atenção o facto de ainda haver alguns senhores a fazer a atividade de arranjar as redes.

e: Ponha outra vez na fotografia anterior, a primeira de todas. Ah está bem, pensei que isto era o chão, mas não, são as redes estendidas, claro. Isso quer dizer que a pesca continua a ser uma atividade importante ali.

E: Só que não se vê gente jovem no bairro. O bairro está assim isolado. Aqui está o parque e do outro lado da rua...

e: Isso são os armazéns industriais.

E: A este edifício eles chamam Comboio, é o edifício principal.

e: É o mais comprido e o que tem galerias porque os outros não têm.

E: Exatamente, estes são os edifícios originais, da primeira fase, em que o Vítor Figueiredo não interveio.

e: Mas as galerias ainda são praticáveis, as galerias não estão seccionadas, nem podem.

E: Mais ou menos, alguns vizinhos fizeram uma tentativa de as fechar.

e: Puseram portões e assim, pois, pois. O vizinho que está no meio normalmente pode fazer isso porque tem uma escada de cada lado, embora não deva.

E: As escadas também chegavam a uns corredores vazios e muitos dos vizinhos taparam o corredor e ficaram com aquele espaço.

e: Claro, houve uma individualização e um acrescento. Até isto eu acho interessante porque, no fundo, é um processo de apropriação que o próprio projeto permitia.

E: Isto não era suposto acontecer.

e: Claro, era uma maneira de reduzir o tráfego e claro que o último fecha. Os outros já não podem, mas este pode.

E: Havendo escadas laterais facilita para eles fazerem estas transformações. Aqui foi uma vizinha que entrevistei. As escadas... acho fantástico.

e: Este projeto também era das caixas previdência?

E: Foi promovido pela associação dos pescadores e construído pelo organismo das Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência.

e: [A ver fotografias do bairro na atualidade] Também deve estar muito transformado com estas coisas.

E: Está, sem dúvida. Aqui entrei na casa da senhora. (risos)

e: Incrível. A casas estão incrivelmente bem conservadas e super limpas, o que é uma coisa incrível.

E: Acho que ela tem o móvel original.

e: Se calhar é este, pois, tem todo o ar disso. E este também, claro. Eram cozinhas mínimas na altura. Ela já fez aqui um murinho para criar um espaço intermédio.

E: Este espaço onde nós estávamos a senhora tomou como sala e realmente este era o tal espaço supérfluo que o Vítor Figueiredo designou.

e: A sala é para receber as pessoas de fora, não é para viver normalmente. A sala é onde tem os *napperons*, e quando há uma visita então vão para a sala porque nem uma televisão têm aqui na sala.

E: Era suposto a sala ser este quarto que está aqui, mas eles decidiram fazer mais um quarto e transformaram a sala num quarto e o espaço supérfluo transformaram numa sala, que até é bastante aconchegante.

e: Claro. É incrível.

E: Modificaram também a fachada toda.

e: Diana, diga-me, está a fazer um trabalho de... Este livro deve estar esgotadíssimo.

E: Sim. Fizeram uma edição com poucos exemplares. Eu lembro-me que, na altura, me inscrevi numa lista para receber o livro.

e: De quando é a edição?

E: Acho que foi de 2015.

e: Então é muito recente mesmo. Não diz [a data].

E: Aqui no final diz. É de dezembro de 2015.

e: Tem pouco mais de um ano.

E: É extremamente interessante.

e: Então, mas diga-me, a Diana está a fazer a sua tese de mestrado.

E: Sim, estou a fazer o levantamento e análise destes dois bairros, como colaboradora do Centro de Investigação da Universidade do Porto. Estou a ser orientada pela professora Maria Tavares, há pouco tempo ela fez o seu doutoramento focalizado no estudo das HE (Habitações Económicas) em Portugal

e: Mas ela é historiadora ou arquiteta? Arquiteta?

E: É arquiteta, só que está dedicada ao trabalho de investigação também.

e: Eu sou capaz de a conhecer, mas agora não estou a ver.

E: Muito provavelmente.

e: Qual a idade que ela tem? Quarentas?

E: Deve ter, sinceramente não sei a idade.

e: Eu devo conhecer, mas não estou a associar ao nome. Então, está a fazer a dissertação normal de mestrado do curso de Arquitetura.

E: Sim. Através destas duas obras do Vítor Figueiredo, eu quero fazer também um estudo sociológico sobre como se adaptaram os moradores e perceber se realmente o Vítor Figueiredo conseguiu que o edifício se mantivesse intemporal. É isso que eu estou a tentar provar destes dois bairros. Eu soube que vocês tiveram um certo contacto, que foram conhecidos e o próprio arquiteto [o entrevistado, Gonçalo Byrne] também trabalhou em edifícios de arquitetura social, como a Pantera Cor-de-Rosa. Com base na sua experiência com obras de habitação social, como foi a Pantera Cor-de-Rosa em Chelas, queria-lhe perguntar o que achou mais gratificante no seu trabalho? O que acha que seria também mais gratificante para o Vítor Figueiredo em arquitetura social?

e: Pelo menos no meu ponto de vista, eu acho que o que pode ser mais gratificante num trabalho de arquitetura é perceber que, uma vez

construído, vivido e habitado, não só o edifício tem uma boa reação por parte de quem o habita – e essa boa reação não significa manter o edifício como está – mas que as pessoas que o usam - porque pode não ser uma habitação, pode ser um edifício público - se sintam bem no edifício e que o edifício transmita esse estímulo de estarem em confronto, a viver, a trabalhar ou o que quer que seja, nesse edifício. Só para tentar explicar um bocadinho melhor este raciocínio, eu costumo dizer e digo muito isto aos alunos, a arquitetura é uma forma de conhecimento muito particular e complexa e por isso há uma formação académica e universitária, mas há sobretudo um processo contínuo de aprendizagem mesmo depois do curso. Eu considero que cada projeto é sobretudo um momento e uma oportunidade de aprendizagem. Não há dúvida de que há uma forma de conhecimento a que chamamos arquitetura e que é complexa porque trata várias disciplinas por vezes paradoxais. No fundo, o projeto faz a síntese entre um conhecimento que oscila entre as ciências humanas, as ciências da tecnologia e da construção - portanto, realidades já diferentes e com aspetos diferentes - mas depois também entre a História, que é uma disciplina importantíssima e fundamental para conhecer a pré-existência, mas sobretudo para dizer que a ação e o projeto de arquitetura estão inseridos no tempo. A História é a única disciplina que a Diana tem no curso de Arquitetura que introduz uma dimensão temporal no exercício da arquitetura. Mas depois, se quiser, tem ainda todas as Teorias do Conhecimento, a Filosofia, a Estética e etc. Tudo isto é usado pelo arquiteto para fazer uma coisa que se chama síntese e que é um projeto. No fundo, o projeto é um caminho de opções através do desenho, que levam a prefigurar – porque o projeto não é uma construção – uma construção. Para explicar aquilo que eu tinha dito antes, no fundo, uma vez feita, essa construção é sobretudo aquilo que eu chamo de um *contentor de vida*. Portanto, é uma coisa que ultrapassa o arquiteto e uma vez construído fica à disposição de quem vai habitar, trabalhar, ou de quem vai simplesmente passar. A arquitetura tem sempre uma dimensão pública e urbana porque mesmo que seja uma casa privada há sempre um interface com o espaço público e, portanto, há uma relação que funciona nos dois sentidos. Dito isto e considerando, no fundo, o que toca aos arquitetos é pensarem, projetarem e, se possível, construírem um *contentor de vida*, creio que a melhor alegria e o melhor reconhecimento que o arquiteto pode ter é ver que a vida que se desenvolve nesse edifício é uma vida participativa e eventualmente criativa, até para interferir com ela ou para continuar, mas será sobretudo uma alegria ver que criou espaços que são estimulantes e que são apetecíveis de viver. Creio que o Vítor não o diria desta maneira, aliás, certamente o diria de maneira diferente porque o Vítor Figueiredo tinha uma qualidade que eu não sou capaz [de ter] mas que era genial nele, que era através de imagens extremamente redutoras e muito cinematográficas – porque o Vítor também era um homem do Cinema, ele vivia o mundo do Cinema – ele conseguia traduzir expressões de uma riqueza enorme, muitas vezes utilizando raciocínios, diria eu, quase iconoclastas e de destruição, contradizendo todas as figuras mais ou menos estabelecidas da arquitetura. Portanto, criava uma espécie de enredo sobre as obras numa perspetiva que eu também acho que é muito cinematográfica. Num pequeno artigo

que está publicado naquele livrinho eu chamava a esta capacidade uma *capacidade de intriga*. Eu chamava ao Vítor um *arquiteto de obras intrigantes*. Intriga não no sentido da fofoca ou do boato, mas intriga no sentido de criar enredo, capacidade de num filme, por exemplo, criar aquilo que os ingleses chamam de drama, no fundo, é criar tensão na maneira como projeta. Por isso, as obras dele são obras que aparentemente são quase de um Classicismo, são de uma arquitetura quase morta, como diz o Jorge Grassi (22:15), uma linguagem quase morta. O Vítor não está minimamente preocupado com fazer edifícios segundo estilos ou linguagens pré-determinadas. Ele está muito interessado em secar ao máximo a arquitetura e, por isso, tem esta noção de um Classicismo monumental porque, segundo ele e eu concordo, esta é a melhor maneira de tornar estes edifícios um pouco intemporais e de os tornar apropriáveis pelas pessoas que vão viver neles. Eu estou muito de acordo com esta perspetiva dele, acho que de facto ele é o grande mestre nesta maneira de olhar para a arquitetura.

E: Muito interessante.

e: Está a gravar, não está? Porque depois vai ter se trabalhar com a gravação.

E: Sim, é tão interessante que eu não estou a apontar nada.

e: Mas tem mais perguntas?

E: Sim, claro que sim.

e: Como vê as respostas depois também extravasam.

E: Alguma vez teve a oportunidade de colaborar em algum projeto em coautoria com o Vítor Figueiredo ou de coincidir com ele durante o processo de execução de algum projeto de arquitetura social?

e: Eu tive uma oportunidade de colaborar com o Vítor Figueiredo num estudo que depois não avançou. Confesso que já nem me lembro sobre o que era, mas antes de um edifício era o tema de um plano que eu creio que era de habitação, mas não social. De qualquer maneira foi uma colaboração muito esporádica. Houve uma altura em que eu ia com muita frequência ao atelier dele. Além do Vítor, eu tinha sobretudo um grande amigo, que foi meu colega de curso, e que trabalhou muito com ele, que foi o Eduardo Trigo de Sousa e que também era um dos grandes amigos dele. O Eduardo também já morreu há uns cinco ou seis anos, mas era um compincha do Vítor Figueiredo, eles davam-se lindamente. Tive também um outro colega que trabalhou com ele, mas menos, que era o Duarte Cabral de Mello e que também era meu colega de curso. Portanto, convivíamos bastante e falávamos muito dos projetos. Eu não participava diretamente, mas de cada vez que eu aparecia no atelier do Vítor sentava-me com os outros e havia a reunião habitual. «Então, o que é que o colega acha destas coisas que nós estamos a fazer?», perguntava o Vítor, sempre com uma ironia inacreditável. Depois há aquelas frases típicas dele e que ele passava a vida a dizer. Quando havia um projeto que ele detestava, uma coisa muito exterior, ele dizia «o colega certamente tem uma boa opinião daquela obra. O que é que

acha?» e aí eu já sabia que ele detestava a obra. A Quinta da Marinha era uma dessas obras. A Quinta da Marinha é um pinhal lindíssimo que está a seguir a Cascais, praticamente na frente do mar, na zona das praias do Guincho, não sei se conhece. É uma zona de *windsurf*, mas que tem uma paisagem lindíssima, com uns pinhais lindíssimos, e lá há uma urbanização de casas de altíssimo luxo. E ele perguntava «o que é que o colega acha?». Ele chamava à Quinta da Marinha o bairro das barracas dos ricos e eu acho que ele tinha muita razão no que estava a dizer (risos). Mas, quer dizer, de facto é inacreditável. Há uma outra coisa que eu não resisto em lhe explicar, é que sempre dentro deste mundo irónico, a certa altura o Vítor desabafou «ó colega, já consegui assinar mais um contrato para fazer um projeto» já não sei para onde e eu dizia «epá, Vítor, parabéns. Isso é fantástico», e ele olhou para mim e disse «não, o colega está muito enganado. Para mim a grande vantagem de assinar um contrato é que a partir do momento em que o assino, já sei quem é o meu inimigo» (risos).

E: (risos) Muito bom.

e: O cliente dono da obra, para ele, era uma espécie de inimigo, era o tipo com quem ele tinha continuamente de andar à pancada. Muitas vezes, tinha uma relação ótima com ele [com o dono da obra], mas sempre dentro desta capacidade fabulosa de criar tensões que, no fundo, depois jogam muito porque são muito bem trabalhadas nos projetos. Curiosamente, ao mesmo tempo parecem projetos extremamente serenos, mas onde este potencial está todo lá dentro. É uma coisa incrível e quase impercetível.

E: Você considera que ele desenha mais para dentro, mais para o interior?

e: Eu acho que sim. Eu acho que o raciocínio da arquitetura do Vítor vem muito na linha do raciocínio do movimento moderno que está muito focado na questão tipológica, na questão da espacialidade habitável, que é aquela que de facto está mais ligada diretamente à vida das pessoas, mas muito para dentro da soleira. No entanto, o Vítor tem uma noção de urbanidade também muito rica e muito articulada, mas muito gerada. Esse projeto em Peniche acho que é um exemplo notável de como ele desmonta um bairro que eu diria que era quase banal, de barras, através de algo que é uma coisa muito moderna e chamada de urbanismo de tábula rasa, em que os espaços que são gerados são os espaços que são motivados por razões mais higiénicas, de apanhar sol ou de deixar passar o vento. Isso é uma coisa muito do movimento moderno. Ele cria uma espécie de pequena peça urbana, que são estes edifícios em L, e a maneira como os inter-relaciona com aquelas barras de repente muda completamente o espaço público. Tornou-o num espaço muito mais acolhedor e muito mais apetecível para se interpretar do ponto de vista urbano. Este é um exercício que ele faz a partir de um nível de abstração relativamente grande e eu acho isto muito interessante. O Vítor não é, de todo, um contextualista no sentido orgânico e de andar a fazer, nesse aspeto é uma pessoa muito racional, mas com uma capacidade inventiva muito grande a partir da maneira como joga este tabuleiro, quase como um jogador de xadrez, mas percebe e tem

consciência da qualidade do espaço urbano que gera. Não sei se conhece um projeto dele no Bairro de Chelas, os Cinco Dedos, esse é um projeto feito com o Eduardo Trigo Sousa.

E: É feito em coautoria com o Eduardo Trigo de Sousa e em colaboração com o Jorge Gil.

e: Sim. Eu estive para aí quarenta anos sem ver o Jorge Gil e agora há um mês e meio encontrei-o. Mas eu acho que este projeto deve muito ao Eduardo Trigo de Sousa. O Eduardo Trigo de Sousa era um fulano arquiteto que foi meu colega, como lhe disse, e era um excelente arquiteto, mas que fez pouquíssima obra, tem três ou quatros projetos, mas que tinha uma visão muito forte e muito poética da arquitetura. Se reparar, este projeto tem uma organicidade que não é muito habitual nos projetos do Vítor Figueiredo. Há aqui uma leitura de um espaço quase «Alvar Aalto», muito «aaltiano», no entanto, feito a partir de um léxico de um conjunto de peças completamente neorretipais. Mas depois a espacialidade que resulta entre estes dedos e o sistema de distribuição, por exemplo, é lindíssimo e consegue criar espaços exteriores e ambientes de circulação absolutamente extraordinários. É aqui que eu acho que há uma ligação muito forte entre o Vítor Figueiredo e o Eduardo Trigo de Sousa. De facto, o Eduardo também era uma pessoa um pouco irónica e eles estavam continuamente em picardias, a picarem-se um ao outro. Mas, neste projeto, eu acho que eles conseguem uma espécie de simbiose quase paradoxal muito interessante. Repare, é uma coisa que não é muito frequente no Vítor, embora se veja isso naquelas escadas de Peniche. Curiosamente e estranhamente, de vez em quando, o Vítor faz isso. Há um projeto belíssimo dele que é a Escola das Caldas.

E: A ESAD.

e: Exato. Aquilo é um edifício curvo, lindíssimo. A outra escola que tem em Évora, a Escola Agrícola, é um edifício completamente diferente do das Caldas. É um edifício muito alentejano com espaços exteriores com uma luz lindíssima através daquele tijolo furado. Ele consegue criar ambiente, espaços e luzes lindíssimas a partir de uma visão muito prototípica da arquitetura, quase desapiedada, mas depois tem essa capacidade expressiva extraordinária.

E: É quase contraditório.

e: É, e foi por isso que eu escrevi aquele texto onde falo da *capacidade de gerar intriga*, no bom sentido. Eu diria que é uma capacidade que resulta quase do saber trabalhar aquilo que se chama de um paradoxo, ou seja, saber trabalhar a contradição. Eu acho que o Vítor tem essa capacidade, através de uma maneira muito particular e muito pessoal de ver a arquitetura.

E: De facto, visualizando a maioria dos projetos, eu acho que podemos chegar à conclusão de que, recusando a tal mala de truques, como ele chamava à utilização de artifícios arquitetónicos, ele conseguiu dar a

cada projeto, quase como uma dádiva, uma particularidade ou uma personalidade muito específica, quase sem deixar rasto de algum «tique».

e: A palavra dos truques é bem aplicada, acho que sim. De resto, ele fala muito nisto e inclusive fala nisto através do cinema. Ele era um apaixonado pelos filmes do Billy Wilder, que era um grande realizador austríaco que foi viver para os Estados Unidos e que é, de facto, um rei da intriga no cinema, é absolutamente genial. Agora, eu já me perdi da pergunta... (risos).

E: Eu acho que respondeu na altura e depois começamos a falar de mais coisas que eu acho interessantíssimas. À próxima pergunta acho que o arquiteto já me foi respondendo.

e: Pois, com o desenvolvimento eu acabo por falar noutras coisas.

E: Mas podemos aprofundar um pouco mais. Antes disso quero perguntar-lhe se tem alguma história em particular que tenha partilhado com o Vítor Figueiredo e que o tenha marcado de algum modo? Mas já me comentou várias situações.

e: Pois. Acho que não tenho nenhuma em particular, tenho várias coisas que aconteceram. Por acaso, já agora, há uma coisa que é curiosa mas que eu também só soube mais tarde. O Vítor Figueiredo formou-se no Porto...

E: Em Belas Artes.

e: ..., mas depois veio para Lisboa e o primeiro arquiteto com quem ele trabalhou era um personagem praticamente desconhecido, mas que, por acaso, eu tive a sorte de conhecer, e que é uma figura completamente contrária à do Vítor Figueiredo. Era um arquiteto da socialite lisboeta, um arquiteto que tinha um atelier no Estoril e que se chamava Leonardo Castro Freire. Eu conheci-o porque eu vivi numa casa projetada por ele, onde eu vivi até aos vinte e um anos. Nessa altura, eu vivi na Beira Alta, num sítio chamado Minas da Urgeiriça, entre Viseu e a Serra da Estrela, num sítio lindíssimo, onde havia várias casas projetadas, desenhadas e construídas pelo arquiteto Castro Freire. Há histórias sobre isso, mas não vale a pena estar agora a contar. De facto, ele era um arquiteto muito da socialite porque esta mina onde eu vivia era de uma companhia inglesa e o meu pai, que era engenheiro de minas, trabalhava lá. Este fulano vivia aqui e tinha muita ligação com a colónia inglesa do Estoril e de Cascais. Eles estão aqui durante a Segunda Guerra, mas depois continuam cá porque são famílias ligadas ao comércio e aos transportes marítimos. Enfim, eram várias famílias. Ele próprio era casado com uma fulana inglesa. O Vítor Figueiredo trabalhou alguns anos com ele. Este fulano era um aristocrata, era um tipo que fazia esta vida, mas ao mesmo tempo era um arquiteto muito na linha da casa portuguesa, mas era um tipo com talento e que de facto tem coisas muito bem feitas. Eu acho que nós vivemos num país em que a história da arquitetura moderna está praticamente por fazer face à quantidade de arquitetos extraordinários que nunca foram sequer investigados. Há um que é genial e que só muito recentemente a Ana Tostões foi descobrir, que é o xxx (39:10). Mas há muitos outros, como um que

é completamente desconhecido e que é o Fernando Silva, um arquiteto anónimo que praticamente só construiu para clientes privados, mas com obras fabulosas e com uma qualidade incrível. Por acaso, fez um cinema, que é o Cinema São Jorge, que é um cinema fabuloso, mas que depois foi todo alterado. Portanto, este Castro Freire era um personagem de quem o Vítor falava muito, curiosamente. No fundo, esta atitude do Vítor em relação às pessoas, quando eu falava nesta capacidade de intriga, ao mesmo tempo ele era um falso aristocrata. Ele dizia «mas o colega vai sujar as mãos por causa de uma coisa dessas?». No entanto, depois era o tipo mais de baixo para cima, quer dizer, é incrível. Quando ele me contou que tinha trabalhado com o Castro Freire, eu não queria acreditar porque o Castro Freire era um tipo com um mundo oposto ao do Vítor. «O colega acha isso?! Hum, se calhar não é tanto», dizia ele (risos).

E: (risos) Sempre deixando a tal intriga.

e: Sempre deixando no ar uma ambiguidade.

E: Outra coisa de que lhe queria falar. Eu tinha comentado com a minha orientadora, Maria Tavares, que me fez aprofundar um pouco mais...

e: Ela ainda conheceu o Vítor em vida? Ele foi professor dela?

E: Não, da Maria Tavares não. Ele foi professor da Vanda. Eu acho que a Maria Tavares chegou a entrevistar o Vítor Figueiredo. Agora que o arquiteto mencionou várias vezes o Vítor Figueiredo e o seu fascínio pelo Cinema, ela falou-me que também se pode ver muito a vertente do movimento neorrealista italiano dentro da arquitetura do Vítor Figueiredo.

e: Sim, sim, embora eu ache que o neorrealismo do Vítor é um neorrealismo um bocado aristocrático porque, como sabe, há também o neorrealismo italiano que é muito orgânico. O neorrealismo italiano é um mundo onde o cinema entra abdicando muito da noção de autoria do cinema, ou seja, é quase uma imersão no mundo da miséria, do proletariado explorado, de todas as fraturas, lutas de classe e rejeições, marcando uma posição muito ideológica e militante, mas o Vítor não era um militante de causa nenhuma. Obviamente que eu diria que Vítor era um homem com uma ideologia de esquerda, claramente, mas também lhe digo que nessa altura não havia praticamente arquiteto nenhum que não o fosse, havia só alguns. Mas o Vítor não é um militante de todo, é o contrário. Ele entra nesse mundo nesta postura ambígua, que eu chamo como sendo quase que um pouco aristocrata. Ele sabe que a melhor maneira de enfrentar aqueles problemas não é colar à miséria, não é mimetizar a miséria nem é monumentalizar a miséria, é exatamente confrontando-a com outros mundos que são os mundos do racional.

E: Então aí também entraria o tal espaço supérfluo ou quase palaciano da habitação social.

e: Absolutamente. É curioso que muitas das plantas das casas do Vítor remetem para uma coisa que eu chamo de constante arquitetura palaciana,

sobretudo a partir do barroco, que se vê através de não haver corredores. O corredor é um elemento que aparece na arquitetura do mundo praticamente no século XIX. O corredor como elemento organizador do espaço não existia. Quer dizer, claro que há exceções se for para certo tipo de arquiteturas, mas na arquitetura dos palácios barrocos – e se for para o Palácio da Ajuda, que não é barroco, já é tardo-barroco porque já é bastante neoclássico - os compartimentos é que ligam entre si. Não há a noção de um espaço de circulação, quanto muito há pequenos troços de corredor para definir um âmbito. Por exemplo, o quarto do rei, como tem uma casa-de-banho e não sei o quê, tem um espaço que permite uma entrada de serviço. O corredor é um órgão que, basicamente, creio que é uma criação do Iluminismo, portanto, do século XVIII ou XIX. Como sabe, o Iluminismo desenvolve-se muito com a arquitetura barroca. Eu acho que o Vítor trabalha muito este tipo de espaços. Agora, o que é absolutamente ambíguo e paradoxal é que ele trabalha esse espaço não no palácio, mas na pequeníssima casa da célula habitativa – célula é uma designação do racionalismo. De facto, esse pequeno mundo é um mundo onde, se houver hierarquias, são as pessoas que o habitam que criam essas hierarquias. Não é o espaço que pretende desenhar as hierarquias, o espaço está em aberto ao uso e, se houver hierarquias, elas são resultado da apropriação das pessoas. De certo modo e nesse aspeto, o espaço é mais neutro, não anda à procura do recorte ou da função, o que reconheço que é um pouco ao contrário do projeto que eu e o Reis Cabrita fizemos para o Pantera Cor-de-Rosa. Esse é um projeto muito influenciado por todos os estudos que havia dos usos e funcionalidades da habitação social. Estes relatórios diziam que tudo tinha um espaço: havia um espaço para costurar, um espaço para estudar, um espaço para secar a roupa. Tudo era muito funcional. Se vir as casas que eu desenhei com o Reis Cabrita para Chelas, para o Pantera Cor-de-Rosa, o interior é composto por espaços super articulados. O estendal era usado para filtrar a luz para a cozinha, depois há um recanto onde é possível não sei o quê. Quer dizer, isto o Vítor não faz. O Vítor pode ter um excesso de área ou criar um recanto não designado, precisamente porque ele não acha que aquele espaço deva ser pré-designado pelo arquiteto. Ele deixa as pessoas apropriarem-se desse espaço e dá-lhes essa liberdade. Para fazer isto, de facto, a arquitetura é muito menos orgânica, muito menos adaptada e muito mais hierática. O que é importante é que haja um bom ambiente de vida ali dentro e as pessoas apropriam como entenderem. É aí que eu acho que a relação dele com o neorrealismo é uma relação particular, embora ele seja de facto um dos grandes admiradores do cinema neorrealista. Mas é preciso dizer que o Vítor é um grande admirador, mas ele também não fica preso ao neorrealismo. Eu acho que, para o Vítor Figueiredo, o grande cinema é o cinema americano dos anos 1940 ou 1950. O cinema americano do pós-guerra é, de facto, um grande cinema e ele era um homem que só falava do grande cinema, desde os policiais e de todos os grandes realizadores americanos. Mas, de resto, o neorrealismo é uma resposta claramente mediterrânica, europeia, mas mediterrânica, que coexiste ao mesmo tempo do cinema americano, sendo que os dois são um cinema de pós Segunda Guerra.

E: Só que são outros conceitos...

e: São mundos diferentes com alguns pontos de contacto, mas diferentes.

E: Então, poderíamos dizer que, através da arquitetura, ele rouba, como quem diz, certos elementos desses dois mundos, sendo que ele faz muitas referências do cinema americano dentro da arquitetura.

e: Sim, completamente. Há uma obra que eu não sei se está estudada nesse livro que são as casas individuais. Ele tem casas lindíssimas, incluindo a casa onde ele morava, que era um andar no Bairro das Estacas, e que é um belíssimo bairro. Eu conheço uma moradia em Cascais lindíssima [feita pelo Vítor Figueiredo], no Algarve também fez, portanto, onde o mundo não é, de todo, o mundo do suposto neorrealismo. Quer dizer, a propósito da habitação social o Vítor costumava dizer «porque é que os pobrezinhos não de ter casas para pobrezinhos? Nós fazemos casas para ricos, quer eles sejam ricos ou quer eles sejam pobres». Eu lembro-me que quando nós estávamos a trabalhar no projeto de Chelas, no Pantera Cor-de-Rosa, com o Nuno Teotónio Pereira, ele dizia «então, o colega agora também vai fazer casas para pobrezinhos?». Ele passava a vida com esta ironia. Eu lembro-me de uma vez em que apareceu um bairro social em Lisboa na zona de Chelas, que é a zona J, a pré-fabricação foi feita pelo Tomás Taveira que depois pintou os edifícios com cores completamente irritantes e ele dizia «pois é, é preciso avisar à distância que moram ali os pobrezinhos!».

E: Mas é verdade, ele procurava sempre des-estigmatizar um pouco essa ideia.

e: Absolutamente, e é isso que eu acho que é uma visão no neorrealismo muito particular porque ele coloca-se contra esse estigma dando uma arquitetura que, para ele, tendencialmente, será muito idêntica à que ele também cria para os ricos. Por isso, é uma casa que tem essa espécie de monumentalidade quase de aristocracia e eu acho que há aí uma dimensão ambígua muito, muito rica no Vítor Figueiredo, mas que não é muito estudada nem muito trabalhada. Por isso, aquele texto que eu escrevi sobre a arquitetura intrigante do Vítor Figueiredo devo dizer que foi um texto maldito porque eu escrevi-o, mas não foi publicado em lado nenhum.

E: Não aparece em «Vítor Figueiredo fragmentos de um discurso»?

e: Aparece neste livro que é feito em Coimbra, já depois de o Vítor ter morrido. Vieram-me pedir se eu também fazia um texto e eu disse-lhes que «antes de fazer o texto, vou mostrar um que fiz aqui há tempos, mas que não foi publicado, foi rejeitado» e eles publicaram-no. O texto é muito curto, muito pequeno, e nem sequer explica muito bem esta faceta. Se o ler com atenção, percebe-se que eu tentava falar sobre isto, mas não sei se é muito claro. Eu acho que, de facto, esta é uma das grandes dimensões do Vítor Figueiredo e aqueles que foram alunos dele perceberam claramente isso.

E: Esta ex-aluna dele conta que ela não percebia muito bem tudo o que este senhor falava.

e: Nem ela nem ninguém.

E: Muitos anos depois, só quando ela começou o doutoramento, é que ela consegue encaixar algumas peças.

e: É a isso que eu chamo a capacidade de intriga. Ele é genial a fazer isto. Eu tenho a ideia de que quando eu escrevi este texto ele foi rejeitado porque as pessoas acharam que eu estava a chamar intriguista ao Vítor, mas não era isso de todo. De facto, em Portugal as pessoas têm ideia muito pré-concebidas das palavras. Eu acho que bastava ler o texto com atenção para perceber que não era isso. A verdade é que ele foi posto à margem e eu tenho a impressão que foi por isso.

E: Pois, é muito fácil ferir suscetibilidades (risos).

e: Eu acho que essa era uma das grandes dimensões do Vítor, exatamente essa incapacidade que as pessoas têm de o perceber e se calhar só muito tempo depois é que vão perceber. Ele deixa as coisas assim, é um provocador.

E: É um incitador de polémica (riso).

e: Mas isso fá-lo porque ele tem de facto um mundo fabuloso por trás.

E: Sem dúvida, eu estou absolutamente fascinada. Voltando ao que estávamos a falar anteriormente sobre a entrada palaciana, a entrada palaciana das habitações dos Olivais, que foi a primeira habitação social que realmente ele projeta, posteriormente reproduz-se em várias das suas obras como chamado espaço supérfluo, sempre adaptado à obra em questão, através do qual o Vítor Figueiredo tenta des-estigmatizar os moradores dos bairros sociais. O arquiteto acha que marcou uma pauta ou serviu de impulso dentro da chamada arquitetura social? Acha que realmente conseguiu o pretendido com esta ideia de des-estigmatizar?

e: No fundo, está-me a perguntar se esta atitude depois vai ter repercussões na arquitetura social que se produz a seguir.

E: Sim, se ele teve impacto.

e: Em parte, eu acho que sim. Essa é que é uma história triste, porque a noção que eu tenho é de que a arquitetura social em Portugal acabou e teve uma última expressão com os processos do SAAL. Por exemplo, nos processos do SAAL, alguma coisa passou desta arquitetura e desta visão do Vítor Figueiredo. Por exemplo, nos processos do Siza eu encontro muito esta atitude de des-estigmatização. Vejo-a no SAAL, mas também a vejo claramente noutros projetos, nuns mais e noutros menos, mas de qualquer maneira vejo. Mas o problema é que depois não há arquitetura social em Portugal. Ou melhor, há alguns projetos, mas há pouco. Ao falarmos do Vítor Figueiredo, nós estamos a falar dos anos 1960 e 1970, a seguir vem o 25 de abril ...

E: E acabou...

e: Não, com o 25 de abril eu julgo que ainda há [projetos de arquitetura social]. Aliás, o 25 de abril vai retomar inclusive projetos do Vítor

Figueiredo, como o Zambujal em Setúbal por exemplo, e muitos outros ainda continuam trabalhando para associações de moradores e para cooperativas. Não são propriamente processos do SAAL mas estão lá e há outros processos do SAAL. A partir dos anos 1980 e principalmente quando entramos nos anos 1990, a noção que eu tenho é que perde-se a perspetiva da arquitetura para o grande número e vem esta ideia fabulosa, ou seja, os bancos entram em força e introduzem a questão do crédito bancário barato e fácil e isto vai fazer transitar toda a promoção da habitação para o promotor privado nas periferias da cidade de uma maneira mais desastrada, não quer dizer que não haja alguns casos interessantes, mas, de maneira geral, aconteceu de forma desastrada. Repare, a habitação social de que estamos a falar até ao SAAL é muito uma habitação de arrendamento. A compra da casa é uma coisa que começa quando há uma política financeira dos bancos de entregarem o dinheiro de forma barata às pessoas com juros baixos. No fundo, o mecanismo financeiro do SAAL é introduzido à custa de uma almofada de investimento estatal. Mais tarde, com toda a expansão do neoliberalismo e toda a facilidade e do mundo financeiro que vem acima, são os próprios bancos que dizem às pessoas «a gente dá-lhe o dinheiro que precisa para pagar a casa e fica a pagar durante 30 anos com um juro completamente ridículo», assim toda a gente quer comprar a casa. Não há sequer articulação nem fundamento para se continuar a planificar a cidade com construções que incluem habitação social. Isto é tão estranho que, ao mesmo tempo, começa-se a construir brutalmente nas periferias e os centros da cidade começam a ficar vazios. A malta muda-se para as periferias, mas comprando o andar. Este fenómeno também aconteceu no resto do mundo e da Europa, mas, por exemplo, em Espanha, também aconteceu isto, mas lá continua a haver um ministério da habitação e continua-se a fazer habitação social. A gente podia dizer que isto só acontece nas economias mais débeis, como em Espanha e não sei o quê, mas não é verdade, nos países nórdicos há esta habitação e a Suíça ainda hoje continua a exigir habitação a custo acessível porque tem problemas de imigrantes e tem imensa gente que não tem a mesma capacidade para poder construir. Há outras maneiras de fazer estas políticas, mas em Portugal praticamente desapareceu.

E: Este assunto chama-me muito à atenção porque eu nasci, fui criada e estudei arquitetura num país com graves problemas sociais que é a Venezuela, onde eu acredito que tem de ser aplicada a arquitetura social. Chego a este país onde vejo que há evidentemente uma riqueza que os arquitetos como o Vítor Figueiredo deixaram nesta área e acho um pouco contraditório que não se pratique [a arquitetura social], sobretudo agora que se está a ter aquele grande problema dos refugiados. Eventualmente terá de haver alguma força da arquitetura social novamente devido ao que me parece que está a acontecer e que se está a gerar em toda a Europa. Parece-me que vai ser necessário haver ações nesse sentido.

e: Eu creio que sim.

E: É preciso reorganizar esta gente.

e: Mas olhe que, mesmo atualmente, com um governo de abertura social muito grande, eu não vejo uma reação muito nesse sentido. Há uma coisa que é um facto em Portugal, a pressão dos refugiados em Portugal é muito pequena comparando com o resto da Europa. Repare que a quantidade de famílias refugiadas que tem vindo para Portugal é muito reduzida e eu tenho conhecimento que muitas dessas famílias estão cá há três ou quatro meses e usam Portugal para tentar ir para a Noruega, Suécia, Alemanha e outros países. Aparentemente Portugal não é um país onde eles fiquem muito. Por outro lado, nós sabemos que nos últimos anos em Portugal tem havido um processo de empobrecimento das pessoas e que estatisticamente já atingiu números muito preocupantes. Por exemplo, com as leis que temos da gestão dos alugueres e das compras de casa muitas famílias não conseguiram comprar a casa, hipotecaram ao banco, o banco toma conta da casa e as famílias vão para a rua. Ultimamente, com este governo de esquerda, tem havido políticas para tentar impedir esta expulsão como também houve em Espanha. Mas estou de acordo consigo, mesmo sem ir aos imigrantes há mais que motivo para promover habitação a preços acessíveis porque há muita gente que não tem capacidade de aceder a casa, como gente nova e que continua a viver com os pais porque não tem condições de sair de casa. O mesmo para os estudantes porque as universidades portuguesas não têm alojamento disponível, os estudantes têm de alugar um quarto ou a parte de uma casa.

E: Há uma falha.

e: Há uma imensa falha. Eu falo de Portugal comparando com outros países, como Itália ou outros países mediterrâneos. Agora, não tem nada a ver com a questão disciplinar, tem a ver com política e sobretudo com política financeira porque, do ponto de vista da disponibilidade da arquitetura, certamente que essa existe.

E: Voltando às perguntas, já falamos disto, mas só para fechar esta parte, após a execução de uma obra de arquitetura social, inevitavelmente há mudanças feitas pelos próprios moradores, como já falamos, e que de alguma maneira afetam o conceito original. O que acha a respeito disto?

e: Da transformação da casa pelos moradores?

E: Sim.

e: Vamos lá ver, eu acho que é um problema porque essa é uma questão complexa que quem disciplina a arquitetura tem de enfrentar. Em primeiro lugar, nós sabemos que as cidades e a arquitetura, em princípio, têm condições de permanência no tempo, mas é verdade que os hábitos de vida das pessoas mudam com os tempos. Portanto, pensar que um projeto que um arquiteto fez é uma obra sagrada em que ninguém pode tocar eu acho que não é um erro, é uma perversão. Acho que é perverso pensar assim, embora eu tenha muitos colegas que não estão de acordo com isso. Por exemplo, eu fiz muito poucas casas particulares, mas das poucas que fiz não me chateia nada ir visitá-las e perceber que as casas foram mudadas. Por

exemplo, eu não compartilho [a opinião] com alguns arquitetos tanto em Lisboa como no Porto que ficam muito tristes, para não dizer indignados, quando vão visitar uma casa e até a cadeira já não é a que ele desenhou e a mesa já não está onde estava. Por amor de Deus, a casa não é tua (risos). Eu acho que é indiscutível que o material que os arquitetos tocam é tudo menos propriedade deles. Nós não somos donos de nada, a não ser que esteja a fazer a minha própria casa, e não há arquitetura se não houver cliente. Por muito bom que eu seja enquanto arquiteto, se eu não tiver ninguém que me encomende uma casa, ou eu vou plantar feijões e mudar de vida ou então invento arquiteturas para mim se eu for muito rico e depois posso aluga-las ou vendê-las, mas não é o caso. Existe um grande arquiteto do renascimento, o Leon Battista Alberti, que dizia uma coisa que eu estimo muito. Ele falava da imagem de restauração e inovação (1:09:13), restauro e inovação, em que ele dizia que pensar que é possível fazer uma arquitetura ou um edifício a partir do nada, do zero, é praticamente impossível porque a arquitetura retoma sempre uma história existente. Há um sítio e esse sítio tem uma história e uma cultura por trás, já teve transformações e tem identidade e memórias. Portanto, a capacidade de inovação na arquitetura só faz sentido se ela partir do conhecimento do existente. Portanto, inovação em abstrato, a partir da tábula rasa, o Alberti dizia que não. Restauração é esta ideia de que é possível congelar no tempo as formas arquitetónicas porque uma casa não é uma pintura nem uma escultura, uma casa é uma coisa que está ligada à vida. Atenção, isto dizia-se já no final do século XV ou XVI, dizia o Alberti: «Restaurar, de certo modo, é um ato falhado», porquê? Segundo ele, porque é possível congelar a forma no tempo, mas nunca mais vai ser possível dar presença aos modelos de vida e às pessoas que originaram aquela forma. O restauro por si só é uma descolagem com a vida.

E: É quase uma negação.

e: É óbvio. Uma pessoa que está a habitar uma casa que foi construída na Idade Média não pode... Para já, não tem casas-de-banho, não havia. Se for um prédio, está desgraçado porque tem de subir os andares e não tem elevador... mas isto é só uma caricatura. Ele dizia que restaurar fisicamente é possível, mas é um absurdo, de certo modo. Portanto, entre estes dois extremos, ele dizia que há uma figura, essa sim que a arquitetura faz, que é instituir uma realidade, instituir. Ou seja, um projeto institui uma realidade na altura em que ele é feito e esta instituição tanto pode ser um edifício feito novo, de raiz, como pode ser pegar num edifício existente e adaptá-lo às condições de vida de agora, sendo que institui uma nova realidade e essa nova realidade vai ficar e também ela vai ficar sujeita a transformações. Daqui a cem ou cinquenta anos, um colega meu pega numa casa que eu fiz e diz «está bem, vê-se que este tipo até sabia fazer as coisas», se for o caso, mas obviamente ele vai perceber que, está bem, mas hoje já não se vive assim.

E: Há novas necessidades.

e: Isto para lhe dizer que eu não tenho este apego que muitos colegas meus têm e que acham que o arquiteto tem de fazer tudo, antes pelo contrário. Eu

acho que a arquitetura tem camadas e níveis, como uma cebola, se quiser, em que se vai tirando. A primeira é a relação com a cidade, portanto, o interface entre a casa e o espaço público que é compartilhado. Depois é a tectónica, a forma básica do edifício: como é que se constrói, as paredes principais, os buracos, as janelas, por onde é que entra a luz. É aquilo que dá, digamos, a forma despida da arquitetura. Depois há aquilo que já está mais perto de nós, em que eu digo «vou forrar aquela parede com madeira porque me dá um certo conforto», «vou criar uma mesa», ou seja, começo-me a aproximar da noção do vestido. No fundo, a última camada é a própria pele da pessoa e o uso das casas.

E: É a camada mais interna.

e: Eu consigo desenhar uma casa para outra pessoa, obviamente, e se a pessoa me pedir para desenhar uma mobília eu também o faço, mas eu não interfiro na maneira como a pessoa vai habitar. Portanto, quando entras nestas camadas mais próximas, que direito tenho eu de impor a minha maneira de habitar? A coisa começa a ser já muito personalizada. A arquitetura tem todas estas *layers*. O que eu acho muito interessante no Vítor Figueiredo é que o Vítor Figueiredo, de facto, tem uma arquitetura em que não vai muito às últimas layers, há essa tal quase neutralidade do espaço, há uma monumentalidade. Ele depois dizia «o colega está a brincar. Eu não vou porque não tenho dinheiro» e é verdade, porque para o Vítor fazer opções de espaços muito bons ele sacrificava pormenores e sacrificava materiais. A certa altura ele dizia «eu prefiro aumentar uns metros quadrados à casa do que estar a gastar dinheiro a fazer bonitos, porque teria de reduzir à área já que tenho um *budget* que é fixo».

E: Ele confessou muitas vezes que teve que modificar um pouco o orçamento e algumas das vezes até lhe pediam um T2, mas ele fazia mais um T3 do que um T2 porque, por média, numa família haveria filhos e filhas. Então, para ele fazia muito mais sentido fazer um T3 para ter dois quartos [um para raparigas e outro para rapazes] do que fazer um edifício menos austero e com apartamentos mais desconfortáveis. [pausa]

E: Desta última questão já falamos. Para finalizar, que comentário poderia fazer sobre as obras de habitação social do Vítor Figueiredo? Qual é a obra ou as obras e os elementos do Vítor Figueiredo que o marcaram, tocaram, influenciaram ou que o fizeram questionar mais? Ele conseguia fazer questionar com as obras.

e: Eu acho que praticamente todas as obras do Vítor têm essa capacidade de questionar, um bocado como ele próprio, porque são obras que colocam questões. Isto acontece um pouco com toda a arquitetura, mas de qualquer maneira eu acho que acontece mais com a melhor arquitetura. Quando uma obra de arquitetura é boa, eu acho que, quando se visita a mesma, o que é interessante é questionarmos «por que raio será que isto é assim e não é assado?». Uma obra de arquitetura que é indiferente, em que a pessoa até prefere não olhar ou passar ao lado, de facto se ela pusesse perguntas, pelo menos um tipo ficava a olhar e dizia «o que é que se passa?» (risos). Portanto, eu acho que praticamente todas as obras do Vítor

têm isso. Por exemplo, eu gosto muito deste projeto de Chelas, mas também gosto muito do projeto do Zambujal. No fundo, eu estou a chegar à conclusão que, se calhar, eu gosto menos dos projetos que não visitei e que não conheço, alguns deles até estou agora a ver aqui [no livro]. Estes projetos de Peniche, eu lembro-me de o Vítor falar neles, mas nunca os visitei. No entanto, quando olho para o material, de facto, vejo que é belíssimo. Acho pena que, no nosso meio, um livro aparentemente tão importante como esse praticamente passe desconhecido. Nós vivemos num país um pouco estranho. Os arquitetos estão convencidos, com alguma verdade, de que a arquitetura portuguesa é uma arquitetura importante e muito boa. Eu acho que cada vez mais a arquitetura portuguesa é reconhecida no estrangeiro e menos cá. Acho que o momento que estamos a passar atualmente é de total desrespeito e desconhecimento da arquitetura portuguesa. A maneira como os arquitetos estão a ser tratados pelo Estado e pelos privados, como dizia o Eduardo Souto de Moura, é abaixo de cão. Esta coisa faz-me muita impressão, não por eu estar com pouco trabalho porque todos os colegas o estão, mas é porque de facto um arquiteto como o Vítor Figueiredo é conhecido entre alguns arquitetos, sim é, e felizmente é conhecido por bastantes alunos que passaram por ele – porque, de facto, além de um arquiteto era um professor belíssimo – mas depois... Acho isso chocante na cultura de um país.

E: Há indiferença.

e: Como é que nos podemos dar ao luxo de descartar coisas e figuras tão importantes como foi o Vítor?

E: É lamentável.

e: Mas pronto, é o que temos.

E: (risos) É verdade. Relativamente ao comentário que fez sobre terem sido colegas em Coimbra, tem alguma recordação do Vítor enquanto professor na matéria de projetos?

e: Tenho algumas recordações interessantes. Eu dava-me muito com o Vítor, mas quando estivemos a dar aulas em Coimbra raramente nos encontrávamos lá, em primeiro lugar porque normalmente ele ia num dia diferente do que eu costumava ir. O que é muito curioso é que, apesar de não me encontrar com ele em Coimbra e de só nos cruzarmos uma vez ou outra em que íamos almoçar, mesmo assim encontrávamo-nos mais em Lisboa do que lá. Ele tinha um atelier aqui muito perto do meu, isto numa altura em que nós tínhamos muito trabalho e tínhamos ganhado muitos concursos. Isto aqui chama-se Largo do Rato e, na altura, era conhecido como *Farol do Rato* porque as luzes estavam acesas dia e noite, estávamos sempre a fazer concursos. O Vítor morava aqui ao lado, às vezes vinha comer aqui a um restaurante em baixo e, uma vez por outra, batia à porta e começava logo o gozo. Batia à porta e dizia «o dono está?».

E: (risos) Começava logo com essa ironia.

e: Quando o ia visitar, eu também fazia a mesma cena. «A que é que devo esta honra?» (risos). Mas então, em Coimbra, o que era interessante é que

eu ouvia muito a presença do Vítor através dos alunos e isso era muito positivo. Eu percebia que, de facto, havia uma relação muito próxima dos alunos com o Vítor. Havia um outro professor que era o Raul Hestnes Ferreira e que tinha uma coisa que quase ainda admirava mais (risos). Ele chegava para dar aulas às onze da noite. Às vezes, eu também ficava até muito tarde, até às dez ou onze da noite, e de repente reparava que havia uma sala com luzes. «Foi o Raul que chegou». Mas o Vítor tinha isso, tal como o Raul, uma relação em que era uma pessoa muito pouco ortodoxa. Não primava pela pontualidade, tinha a sua vida e não sei o quê. Mas o que é curioso é que fazia uma espécie de conjugação com os alunos em que, apesar de tudo, eles se adaptavam, gostavam e iam às aulas porque funcionava muito bem e para mim era muito interessante perceber isso. De facto, o Vítor tinha essa capacidade de sentar as pessoas à volta de uma mesa, ir começando a contar histórias e, ao mesmo tempo, ia falando dos projetos, a seguir passava pelas mesas a falar dos projetos e tinha uma maneira muito direta e empenhada de pôr as pessoas à volta das coisas que faziam. Como digo, nem sempre nos encontrávamos porque muitas vezes íamos em dias diferentes ou em horários diferentes, mas eu percebia isso. Eu tenho aqui a Susana Ventura que foi uma aluna dele e que é uma pessoa que diz maravilhas dele e ele marcou-a muito.

E: É gratificante saber isso. Agradeço-lhe muito por esta conversa, arquiteto Gonçalo. Acho maravilhoso, foi muito proveitoso. Só lhe queria perguntar se podemos tirar uma fotografia os dois.

e: Sim, sim.

**Listagem de Marítimos inscritos
em Peniche (1954-2017)**

Produção própria

Fonte: Informação cedida amavelmente
pelo Capitão Tenente do Porto de
Peniche, Marco Alexandre de Serrano
Augusto, no dia 7 de agosto de 2017.

Ano	Quantidade de inscrições	Média de inscrições
1954	115	
1955	113	
1956	165	De 54 a 60
1957	113	120
1958	142	
1959	72	
1960	148	
1961	140	
1962	109	
1963	102	
1964	232	Década de 60
1965	108	177
1966	180	
1967	214	
1968	179	
1969	-	
1970	129	
1971	107	
1972	78	
1973	64	
1974	89	Década de 70
1975	171	180
1976	321	
1977	331	
1978	240	
1979	268	
1980	209	
1981	171	
1982	149	
1983	135	
1984	150	Década de 80
1985	115	154
1986	184	
1987	122	
1988	179	
1989	127	
1990	24	
1991	25	
1992	33	
1993	17	
1994	28	Década de 90
1995	30	31
1996	66	
1997	11	
1998	32	
1999	41	
2000	14	
2001	22	
2002	20	
2003	12	
2004	38	De 2000 a 2010
2005	18	26
2006	53	
2007	20	
2008	20	
2009	45	
2010	26	
2011	35	
2012	85	
2013	69	De 2010 até 2017
2014	78	52
2015	61	
2016	35	
2017	27	

A4.2 |

Habitação Social no Concelho de Peniche

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Peniche, Conselho Local de Ação Social de Peniche.

Disponível em pdf em: http://www.cm-peniche.pt/_uploads/RedeSocial/

DiagnosticoSocialConcelhoPeniche2015.pdf

Bairros e conjunto de fogos propriedade da Câmara	Fogos Arrendados	Fogos Devolutos	Total
Sítio do Calvário (Fundação Salazar velha)	5	0	5
Rua das Redes (Fundação Salazar Nova)	13	0	13
Rua dos Covos (Fundação Salazar Nova)	15	0	15
Bairro Valverde	58	0	59
Bairro Fernão Magalhães	48	0	48
Edifício Coosofi	40	2	42
Bairro do Calvário	117	32	149
Total fogos:	296	35	331

Bairros pertencentes ao IHRU	Fogos Arrendados	Fogos Devolutos	Total
Bairro Luis de Camões	57	0	52
Bairro do Arco-iris	128	1	129
Bairro Car I	16	0	16
Bairro Car II	14	1	15
Bairro dos Pescadores*	3	1	4
Bairro de Santa Maria*	44	6	50
Bairro da Prageira*	37	4	41
Total fogos:	299	13	312

Total fogos de todos os conjuntos	Fogos Arrendados	Fogos Devolutos	Total
	602	45	643

*Bairros que anteriormente eram geridos pelo IFGSS e atualmente pertencem ao IHRU

A4.3 |

Obras de Vítor Figueiredo [concluídas]

Fontes: M http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/Entity.aspx?id=a57ec936-171d-433b-a64c-da9a41566521

MALDONADO, Vanda; BORGES Pedro Namorado (2015) – Vítor Figueiredo Projectos e obras de habitação social 1960-1979. Porto: Circo de Ideias.

MELLO, D. C. (1979) – «Vítor Figueiredo/ Arquitecto» in Arquitectura - Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e Equipamento, nº 135, 4* série (setembro/outubro) pp.25-67.

	Ano	Localização	Autoria	Género	Nº de fogos e tipologias	Organismo	Promotor
Habitação S. João do Estoril	1958	Lisboa	Vitor Figueiredo	Obra	-	-	Cliente particular
Unidades de Habitação em Olivais Sul (Célula C)	1960	Lisboa	Vitor Figueiredo Vasco Lobo Valdemiro Garcia e Costa Lobo (estabilidade)	Obra Unidades de quatro pisos.	184 fogos T2, T3, T4 – CAT I	GTH - Câmara Municipal de Lisboa	GTH - Câmara Municipal de Lisboa
Unidades de Habitação em Olivais Sul (Célula C)	1960	Lisboa	Vitor Figueiredo Vasco Lobo Valdemiro Garcia e Costa Lobo (estabilidade)	Obra Duas unidades de sete pisos com setenta fogos.	140 fogos T2, T3 – CAT I	GTH - Câmara Municipal de Lisboa	GTH - Câmara Municipal de Lisboa
Agrupamento de 168 Habitações no Barreiro	1962	Setúbal	Vitor Figueiredo Gastão Ricou (estabilidade)	Obra Unidades de quatro pisos.	168 fogos T2, T3, T4 – CAT I e T3, T4 - CAT II	HE – FCP	HE – FCP
Conjunto Habitacional de Benavente - Agrupamento CP 49 e Habitações para beneficiários da lei 2092	1962	Santarém	Vitor Figueiredo Vasco Lobo Valdemiro Garcia (estabilidade)	Obra Habitações de um piso com logradouro.	81 fogos T2/5, T3/5, T3/6, T4/7 – CAT I	HE – FCP	Casa do Povo de Benavente Beneficiários individuais lei nº 2092
Igreja do Sagrado Coração de Jesus	1962	Lisboa	Vitor Figueiredo	Obra	-	-	Cliente particular
Conjunto Habitacional de Stº Estevão	1963	Santarém	Vitor Figueiredo Gastão Ricou (estabilidade)	Obra Habitações em um piso com logradouro.	42 fogos T3A; T3B; T4	HE – FCP	Casa do Povo de Santo Estevão
Conjunto Habitacional em Torres Novas para C.T.N.	1964	Santarém	Vitor Figueiredo Gastão Ricou (estabilidade)	Obra Bandas de um piso com logradouro.	60 fogos T3; T3 B – CAT I	HE – FCP	Companhia Nacional de Viação
Conjunto Habitacional em Alcobaça, CRE 99	1965	Leiria	Vitor Figueiredo	Reutilização/adaptação dos edifícios de 4 pisos de Olivais Sul.	32 fogos	HE – FCP	HE – FCP
Conjunto Habitacional em Fontelas	1965	Vila Real	Vitor Figueiredo	Obra Conjunto de edifícios de habitação unifamiliar.	8 fogos	HE – FCP	HE – FCP
Agrupamento de 30 habitações em Felgar	1965	Bragança	Vitor Figueiredo	Obra Reutilização dos edifícios T3A e T4 de Santo Estevão.	30 fogos T3 T4	HE – FCP	Casa do Povo de Felgar
Conjunto Habitacional em Peniche CRE 104	1968	Leiria	Vitor Figueiredo Gastão Ricou (estabilidade)	Obra	240 fogos CAT I – T2/T3 CAT II – T3/T4	HE – FCP	HE – FCP
Conjunto Habitacional em Pataias	1969	Leiria	Vitor Figueiredo	Obra Habitações de um piso .	64 fogos T3, T4 – CAT I	HE - FCP	CIBRA

Unidades de Habitação em Chelas (Zona 12)	1969	Lisboa	Vitor Figueiredo Vasco Lobo Valdemiro Garcia (estabilidade)	Obra Reutilização/ adaptação de Olivais, sete pisos.	560 fogos T2, T3, T4 – CAT I	GTH	GTH
Conjunto Habitacional em Peniche. CPs 460	1969	Leiria	Vitor Figueiredo Eduardo Trigo de Sousa Gastão Ricou (estabilidade)	Obra Segunda fase de bairro de pescadores.	102 fogos T2, T3 – CAT I	HE - FCP	Casa dos Pescadores de Peniche
Jazigo em Luanda	1970	Luanda	Vitor Figueiredo Eduardo Trigo de Sousa Luís Noronha da Costa	Obra	-	-	Cliente particular
Habitação no Bairro do Rosário em Cascais	1970	Lisboa	Vitor Figueiredo José António Crespo (estabilidade)	Obra Habitação secundária.	-	-	Cliente particular
Restaurante, Guincho	1970	Lisboa	Vitor Figueiredo	Complexo de restaurante, bar e piscina sobre a praia.	-	-	Cliente particular
Duas Habitações Vale do Lobo, Algarve	1971	Algarve	Vitor Figueiredo Jorge Silva José António Crespo (estabilidade)	Obra Duas habitações na urbanização de Vale do Lobo.	-	-	Cliente particular
Conjunto Habitacional em Chelas. PUC (Zona N2), Lisboa	1973	Lisboa	Vitor Figueiredo Eduardo Trigo de Sousa Jorge Gil Valdemiro Garcia (estabilidade) Ernesto Ferreira (técnico de construção)	Obra Cinco unidades de nove e dez pisos.	317 fogos T3A – T3	GTH	GTH da Câmara Municipal de Lisboa
Conjunto Habitacional no Alto do Zambujal, Lisboa	(1974 -1980 – última obra)	Lisboa	Vitor Figueiredo Duarte Cabral de Mello Jorge Gil Valdemiro Garcia (estabilidade) Ernesto Ferreira (técnico de construção)	Obra Conjunto de edifícios plurifamiliares	Edifícios plurifamiliares – T0, T1, T2, T3, T4, T5 Habitações unifamiliares T3 e T4	FFH	FFH
Unidades Habitacionais na Azeda, Setúbal	1976/1977	Setúbal	Vitor Figueiredo Duarte Cabral de Mello Valdemiro Garcia (estabilidade) Ernesto Ferreira (técnico de construção)	Obra Três unidades de três e quatro pisos.	200 fogos	Câmara Municipal de Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal
Unidades Hospitalares em Oliveira do Hospital	1978	Coimbra	Vitor Figueiredo Jorge Gil Valdemiro Garcia (estabilidade)	Obra	92 fogos T1, T3, T4	DHC/FFH	DHC/FFH
Convento N.º S.ª dos Remédios em Évora	1978 – 1988- 1999- 2003	Évora	Vitor Figueiredo Luís Faro Viana	Reabilitação	-	Câmara Municipal de Évora	Câmara Municipal de Évora
Conjunto Habitacional da Praça de Portugal em Setúbal	1978	Setúbal	Vitor Figueiredo Jorge Gil Luís Faro Viana	Obra	256 fogos T1, T2, T3, T4	Câmara Municipal de Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal
Pavilhão Gimnodesportivo de Miraflores	1988-1989	Lisboa	Vitor Figueiredo Diogo Zuquete	Obra	-	Câmara Municipal de Oeiras	Câmara Municipal de Oeiras
Escola Superior de Artes Decorativas das Caldas da Rainha	1990-1996	Leiria	Vitor Figueiredo	Obra	-	Instituto Politécnico de Leiria	Instituto Politécnico de Leiria
Igreja de Albergaria de Fusos, Cuba	1990-1993	Beja	Vitor Figueiredo Jorge Filipe Pinto	Obra	-	Diocese de Beja	Diocese de Beja
Marbrito	1991-1993	Évora	Vitor Figueiredo Filipe Figueira Alves	Obra	-	Unidade Fabril	Unidade Fabril
Pólo da Miltra da Universidade de Évora	1992-1995	Évora	Vitor Figueiredo	Obra	-	-	Universidad e de Évora

Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro	1997-2000	Aveiro	Vitor Figueiredo Nuno Arenga Gonçalo Afonso Dias	Obra	-	-	Universidad e de Aveiro
Plano de pormenor das Praias de Transição	2001-2003	Setúbal	Vitor Figueiredo	Obra Projeto de urbanismo	-	-	-

A4.4 |

Premiações de Vítor Figueiredo

Fontes: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/328966>

http://www.monumentos.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23036

Percursos de Carreira. Lisboa. 1996. Editor: Associação dos Arquitetos Portugueses.

Autores: Jorge Farello Pinto (coordenador), Ana Silva Dias, Luis Manuel Pereira.

Prémio	Ano de Premiação	Projeto Premiado	Autoria
Concurso Público Nacional	1975	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Vítor Figueiredo Vasco Lobo Nuno Teotónio Pereira Nuno Portas
Prémio Nacional da Associação Internacional de Críticos de Arte	1986	Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal	Vítor Figueiredo Duarte Cabral de Mello Jorge Gil
Prémio dos Programas Habitacionais (concedido pela CMS)	1989	Conjunto Habitacional do Bairro de Azeda	Vítor Figueiredo Duarte Cabral e Mello Valdemiro Garcia (estabilidade) Ernesto Ferreira (técnico de construção)
Prémio Secil de Arquitetura	1998	Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha	Vítor Figueiredo
Menção Honrosa do Prémio de Arquitetura Conde de Oeiras	1998	Pavilhão Gimnodesportivo de Milflores	Vítor Figueiredo Diogo Zuquete
Menção Honrosa na categoria Obra de Qualidade Excepcional 2000-2003	2005 (póstumo)	Complexo Pedagógico, Científico e Tecnológico do Campus de Santiago (Universidade de Aveiro)	Vítor Figueiredo Nuno Arenga Gonçalo Afonso Dias

A4.5 |

Quadro recapitulativo dos principais indicadores socio-demográficos dos objetos de estudo - 2011, 2015

Composição de informação estatística

Fontes: Censos INE [2011] | Anuário Estatístico Regional do INE [2015]

Dimensões	Indicadores	Peniche, 2015 (Concelho)	Santa Maria, 2011	Prageira, 2011
Indivíduos	População Residente (n)*	26.994,00	286	427
	Homens*	12.913,00	132	203
	Mulheres*	14.081,00	154	224
	Com menos de 13 anos*	3.929,00	28	37
	Entre 15 e 65 anos*	17.332,00	202	256
	Com 65 ou mais anos*	5.733,00	56	134
	Densidade populacional (n/km2)*	348,1		
	Taxa de crescimento efetivo anual (%)*	-0,1		
	Taxa de crescimento natural anual (%)*	-0,3		
	Índice de envelhecimento (%) (dos 0 aos 13)*	145,9	200	362
	Índice de dependência *	33%	28	54
	Indivíduos que não sabem lêr e escrever	1519	13	52
	Indivíduos residentes que cursaram o ensino básico	16605	205	301
	Indivíduos residentes com ensino secundário completo	3158	23	19
Indivíduos residentes com ensino superior completo	2094	3	3	
Indivíduos residentes à procura de 1º emprego	263	7	1	
Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego	1602	20	36	
Indivíduos residentes empregados	10972	101	137	
Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	6556	93	155	
Indivíduos residentes sem atividade económica	10797	127	210	
Indivíduos residentes empregados no setor primário	1060	12	24	
Indivíduos residentes empregados no setor secundário	2794	40	60	
Indivíduos residentes empregados no setor terciário	7118	49	53	
Família	Total de famílias clássicas	10971	109	169
	Famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas	6082	58	103
	Famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas	4276	44	52
	Famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos	4064	41	97
	Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos	3045	23	33
	Total de núcleos familiares residentes	8707	88	139
Edifícios	Edifícios clássicos	13329	26	36
	Edifícios com 1 ou 2 pisos	11492	5	26
	Edifícios com 3 ou 4 pisos	1648	21	10
	Edifícios construídos entre 1946 e 1960	1238	0	11
	Edifícios construídos entre 1961 e 1970	1428	0	17
	Edifícios construídos entre 1971 e 1980	2731	0	7
Alojamentos	Total de Alojamentos	21222	135	206
	Alojamentos familiares de residência habitual	10901	109	169
	Alojamentos familiares vagos	1944	14	15
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante	7895	87	120
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados	2192	17	35

*Dados de 2015: Anuário Estatístico Regional do INE

Dados de 2011: Censos, INE

A5.1 |

Análise de Conteúdo [SM1, mulher, 67 anos, doméstica, reformada, casada]

A5.2 |

Análise de Conteúdo [SM2, mulher, 69 anos, ex-operária fabril no ramo das conservas, reformada, casada] e [SM2, homem, 70 anos, pescador, reformado, casado]

A5.3 |

Análise de Conteúdo [SM3, mulher, 51 anos, atadeira, empregada, casada]

A5.4 |

Análise de Conteúdo [SM4, mulher, 76 anos, funcionária na escola secundária, empregada, casada]

A5.5 |

Análise de Conteúdo [SM5, mulher, 68 anos, conserveira, reformada, casada] [Habitação: T2; 2 moradores]

A5.6 |

Análise de Conteúdo [SM6, mulher, 66 anos, viúva, trabalhava em restauração, reformada] [Habitação: T3; 1 morador]

A5.7 |

Resultados da Análise de Conteúdo – Bairro de Santa Maria

A5.8 |

Análise de Conteúdo [P1, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado] e [P1, mulher, 67 anos, empregada hospitalar, reformada, casada]

A5.9 |

Análise de Conteúdo [P2, mulher, 73 anos, operária fabril, reformada, casada]

A5.10 |

Análise de Conteúdo [P3, mulher, 45 anos, desempregada, casada]

A5.11 |

Análise de Conteúdo [P4M, mulher, 52 anos, operadora de supermercado, empregada, casada] e [P4H, homem, 73 anos, pescador, reformado, casado]

A5.12 |

Análise de Conteúdo dos moradores da Prageira

A5.13 |

Análise de Conteúdo dos moradores de Santa Maria e Prageira

